

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR

TICYANA PAULA BEGNINI

**A CRIANÇA E A PERSPECTIVA DA TITULARIDADE DE DIREITOS:
PRODUÇÃO DE SENTIDO ENTRE OS AGENTES QUE INVESTIGAM,
DENUNCIAM E JULGAM CRIMES CONTRA A CRIANÇA**

CURITIBA

2012

TICYANA PAULA BEGNINI

**A CRIANÇA E A PERSPECTIVA DA TITULARIDADE DE DIREITOS:
PRODUÇÃO DE SENTIDO ENTRE OS AGENTES QUE INVESTIGAM,
DENUNCIAM E JULGAM CRIMES CONTRA A CRIANÇA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Profª Drª Maria Tarcisa Silva Bega

**CURITIBA
2012**

Catálogo na Publicação
Aline Brugnari Juvenêncio – CRB 9ª/1504
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Begnini, Ticyana Paula

A criança e a perspectiva da titularidade de direitos: produção de sentido entre os agentes que investigam, denunciam e julgam crimes contra a criança / Ticyana Paula Begnini. – Curitiba, 2012.

221 f.

Orientadora: Profª. Drª. Maria Tarcisa Silva Bega
Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

1. Direitos das crianças. 2. Crime contra a criança. 3. Investigação criminal. 4. Crianças – Maus-tratos. I. Título.

CDD 344.0327

*Ao meu pai, Valdir Begnini,
com muitas saudades.*

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos a todos que me acompanharam nessa caminhada, em Políticas Públicas que, como espaço de partilha intelectual e afetiva, possibilitou a formação de laços de solidariedade significativos.

A CAPES/Reuni, pelo apoio financeiro.

Aos professores das particularmente:

Ao meu marido Charles e aos meus filhos, Maria Júlia e Francisco, agradeço o apoio e a paciência diante da minha ausência e minhas angústias, mas principalmente por encherem a minha vida de alegrias, o que tornou possível seguir em frente.

À Tarcisa, orientadora, “analista” e “mãe” de plantão. Suas orientações foram muito além das exigências acadêmicas. Como mulher, gestora e professora, tornou-se um exemplo de profissionalismo e dignidade para mim.

À Renata e a Olga, amigas sempre prontas a ajudar e a ouvir, agradeço aos incontáveis momentos de solidariedade e colaboração.

Aos familiares e amigos com os quais partilhei os problemas e as conquistas - mãe Benilde, irmã Talyta, Bili, João, Fer, Tati, Leo, Belmiro, Louise, Sérgio, Gisele, Aline.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e todos seus professores, agradeço pela oportunidade de realizar este trabalho.

Ao grupo de estudos bancas de Qualificação e Defesa, José Miguel Rasia, Paulo Vinícius Baptista da Silva e Maria Salete da Silva, agradeço pela leitura crítica e qualidade de suas ponderações.

RESUMO

Esta dissertação trata da produção de sentido sobre a criança atendida entre agentes de um conjunto de instituições que procedem à investigação, denúncia e julgamento de crimes contra a criança. As instituições deste conjunto são a Delegacia de Crimes Contra a Criança e o Adolescente – NUCRIA, a Promotoria de Crimes Contra a Criança e o Adolescente e a 12ª Vara de Crimes Contra a Criança e o Adolescente, todas localizadas no município de Curitiba. O percurso metodológico incluiu um estudo das mudanças históricas da percepção sobre a criança, destacando sua inserção na legislação vigente – internacional e nacional; a observação do cotidiano das três instituições em que os agentes pesquisados atuam; a realização de entrevistas não estruturadas e estruturadas com os agentes; a leitura de documentos produzidos pelas instituições que compõem os autos do processo penal. Apreendemos a produção de sentido dos agentes sobre a criança atendida de modo a situá-la no contexto da estrutura física e funcional de cada instituição, considerando as particularidades de cada órgão e ao mesmo tempo compreendendo que estes formam um conjunto articulado de práticas. Constatamos que, de acordo com a função e formação dos agentes, a produção de sentido se apresenta com diferentes enfoques com relação à especificidade da criança como pessoa diferente do adulto; a posse de direitos de proteção e liberdade, a condição de abordar e compreender a criança como sujeito de direitos. Na diversidade de sentidos que orientam os agentes, predomina a percepção da criança como pessoa a ser protegida, não em uma condição de titular de direitos.

Palavras-chave: infância; direitos da criança; crimes contra a criança.

ABSTRACT

This dissertation deals with the production of meaning on children attended between agents of a set of institutions that carry out research, reporting and prosecution of crimes against children. The institutions in this set are the Bureau of Crimes Against Children and Adolescents (NUCRIA), the Prosecutor's Crimes Against Children and Adolescents and the 12 th Criminal Court Against Children and Adolescents, all located in the city of Curitiba. The methodological approach included a study of the historical changes of perception about the child, emphasizing their integration in existing legislation – international and national; observing the daily life of three institutions in which agents act surveyed; interviews unstructured and structured with agents; documents produced by the institutions that make up the criminal case file. We tried to comprehend the meaning production of the agents on the child managed to situate this child in the context of physical and functional structure of each institution, considering the particularities of each body and at the same time realizing that they form an articulated set of practices. We note that, in accordance with the role and training of agents, the production of meaning is presented with different approaches with respect to specificity of the child as different from adults; ownership rights protection and freedom; the condition of approaching and understanding the children as subjects of rights. In the diversity of meanings that guide the agents, the predominant perception is the one that considers the child as a person to be protected, and not someone in condition to hold their rights.

Palavras-chave: childhood, children's rights, crimes against children.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - PLANTA BAIXA DO NUCRIA.....	68
QUADRO 1 - TOTAL DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO NUCRIA, PARANÁ - JANEIRO A OUTUBRO DE 2011.....	80
QUADRO 2 - CLASSIFICAÇÃO DAS OCORRÊNCIAS DE ACORDO COM OS CRIMES INVESTIGADOS NO NUCRIA, PARANÁ - JANEIRO A OUTUBRO DE 2011.....	83
FIGURA 2 - PLANTA BAIXA DOS DOIS PAVIMENTOS DESTINADOS À PROMOTÓRIA E À 12ª VARA DE CRIMES CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE*.....	119
QUADRO 3 - TOTAL DE ATIVIDADES DO CARTÓRIO DA 12ª VARA DE CRIMES CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE, PARANÁ - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011.....	131
QUADRO 4 - RELATÓRIO DE ATOS DOS JUÍZES DE DIREITO DA 12ª VARA DE CRIMES CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE, PARANÁ - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011	132

LISTA DE SIGLAS

AVP	Autos de Verificação de Procedimento
BO	Boletim de Ocorrência
CF	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CP	Código Penal
CPP	Código de Processo Penal
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FIA/PR	Fundo para a Infância e Adolescência do Paraná
Fórum DCA	Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente
IASP	Instituto de Ação Social do Paraná
IML	Instituto Médico Legal
MP/PR	Ministério Público do Paraná
NUCRIA	Núcleos de Proteção à Criança e ao Adolescente
OAB/PR	Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Paraná
PC	Polícia Civil
PJ	Poder Judiciário
SECJ	Secretaria de Estado da Criança e da Juventude
SEDS	Secretaria de Estado da Família e do Desenvolvimento Social
SESP	Secretaria de Estado de Segurança Pública
SGD	Sistema de Garantia de Direitos
TCIP	Termo Circunstanciado de Infração Penal
TJ/PR	Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
TJ/SP	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA.....	12
ASPECTOS METODOLÓGICOS E TÉCNICAS UTILIZADAS	20
APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS	24
1 A CRIANÇA COMO “SUJEITO DE DIREITOS” E SEU ATENDIMENTO NO ÂMBITO JURÍDICO	26
1.1 DA CRIANÇA À SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA	26
2.2 O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	43
1.3 ATENDIMENTO DA CRIANÇA EM SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA NO ÂMBITO JURÍDICO.....	49
2 ESTRUTURA E PRODUÇÃO DE SENTIDO NA DELEGACIA ESPECIALIZADA - NUCRIA	61
2.1 DELEGACIA ESPECIALIZADA – NUCRIA – CRIAÇÃO E ESTRUTURA.....	62
2.1.1 Concepção e histórico	62
2.1.2 Estrutura física e funcional	65
2.1.3 Funções/organizações: atividades de rotina.....	72
2.1.4 Dados quantitativos gerais das atividades desenvolvidas no NUCRIA	79
2.2 A PRODUÇÃO DE SENTIDO SOBRE A CRIANÇA NO COTIDIANO	85
2.2.1 O boletim de ocorrência	86
2.2.2 A portaria e o ordenamento das ações	92
2.2.3 A fala da criança: depoimento e relatório psicológico	98
2.3 A PRODUÇÃO SÍNTESE DA DELEGACIA: O INQUÉRITO POLICIAL	108
3 ESTRUTURA E PRODUÇÃO DE SENTIDO NA PROMOTORIA DE CRIMES CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE E NA 12ª VARA DE CRIMES CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE	111
3.1 PROMOTORIA DE CRIMES CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE E A 12º VARA DE CRIMES CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE – CRIAÇÃO E ESTRUTURA	112
3.1.1 Concepção e histórico	112
3.1.2 Estrutura física e funcional da Promotoria e da 12ª Vara.....	117
3.1.3 Funções/organizações: atividades de rotina.....	121
3.1.4 dados quantitativos gerais.....	130
3.2 A PRODUÇÃO DE SENTIDO SOBRE A CRIANÇA NAS AUDIÊNCIAS	136
3.2.1 Audiências preliminares.....	136
3.2.2 Audiências de instrução	144

3.2.2.1 O acolhimento da criança antes da audiência de instrução.....	144
3.2.2.2 O depoimento da criança na audiência de instrução	148
3.3 ALEGAÇÕES FINAIS DA PROMOTORIA E A SENTENÇA JUDICIAL	154
3.4 O DOCUMENTO SÍNTESE DAS TRÊS INSTITUIÇÕES: OS AUTOS DO PROCESSO PENAL	161
4 A PRODUÇÃO DE SENTIDO SOBRE A CRIANÇA ATENDIDA NAS TRÊS INSTITUIÇÕES	167
4.1 A ESTRUTURA DAS INSTITUIÇÕES E A PRODUÇÃO DE SENTIDO SOBRE A CRIANÇA ATENDIDA.....	168
4.2 OS AGENTES E A PRODUÇÃO DE SENTIDO SOBRE A CRIANÇA ATENDIDA	178
4.2.1 A produção de sentido de acordo com grupos de agentes	178
4.2.2 Os agentes de acordo com diferentes produções de sentido	190
4.3 SÍNTESE SOBRE A PRODUÇÃO DE SENTIDO SOBRE A CRIANÇA ATENDIDA ENTRE OS AGENTES	192
CONSIDERAÇÕES FINAIS	197
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	203
ANEXOS - CRIMES CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE DE COMPETÊN- CIA DAS TRÊS INSTITUIÇÕES – NUCRIA, PROMOTORIA DE CRIMES CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE E 12ª VARA DE CRIMES CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE.....	210

INTRODUÇÃO

Nossas indagações surgiram ao longo do exercício profissional, como psicóloga, primeiro no atendimento de crianças em um programa municipal de Saúde Mental Coletiva – Prefeitura Municipal de Curitiba e depois no trabalho de gestão de políticas públicas destinadas à criança e ao adolescente no Governo do Estado do Paraná.

Na prefeitura, acompanhávamos o Programa de Saúde Mental em unidades de saúde de diferentes complexidades: Pronto Atendimento, Unidade de Programa de Saúde da Família e Unidade Básica¹. Em todas as atividades, desenvolvidas ao longo de cinco anos, o interesse crescente na área da infância determinou o planejamento e a criação de espaços institucionais voltados à criança, como a criação de grupos terapêuticos, abordagem em grupo e individual de mães e bebês e palestras sobre as relações familiares. Paralelamente ao trabalho na Prefeitura de Curitiba, desenvolvemos por três anos o atendimento clínico de crianças, sob orientação psicanalítica.

Em 2006 iniciamos uma nova atividade profissional no antigo “IASP – Instituto de Ação Social conhecimentos relativos à infância, envolvendo outras áreas como serviço do Paraná – Governo do Estado”², especificamente na coordenação de “Ações de Proteção”. Atuamos no desenvolvimento e acompanhamento de programas e ações da política destinada à criança. As novas funções exigiram a ampliação de nossos social, direito e políticas públicas.

Após um ano de trabalho com temáticas variadas, concentramo-nos na área de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes, acompanhando a atuação de outras instituições do estado, coordenando capacitações e secretariando a Comissão Estadual de Enfrentamento à Violência Contra Crianças e Adolescentes.

¹ Trabalhar de acordo com os objetivos de cada unidade permitiu a realização de diferentes atividades, como realização de triagens com o objetivo de investigar a necessidade de tratamentos especializados, atendimentos de psicoterapia breve, acompanhamento de casos crônicos e realização de grupos terapêuticos.

² Órgão que veio a se tornar a Secretaria de Estado da Criança e Juventude em 2007.

Ao longo deste percurso desenvolvemos questionamentos sobre a condição social da criança, o reconhecimento de suas peculiaridades, as incongruências entre os princípios dos direitos humanos e a execução de políticas públicas. Essas indagações se condensaram em torno da temática da criança como alvo de práticas institucionais e da percepção de que muitas iniciativas se executavam com pouca perícia, muitas noções de senso comum, impregnadas de valores morais sobre a criança.

A posição da criança como detentora de direitos humanos é peculiar, pois, apesar de ser tomada pela lei como um sujeito de direitos, ela só pode usufruir este direito sob tutela dos adultos. Tal condição pode assumir diferentes significados, dependendo de como as medidas são executadas. Essas questões motivaram a elaboração de uma proposta de pesquisa de mestrado que, aceita no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR, nos levaram ao pedido de afastamento das atividades profissionais para a dedicação exclusiva à pesquisa.

Feitas algumas reflexões sobre o objeto de pesquisa e concentrando esforços para operar um afastamento das pré-noções adquiridas no exercício do serviço público, redefinimos nossas inquietações à luz de uma abordagem teórica da condição da criança como alvo de intervenção institucional. E o resultado deste esforço é que nos permitiu a elaboração de uma pesquisa nos moldes da que apresentamos a seguir.

A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

A infância é uma construção social, por isso, componente da cultura e orientada de acordo com determinações sociais de uma época. Seus integrantes – as crianças – mudam ao longo do tempo, mas o período da vida humana chamado de infância permanece. O que conduz ao fato de que a infância, por sua condição geracional³, é uma variável da análise sociológica. Como categoria de análise

³“Condição geracional” se refere à consideração da infância como categoria social estruturante. Tal noção se deve ao uso particular do conceito de geração desenvolvido por Mannheim, em 1928. Retomaremos a questão no Capítulo 1.

sociológica, a infância é alvo de inúmeras transformações que acompanham o desenvolvimento da modernidade (SIROTA, 2001; SARMENTO, 2002).

Ao longo do tempo ocorrem mudanças na concepção de infância e no modo de tratar a criança. Tais mudanças são fruto da maneira como as relações sociais se organizavam, dos valores e das formas de percepção da realidade que imperavam em cada momento histórico. Podemos citar, sinteticamente, que na Antiguidade e até o século XVIII predominava uma compreensão da criança como um ser imperfeito e subordinado aos adultos (HEYWOOD, 2004).

Na Idade Média a criança fazia parte da vida coletiva, não possuía roupas, jogos, ou mesmo espaços específicos para ela. Entre XVII e XVIII começa-se a isolar a criança para preservar sua moralidade, e é nesse período que se identificam roupas e brincadeiras específicas para as crianças (RENAUT, 2002). No final da Idade Média, a diferenciação entre as unidades familiares e a vida pública resulta em mudanças significativas na percepção sobre a infância. Tais percepções são destacadas por Ariès ([1961] 2006) como a “descoberta da infância”, ou seja, a compreensão da infância como uma etapa distinta da vida adulta, geradora de necessidades específicas, e a relação afetiva com a criança adquire uma maior relevância⁴.

Foi no século XX que a noção social de infância se consolidou como uma etapa da vida humana detentora de especificidades e privilegiada para o aprendizado de conteúdos educativos formais e de condutas adequadas à vida em sociedade. Essa perspectiva conduz tanto à produção de meios de correção e “modelagem” das ações das crianças quanto à representação de que estas são seres indefesos, necessitados de proteção e cuidados específicos (RENAUT, 2002). Em decorrência de mudanças históricas, outros elementos aos poucos se alinham a essa perspectiva sobre a criança, os quais dizem respeito à ideia da criança também

⁴ Retomaremos no próximo capítulo as concepções históricas sobre a criança, mas é preciso salientar desde já que, para Renaut (2002), desde a Antiguidade existem evidências sobre a percepção da infância como uma etapa distinta da vida humana e também sobre a existência de sentimentos de afeto entre adultos e crianças. Contudo, a percepção sobre a infância e a criança na modernidade não corresponde aos significados vigentes em períodos anteriores, pois não há uma correspondência de valores e práticas entre os distintos períodos históricos.

como detentora de direitos, praticamente se igualando à condição do adulto, em sua titularidade de direitos.

Ao longo do processo civilizador (ELIAS, [1987] 1994), os valores da igualdade e da liberdade são selecionados como a base estrutural das relações entre os seres humanos. Para Elias (1998), a noção da criança detentora de direitos é um dos efeitos deste processo, com implicações significativas para as relações sociais. Assim, verificamos uma mudança na concepção social da criança, que passa a ser orientada sob a perspectiva dos direitos humanos.

No bojo desse processo social, a Convenção Sobre os Direitos da Criança⁵ (1989) reconhece a criança como signatária de direitos de liberdade e igualdade. Ao estabelecer a criança como titular de direitos, a Convenção expressa, ao mesmo tempo em que ratifica esta condição social da criança, inusitada até então, a transformação “na história das representações da infância” (RENAUT, 2002:292).

A Convenção Sobre os Direitos da Criança reconhece que a criança deve possuir direitos civis e políticos; econômicos, sociais e culturais; e direitos especiais (de proteção)⁶. Desse modo, a particularidade da Convenção reside no fato que

(...) ao lado dos direitos de liberdade, reconhece os direitos de proteção, ou denominados passivos, ou ainda, “direitos-créditos”, conforme Renaut (2002). Se os direitos de liberdade e participação são reconhecidos à criança devido à sua identidade com o “homem”, os direitos de proteção são devidos em razão da especificidade de ser criança. Assim, para vários analistas, aqui estaria posta uma de suas incongruências internas: a coexistência entre os direitos de proteção e os de liberdade (ROSEMBERG, MARIANO, 2010: 711).

⁵ A Convenção sobre os Direitos da Criança, também referenciada na literatura como Convenção Internacional dos Direitos da Criança – por exemplo, em Renaut (2002), foi promulgada em 20 de novembro de 1989 e estabelece a titularidade de direitos a todos os indivíduos entre 0 e 18 anos. Aos países signatários, a Convenção possui força de lei. Ao longo deste trabalho, abordamos a Convenção como um instrumento internacional que inaugura a titularidade de direitos da criança. Não debatemos as implicações políticas da Convenção como expressão da cultura europeia, veiculada pela ONU.

⁶ De acordo com Rosemberg e Mariano (2010: 711), essa nomenclatura dos direitos é própria da “linguagem dos direitos humanos” e implica a seguinte divisão: os “direitos civis e políticos” compreendem aos direitos de “expressão, opinião, consciência e religião, associação, reunião pacífica e direito ao respeito à vida privada”; os “direitos econômicos, sociais e culturais” se referem aos direitos de vida, saúde, educação fundamental, lazer, atividades culturais e previdência social; os direitos especiais ou direitos de proteção dizem respeito a diferentes formas de proteção, como a proteção contra todas as formas de negligência, abuso, exploração, trabalho prejudicial ao desenvolvimento integral, uso de drogas.

A coexistência dos direitos de liberdade e de proteção produz uma tensão interna ao texto da Convenção, que gera inúmeras polêmicas para pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento e gestores de políticas públicas⁷.

Segundo Renaut (2002), as discussões que emergiram em torno da Convenção expressam a situação paradoxal da criança na modernidade. Ao mesmo tempo em que a criança em sua condição humana fundamental possui todos os direitos reservados a seus iguais, a ela não compete o exercício pleno dos direitos, pois lhe falta, temporariamente, a plenitude da autonomia e da responsabilidade.

Deste modo, a criança como titular de direitos é resultado de um processo histórico orientado pelo referencial democrático da modernidade, que leva à consideração da criança como dotada de uma marca subjetiva que a diferencia do adulto, mas que se iguala a ele em termos de condição humana. Ou seja, a criança como igual, é titular de direitos, como diferente, exige proteção específica.

Trazendo o tema da situação paradoxal da criança para o cenário brasileiro, observamos que ao incorporar a Convenção, a Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente⁸, confere à criança⁹ direitos de liberdade e proteção ao reconhecê-la como sujeito de direitos em situação peculiar de desenvolvimento¹⁰ (BRASIL, 1990). No entanto, a assimilação da Convenção no contexto brasileiro se deu sem um debate sobre a tensão entre direitos de liberdade e de proteção (ROSEMBERG, 2008).

O momento vivenciado no país, quando da elaboração do Estatuto, aglutinava os interesses em torno da redemocratização. As intenções de mudanças da política destinada à criança e ao adolescente tiveram na Convenção um suporte,

⁷ Para consultar a respeito dos debates e considerações teóricas sobre os direitos de liberdade e proteção da criança, ver: Renaut (2002), Campbell (1992), Finkelkraut (1990; 1991), Mongin (1991), Théry (1996).

⁸ O Estatuto, diferentemente da Convenção, opera um recorte na faixa de 0 a 18 anos, considerando, em seu Artigo 2º, como criança “a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL, 1990).

⁹ Em conformidade com a classificação expressa no Estatuto, empregamos o termo “criança” para pessoas de 0 a 12 anos incompletos.

¹⁰ A partir desta consideração, tomaremos a ideia de que a criança é um sujeito de direitos como equivalente a noção da criança como detentora de direitos de liberdade e proteção.

uma vez que a “linguagem progressista dos novos direitos da criança se ajustava e impulsionava a reconstrução da democracia” (ROSEMBERG, MARIANO, 2010: 715).

Como desdobramento dessa situação paradoxal da criança como sujeito de direitos, as instituições, sejam públicas ou não públicas, que intervêm juridicamente sobre a criança, são objetos para a pesquisa. A abordagem jurídica do sujeito de direitos “exige a capacidade de imputação, portanto a responsabilidade” tem de ser plena, tanto em termos de direitos como de deveres¹¹, o que demandaria colocar em suspenso a alteridade da criança, o reconhecimento de sua diferença (RENAUT, 2002).

Um modo específico de relação jurídica que envolve a criança se dá nas situações em que os direitos da criança são negados ou lesados, principalmente nos casos em que a negação ou lesão implica uma violência¹². Quando a criança é supostamente¹³ alvo de uma violência, procedimentos administrativos e jurídicos podem ser acionados em seu nome para verificar a ocorrência de um crime¹⁴ e, se for o caso, aplicar as penalidades cabíveis como uma forma de garantir à criança sua condição de sujeito de direitos.

Para viabilizar a verificação da existência de um crime e aplicar as medidas jurídicas adequadas, são acionadas instâncias específicas. Ou seja, instituições¹⁵

¹¹ Segundo Youf (2002), se o legislador tentasse fundar as bases dos direitos da criança cairia em inevitáveis contradições, pois a atribuição de direitos de associação, expressão, respeito à vida privada, supõe um sujeito de direitos capaz de afirmar seus interesses e tomar atitudes sob o prisma do respeito às leis.

¹² Entendemos como violência contra a criança ato ou omissão que cause danos físicos, sexuais ou psíquicos, conforme a definição de Minayo (2001). As diferentes formas de danos mencionados dão origem à classificação amplamente difundida nas áreas de estudo relacionadas ao fenômeno da violência contra a criança: violências físicas, violências sexuais e violências psíquicas.

¹³ “Supostamente teve” porque a confirmação da existência da violência é um dos objetivos das ações dos agentes.

¹⁴ Crime a princípio será definido como uma conduta contrária à norma penal.

¹⁵ Sobre o emprego do termo instituição, precisamos fazer algumas considerações. Institucionalizado são sempre as ações humanas, mas que aparecem aos indivíduos como consolidações de uma realidade histórica objetiva. Por serem apresentadas como realidades históricas objetivas e exteriores aos indivíduos, as instituições exercem uma força coercitiva sobre cada um deles. Uma definição genérica de instituições políticas – na condição de grupos formais que concentram o poder do Estado – pode ser apresentada como sistemas sociais e culturais com métodos formais de exercer o poder, organizados em jurisdições específicas e apresentados na forma de órgãos com “autonomia legítima”, que detêm um poder igualmente legítimo (DIAS, 2005) Entendemos que a perspectiva de instituição identificada à esfera do social e suas regulações engloba também a noção de instituição como grupos formais.

designadas para desempenharem ações de acordo com normativas estabelecidas, a saber, Polícia Civil, Ministério Público e Poder Judiciário¹⁶. Tais instituições, mediante as ações de seus agentes, emitem uma resposta legítima e legitimada diante da violência cometida contra a criança. Resposta que se materializa em documentos oficiais, como o Inquérito Policial, a Denúncia Pública e a emissão de uma Sentença Judicial, todos como parte dos procedimentos e dos autos – ou seja, dos registros oficiais – de um Processo Penal¹⁷.

As três instituições realizam atividades complementares entre si, de modo que a atividade de uma permite que a outra interceda¹⁸. Por mais que cada agente esteja vinculado a um órgão e tenha uma dada atribuição, as conclusões sobre a situação vivida pela criança resultam do conjunto das ações dos agentes. Isso significa que, ainda que cada instituição tenha sua forma particular de operar – com vinculações a esferas distintas do Estado, as três instituições formam uma rede funcional. Cada instituição realiza uma etapa da tarefa, que se articula com a seguinte e deste modo chega a um resultado final.

Diante das considerações feitas até aqui, resumimos nosso tema de pesquisa como a condição social da criança na atualidade e as tensões decorrentes da sua situação paradoxal como sujeito de direitos. Destacamos que ao pautarmos a condição social da criança delimitamos a temática sobre a faixa etária de 0 a 12 anos incompletos, ou seja, utilizamos a definição de criança como é apresentada no Estatuto da Criança e do Adolescente. Ao abordar esta faixa etária, optamos por problematizar a situação paradoxal da criança evidenciando os contrastes entre a criança e o adulto, em termos de autonomia, percepção, apreensão da realidade, julgamento, formas de expressão e responsabilidades legais instituídas.

¹⁶ Essas instituições atuam quando da violação de direitos da criança de acordo com as especificações de crimes no Código Penal, no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei nº 9.455/1994 (referente a crimes de tortura).

¹⁷ Para simplificar a escrita, passamos a usar iniciais minúsculas ao citar cada documento mencionado.

¹⁸ O inquérito é necessário para a denúncia, que é necessária para instalar o processo penal, que leva à emissão da sentença.

A articulação entre as instituições para a garantia de direitos da criança apresenta-se como um dado visível, mas o modo como as relações são estabelecidas, as tensões e os significados envolvidos precisam ser identificados. O que nos leva ao primeiro questionamento: **Quais as condições concretas nas quais os agentes realizam suas atividades para a garantia de direitos de crianças que supostamente foram vítimas de crimes?**

Elaboramos uma hipótese, baseada na perspectiva teórica mencionada, de que há uma situação paradoxal da criança como sujeito de direitos manifesta nas práticas das referidas instituições. Nossa perspectiva é de abordar as atividades – procedimentos instituídos – a partir da ação social¹⁹ dos agentes de cada instituição. Ao indagarmos pela ação social dos agentes, tomamos para análise o comportamento humano quando orientado pelo comportamento de outros (WEBER, [1913], 2001).

O que é próprio da ação social é ser dotada de sentido – sentido subjetivo, ou seja, dado pelo agente. A ação social envolve um encadeamento de ideias e de atos que apontam para algo. Como afirma Cohn (1979), a ação social é um ato singular entre outros possíveis e sua orientação é reveladora das forças presentes na interação entre os indivíduos. No entanto, as interações dos agentes nem sempre apontam os sentidos que de fato se formam nas interações, pois a “realidade é uma tessitura infinita de coisas dotadas de sentido e alheias a ele” (JASPERS, 2009: 115). Os sentidos se obtêm na análise do conjunto das interações e seus determinantes.

Desse modo, apresentamos a segunda, e principal, questão orientadora da pesquisa: **Qual a produção de sentido sobre a criança que supostamente sofreu uma violência, entre os agentes vinculados à Polícia Civil, Ministério Público e Poder Judiciário?** Nossas duas indagações exigem algumas especificações para que possam orientar a realização da pesquisa.

É necessária a definição de um espaço social concreto para a realização da investigação. Entendemos que, de acordo com um esforço em pôr em evidência a

¹⁹ A ação social que importa é a que está relacionada “ao sentido subjetivo daquele que age com referência ao comportamento de outros”, e é “co-determinada no seu curso por referência significativa”, o que implica que pode ser explicada “a partir deste sentido mental (subjetivamente).” (WEBER, [1913], 2001: 315) Ou seja, é toda a ação do indivíduo - como pensamentos e atos - que tenha sentido social, ação em função de uma reciprocidade, mesmo que esta reciprocidade não seja partilhada.

criança como sujeito de direitos, foram criadas no município de Curitiba instâncias específicas da Polícia Civil, do Ministério Público e do Poder Judiciário para atender a situações de crimes contra a criança. Estes serviços são: a Delegacia Especializada em Crimes Contra a Criança e o Adolescente – *Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítima de Crimes* (NUCRIA), vinculada à Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP/PR, como parte da Divisão de Polícia Civil Especializada; a Promotoria de Crimes Contra a Criança e o Adolescente, vinculada ao Ministério Público e a 12ª Vara Metropolitana de Crimes Contra a Criança e o Adolescente, vinculado ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, sendo que as duas últimas instituições atuam no espaço físico da 12ª Vara²⁰.

Consideramos que os agentes produzem sentidos sobre a criança de acordo com os significados que as instituições – isoladas e em conjunto – possibilitam. No entanto, tais significados são manejados pelos agentes de acordo com suas funções no campo, formação profissional e experiências pessoais²¹.

Do ponto de vista das posições institucionais, os agentes possuem formações e atribuições diferenciadas. Na Delegacia, os agentes são estagiários de direito, psicólogos e policiais civis com diferentes cargos, como delegados, escrivães e investigadores. Na Promotoria atuam o promotor e estagiários de direito. Na 12ª Vara trabalham escrivães, técnicos jurídicos e administrativos, oficiais de justiça, estagiários de direito, assessores do juiz de direito, psicólogos e assistentes sociais.

Assim, ponderamos que a produção de sentido entre os agentes sobre a criança-alvo de suas ações deve ser analisada no sistema de relações nas quais são produzidas. Considerar as explicações dos agentes é imprescindível, mas não

²⁰ O NUCRIA atende também a outras situações, como agressão psicológica e discriminação. A Promotoria de Crimes e a 12ª Vara atuam, na grande maioria dos casos, com situações que implicam violências físicas e sexuais.

²¹ Por questões de exequibilidade da pesquisa, optamos por não adensar a análise com informações referentes às trajetórias pessoais dos agentes. Entendemos que esta escolha não traz prejuízo, na medida em que damos ênfase às formações profissionais e às posições que ocupam nas instituições.

suficiente, pois existe uma não consciência²² sobre os sentidos socialmente elaborados. O que almejamos investigar – a produção de sentido sobre a criança que circula nas instituições – precisa ser tomado como uma produção de sentido nas *ações sociais*, arquitetadas pelos agentes na interação cotidiana.

A ordenação conceitual que realizamos até o momento permite a explicitação de nosso objeto/problema de pesquisa: **Qual a produção de sentido sobre a criança atendida, entre os agentes de garantia de direitos que atuam nas instituições que estão legalmente autorizadas, na cidade de Curitiba, a investigar, a denunciar e a julgar crimes contra a criança, a saber, Delegacia Especializada em Crimes contra a Criança e o Adolescente, Promotoria de Crimes Contra a Criança e 12ª Vara de Crimes contra a Criança e o Adolescente?**

Nossa hipótese central é de que as possibilidades de produções de sentido sobre a criança são codelimitadas por alguns aspectos, como a lógica operacional de cada instituição, a formação e atribuições dos agentes, a interação entre as três instituições, as tensões entre as legislações que regulam as práticas – Estatuto da Criança e do Adolescente, Código Penal e Código de Processo Penal.

Os elementos que compõem o objeto exigiram um desdobramento da hipótese central. A segunda hipótese, sustentada principalmente por Renaut (2002), pode ser assim apresentada: **a proposição teórica da situação paradoxal da condição de sujeito de direitos atribuída à criança pode ser observada entre os agentes e suscita tensões nas práticas realizadas, resultando em diversas e antagônicas produções de sentido sobre a criança.**

ASPECTOS METODOLÓGICOS E TÉCNICAS UTILIZADAS

Os recursos teóricos utilizados na construção do objeto de pesquisa indicam um dos caminhos metodológicos a ser seguido. É a partir dos agentes, suas

²² A questão da “não consciência” é abordada por Bourdieu ([1968] 2010), que ao alinhar contribuições de Durkheim, Weber e Marx, enfatiza que as relações sociais envolvem elementos e significados que não são reconhecidos pelos indivíduos. As intenções dos agentes não retrata a lógica objetiva que sustenta as práticas, por isso, precisam ser tomadas em função de um sistema de relações que incluem “o sentido objetivo das condutas organizadas segundo realidades mensuráveis” e também “relações singulares que os sujeitos mantêm com as condições objetivas de sua existência e com o sentido objetivo de suas condutas (...)” (BOURDIEU et al [1968] 2010a: 29).

atitudes, valores e percepções que o objeto enunciado – as produções de sentido sobre a criança que emerge nas práticas da Delegacia Especializada – NUCRIA, da Promotoria de Crimes Contra a Criança e o Adolescente e na 12ª Vara de Crimes Contra a Criança e o Adolescente – se configura e pode ser entendido.

Nessa perspectiva, utilizamos técnicas de pesquisa qualitativa que julgamos complementares: observação direta, entrevistas não estruturadas e estruturadas e análise documental. O emprego das técnicas, primeiro respondeu à expectativa de abordar a dinâmica relacional que se desenvolvia nas e entre as instituições, produzindo significações e gerando documentos formais. Nessas práticas, as normativas dos serviços, os princípios legais instituídos, as culturas profissionais são componentes que, entrelaçados, constituem o corpo social sobre o qual se investiga²³.

O uso das observações se deu de forma aproximada com um modelo interpretativo (EMERSON, 1981 *in* JACCOUD e MAYER, [1997] 2010), no qual utilizamos a descrição dos fatos para apreender as significações que os atores atribuem a estes. Durante as observações foram feitas anotações descritivas, registrando as situações observadas e as percepções sob a forma de um Diário de Campo.

A observação das atividades ocorreu de acordo com a permissão dos órgãos. Fomos autorizados a observar as atividades internas das instituições – momentos de interação entre os agentes – e alguns espaços de interação com o público²⁴, o que permitiu a observação cotidiana das trocas entre os agentes; o registro dos Boletins de Ocorrência; as Audiências Preliminares realizadas pelo promotor, num total de oito audiências; as Audiências de Instrução coordenadas pelo juiz de direito, totalizando cinco audiências. Registramos as observações em um Diário de Campo.

²³ O desenvolvimento da pesquisa de campo ocorreu entre março e julho de 2011. Em novembro o contato com os serviços foi retomado para a obtenção de algumas informações pontuais. Após a qualificação, no final de fevereiro de 2012, voltamos a campo, atendendo a uma sugestão da banca, para a realização de mais duas entrevistas semiestruturadas, uma com o grupo de psicólogos do NUCRIA e outra com a psicóloga da 12ª Vara Criminal.

²⁴ As coletas de depoimentos na Delegacia e os atendimentos das equipes técnicas com a criança tanto na Delegacia quanto na 12ª Vara não foram espaços permitidos para observação.

As entrevistas em seus dois formatos, não estruturadas e semiestruturadas, visaram obter dados sobre a organização das práticas e para explorar as perspectivas dos agentes – suas interpretações e motivações. As entrevistas possibilitaram explorar com maior detalhamento os significados que os agentes veiculam. Os informantes são entendidos como intérpretes que apresentam diferentes reconstruções parciais e parceladas da realidade (POUPART, *in* POUPART *et al.*, [1997], 2010). A partir das entrevistas pudemos lidar com o ponto de vista dos agentes e analisá-los de modo a inferir sobre os sentidos engendrados.

As entrevistas não estruturadas foram feitas durante os períodos de observação, na medida em que os agentes tinham a possibilidade de interromper suas tarefas para responder às questões. Muitas vezes mais de uma entrevista foi realizada com o mesmo agente.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com as duas delegadas (titular e adjunta), a equipe técnica (psicólogos) do NUCRIA, o promotor, o juiz de direito e uma das psicólogas da 12ª Vara. A duração de cada sessão de entrevista variou entre 50 minutos e 1 hora e 40 minutos²⁵ e, com alguns agentes, foi realizada mais de uma sessão. Somente a entrevista com os psicólogos da Delegacia foi realizada em grupo, atendendo a uma solicitação dos agentes.

Havia um roteiro de base servindo como guia em cada entrevista semiestruturada, mas o ritmo da conversa era estabelecido conforme as respostas do entrevistado, na qual novas perguntas eram inseridas para detalhar os elementos informados espontaneamente. Essa escolha de condução da entrevista se deu por dois motivos: primeiro, para criar uma atmosfera de entrevista confortável para o entrevistado, permitindo que ele conduzisse sua fala de acordo com suas motivações; e segundo, porque acreditamos que para compreender os significados dados por uma pessoa ao que ela faz, pensa e sente, é preciso seguir a sua lógica discursiva.

A análise de documentos foi realizada com as seguintes finalidades: para obter informações sobre a realidade pesquisada – como normativas, resoluções,

²⁵ Cada profissional recebeu cópias de suas entrevistas e concordou com a utilização de seus conteúdos, assinando um termo de ciência e livre participação na pesquisa.

relatórios sobre a produtividade elaborados no NUCRIA e na 12ª Vara; e para compreender a lógica do Processo penal segundo os registros dos autos. Entendemos os autos penais como o registro oficial das práticas dos agentes e, por isso, reveladores do significado social das funções institucionais. Utilizamos os autos²⁶ como um dos suportes materiais das práticas – que apontam suas consequências – e também como fontes que permitem analisar as ações dos agentes à luz de seus objetivos explícitos – a saber, averiguar, julgar e sentenciar crimes contra a criança.

Todo esse percurso só foi possível porque havia um contato anterior ao desenvolvimento da pesquisa com alguns agentes da Delegacia e da Promotoria, fruto de nossa atuação profissional explicada anteriormente. O superintendente da Delegacia e o promotor participavam de reuniões junto à Comissão Estadual de Enfrentamento à Violência Contra a Criança e o Adolescente que era coordenada pela antiga Secretaria de Estado da Criança e da Juventude – SECJ, na qual participávamos na qualidade de funcionária da SECJ. As reuniões se davam no sentido de uma cooperação entre os agentes sobre o tema do enfrentamento à violência contra a criança e o adolescente como uma política pública de caráter transversal e no âmbito estadual. Os contatos ocorriam nas instalações da SECJ, eram formais e voltados a aspectos gerais da política estadual, de modo que não permitiam uma compreensão aprofundada sobre o modo como as instituições operavam em seu cotidiano.

Em face dos contatos profissionais recém-descritos, ao solicitarmos a permissão para desenvolver a pesquisa haviam representações prévias entre agentes e pesquisadora. Em um primeiro momento, as noções de cooperação presentes na relação entre agentes e pesquisador foram favoráveis para a autorização da realização da pesquisa. No decorrer do tempo de pesquisa, as

²⁶ Na Delegacia realizamos a leitura aleatória de várias peças, como Boletins de Ocorrência, Depoimentos e Entrevistas com as Crianças, bem como de 5 (cinco) Inquéritos Policiais completos. Na 12ª Vara de Crimes selecionamos para leitura 10 (dez) Processos Penais, datados entre 2007 e 2010. Primeiramente escolhemos os autos que envolviam crimes contra a criança – descartando os processos cujas vítimas eram adolescentes; depois procuramos estudar processos que apresentassem diversidade em relação aos crimes envolvidos, postura da criança durante o depoimento e tomadas de decisões judiciais – processos arquivados, situações de absolvição e condenação.

representações prévias tiveram de ser manejadas no sentido de serem aos poucos dissolvidas, dando lugar a uma relação que comportasse novos significados.

Para produzir uma relação de pesquisadora-pesquisados para além dos registros anteriores – referentes a uma relação entre agentes de diferentes instituições do Estado – foram necessárias palavras e atitudes que reiterassem inúmeras vezes o papel desempenhado por um pesquisador, os objetivos da pesquisa, o modo como esta seria desenvolvida, o tratamento posterior das informações coletadas. Entendemos que o resultado deste esforço fora positivo, já que pudemos desenvolver a pesquisa com autonomia intelectual, sem a interferência de forças institucionais explícitas sobre o direcionamento da pesquisa.

No tocante à nossa própria posição, operamos com um processo de reflexão constante sobre pré-noções – relacionadas a experiências pessoais, de formação e profissionais. Acreditamos que foi possível reconhecer estas pré-noções e operar com elas de modo que não se consolidassem como princípios implícitos, não conscientes. As reflexões sobre como nossos valores e crenças perpassaram as escolhas durante a pesquisa serão retomados na Conclusão.

Assim explicitados nossa questão/objeto, hipóteses de pesquisa e a condução metodológica seguida, podemos definir claramente nossos objetivos, vinculando-os à estrutura do trabalho.

APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS

Nosso primeiro objetivo é de abordar a noção da “situação paradoxal da criança” (RENAUT, 2002), partindo de uma perspectiva histórica e teórica que se imbrica em uma legislação sobre a titularidade de direitos da criança, com consequências para o estabelecimento de normativas de atendimento da criança. Desse modo, no primeiro Capítulo apresentamos as formulações teóricas e as mudanças históricas sobre a noção de infância, entendendo esta como um fenômeno social, que, na modernidade, permite a emergência de uma condição paradoxal da criança como titular de direitos de liberdade e de proteção. Depois, ainda no Capítulo 1, atendemos a um segundo objetivo específico, o de apresentar como se dá a abordagem

institucionalizada das situações de violência contra a criança, consideradas como crimes que evocam a resposta de um sistema de averiguação e julgamento. É o que fazemos ao tratarmos da criança como titular de direitos quando envolvida em situações de violência que, de acordo com a legislação vigente, levam à atuação de instituições especializadas.

Em seguida, reconstruímos a estrutura organizacional e as práticas das três instituições que constituem o campo pesquisado, buscando evidenciar, nas inter-relações, a produção de sentido sobre a criança. Para tal, o Capítulo 2 trata dos dados de campo levantados junto à Delegacia Especializada em Crimes Contra a Criança e o Adolescente – NUCRIA. Fazemos uma reflexão sobre o histórico, a estrutura física e funcional da instituição, bem como quais são os significados elaborados sobre a criança atendida em cada uma das atividades desenvolvidas pelos agentes e como estes são condensados no inquérito policial.

Ainda no desdobramento do terceiro objetivo, abordamos no Capítulo 3 os dados obtidos na Promotoria de Crimes Contra a Criança e o Adolescente e na 12ª Vara de Crimes Contra a Criança e o Adolescente. As duas instituições são abordadas em conjunto devido a sua interpenetração funcional, questão que ficará evidente ao longo do Capítulo. Empregando a mesma forma utilizada no Capítulo anterior, fazemos a reflexão sobre o histórico, a estrutura física e funcional das duas instituições; depois nos concentramos nos significados elaborados sobre a criança atendida em cada uma das atividades desenvolvidas pelos agentes e como estes são condensados nos autos do Processo penal.

Ao aventar as produções de sentido dos agentes sobre a criança alvo de suas ações, conforme expressas nas interações que as instituições possibilitam, desenvolvemos o Capítulo 4. Neste, debatemos sobre os elementos obtidos, analisando a produção de sentido sobre a criança em termos da tomada de posição de cada agente, procurando evidenciar os diferentes arranjos emergentes e suas implicações para o tema da titularidade de direitos da criança.

Sintetizamos o percurso da pesquisa com algumas Considerações Finais, ressaltando as contribuições da pesquisa para nossa compreensão sobre a temática, além de reflexões que remetem à necessidade de um aprofundamento, a ser desenvolvido em estudos futuros.

1 A CRIANÇA COMO “SUJEITO DE DIREITOS” E SEU ATENDIMENTO NO ÂMBITO JURÍDICO

Este Capítulo tem por objetivo abordar, histórica e teoricamente, a construção da situação paradoxal da criança, recuperando as bases de sustentação de uma legislação sobre a titularidade de direitos da criança, que têm consequências para o estabelecimento de normativas para seu atendimento.

O fenômeno da infância como uma construção social e a produção teórica sobre os lugares sociais destinados à criança, de acordo com as mudanças históricas, destacam questões que examinam a condição da criança nas práticas democráticas, enfatizando a peculiaridade de sua condição de sujeito de direitos.

A Convenção Sobre os Direitos da Criança de 1989, como expressão da condição social da criança como titular de direitos, e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069 de 1990), como incorporação da concepção de criança como um sujeito de direito, organizam uma política de atendimento que visa promover, proteger e defender a criança em sua integralidade de direitos. Tal política de atendimento à criança e ao adolescente se dedica também às situações de violação de direitos da criança, mais especificamente as situações que implicam violências a serem abordadas no âmbito jurídico, por instituições específicas, tais como a Polícia Civil – como parte do Poder Executivo, o Ministério Público e o Poder Judiciário.

O conjunto das reflexões expostas – de cunho histórico, teórico e político – nos permite situar o conjunto de instituições tomado como *locus* das produções de sentido investigadas: a Delegacia Especializada – NUCRIA, a Promotoria de Crimes contra a Criança e o Adolescente e a 12ª Vara de Crimes contra a Criança e o Adolescente, todas com atuação no município de Curitiba.

1.1 DA CRIANÇA À SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA

A perspectiva da infância como um fenômeno social é o mote de inúmeros estudos realizados, em sua maioria, na segunda metade do século XX em diferentes campos científicos. O surgimento desta temática teórica sobre a infância é associado

ao trabalho de Philippe Ariès em 1961, que, em uma abordagem complexa, evidencia diferenças nos padrões de relacionamento e nas concepções de infância entre a Idade Média e a Modernidade. Com a obra de Ariès, a infância passa a ser entendida como uma construção social, perspectiva que influencia toda uma geração de pesquisadores.

Ariès, em “História Social da Criança e da Família”²⁷, aponta mudanças ocorridas na organização da família, na percepção e na lida com a criança do período da Idade Média até o século XVIII. Em síntese, as mudanças permitiram compreender a infância como uma fase da vida humana diferenciada, levando ao surgimento do “sentimento de infância”²⁸. Este sentimento estaria na base do reconhecimento de uma condição diferenciada de infância e de um novo quadro familiar, em que as relações afetivas tornam-se determinantes. No século XVIII a indiferença à criança teria desaparecido para dar lugar a um reconhecimento da criança inusitado até então (ARIÈS, [1961] 2006).

O primeiro reconhecimento da criança como diferente do adulto para Ariès foi o “sentimento de paparicação” que surgiu no século XVI, quando a infância passou a ser tratada como o tempo da inocência, da pureza (ARIÈS, [1961] 2006). Como uma reação à “paparização”, emerge no século XVIII o que Ariès denomina de um sentimento de moralização, no qual a criança por ser imatura precisa ser disciplinada. Essa tendência trouxe novos significados à concepção de infância e nas práticas destinadas a criança, bem como influenciou o desenvolvimento da psicologia da criança (CORSARO, [2005] 2011).

Corsaro afirma que Ariès, ao analisar os efeitos da propaganda moralista, acredita que a modernidade confinou a criança a espaços privados, excluindo-a do mundo dos adultos e a expôs a formas rígidas de conduta e controle moral e físico, gerando uma condição de vida com várias dificuldades e constrangimentos que antes não existiam.

²⁷ O título original deste livro é “*L’enfant et la vie familiale sous l’Ancien Régime*”- A criança e a vida familiar no Antigo Regime. Muitas vezes uma tradução mais literal deste título aparece citada na literatura.

²⁸ A expressão “sentimento de infância” faz uma referência dual, na opinião de Heywood (2004), servindo tanto para compreender o surgimento de uma relação de afeto e cuidados quanto para a visualização da condição diferenciada da criança.

Apesar de Ariès constituir-se como referência obrigatória, pois lança as bases para toda uma produção teórica, na medida em que tematiza a concepção de infância como um processo histórico, existem ressalvas à pesquisa e à tese do surgimento do “sentimento de infância” na modernidade. As críticas mais generalizadas sobre a tese de Ariès recaem sobre as fontes de pesquisa utilizadas e as falhas lógicas no uso do método. Heywood (2004), ancorado na crítica de historiadores, afirma que os usos de diários e autobiografias podem dar indícios de concepções que circulavam somente entre certas classes sociais e (ou) regiões, mas que não necessariamente eram generalizáveis.

A escolha das obras de arte como fonte também indicam dificuldades de interpretação. Heywood (2004) cita alguns historiadores, como Wilson (1988) e Burton (1972), que identificam em Ariès uma “ingenuidade” em relação a suas fontes, pois os padrões de expressão artística na Idade Média pouco retratavam a vida cotidiana. A preocupação era de representar as posições de status e fazer a referência a temas religiosos. Ainda outra observação de Heywood (2004), é que na procura por uma consciência de infância semelhante aos referenciais contemporâneos, Ariès pode ter deixado de ver outras nuances. Resumidamente, as considerações sobre a tese de Ariès podem ser entendidas a partir do estado da arte realizado por Heywood:

(...) parece indevidamente simplista polarizar as civilizações em termos de ausência ou presença de uma consciência a respeito da infância. Seguindo o pensamento de David Archard, poderia-se dizer que o mundo medieval provavelmente teve algum conceito de infância, mas suas concepções sobre ela eram muito diferentes das nossas. Como historiador, deve-se certamente reconhecer o papel de Ariès ao abrir o tema da infância, aproveitar suas tantas percepções acerca do passado e seguir adiante (HEYWOOD, 2004: 27)

Na perspectiva do debate com as proposições de Ariès, destacamos alguns estudos que se diferenciam em termos de resultados. Para Lloyd de Mause (1974), quanto mais se regressa na história, mais se observa a criança exposta a assassinatos, tortura, abandono e abuso sexual. Para o autor, os maus tratos à criança eram generalizados na Idade Média e com as mudanças relacionais,

principalmente as parentais, melhorou a condição de vida da criança. Dessa forma, deMause aborda a vida da criança na Idade Média como cercada de horrores, enquanto para Ariès o mesmo período, ao indiferenciar a criança, acabava por lhe conferir uma melhor condição na sociedade (GUERRA, 2008).

Em um estudo de 1983, Linda Pollock adota uma terceira posição no debate. Acredita que o uso de fontes indiretas distorce os dados e por isso realiza uma pesquisa baseada em fontes primárias diretas, utilizando 500 diários, autobiografias e casos jurídicos de abuso infantil entre os séculos XVIII a XIX. Estas fontes indicam um panorama de infância menos negativo do que o apontado por Lloyd de Mause. Pollock acredita que as referências sobre o uso da violência contra a criança são usadas em excesso, que, de fato, a violência e o descaso não eram tão corriqueiros quanto apareceram na obra de de Mause. E ainda, a indiferença identificada por Ariès não encontra respaldo no estudo de Pollock (CORSARO, 2011).

Para Guerra (2008) e Corsaro (2011), a história da infância e as mudanças referentes à percepção da criança são temas que continuam a exigir a dedicação dos pesquisadores. E, ainda, os dois estudiosos concordam que apesar das críticas ao método de pesquisa histórica e as conclusões do trabalho de Ariès, este continua como referência obrigatória, pois a ampla repercussão em torno do surgimento do “sentimento de infância” possibilitou novas abordagens do tema.

No que diz respeito ao “sentimento de infância” postulado por Ariès, o filósofo francês Alain Renaut (2002), baseado em escritos e estudos históricos que evidenciam modos de relações com as crianças desde a Antiguidade, retoma a história da infância com o intuito de abandonar a hipótese simplista de uma ruptura definitiva na representação da infância na Idade Média. Para o autor, há uma sutileza e multiplicidade de elementos que se entrelaçam para transformar as representações coletivas da criança.

Entre as principais referências utilizadas por Renaut (2002) está o trabalho do historiador John Boswell²⁹ (1988) sobre o abandono de crianças desde a Antiguidade até o Renascimento. À primeira vista essa prática comum era uma prova da

²⁹ J. Boswell. “The Kindness of Strangers”, 1988. Em tradução livre: “A bondade dos estranhos”.

ausência de amor paternal. Porém, no Direito Romano, um século antes de Cristo, era reservado ao pai o direito de executar seu filho, mesmo que este fosse adulto; em tal contexto, o abandono se apresenta como uma medida menos severa, trazendo a possibilidade de que a criança pudesse ser criada por outra família. Boswell (1988) entende que o abandono permitiu à criança uma sorte melhor do que com sua família de origem. Um indício que reforça este argumento está no fato de que muitos pais abandonavam a criança com algum objeto da família, para que depois pudesse ser identificada. Resumindo, Boswell (1988) rejeita a noção de que a afeição e a vinculação entre pais e filhos inexistiam na Europa pré-moderna.

Sobre a percepção das diferenças entre crianças e adultos, alguns conceitos e termos para diferenciar as fases da infância datam da Antiguidade e da Idade Média. Nos séculos XII e XIII, um estudo realizado por Lett³⁰ (1997) distingue vários termos em latim para diferenciar as crianças de acordo com as idades e gêneros, o que leva a considerar que era reconhecida a existência de características distintas de acordo com as várias idades dos seres humanos (RENAUT, 2002)

Na modernidade os termos elencados por Lett (1997) caem em desuso, o que, segundo Renault, é um indício de que o enfoque passa a ser a idade individual e não mais a uma diferenciação de etapas da vida, que antes eram categorizações “sem preocupação de proceder deste modo a uma individualização dos seres em causa” (RENAUT, 2002: 101).

O que ocorre na modernidade é uma reestruturação social em nome dos valores de igualdade e liberdade, ou seja, a emergência de uma ordem política e cultural democrática (MANNHEIM, [1933], 2001). Uma mudança qualitativa na percepção sobre a infância e no tratamento destinado à criança se dá no processo de individuação que demarca a condição humana na modernidade.

Devemos levar em consideração que havia nos períodos anteriores à Modernidade uma noção abrangente dos seres como dependentes – seja dos pais, senhores, mestres, maridos – e que as relações com a criança eram demarcadas

³⁰ Referência ao trabalho de Didier Lett (1997), “*L’enfant des miracles. Enfance et société au Moyen Âge*.” Em tradução livre: “O milagre da infância. Infância e sociedade na Idade Média.”

pelos mesmos registros que perpassavam todas as relações sociais. A “representação da infância” em sua dependência “só se encontra profundamente perturbada quando a humanidade (...) deixou de se mostrar compatível com a ideia de dependência e servidão e que se acabou por afirmar que todos os homens nascem e permanecem livres e iguais em direito.” (RENAUT, 2002: 104).

A grande diferença que emerge na modernidade não reside na existência de sentimentos sobre a infância, mas na mudança deste sentimento. Na modernidade há uma renovação da percepção de infância na medida em que os valores de igualdade e liberdade são incorporados como base estrutural das relações entre os seres humanos (RENAUT, 2002).

Nesse sentido, é importante destacarmos duas questões. Primeiro que não há uma data que possa ser citada como o marco inicial da descoberta das especificidades da infância. O que há é um lento e longo processo social que culmina na percepção atual da criança sob o crivo da democracia – pertencente à comunidade humana, dotada de subjetividade e titular de direitos.

Segundo, que há coexistência de diferentes formas de percepção da criança, de tal maneira que predominou na modernidade, por um longo período, a noção da criança como pessoa imperfeita, deficiente em comparação aos adultos, e ainda a ideia da infância como fenômeno natural – sem atrativos para a pesquisa no âmbito das ciências humanas (HEYWOOD, 2004), fato que pode contribuir para o entendimento de por que estudos sobre a criança surgem somente a partir do final do século XIX³¹ (MONTANDON, 2001).

Para destacar algumas contribuições teóricas que renovaram a reflexão sobre a infância e o lugar social destinado à criança, apresentaremos brevemente alguns temas abordados pela Sociologia da Infância.

³¹ No final do século XIX filantropos e reformadores sociais realizam estudos sobre a criança, motivados pelos problemas gerados pela urbanização e imigração, tratando de temas como o trabalho fabril de crianças, a delinquência e as situações de miséria. Os sociólogos se manifestaram na década de 1920, época em que a sociologia americana dedica-se a trabalhos pioneiros, desenvolvidos por W. Thomas, D. Thomas, S. Davies, E. Burgess e K. Young (TRENT in MONTANDON, 2001).

De forma incipiente, na década de 1980 e pouco mais consistente na década de 1990, o tema da infância como categoria sociológica emerge na discussão, produzindo trabalhos que culminaram em uma abordagem diferenciada da infância e da criança, a chamada Sociologia da Infância. Em linhas gerais, nasce apoiada na sociologia interacionista, no estruturalismo (em sua versão europeia da década de 1990), e nas abordagens construtivistas; recusa o conceito de socialização conforme estabelecida por Durkheim e Parsons, os quais entendiam a criança como receptora em um processo de assimilação cultural e orientado pelo ponto de vista do adulto (MARIANO, 2010).

As publicações agregadas sob a denominação da Sociologia da Infância partilham de um mesmo escopo de referenciais, mas suas produções seguem distintas trajetórias teóricas e metodológicas ao se vincular a determinadas disciplinas, como a História, Psicologia³², Antropologia, Pedagogia (BERNARDI, 2005). Nessa literatura identificamos uma convergência para a ideia de que a infância é uma construção social, por isso, componente da cultura e orientada de acordo com determinações sociais de uma época. Seus integrantes, as crianças, mudam ao longo do tempo, mas o período da vida humana chamado de infância permanece, fazendo da infância uma variável da análise sociológica (SIROTA, 2001; BERNARDI, 2005).

Sarmiento (2005) entende que a Sociologia da Infância toma a criança como um ator social, produtor de cultura e que pode ser o objeto sociológico central nas investigações. Já a infância é uma categoria social de caráter geracional, reveladora de aspectos da estrutura social vigente.

A infância é independente das crianças, estas são os atores sociais concretos que em cada momento integram a categoria geracional, ora, por efeito da variação etária desses atores, a “geração” está continuamente a ser “preenchida” e “esvaziada” dos seus elementos constitutivos concretos. A geração é o que permanece como categoria estrutural (...) (SARMENTO, 2005: 364).

³² No que se refere à Psicologia do Desenvolvimento, precisamos destacar que a Sociologia da Infância contribui com críticas contundentes ao modo de conceber a infância como um fenômeno natural e universal, presa a aquisições de competências de acordo com sequências padronizadas (MARIANO, 2010) Para aprofundar o tema, ver também Bernardi, 2005.

Nessa definição de infância imbrica-se a noção da geração, tomada da sociologia manheiniiana e modificada para destacar seus elementos estruturais. Sinteticamente, em Mannheim ([1928], 1982) o conceito de “geração” é um fenômeno cultural que consiste na definição dos aspectos que garantem a um grupo específico a partilha de experiências históricas. Os embates entre diferentes gerações possibilitam conflitos e acarretam mudanças históricas³³.

Para o autor, o fenômeno da geração só adquire relevância sociológica porque existe interação social entre os indivíduos, porque há uma estrutura social definida e pelo fato de a história estar baseada em um tipo particular de continuidade. Dessa forma, “o problema sociológico das gerações começa nesse ponto onde é descoberta a relevância sociológica dos fatores biológicos” (MANNHEIM [1928], 1982: 72).

Mannheim (1982) conclui que a condição biológica é um elemento fundamental, mas não suficiente, pois, sendo uma análise sociológica, a determinação para a existência de uma situação de geração e, principalmente, para que a unidade de geração ocorra em sua plenitude, depende da ação desencadeadora do processo social e cultural³⁴.

Segundo Sarmiento (2005: 363), o sociólogo norueguês Jean Qvortrup (1993) se apropria do conceito de geração conforme desenvolvido por Mannheim e destaca sua dimensão estrutural, de tal modo que a ideia de “geração” possa operar como “uma categoria na análise dos processos de estratificação social e na construção das relações sociais”. Ou seja, ao lado de outras categorias, tais como gênero, raça e classe, “geração” é uma dimensão a mais que permite a compreensão das relações sociais.

³³ No entanto, o fato de uma geração suceder à outra não quer dizer que elas tenham que “desenvolver um padrão próprio e distinto de interpretação e de influência sobre o mundo; o ritmo de sucessivas situações de geração (...) não precisa necessariamente envolver um ritmo paralelo de padrões de motivação e princípios formativos sucessivos” (MANNHEIM, 1982: 93)

³⁴ Reitera uma questão de cunho metodológico, alertando que o estudioso do tema “não pode tentar especificar os efeitos atribuíveis ao fator das gerações antes de ter isolado todos os efeitos devidos ao dinamismo específico das esferas histórica e social” (MANNHEIM, 1982: 95).

Ainda sobre o modo de analisar as relações sociais que envolvem as crianças, Qvortrup ([1993], 2011) enfatiza que essas estão expostas às mesmas forças sociais que os adultos, como as questões econômicas, as ambientais e as políticas. A sociedade é um terreno comum a todos seus grupos etários, por mais que haja particularidades nos modos como os fatos interferem sobre cada grupo.

Apesar de membros da sociedade, Qvortrup afirma que as crianças são postas à margem dos documentos governamentais, dos planejamentos, das estatísticas e das descrições históricas – que pouco retratam ou registram os aspectos e as condições da infância, de modo geral. Para o autor, isso se relaciona com a invisibilidade da infância, “como uma consequência das definições arraigadas das crianças como imaturas, não adultas ainda, que, de qualquer modo, têm que confiar nos pais.” (QVORTRUP, [1993] 2011: 208)

Desse modo, a infância é uma espécie de categoria minoritária, que tende a ser marginalizada pelo grupo adulto que detém mais *status* social. Essa minorização aparece disfarçada em perspectivas “paternalistas”, impressas nos discursos correntes e nas ações políticas. O “paternalismo é uma atitude característica, no sentido de uma estranha combinação de amor, sentimentalismo, senso de superioridade em relação à compreensão equivocada das capacidades infantis e à marginalização.” (QVORTRUP, [1993] 2011: 210)

Na mesma esteira da minorização, Rosemberg (1976, *in* BERNARDI, 2005) afirma que as sociedades contemporâneas elegem a idade adulta como “representantes da espécie humana”. A dependência biológica da criança fundamenta o exercício de um poder que constrói a concepção de infância: “a criança, sobretudo a criança pequena, é próxima à natureza, o adulto, a quem ela é comparada (...) confunde-se com a sociedade”. A natureza e a sociedade são “valorizadas ou desvalorizadas, segundo o momento histórico, segundo as necessidades sociais.” (ROSEMBERG, 1976: 1466 *in* BERNARDI, 2005: 29)

Soares (2002) chama a atenção para as dificuldades do mundo adulto em reconhecer as competências da criança que, embora distintas das habilidades dos adultos, possibilitam a intervenção ativa na realidade, com a construção de saberes e práticas, bem como a habilidade de tomar decisões. Compreendemos que o alerta

de Soares (2002) é para o fato de que a criança, apesar de sua inegável condição de dependência, é mais do que um ser passivo e indefeso, e que as relações estabelecidas com ela a partir da ideia única da dependência, favorecem situações de abuso, destituindo-a como pessoa. Essa perspectiva está presente na Sociologia da Infância, que, em linhas gerais, busca pensar as especificidades humanas da criança, sua relação de alteridade com os adultos e sua condição de ator social, produtor de cultura (SARMENTO, 2005).

Ressaltamos que a Sociologia da Infância, ao pautar a criança como agente social, possui uma vertente de trabalhos que refletem sobre as relações entre a criança e o adulto, problematizando as relações de poder para além do registro meramente biológico e das necessidades de cuidado e orientação inerentes ao período da infância, entendendo tais relações, ao contrário, como expressões culturais dos lugares destinados à criança na sociedade. Tal perspectiva nos fornece elementos para problematizar as relações entre crianças e adultos, ao destacar que, além das diferenças inerentes às condições geracionais, a criança é parte de um grupo etário imerso em relações de poder específicas. É o que se destaca, por exemplo, quando se toma a dimensão da criança na perspectiva de seus direitos.

Portanto, utilizaremos algumas contribuições da Sociologia da Infância na medida em que discutem os lugares sociais destinados à criança na modernidade, de modo que possamos compreender como esses lugares edificam um significado para a criança que permeia as legislações atuais e seus desdobramentos na abordagem institucional da criança.

No que tange ao lugar social da criança, Sarmento (2002) afirma que a primeira configuração da infância na modernidade permitiu que a criança ocupasse um lugar de importância, ao mesmo tempo em que se instalavam, sobre ela, processos de vigilância muito específicos. Nesse tema, Renaut (2002) adensa a discussão quando afirma que a percepção sobre as diferenças implicadas nas idades da vida humana resultou numa concepção que a passagem da infância e da adolescência para uma vida adulta só poderia ser feita pela educação. Daí porque a criança deve ser confinada a espaços específicos – privados ou semiprivados – como a família e a escola, por exemplo.

A criança passa a ser objeto de intervenções por meio do desenvolvimento de técnicas disciplinares, educacionais, princípios de correções e cuidados com o corpo (DONZELOT, 1980). As especificidades que historicamente passaram a ser atribuídas à criança foram respondidas com a busca de resultados padronizados³⁵ na transformação da criança em adulto (RENAUT, 2002).

Tais práticas prescritivas só puderam emergir porque a criança, inserida na dinâmica da modernidade, é reconhecida em sua singularidade e, como qualquer ser humano, precisa aprender as condições de existência coletiva. Em um primeiro momento a ênfase estava na necessidade de desenvolver estratégias para que a criança, haja vista sua disponibilidade de ser moldada³⁶, pudesse chegar à vida adulta preparada para o convívio social.

Ao longo da modernidade a preocupação com a inserção da criança na vida adulta é perpassada pela crescente perspectiva de que a criança, como ser humano, deve ser evocada a partir dos direitos humanos de igualdade e liberdade. O referencial democrático da modernidade leva à consolidação de que a criança é dotada de uma marca subjetiva que a diferencia do adulto, mas que se iguala a ele em termos de condição humana.

Nesse sentido, a questão dos direitos da criança pode ser compreendida como um desdobramento do contexto político e cultural da democracia. Para

³⁵ As concepções homogeneizadoras, que estão no centro da criação da noção de uma infância universal, não se confrontam com a realidade de desigualdade social vivenciadas na modernidade. A concepção e organização da sociedade em função de *dever ser* não anula a realidade de “desigualdades inerentes à condição social, ao gênero, à etnia, ao local de nascimento e residência e ao subgrupo etário a que cada criança pertence.” (SARMENTO, 2002: 06)

³⁶ A questão da *modelagem* da criança precisa ser aprofundada. Para Renaut, a maior contribuição em direção à concepção moderna de infância vem com Locke e seu *Segundo tratado do governo civil*, em 1690, que advoga em nome de uma autoridade parental não mais como um poder absoluto, mas como um governo sobre a vida da criança, incapaz de discernir temporariamente sobre sua liberdade. A autoridade parental é um meio para que se inscrevam na criança os princípios e os meios de que precisa para usufruir de sua liberdade humana (RENAUT, 2002) Depois Rousseau, com Emílio (1762) faz frente à tradição empirista encontrada em Locke, concebendo que a educação deveria ser baseada na espontaneidade infantil, pois o tratamento para com a criança deve proteger sua própria natureza, e essa conduziria seu desenvolvimento. Em termos de relações familiares, a posição de Rousseau se mostra tradicional ao considerar o poder paternal, determinado por uma questão de força, natural. Ao pai, tanto os filhos como a esposa devem obediência, e, ainda, os filhos pertencem a seus pais (RENAUT, 2002) As questões apontadas por Renaut destacam que tanto em Locke como em Rousseau havia uma certeza sobre a infância e sua liberdade, e o saber que se consolidava em cada uma das perspectivas permitia uma normatividade.

Mannheim, a democracia, como tendência dominante e irreversível da cultura ocidental, tem entre seus princípios fundamentais a condição de igualdade entre todos os seres humanos – como “*princípio ontológico fundamental*” – e a liberdade, ou a autonomia de cada pessoa, como unidade social – “reconhecimento do ego vital dos componentes da sociedade”³⁷ (MANNHEIM, [1933], 2001, grifo do autor).

A dinâmica democrática renova a compreensão sobre a criança de tal forma que a criança na modernidade está inserida nos processos de individualização, que acabam por lhe consagrar os mesmos direitos individuais já atribuídos ao homem e ao cidadão no século XVIII (MARCHI, 2009).

A afirmação da igualdade e da liberdade como valores imperativos para a vida social se expressa com magnitude na *Bills of Rights* (Carta dos Direitos) das colônias americanas, em 1776, ao se rebelaram contra a Inglaterra em 1776 e na *Déclaration des Droits de L’homme et Du Citoyen – Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, em 1789, que emergiu da Revolução Francesa (BOBBIO *et al.*, 1998). Nesses documentos, ao se preconizar que todos os homens nascem e permanecem livres e com igualdade de direitos, o princípio essencial do direito da criança já estava implícito, mas foram necessários dois séculos até que fosse escrita e ratificada a Convenção Sobre os Direitos da Criança, em 1989. Para Renaut, o que se inscreve no arcabouço jurídico retrata a lentidão com que a modernidade incorporou a dimensão de direitos da criança (RENAUT, 2002).

Mesmo sendo pautada em duas declarações supranacionais³⁸ anteriores, a noção da criança como titular de direitos somente se apresenta na Convenção dos

³⁷ De acordo com Mannheim, há um terceiro princípio fundamental da democracia é a existência de formas específicas de seleção e controle das elites. Para desenvolvimento do tema, ver o terceiro capítulo de “Sociologia da Cultura”, intitulado “A Democratização da Cultura”, [1933], 2001.

³⁸ A primeira Declaração dos Direitos da Criança, chamada de Declaração de Genebra, foi aprovada pela extinta Assembleia da Sociedade das Nações, em 1924. Seu conteúdo era baseado no texto escrito em 1923 por Eglantyne Jebb, fundadora da União Internacional de Socorro às Crianças. A Organização das Nações Unidas – ONU serviu-se da Declaração de Genebra e inseriu a questão da criança no artigo 25º da Declaração Universal dos Direitos do Homem – DUDH em 1949. Posteriormente, em 1959, para desenvolver os termos do artigo 25º da DUDH, é aprovada pela ONU a Declaração dos Direitos da Criança, com dez princípios. Na Declaração de 1924, o que se colocava eram os deveres do adulto na proteção física e moral da criança. E em 1959, apesar da introdução do documento mencionar que a criança detinha direitos de proteção e liberdade, todos os seus artigos listavam somente direitos de proteção, em nome de um desenvolvimento saudável de seres “imatuross” (RENAUT, 2002; ROSEMBERG, MARIANO, 2010)

Direitos da Criança em 1989, pois as declarações anteriores faziam menção somente aos direitos de proteção, ou seja, à proteção que a criança precisa para que possa se desenvolver física e moralmente.

Os direitos sustentados na Convenção, segundo Renaut (2002), correspondem a duas categorias de direitos. Uma diz respeito aos direitos-créditos (ou direitos de proteção): direito à saúde, à segurança social, a um nível de vida suficiente, à educação, ao repouso e ao lazer; e ainda um conjunto de direitos especiais de proteção: contra a violência, contra a exploração econômica e sexual, contra a venda e tráfico de crianças.

Os direitos especiais de proteção indicam que na Convenção (1989) está presente uma concepção da criança centrada na sua vulnerabilidade. A criança como um “igual-diferente” exige uma proteção específica, não basta lhe garantir os direitos econômicos, sociais e culturais destinados a todos os seres humanos. É preciso reconhecer sua “vulnerabilidade inerente” (SOARES, 2002), ou seja, as especificidades da infância que remetem à necessidade de proteções específicas.

O outro grupo de direitos na Convenção, definidos por Renaut como “direitos-liberdades”, e identificados à teoria geral dos direitos do homem, explicitam os direitos da criança à liberdade de opinião, de expressão, de religião, de associação, de respeito à vida privada.

O problema identificado por Renaut é a contradição entre os “direitos-liberdades” e os “direitos-créditos”,

(...) o mesmo menor cuja imaturidade física e intelectual baseia a proteção à qual tem direito, parece agora poder considerar-se suficientemente maduro para beneficiar das liberdades de opinião, de pensamento, de consciência ou de associação. Situação estranha, concordar-se-á, pela confusão e, ao mesmo tempo, pelo sério problema de coerência que cria na representação da criança que subentende a Convenção (RENAULT, 2002: 294).

A criança como um ser “destinado à liberdade, não pode, (...) de imediato, ser concebida como portadora de todos os direitos que definem a liberdade dos adultos.” (RENAUT, 2002:129). Ao mesmo tempo, “toda a apreensão jurídica da infância nos conduz a imaginarmos, cada vez mais, a sua identidade de direitos.” (RENAUT, 2002: 19).

Uma vez considerada como sujeito de direitos, a criança se inscreve no mesmo rol de valores inerentes aos direitos humanos, porém sem a plena potencialidade de exercer tais direitos, pois depende da intermediação de outros. Como um “*alter ego* portador de direitos” (RENAUT, 2002) ou seja, como um outro ao mesmo tempo diferente, em sua condição de dependência, mas igual, em sua condição de liberdade, a condição da criança na modernidade põe em jogo interrogações e paradoxos de grande amplitude.

Na contemporaneidade se sabe que é preciso respeitar na criança sua liberdade, já que a criança partilha a identidade de ser humano. A aquisição da liberdade humana é central na história moderna da infância. Contudo, o que esta liberdade significa é muito mais difícil de compreender na contemporaneidade (RENAUT, 2002).

A modernidade possibilitou a condição da criança de liberdade, como parte da sua identidade humana, mas não consegue sem contradições e polêmicas especificar o que há de fato de diferente entre crianças e adultos. Para Renault, é reconhecida na atualidade a identidade que une todos os seres humanos, mas a questão que permanece é de que “temos dificuldade em tematizar, em pensar, portanto talvez também em respeitar a diferença que se inscreve nesta identidade e que nos singulariza” (RENAUT, 2002: 198).

Uma das questões a serem levantadas se refere ao fato de que as antigas formas de relacionamento com a criança – baseada na dominação – não foram completamente superadas. Convivemos, segundo Elias (1998), com distintas práticas entre pais e filhos, o que gera um descompasso social entre as práticas e as leis. As legislações que afirmam os direitos humanos de crianças incorporam esta “nova” configuração de infância, mas as relações sociais comportam diferentes perspectivas, que podem se alinhar ou não com os princípios legais. A criança como detentora de direitos exige dos pais, cujo poder é muito maior do que de seus filhos, um grau de autocontrole que supera em muito o grau de autocontrole dos pais de épocas passadas³⁹ (ELIAS, 1998).

³⁹ Os pais contemporâneos precisam rever práticas de dominação, como o emprego da força física na resolução de conflitos com a criança.

Outro fator a ser considerado é o de que os direitos da criança possuem um caráter bastante específico, pois remete a uma condição temporal de dependência numa dimensão teórica diferente dos clássicos estudos de recorte classista ou racista. Para Neto (2007), os adultos, ao se comprometerem com os interesses das crianças, advogam em seu nome, o que expressa muito mais sobre as demandas dos adultos do que da alteridade da criança. Posicionar-se em nome dos direitos da criança é um processo distinto do que ocorre nas lutas travadas em causa própria, como, por exemplo,

As mulheres, os negros, os índios e os homossexuais – eles próprios sofrendo na própria pele a dominação e opressão – se organizaram e construíram discurso e prática alternativos de radicalidade, com indiscutível efetividade e capacidade de alteridade, em termos de processo contra-hegemônico (...). O fato das organizações sociais envolvidas nessas lutas lutarem pela *sobrevivência de sua identidade* faz realmente diferença, quando se coteja com o discurso e prática (...) de alguns movimentos e organizações que lutam pela infância e pela adolescência, ainda eivados de certo paternalismo sub-reptício (NETO, 2007: 09, grifos do autor).

Essa argumentação de Neto nos permite refletir sobre a singularidade das reivindicações em prol dos direitos da criança, tema atual das políticas públicas. A defesa dos direitos das crianças e o desenvolvimento de programas/ações ocorrem sob o crivo da perspectiva do adulto. Ou seja, o direito da criança não emerge como uma demanda delas próprias e sim como uma expressão da sociedade, na qual pessoas que não integram mais a categoria geracional da infância estabelecem as linhas de ações de políticas que devem atender à especificidade da criança.

Entendemos que há necessidade de organizar o exercício dos direitos da criança em torno de uma proporcionalidade entre responsabilidades e direitos. Pelo princípio ontológico de igualdade, a criança é plena de direitos, porém isto não significa dizer que ela se iguale ao exercício de direitos do adulto. Adotamos a concepção de Mannheim ([1933], 2001) de que a igualdade não é um nivelamento mecânico entre as pessoas, pelo contrário, as pessoas são diferentes entre si e o que se coloca como princípio é a exigência de uma igualdade de status entre as pessoas.

Neste sentido, podemos considerar que a especificidade da criança, em sua condição de igualdade, é de que ela precisa de um mediador para garantir seus

direitos. Esse mediador pode ser um adulto responsável por ela, ou, na ausência de relações familiares que garantam a inviolabilidade de direitos da criança, o Estado torna-se o responsável por sua proteção. No entanto, uma das dificuldades encontradas está no fato de que ao tutelar a criança, o outro que a representa – pessoa ou instituição – pode interceder em nome de interesses próprios e não da criança. O que nos leva a um aspecto da relação com a criança titular de direitos que extrapola as concepções legais e adentra a uma dimensão moral.

O aspecto moral também pode ser pensado quanto à liberdade da criança, na medida em que, em nome desse direito, a criança é exposta a situações com as quais não consegue lidar. Desse modo,

cabe-nos indagar se reconhecer as crianças como atores sociais – dotadas de competências para apreender e alterar a realidade, com algum (ou certo) grau de consciência sobre o que pensam, sentem e desejam, com capacidade para emitir opiniões e fazer escolhas – significa, também, reconhecer que devem assumir o ônus de decisões importantes ou de ser envolvidas em processos judiciais, cujo controle lhes escapa (ROSEMBERG e MARIANO, 2010: 721).

Retomando o enfoque do *status* jurídico da criança como sujeito de direitos, é fundamental compreendermos o modo como tal concepção opera no contexto brasileiro e que tipo de política ela referencia.

A Convenção, quando ratificada pelo governo brasileiro, passou a compor no país a sedimentação normativa a respeito da criança como detentora de plenos direitos, influenciando também os discursos políticos e teóricos que permeiam a prática institucional destinada à criança. No Brasil, a Convenção Sobre os Direitos da Criança foi assimilada às discussões que reformularam a política destinada à criança e ao adolescente no final da década de 1980⁴⁰. O Estatuto da Criança e do Adolescente⁴¹, Lei nº 8.069, promulgado em 1990 já incorporava o “espírito” da

⁴⁰ Sobre o histórico da política nacional destinada à criança e ao adolescente e o processo de elaboração do Estatuto ver Pilloti e Rizzini (1995); Pereira (1998); Bernardi (2005); Rizzini (2008) e Rosemberg (2008).

⁴¹ O Estatuto da Criança e do Adolescente regulamenta os princípios da Constituição Federal de 1988 (CF) no que diz respeito à população infanto-juvenil, principalmente o artigo 227, como veremos adiante. Além do artigo 227, destacamos também o artigo 6º da CF, que reconhece a proteção à infância como direito social.

Convenção, tematizando a criança e o adolescente⁴² como sujeitos de direitos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente incorporou o texto da Convenção, porém não conferiu o mesmo tratamento aos direitos de liberdade e aos direitos de proteção. A ênfase no debate brasileiro era o enaltecimento da *proteção Integral* (ROSEMBERG, 2008), o que se justifica ante as condições sociais, econômicas e políticas de uma sociedade em que os direitos civis e sociais não estão consolidados. Portanto, estabelece-se como prioridade a luta pela igualdade “entre as crianças” em um contexto em que exclusão social, miséria, negligência e abandono da criança e do adolescente era a tônica (ROSEMBERG, MARIANO, 2010).

Ao contrário de outros países que debateram as contradições entre os direitos de liberdade e os direitos de proteção – como, por exemplo, na França – o enfoque no Brasil estava sobre o avanço da lei ao conceber a criança e o adolescente como titulares de direitos e promover o reordenamento das políticas públicas⁴³.

A comparação com as legislações anteriores, baseadas na doutrina da situação irregular e no uso das práticas asilares, parece impedir discussões intrínsecas às contradições da lei e da Convenção. Desse modo, os argumentos utilizados em discussões sobre o ECA buscam enfatizar o mérito dele estender os direitos sociais ao conjunto da população de criança e adolescentes (BERNARDI, 2005: 44)

⁴² Lembramos da diferenciação feita no Estatuto entre crianças e adolescentes, que não se observa na Convenção. O tema já foi explanado em nota de rodapé da Introdução.

⁴³ Refletindo sobre o processo, passadas duas décadas, é possível afirmarmos que a elaboração do texto legislativo traz as marcas dos movimentos produzidos por agentes históricos concretos, em um contexto brasileiro muito específico. Tal contexto coloca em pauta diferentes questões sociais: a necessidade de incorporar discursos sobre direitos humanos que estavam em voga no cenário mundial; a resposta social ao período da ditadura militar, em que a antiga legislação sobre a infância era vista como a expressão em miniatura do autoritarismo, da vigilância e controle do regime; a existência de posições contraditórias de diferentes grupos nos quais circulavam ideias sobre a criança e os problemas sociais do período. A legislação foi utilizada como ferramenta contra o autoritarismo da ditadura militar, e nesse contexto o Estatuto significava uma ruptura paradigmática. Talvez o destaque a essas preocupações tenha sido um fator determinante para que o Brasil, como assinala Rosemberg (2008), tenha rapidamente incorporado o paradigma da Convenção no Estatuto sem contemplar as discussões sobre as tensões entre os direitos de crédito e os direitos de liberdade.

2.2 O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ao regulamentar o artigo 227⁴⁴ da Constituição Federal, que proclama a “doutrina da proteção integral”, o Estatuto da Criança e do Adolescente⁴⁵ – Lei nº 8.069 de 1990 – detalha os direitos fundamentais de crianças – pessoas de zero a doze anos incompletos – e adolescentes – pessoas de doze anos a dezoito anos incompletos, bem como apresenta a política de atendimento que deve observar tais direitos.

Desde sua promulgação, o Estatuto suscita muitos debates entre os executores de políticas públicas, é alvo de diferentes estudos, com destaque para algumas temáticas, tais como: os dilemas entre os direitos da criança e a situação do adolescente em conflito com a lei; a prevalência dos direitos de proteção em face dos direitos de liberdade e, principalmente, a conversão dos princípios da proteção integral da criança e do adolescente nas práticas das políticas públicas⁴⁶.

Para nossos interesses de pesquisa abordamos o Estatuto da Criança e do Adolescente de modo a destacar as linhas gerais da política de atenção que esta lei apresenta, ou seja, como ocorre a regulamentação jurídica da condição da criança como sujeito de direitos, e, por decorrência, como é que “o tempo da infância é submetido a uma política de arranjos que se tornou assunto de Estado” (MOLLO-BOUVIER, 2005: 396). Especificamente, apresentamos as formas de intervenção do Estado quando em uma situação-limite em que os direitos da criança são violados de tal forma que se configure a ocorrência de um crime.

⁴⁴ Art. 227: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (BRASIL, 1988; com redação alterada pela Emenda Constitucional nº 65).

⁴⁵ Para simplificar a escrita, a partir deste parágrafo nos referimos ao Estatuto da Criança e do Adolescente como Estatuto.

⁴⁶ Para uma análise sobre o Estatuto e suas implicações na realidade social, destacamos algumas leituras: Fajardo, 1999; Bazílio, 2003; Schuch, 2005; Rosemberg, 2008.

Ancorada a princípios constitucionais como a democracia participativa e a descentralização político-administrativa e consonante com o conjunto de documentos internacionais da época, o Estatuto emerge com uma radical mudança de concepção sociojurídica da infância e da juventude: a afirmação da criança e do adolescente como sujeitos de direitos.

A promulgação do Estatuto instituiu um marco legal que propõem três mudanças: de concepção, por meio da proteção integral e respeito à condição especial de pessoas em desenvolvimento; de gestão, ao ampliar a elaboração de políticas públicas para a participação da sociedade civil organizada; e de método, por imprimir natureza social e educativa às políticas públicas (ROSEMBERG, 2008; BASÍLIO, 2003). Contudo, as medidas de proteção previstas e aplicadas ainda não são precisas e amplas o suficiente para universalizar a garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Sua dependência do adulto gera situações de vulnerabilidade, agravadas por problemas sociais complexos como a marginalização social, a miséria, a exploração no trabalho, a exposição a doenças e a violências físicas e sexuais.

Em seu Livro I, Título I, o Estatuto define crianças e adolescentes como pessoas com necessidades específicas por estarem em uma peculiar condição de desenvolvimento. Esta leitura evoca a valorização da infância e adolescência como momentos diferenciados da vida humana, o que se vincula à noção da “prioridade absoluta” destinada à criança e ao adolescente, e à obrigatoriedade da “proteção integral” como “dever do Estado, da família e da sociedade” (BRASIL, 1990).

Os direitos atribuídos às crianças e aos adolescentes são ordenados em cinco direitos fundamentais⁴⁷: “Direito à Vida e à Saúde”; “Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade”; “Direito à Convivência Familiar e Comunitária”; “Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer”; “Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho” (BRASIL, 1990).

⁴⁷ Comparato (2005) define que os direitos fundamentais são direitos humanos reconhecidos e positivados em normativas legais.

Sobre o conteúdo dos direitos fundamentais, vale destacarmos que a ênfase dada no Estatuto está nos direitos de proteção, já os direitos de liberdade não são detalhados com a mesma preocupação. Essa tendência do texto legal pode ser identificada na leitura dos artigos do Estatuto, que inserem os direitos de proteção nos cinco direitos fundamentais, ao passo que, os direitos de liberdade são abordados somente no direito fundamental referente ao “respeito, liberdade e dignidade”⁴⁸.

Além da apresentação dos direitos fundamentais, o Estatuto também anuncia uma política de atendimento,⁴⁹ que é arquitetada de acordo com os princípios constitucionais, evocando aspectos da universalidade, integração, gestão e fiscalização compartilhada. Ou seja, a proposta é de uma política pública executada por todos os entes federados, em um sistema de atendimento que integre serviços públicos e a participação da sociedade civil organizada.⁵⁰

Essa política transversal é ordenada em um sistema específico, denominado pela Resolução 113 do CONANDA (BRASIL, 2006) como um Sistema de Garantia de Direitos – SGD. Este Sistema regulamenta a política de atendimento anunciada no Estatuto em seu Artigo 86.⁵¹

⁴⁸ O direito à liberdade no Estatuto inclui a “opinião e expressão, (...) a crença e culto religioso, (...) a participação na vida familiar, comunitária (...) e política.” E, ainda, o artigo 17 descreve que o “direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.” (BRASIL, 1990)

⁴⁹ A Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente é apresentada em suas linhas gerais no Artigo 87 do Estatuto.

⁵⁰ O modelo operacional da Doutrina da Proteção Integral prevê a criação dos Conselhos de Direitos como fórum de controle e formulação das políticas, de composição mista e paritária entre governo e sociedade civil em instâncias municipais, estaduais e federal (CONANDA, 2007; DIGIÁCOMO, 2008) São também criados com o Estatuto os Conselhos Tutelares, colegiados de atuação municipal, compostos por representantes da sociedade eleitos com a função, expressa no artigo 131, de “zelar pelo cumprimento dos direitos de crianças e adolescentes” (PARANÁ, 2010). Os Conselhos Tutelares expressam a intenção de reduzir o papel do Poder Judiciário, como uma oposição ao modelo anterior dado pelo Código de Menores que centralizava na figura do juiz de menores as decisões sobre a defesa de direitos da criança (BAZÍLIO, 2003).

⁵¹ Art. 86: “A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.”

De acordo com a Resolução 113, o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente articula entes governamentais e não governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dividindo suas atribuições de acordo com três eixos constitutivos – Defesa, Promoção e Controle Social – que se apresentam com as seguintes características:

- Defesa: que consiste no acesso à justiça, aos recursos às instâncias públicas e mecanismos jurídicos. É o eixo de atuação do Conselho Tutelar, Poder Judiciário, Ministério Público, Segurança Pública, Ouvidorias e Centros de Defesa (CEAT, 2006, BRASIL, 2006).
- Promoção: que é transversal e intersetorial, inclui serviços e programas de políticas básicas e programas de execução de medidas de proteção e socioeducação (BRASIL, 2006).
- Controle social: que trata da participação da sociedade na formulação e no acompanhamento das políticas, por meio da ação de instituições públicas colegiadas e paritárias, como os Conselhos de Direitos e os Conselhos Setoriais (CEAT, 2006, BRASIL, 2006).

As situações-limite na defesa de direitos da criança ocorrem quando um de seus direitos foi violado. Por violações entendemos toda ação ou omissão que impeçam a criança de usufruir qualquer um desses direitos. Uma violação de direitos pode ser a impossibilidade de frequência ao ensino fundamental por falta de vagas nos estabelecimentos de ensino, ou a ausência de locais adequados em um dado município para o lazer da criança.

Quando as violações ocorrem contra os direitos fundamentais de *vida e saúde*, bem como *respeito, liberdade e dignidade*,⁵² podem ser identificadas como casos de violências.⁵³ Em sequência, violência contra a criança é abordada na forma

⁵² Considerando os estudos consultados, a violência contra a criança é apresentada como violação do *direito ao respeito, liberdade e dignidade*, pois, nos artigos do Estatuto que contemplam esse direito, emerge a discussão da “integridade física e moral da criança” (CURY, 2005; TIBYRIÇÁ, 2010) Mas também a violência pode ser tematizada como uma violação do *direito fundamental à vida e à saúde*, como, por exemplo, em FISHER (2010).

⁵³ Não necessariamente uma violação implica em violência. Por exemplo, a ausência de pré-natal da gestante é uma violação de direito, não uma violência. A continuidade do texto esclarece o conceito de violência.

de um crime,⁵⁴ ou seja, uma infração penal, que exige a atuação de instituições envolvidas com as práticas jurídicas.

As medidas a serem tomadas frente à violência dependem, entre outras questões, de como essa é compreendida na sociedade e de sua discriminação na legislação vigente. O que envolve o desenvolvimento de saberes específicos que definam e classifiquem, tanto teórica quanto legalmente, a violência contra a criança, especificando quais os crimes correspondentes.

Quanto à conceituação de violência, por ora, nos é suficiente uma definição simplificada. Desse modo, entendemos por violência uma relação de força, capaz de produzir danos físicos ou psíquicos. De acordo com Michaud (1989):

Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais (MICHAUD, 1989: 10-11).

A violência cometida contra a criança é compreendida por estudiosos como uma forma de violência específica. Minayo (2001) produz uma definição dessa forma de violência que abrange os múltiplos aspectos envolvidos. Nas palavras da autora:

(...) a violência contra crianças e adolescentes é todo ato ou omissão cometido pelos pais, parentes, outras pessoas e instituições capazes de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima. Implica, de um lado, uma transgressão no poder/dever de proteção do adulto e da sociedade em geral e, de outro, numa coisificação da infância. Isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de serem tratados como sujeitos e pessoas em condições especiais de desenvolvimento (MINAYO, 2001: 26).

Essa definição implica o reconhecimento da criança como sujeito de direitos. Ou seja, alinha-se com a perspectiva social produzida nas últimas décadas, afirmada

⁵⁴ De acordo com o Código Penal (GRECO, 2010), não existe no Brasil um conceito legal de crime. Há um conceito analítico, que procura analisar os elementos ou as características que integram a noção de crime, ou seja, para que se possa falar em crime este tem de ser uma conduta prevista no ordenamento penal, contrariando a ordem jurídica e quem o executa tem que ser passível de imputabilidade e ter consciência do fato cometido. E é esta a função do Direito Penal, “proibir ou impor condutas sob a ameaça de sanção.” (GRECO, 2011)

nas normativas internacionais e nacionais⁵⁵. Porém o tema da violência contra a criança é problematizado desde o século XIX. Em 1860, Tardieu, médico legista francês, realizou um estudo pioneiro sobre a causa de morte de crianças relacionada a maus tratos. Seu trabalho sobre a síndrome da criança espancada não teve muita repercussão na época (CARVALHO, 2007).

Uma das primeiras situações registradas em que foram tomadas providências oficiais diante de uma situação de violência contra a criança, ocorreu nos Estados Unidos, em 1874. Em um período em que não vigorava nenhuma legislação sobre a proteção da criança, a Sociedade Norte-Americana para Prevenir a Crueldade Contra os Animais interferiu no caso de Mary Ellen Wilson, menina que sofria maus tratos por parte de sua madrasta após a morte do pai. A alegação da Sociedade era de que poderia interferir na situação da criança porque esta era parte do reino animal (PIRES e MIYAZAKI, 2005: 43).

Na década de 1960 consolidaram-se estudos relacionados ao campo da medicina que promoveram grande avanço na questão do que se chamava de abuso infantil. O conceito de abuso infantil foi desenvolvido com base em pesquisas de um grupo de pediatras norte-americanos liderados por Kempe, que utilizam raios-X para obter provas objetivas (CARVALHO, 2007:177). A chamada Síndrome da Criança Espancada, relatada em um estudo publicado por Kempe e seus colaboradores em 1962, foi reconhecida pela Academia Americana de Pediatria (PIRES e MIYAZAKI, 2005), e “é considerado como o primeiro artigo a tratar do tema da violência contra a criança cometido por seus/suas cuidadores/as” (CARVALHO, 2007:177).

É também na década de 1960 que a violência contra a criança adquire visibilidade no Brasil. Emerge como assunto de saúde pública, “tendo como marco as denúncias realizadas pelos profissionais de saúde” sobre as consequências da violência para a criança. No entanto, foi somente na década de 1980 “que se deu

⁵⁵ Vale citarmos que há uma vasta publicação, produzida por estudiosos da violência contra a criança e reproduzida em manuais e cartilhas utilizados em políticas públicas, que definem uma tipologia das formas de violência. Existem variações nas definições, mas, em geral, são apontadas a negligência, a violência física, a violência psicológica e a violência sexual dividida entre violência com ou sem contato físico e ainda na forma de exploração sexual. Para consultar o tema sugerimos: GUERRA, (1996) e (1998); AZEVEDO, (1989); LEAL, (2001); FALEIRO, (2000); PFEIFFER, (2006); SEDES/SAPIENTAE, (2008).

efetivamente a entrada do tema violência na agenda dos debates políticos e sociais” (MONTEIRO, 2010). Tal visibilidade da questão nos indica uma mudança na sociedade, que passa a incorporar a violência contra a criança como um problema social.

Renaut (2002) afirma que nas últimas décadas houve um aumento considerável de condenações de pais, familiares e responsáveis pela violência contra a criança, e um aumento dos processos penais relacionados a atos de pedofilia. Para compreender esta realidade, Renaut (2002) alerta para evitar duas respostas simplificadas à situação: a ideia de que nossas sociedades tornaram-se permissivas e a noção inversa, de que nossas sociedades estariam mais repressivas e por isso operacionalizando um maior interdito sobre as violências praticadas contra as crianças.

Nem permissivas, nem repressivas. Para Renault (2002), estes dados revelam apenas que nossas sociedades ficaram mais “democráticas”. E, nesta condição, a noção da criança como um “*alter ego* portador de direitos” se inseriu nas mentalidades, o que forneceu suporte para o desenvolvimento de mecanismos de proteção, denúncia e medidas institucionais de julgamento dos casos de violência contra a criança cada vez mais disseminados.

Além de disseminadas, as ações ante a violência contra a criança também se especializam, de forma que os crimes contra a criança, mesmo de competência do campo jurídico, cada vez mais estão inseridas em uma proposta de intervenção que toma a criança como sujeito de direitos em condição peculiar de desenvolvimento. Tal dimensão, conferida pelo Estatuto, é essencial na medida em que ordena um novo paradigma de atuação, tanto em termos de concepções sobre a infância quanto na articulação das instituições e suas funções.

1.3 ATENDIMENTO DA CRIANÇA EM SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA NO ÂMBITO JURÍDICO

O Estatuto prevê que a criança e o adolescente devem ter acesso à justiça, e que o Estado deve garantir um sistema de “Justiça Especializada” para atender às

violações de direitos⁵⁶.

Prevê, também, que a violência contra a criança, na forma de diferentes crimes, de acordo com o Artigo 226,⁵⁷ deverá ser tratada de acordo com o Código Penal⁵⁸ e o Código de Processo Penal.⁵⁹

Entendemos que com relação à violência contra a criança há uma complementaridade entre o Estatuto, incluindo o desdobramento na categorização das ações de atendimento conforme os eixos descritos no Sistema de Garantia de Direitos (SGD), e as normativas do Direito Penal. O SGD, em sua “imaterialidade”, se orchestra na medida em que as instituições atendem aos preceitos da política destinada à criança. Os Códigos que orientam as práticas jurídicas do Direito Penal definem a forma concreta de atuação das instituições nos casos dos crimes cometidos contra a criança.

No que se refere a essas normativas, precisamos assinalar que uma das lacunas expressivas do Estatuto está em não indicar como deve ocorrer a aplicação do Código Penal e do Código de Processo Penal nos casos de violências contra a criança. Desse modo, se é prevista a instituição de espaços especializados para

⁵⁶ Essas observações estão baseadas em dois artigos do Estatuto, a saber, Artigo 141 - “É garantido o acesso de toda criança ou adolescente à defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, por qualquer de seus órgãos.” - e Artigo 145 - “Os estados e o Distrito Federal poderão criar varas especializadas e exclusivas da infância e da juventude, cabendo ao Poder Judiciário estabelecer sua proporcionalidade por número de habitantes, dotá-las de infra-estrutura e dispor sobre o atendimento, inclusive em plantões.” (BRASIL, 1990)

⁵⁷ Artigo 226: “Aplicam-se aos crimes definidos nesta Lei as normas da Parte Geral do Código Penal e, quanto ao processo, as pertinentes ao Código de Processo Penal.” (BRASIL, 1990)

⁵⁸ O Código Penal é a legislação que define quais são os crimes, como e de acordo com que devem ser tratados, julgados e penalizados. Considerando o período republicano, que tem seu primeiro Código Penal em 1890, até os dias atuais, houve uma ênfase gradual dada ao direito da criança, Landini (2005) argumenta que a ênfase nos direitos ocorre a partir de uma visão que se centra gradativamente no indivíduo, citando como exemplo a substituição dos crimes contra os costumes, de 1940, para os crimes contra a liberdade sexual. As últimas alterações do Código Penal, conferidas pela Lei nº 12.015 de 2009, contemplam as várias formas de violências sexuais contra a criança enquanto Crimes Contra a Dignidade Sexual (BRASIL, 2009)

⁵⁹ O Código de Processo Penal é o conjunto de regras e princípios que regem a aplicação do Direito Penal. O Código de Processo Penal foi sancionado pela Lei nº 3.689 de 1941, e vem sendo alvo de constantes modificações, sendo a última incorporada pela Lei 12.403 de maio de 2011 Esta última alteração se referiu à prisão processual, fiança, liberdade provisória e demais medidas cautelares, incluindo, no artigo 313, inciso III, a admissão da prisão preventiva “se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas de proteção de urgência.” (BRASIL, 2011)

atender à criança que vivencia uma situação de violência, não há detalhamento sobre como essa especialização se dará.

Na forma de crime, previsto no ordenamento jurídico, a violência contra a criança é tratada de acordo com procedimentos legais, que incluem a averiguação dos fatos, qualificação e enunciação desses como crimes, para que sejam aplicadas as sanções penais previstas em lei aos executores dos crimes. Esses procedimentos legais envolvem um tratamento lógico-formal específico, desenvolvido em instituições destacadas para tal.

A averiguação sobre um fato que pode implicar um crime cometido contra a criança é feita por meio de um inquérito policial, de responsabilidade da Polícia Civil, na condição de órgão do Poder Executivo competente para tal. A investigação fornece elementos para que Promotoria de Justiça, órgão do Ministério Público, proceda à qualificação do fato como um crime, previsto por lei. A Vara Criminal, órgão do Poder Judiciário, ao acatar a denúncia, transforma o inquérito e a denúncia em um processo penal, levando ao julgamento do réu e a elaboração de uma sentença, que decidirá pela condenação ou absolvição deste.

Segundo Kant de Lima (2008), o tratamento lógico-formal conferido pelas três instituições é necessário para que os fatos da realidade possam entrar no “mundo do direito”. Para Hesse (1988), o que caracteriza a atividade judicial é o ato da pronúncia de uma decisão autorizada – e por isso vinculante – no caso de direitos contestados ou lesados. Ou seja, as decisões jurídicas têm consequência sobre a realidade, uma vez que são manifestações do Estado.⁶⁰

O episódio real de suposta violência contra a criança é tomado não em si, mas na sua reconstrução, de acordo com as normas e os procedimentos instituídos. Para ser um fato jurídico, o evento da realidade precisa ser formalizado e codificado. A legitimidade da prática jurídica depende do cumprimento de procedimentos

⁶⁰ Para Weber, o Estado contemporâneo como uma comunidade humana que (...) reivindica o *monopólio do uso legítimo da violência física*. (...)” e “Tal como todos os agrupamentos políticos que historicamente o precederam, o Estado só pode existir (...) sob condição de que os homens dominados se submetem à autoridade continuamente reivindicada pelos dominadores.” As razões para a dominação se fundamentam em três princípios da legitimidade; a saber, a autoridade do passado (poder tradicional), autoridade de dom pessoal (poder carismático) e autoridade por legalidade (poder racional) (WEBER, 1968: 56-57).

ratificados historicamente, padronizados e universalizados. Podemos compreender tais procedimentos como um ritual que, ao ser cumprido, institui um modo de compreender o evento da realidade e vincula a ele decisões oficiais.

O ritual jurídico é executado por agentes que, de acordo com as funções de suas instituições, colocam em ação um modo singular de interpretar a realidade e convertê-la em matéria de apreciação jurídica. Como uma espécie de trajeto construído à medida que os agentes entram em ação, as diferentes etapas do ritual se sucedem e formam um conjunto complexo.

Como apontamos na Introdução, a atuação dessas três instituições nos casos de violência contra a criança constitui a base material de nossa pesquisa. Assim, é necessário um breve histórico das instituições com o objetivo de destacar aspectos que esclarecem suas funções sociais e enfatizar suas ações na área criminal. Destacamos, ainda, que, em comparação com o Ministério Público e o Judiciário, que serão referidos como expressão do poder do Estado, a Polícia Civil, por ser uma organização específica inserida no Poder Executivo, cujas atribuições são amplas e variadas, será abordada de um modo mais circunscrito a suas peculiaridades.

Polícia Civil

No ordenamento constitucional brasileiro, a Polícia Civil é anunciada no artigo 144 da Constituição Federal (CF) de 1988 como uma das formas de existência da polícia⁶¹. Inserida na lógica de uma “segurança pública” como “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos”, as funções policiais são exercidas “para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” (BRASIL, 1988).

Kant de Lima (2008) ressalta que, apesar de a dogmática jurídica considerar os procedimentos da Polícia Civil como “preliminares” à ação “propriamente jurídica”,

⁶¹ De acordo com o artigo 144 (BRASIL, 1988), observa-se que são muitas as divisões da polícia – rodoviária, ferroviária, civil, militar, corpo de bombeiros, com âmbito de gestão na esfera federal ou estadual. Ainda se dividem em funções preventivas, para resguardar a ordem pública, como é o caso da Polícia Militar, e repressiva, na atuação diante de um crime cometido, sendo esta última a definição da Polícia Civil.

a Constituição Federal (CF) de 1988 lhe atribui funções administrativas e judiciárias. No artigo 144 da CF, em seu parágrafo quarto, a polícia civil é assim descrita: “às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares” (BRASIL, 1988).

É de acordo com essa descrição constitucional que a Polícia Civil, com seu título de polícia judiciária, passa a ter um papel ativo, não mais como executora de encaminhamentos do Poder Judiciário – como observado nas Constituições anteriores a de 1988 – mas à frente das investigações necessárias à “montagem” dos casos, reunindo documentos, declarações e laudos que são ordenados no instrumento chamado de inquérito policial (SCHUCH, 2005).

A Delegacia, na qualidade de Polícia Judiciária, opera com os procedimentos que consistem na montagem do inquérito policial, primeira etapa para que se possa instituir um Processo penal. No entanto, a prática da Polícia Civil é considerada como preliminar ao que pode ser classificado como “procedimentos propriamente jurídicos” (KANT DE LIMA, 2008), principalmente porque não há tomada de posição judicial durante o inquérito policial, ele consiste em uma averiguação dos fatos. Como órgão do Poder Executivo, podemos compreender o âmbito da Polícia Civil como um espaço de intersecção entre procedimentos administrativos e jurídicos.

Cabe ainda ressaltarmos que o inquérito policial não é a única atividade que compete à Polícia Civil. As ações relativas ao inquérito são centrais, porém,

Ocorre que nem a persecução penal se restringe ao inquérito e nem as tarefas de investigação dependem necessariamente da formalização de seus atos em peças⁶² escritas. A obtenção de informações sigilosas pela via informal da denúncia anônima, a infiltração policial em organizações criminosas e a montagem de campanhas para observação de suspeitos são atividades que não requerem expediente mais formal do que uma simples ordem de serviço. Nem por isso se confunde investigação com operação policial, visto que nas operações é dada uma grande margem de planejamento, utilização de efetivo e emprego de materiais para uma dada atividade específica (ALVES, 2008:04-05).

⁶² As “peças” são os documentos que fazem parte do inquérito ou o próprio inquérito, como peça do processo penal.

Mesmo exercendo outras atividades, a Delegacia, como órgão da Polícia Civil, possui a função primordial de apurar possíveis infrações penais cometidas, o que exige a execução de procedimentos administrativos e investigativos, norteados por conhecimentos jurídicos (ALVES, 2008). E atende às especificações da legislação destinada à criança, como expresso em uma das considerações da Resolução 120/04, SESP/PR, que cria a Delegacia Especializada,

que a partir da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, passou a vigorar no Brasil a ideia de proteção integral à criança e ao adolescente, reconhecidos os seus direitos como especiais e específicos, uma vez tratarem-se de cidadãos em desenvolvimento (...) (PARANÁ, 2004).

Ministério Público

As origens do Ministério Público podem ser associadas às antigas formas de governo existentes no Egito, em Roma e na Grécia. O Brasil incorpora em sua história esta forma de poder desde o período colonial, sob influência do direito lusitano (COSENZO, 2006 *in* OLIVEIRA, 2008).

No sistema de justiça brasileiro sempre coube ao Ministério Público as funções de fiscalização da lei e a titularidade da ação penal pública⁶³. O Ministério Público, como um terceiro elemento ao lado do juiz e das partes, acompanha a aplicação da lei pelo juiz em casos concretos, como um órgão interveniente. Como titular da ação penal, aciona o Poder Judiciário em nome do Estado (ARANTES, 1999).

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 127, descreve o Ministério Público como “(...) instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.” (BRASIL, 1988) É desta descrição que

⁶³ A ação penal é definida na doutrina jurídica como “direito público subjetivo exercível pela parte para exigir do Estado a obrigação da tutela jurisdicional.” (THEODORO JÚNIOR *in* GRECO, 2011: 225). Para existir uma ação precisa que esta seja embasada em um mínimo de indícios sobre a ocorrência de um delito. A ação penal é considerada pública quando sua iniciativa é proposta por um órgão oficial, e privada quando oferecida por um indivíduo.

se consolidam⁶⁴ as inovações na figura do Ministério Público, incorporando em seus fazeres a defesa dos direitos difusos e coletivos.

Antes de 1988 o Ministério Público era uma instituição vinculada ao Poder Executivo. Sua independência vem com o processo de redemocratização que marca a Constituição de 1988, passando a ser um “ator político singular”, com autonomia administrativa e funcional e uma atuação vinculada aos objetivos constitucionais de ampliação das condições de cidadania (OLIVEIRA, 2008). Por isso é que se nomeia o Ministério Público como “guardião dos direitos da sociedade” (ARANTES, 1999).

“Denúncia” é o nome do procedimento legal que cabe ao Ministério Público, como titular da ação penal, para provocar o Poder Judiciário a instalar um processo penal ante os indícios da ocorrência de um crime. Para apontar os indícios, o promotor utiliza os dados investigados pela Polícia Civil que constam no inquérito policial; ao fazer isso, o Ministério Público inicia a desconstrução do inquérito como um documento único, pois esse passa a integrar a Denúncia, embasando-a.

De acordo com o Código Penal, o Ministério Público pode promover a ação penal pública de duas formas: condicionada ou incondicionada. Na forma condicionada existe a necessidade de uma representação – na qual o ofendido ou seu representante legal declaram o interesse em iniciar a ação penal – sem a qual não se pode promover a ação penal. Por exemplo, no caso de uma criança que, durante a discussão com um vizinho, recebe desse um tapa no rosto. Para que ocorra uma ação penal que considere o vizinho como réu, é preciso que algum responsável pela criança faça a representação.

Na forma incondicionada o Ministério Público pode promover a ação penal pública sem a representação, ou seja, sem que o ofendido ou seu representante manifeste interesse. Na incondicionada não se indaga pelo interesse da vítima, ou de seu representante, “em ver processado e julgado o fato que violou” o “bem jurídico tutelado pelo direito penal”. Na ação incondicionada está em questão a obrigatoriedade do Ministério Público em promover a ação, pois o Estado tem como

⁶⁴ Consolidou e não deu início, pois leis ordinárias e complementares, desde 1981, já indicavam o papel do Ministério Público na normatização de interesses difusos e coletivos. (ARANTES, 1999)

uma de suas finalidades a repressão a infração penal⁶⁵ (VASCONCELOS, 2011). Um exemplo da ação incondicionada é a situação de abuso sexual contra a criança.

Poder Judiciário

Em termos operacionais, cabe ao Poder Judiciário o julgamento de quaisquer conflitos que possam surgir no território nacional, baseando-se nas normativas em vigor, tanto nacionais como internacionais. Este Poder se divide em diferentes atuações, em uma hierarquia consolidada na esfera federal e estadual. A atuação do Judiciário que nos interessa neste trabalho é a área criminal, que se vincula, nos estados, aos tribunais estaduais. Com a Constituição de 1988, o Poder Judiciário só poderá agir quando provocado, ou seja, é necessário que a sociedade ou a figura do Ministério Público solicite sua intervenção.

De acordo com Arantes (2007), o Judiciário moderno possui gênese em duas tradições, a norte-americana e a francesa, e emerge na separação dos poderes no século XVIII, sob a influência de filósofos como Locke (1632 – 1704), Montesquieu (1689 – 1755). Posteriormente outra grande influência é de Tocqueville (1805 – 1859). No século XX ocorreram mudanças significativas com a expansão de suas duas funções: a prestação de justiça e o controle de constitucionalidade das leis.

Para garantir as conquistas em pauta, uma nova dogmática jurídica garantidora de direitos era necessária. Tal questão foi trazida como a necessidade de uma redemocratização do Judiciário, com mudanças concretas em seu papel diante das demandas sociais (OLIVEIRA, 2008; GONÇALVES, 2005). Neste período histórico se consolida um distinto equilíbrio entre os três Poderes, de acordo como o legislador constituinte tematiza a esfera judiciária e seu controle sobre os poderes políticos.

A democracia social e a institucionalidade da democracia política que se afirmaram após a Segunda Guerra Mundial acentuaram a tendência de Constituições guiadas pelo princípio da positivação dos direitos fundamentais. Essa positivação

⁶⁵ A ação penal pública incondicionada é a ação mais comum, pois é aplicada em todos os casos em que legislação não prevê outro tipo de ação.

deve ser entendida como o cerne explicativo de uma mudança entre os três Poderes, especificamente sobre a entrada do Poder Judiciário no espaço político (VIANNA, 1999).

Nesta tendência mundial, a positivação dos direitos fundamentais e a introdução de interesses difusos e coletivos na Constituição de 1988 teriam permitido um complexo fenômeno tratado por Vianna como uma judicialização da política e das relações sociais (SCHUCH, 2005). O que significa dizer que o Poder Judiciário passou a interferir na execução política a partir de concretas possibilidades de intermediação de conflitos, tutelando interesses coletivos e difusos. Ou seja, “a política se judicializa a fim de viabilizar o encontro da comunidade com os seus propósitos, declarados formalmente na Constituição”. (VIANNA, 1999: 40)

O processo penal empregado nas situações de crimes cometidos contra a criança é uma das formas do processo judicial. Na doutrina processualística clássica, o processo judicial é o conjunto de procedimentos que organizam as funções do Poder Judiciário. O registro do processo penal, sua materialidade como documento escrito são os autos do processo, que também é considerado como um conjunto de peças.

O processo penal consiste em uma sequência de atos interdependentes, destinados a apurar a existência de uma infração penal e aplicar as penalidades cabíveis. Só há Processo penal se houver elemento suficiente para cogitar a ocorrência de um crime. Um processo penal não ocorre se a incriminação for indeterminada, vaga; este é um dos princípios da legalidade que remete à obediência de certas regras para que o processo possa existir; a incriminação deve se referir a um crime definido por Lei, pois, como consta no primeiro artigo do Código Penal Brasileiro (Lei nº 2.848/1940), “Não há crime sem lei anterior que o defina.” (GRECO, 2010: 01)^{66,67}

⁶⁶ A fonte utilizada referente ao Código Penal é a edição comentada de GRECO, (2010). Apresentaremos em nota de rodapé a indicação das redações posteriores a 1940, com suas referidas Leis.

⁶⁷ Redação conferida pela Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984.

No enfrentamento da violência contra a criança, desde que haja uma denúncia formal, o conjunto jurídico-estatal – Delegacia, Promotoria e Vara – se põe em ação. Na prática, o que temos é a interdependência das ações de três instituições especializadas e vinculadas a poderes públicos distintos. Podemos pensar as práticas das instituições como uma orquestra de peças, que se somam e se modificam, até a completude de um instrumento jurídico que incorpora cada parte, mantendo sua especificidade.

A configuração das práticas exercidas é que nos permite nomear este conjunto como um conjunto jurídico-estatal, e seus agentes como agentes jurídico-estatais⁶⁸. A escolha deste termo visa expressar que a conexão entre as três instituições se dá sob o crivo de uma prática jurídica, já que o encadeamento das ações analisadas acaba por ser englobado pelo Processo penal, servindo como sustentação de uma decisão judicial. No entanto, estamos diante de uma conexão entre instituições vinculadas a Poderes distintos – Executivo e Judiciário⁶⁹ – que nas ações estudadas se conectam, organizando uma prática específica do Estado.

Expostas as condições institucionais de como e por quem se aborda o crime cometido contra a criança, podemos apresentar as instituições concretas em que realizamos a pesquisa. Estas instituições são a Delegacia Especializada em Crimes Contra a Criança e o Adolescente – NUCRIA – Polícia Civil; a Promotoria de Crimes Contra a Criança e o Adolescente – Ministério Público – e a 12^o Vara Metropolitana de Crimes Contra a Criança e o Adolescente – Poder Judiciário.

Abordaremos o conjunto jurídico-estatal do ponto de vista dos crimes que são comuns às três instituições e que tratam de situações envolvendo somente crianças. Para tanto, realizamos dois recortes. O primeiro diz respeito às ações do NUCRIA, pois sua competência incide sobre todos os crimes cometidos contra a

⁶⁸ Ao empregar a expressão jurídico-estatal, estamos utilizando uma terminologia defendida por Schuch (2005) em sua tese de doutorado como adequada para abordar as relações entre a Polícia Civil, o Ministério Público e o Juizado da Infância e Juventude, ou seja, a mesma composição institucional que pesquisamos.

⁶⁹ Destacamos nesta passagem somente o Poder Executivo e o Poder Judiciário por entendermos que, mesmo autônomo, o Ministério Público pertence à “família judiciária”. (VIANNA, 1999)

criança e o adolescente – exceto sequestro e homicídio. Já a Promotoria Especializada e a 12ª Vara possuem um recorte mais restrito de crimes atendidos, fato que nos levou a abordar somente as práticas do NUCRIA que se destinam à Promotoria de Crimes e à 12ª Vara. Os crimes abordados pelas três instituições envolvem situações previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei de Crimes Contra a Tortura (Lei nº 9.455/97) e no Código Penal. (GRECO, 2011)⁷⁰

O segundo recorte, como afirmamos na Introdução, diz respeito ao enfoque na produção de sentido sobre a criança atendida. Para a realização do recorte, entendemos como criança as pessoas entre 0 e 12 anos, de acordo com a definição do Estatuto da Criança e do Adolescente.⁷¹

Faz-se necessária a descrição física e funcional de cada instituição a partir dos dados coletados, como uma primeira aproximação com a realidade, na medida em que informa sobre o cotidiano das instituições e sobre as posições relativas dos agentes: como ocupam este espaço e estabelecem modos de interações. A partir dessas considerações, podemos agregar os dados levantados com relação às produções de sentido dos agentes, expressas no seu cotidiano e nos documentos elaborados, tema do próximo Capítulo.

Sinteticamente, neste Capítulo que findamos, tratamos das concepções teóricas sobre a infância e a criança que nos auxiliam a compreender o processo social que levou à consolidação legal da criança como titular de direitos, a partir da Convenção Sobre os Direitos da Criança (1989). Ademais, apresentamos os dilemas que emergem no contexto democrático em relação à criança, problematizando a “situação paradoxal da criança” (RENAUT, 2002) como sujeito de direitos.

No cenário brasileiro é o Estatuto da Criança e do Adolescente que regula as linhas gerais de uma política voltada a contemplar a criança como sujeito

⁷⁰ No Anexo 1 apresentamos um quadro com a descrição de todos os crimes atendidos pelo conjunto jurídico-estatal.

⁷¹ A escolha da faixa etária de 0 a 12 anos foi um recurso utilizado para concentrarmos a reflexão sobre a criança, ou seja, para descartar as situações que envolvam os adolescentes e seus modos de compreensão e expressão, o que nos levaria a outras formas de explorar as tensões postas na condição de sujeito de direitos. Contudo, não temos a intenção de afirmar que há um corte etário definitivo entre o que é próprio da infância e o que é próprio da adolescência.

de direitos. O que inclui a abordagem da criança que vivencia situações de violência, em uma perspectiva de atuação transversal, agregando diferentes equipamentos sociais na garantia de direitos da criança. Como uma parte específica e significativa da garantia de direitos da criança, as ações de âmbito jurídico que visam à investigação, à denúncia e ao julgamento de crimes contra a criança, aplicam normativas do Direito Penal à luz do melhor interesse da criança. As instituições envolvidas nesta dinâmica – a saber, a Polícia Civil, o Ministério Público e o Poder Judiciário – formam um conjunto jurídico-estatal com características singulares, uma vez que têm também por objetivo, além de executar os procedimentos criminais, adequar suas práticas ao atendimento da criança. A partir dessa explanação, situamos as instituições pesquisadas, apresentando as instituições concretas que no município de Curitiba realizam as atividades descritas. Desse modo, passamos a apresentar a realidade das instituições, sua estrutura física e funcional, e os significados que nelas emergem sobre a criança atendida.

2 ESTRUTURA E PRODUÇÃO DE SENTIDO NA DELEGACIA ESPECIALIZADA - NUCRIA

Este Capítulo agrega duas formas complementares de abordar o NUCRIA, uma descrição física e funcional e a apresentação das produções de sentido sobre a criança atendida entre os agentes.

Organizamos a descrição física e funcional da instituição de modo a abordar sua concepção e origem, estrutura física e atividades, de acordo com a sequência estabelecida para a movimentação dos agentes e produção de documentos – partindo da chegada de uma notícia de violência na Delegacia até a finalização do inquérito.⁷²

A apresentação física dos espaços, os lugares institucionais e as funções atribuídas são indicadores da distribuição e diferenciação que formam o espaço social em suas variadas dimensões. Os dados descritivos não são meramente imagens desprovidas de significados, pois se somam às representações dos agentes, não numa simples sobreposição, mas em uma conexão complexa, em que a estrutura física e funcional pode ser revestida de significações sobre as práticas. Depois desta primeira apresentação, outras “camadas” descritivas serão inseridas, para que possamos chegar a algumas análises.

A partir dos condicionantes da existência da Delegacia Especializada, passamos a trazer elementos sobre como os agentes atribuem significados ao trabalho especializado na investigação de crimes contra crianças e adolescentes. E, a partir desses significados, cotejados com as posições e as movimentações dos agentes, buscamos fazer emergir as produções de sentido sobre a criança atendida.

A produção de sentido sobre a criança é apresentada de acordo com a sequência das atividades, ou seja, é referenciada às práticas que aglutinam os agentes e que correspondem a uma parte do ritual do campo.

⁷² Nem todos os casos seguem esse fluxo, alguns são arquivados, outros ainda chegam por meio de situações de flagrante ou denúncias anônimas. Essas situações serão abordadas na descrição geral das atividades, no começo deste Capítulo. Depois nos concentramos nos casos de crimes que seguem a trajetória Delegacia-Promotoria-12ª Vara, conforme já explicitado no Capítulo anterior.

Entendemos que a produção de sentido entre os agentes se relaciona com suas posições profissionais. De tal modo que alguns significados remetem mais às questões presentes no atendimento dos familiares, ou às condutas a serem tomadas no caso do possível agressor (o noticiado) e ainda ao bem-estar da criança. No conjunto, as ações do NUCRIA implicam em uma complexa e multifacetada produção de sentido sobre a criança atendida.

Para finalizar, apresentamos as produções de sentido sobre a criança atendida observadas a partir do inquérito policial. Abordamos o inquérito como o registro que materializa a prática dos agentes, gerando um documento oficial que recria o evento da realidade de modo que este pode ser analisado juridicamente.

2.1 DELEGACIA ESPECIALIZADA – NUCRIA – CRIAÇÃO E ESTRUTURA

2.1.1 Concepção e histórico

A Delegacia Especializada em Crimes Contra a Criança e o Adolescente, denominada de NUCRIA – Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes – é parte da Divisão de Polícia Civil Especializada, vinculada à Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP – do Governo do Estado do Paraná.

Locus de uma polícia judiciária, o NUCRIA é a única das três instituições estudadas que se vincula ao Poder Executivo, como um serviço da Secretaria de Segurança Pública. O caráter repressivo⁷³ da polícia civil adquiriu especificidades ao longo do tempo. E, no caso do atendimento de crimes contra a criança, exerce ao mesmo tempo tal função e desenvolve habilidades de proteção à criança.

Foi inaugurada em outubro de 2004⁷⁴, com “atividades inerentes à polícia judiciária na investigação dos ilícitos penais praticados contra crianças e adolescentes”,

⁷³ Repressivo está sendo usado no sentido de função atribuída à polícia civil de acordo com a Constituição Federal.

⁷⁴ Por meio da Resolução de nº 120, em 18 de maio de 2004, da SESP/PR, 2004. Esta resolução foi regulamentada em 2006, pela Lei nº 15348.

considerando “o grande número de crianças e adolescentes vítimas de crimes, como maus-tratos, abuso, exploração e violência sexuais, desprovidas de atendimento especializado, célere e efetivo” (PARANÁ-SESP, 2004).

De acordo com a Resolução 120, ao NUCRIA também compete a

(...) conscientização da sociedade sobre os crimes praticados contra as crianças e os adolescentes (...); integração entre os órgãos e entidades de defesa da criança e do adolescente; (...) participação nas campanhas de combate aos crimes contra as crianças e os adolescentes; (...) implementação do DISQUE DENÚNCIA de CRIMES PRATICADOS CONTRA a CRIANÇA e o ADOLESCENTE (...); intercâmbio com as demais unidades policiais civis, orientando-as sobre a maneira de atuar nos crimes em que são vítimas crianças ou adolescentes (...); intercâmbio com o Poder Judiciário, com o Ministério Público estadual e federal e com os Conselhos Tutelares; (...) fiscalizar boates, bares, hotéis, escolas, agências de turismo, postos de combustíveis, agência de modelos e demais locais onde é freqüente o aliciamento de crianças e adolescentes e sua exploração; (...) receber (...) comunicações de casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra a criança ou adolescente; (...) garantir o atendimento do Instituto Médico Legal com prioridade (...); (...) estabelecer permanente contato com os Conselhos Tutelares (...) e com os programas oficiais ou comunitários de atendimento a crianças e adolescentes vitimizados (...); (...) criação de um centro de estudos de violência sexual infanto-juvenil, que subsidiará encontros, palestras, reuniões e eventos afins, trabalhando preventivamente como forma de minimizar o índice de crimes sexuais praticados contra a criança e o adolescente; (PARANÁ-SESP, 2004)⁷⁵

Conforme já apresentado, a abrangência do NUCRIA envolve uma grande variedade de crimes contra a criança e o adolescente⁷⁶, mas, em sua maioria, a demanda recai sobre situações de abandono, subtração da guarda, violências psicológicas, físicas, sexuais. Os registros das notícias (chamadas também de notícias-crime) recebidas e os inquéritos policiais elaborados são encaminhados para

⁷⁵ Optamos por inserir a descrição de todas as atribuições previstas na Resolução 120 da SESP/PR porque estas indicam o caráter da Delegacia Especializada como um equipamento que responde tanto a uma especificidade da Polícia Civil quanto à qualificação como um órgão do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA, 2006), com atribuições de articulação em uma rede de atendimento. No entanto, as atividades previstas são realizadas mais sob o enfoque de agregar elementos para a tarefa investigativa do que no sentido de articular uma rede de troca e fomentação de políticas públicas, também observamos que as atividades de conscientização da sociedade e fiscalização de estabelecimentos não estão incorporadas às atividades cotidianas, sendo executadas em eventos pontuais.

⁷⁶ Relembramos que não são da competência do NUCRIA crimes de homicídio e extorsão mediante sequestro.

várias instituições, sendo a Promotoria de Crimes Contra a Criança e o Adolescente uma de suas importantes interlocutoras⁷⁷. Essa Promotoria recebe quase a totalidade de sua demanda de trabalho do NUCRIA, como discutiremos no próximo Capítulo. Desse modo, observamos que as demandas recebidas e as possibilidades de articulações com outros serviços são mais variadas no NUCRIA do que nas outras instituições pesquisadas.

A maioria dos agentes do NUCRIA não participou do período de implantação do serviço, de modo que obtivemos pouca informação sobre a história da instituição. Recorremos a outras fontes para explorarmos as motivações imbricadas na criação do NUCRIA.

As discussões para a criação de uma Delegacia especializada surgiram na Comissão Estadual de Enfrentamento à Violência Contra a Criança e o Adolescente - PR. Na elaboração de um plano de ação para o Estado do Paraná e alinhado com as propostas de âmbito federal, a Comissão de Enfrentamento iniciou uma discussão com o Conselho Estadual de Direitos da Criança para que houvesse a deliberação de um recurso destinado à Secretaria de Segurança Pública, com o objetivo de estruturar uma delegacia especializada no atendimento da criança e do adolescente.

Realizamos entrevista com uma representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/PR, que acompanhou as discussões para a implantação do NUCRIA, no ano de 2002. A concepção original, debatida por um grupo formado por promotores, juízes e delegados, era de criação de um núcleo que abrigasse Vara, Defensoria, Delegacia, Promotoria e uma equipe técnica composta por psicólogos e assistentes sociais. Esse grupo entendia que somente a existência de um núcleo jurídico que agregasse todos os componentes, gerando uma unidade institucional, com um diálogo efetivo entre Delegacia, Promotoria e Poder Judiciário, é que conseguiria um trabalho capaz de oferecer resultados. A competência seria sobre casos de violência contra a criança e adoção.

⁷⁷ As outras principais interlocuções do Nucria são a 13ª Vara de Crimes Contra a Mulher e o Juizado Especial.

De acordo com a entrevistada, com a alternância da gestão estadual, esse projeto ficou sem concretização até que foi apropriado pela SESP e colocado em prática sob outra concepção. Os atores envolvidos na execução do projeto não foram os mesmos que definiram a ideia inicial de núcleo. Segundo a entrevistada, sem a concepção que agregava as várias instituições em um núcleo de atendimento, sob a lógica da política pública destinada a crianças e adolescentes, o NUCRIA se concretizou como uma Delegacia especializada, e não um conjunto de serviços do campo jurídico sob a lógica da Proteção Integral da Criança e do Adolescente. A ideia original foi adaptada, mas não foi executada por profissionais especializados na área da infância. No início o NUCRIA teve problemas de estrutura acentuados, como equipe reduzida, falta de veículos e espaço físico inadequado.

Podemos considerar que a história da origem do NUCRIA, conforme contada pela representante da OAB/PR, nos fornece indícios de que a lógica integradora da proposta original, embasada em uma perspectiva de voltar as ações administrativas e jurídicas à criança e ao adolescente, não foi aplicada na implantação da instituição. Foi possível identificar na pesquisa de campo vários significados atribuídos pelos agentes à condição do NUCRIA como uma delegacia diferente. Diferença que aparece muitas vezes como um conflito, não como uma configuração que assegura unidade ao trabalho e à produção de sentido sobre a criança.

Essa diferença na organização do trabalho no NUCRIA é um dos fatores que levam os investigadores a entenderem que *o NUCRIA é uma delegacia diferente de tudo. Até quem vem de fora fala: "ah! Mas isso não é serviço de polícia"* (Investigador 1.) O “serviço” que não é identificado como trabalho da polícia, diz respeito à especificidade de atender a criança em situação de violência, que requer várias adaptações das ações, principalmente das atividades comumente executadas pelos policiais civis. Voltaremos a abordar esta última questão mais adiante nesse Capítulo.

2.1.2 Estrutura física e funcional

A Delegacia localiza-se no primeiro pavimento do prédio dos fundos de um conjunto de três edifícios que pertencem ao Governo do Estado, situado no bairro Batel. O uso principal desse conjunto de prédios é de abrigar atualmente a Secretaria

da Família e Desenvolvimento Social.⁷⁸ A entrada da Delegacia se faz após um longo trajeto, por um corredor externo no qual não há sinalização de placas durante o percurso; somente na escada interna que dá acesso ao serviço existe um mural com o emblema da Delegacia.

O NUCRIA é o lugar onde ocorre o primeiro contato com a população atendida – a criança e seus representantes, os noticiados, profissionais de outras instituições envolvidos com a garantia de direitos da criança. A população procura espontaneamente a instituição, levando suas situações pessoais ou encaminhando denúncias envolvendo outras pessoas. O modo como a Delegacia ordena a interação com a população que a procura é denotativo de sua função de Estado.

Refletimos sobre a interação a partir dos aspectos da organização física da instituição – sua localização e a divisão/distribuição do espaço. Para chegar à Delegacia, a população precisa passar por outro órgão do Poder Executivo, em um trajeto sem placas de identificação. A dificuldade de identificação no trajeto faz com que muitos usuários peçam várias vezes informações para conseguirem chegar a seu destino. Diante disso, mesmo sendo livre o acesso ao NUCRIA para qualquer pessoa que busque orientações ou notificar uma situação, localizar a instituição não é tarefa fácil.

A equipe do NUCRIA conta com:

- Duas (2) delegadas⁷⁹, uma titular, encarregada das responsabilidades de chefia; outra adjunta, que auxilia a titular e possui atividades mais voltadas ao acompanhamento dos casos;
- Um (1) superintendente, cargo exercido por um investigador que administra a estrutura física da delegacia – veículos, materiais, recursos humanos – além de atuar pontualmente como apoio aos investi-

⁷⁸ No período de conclusão da pesquisa, em abril de 2012, este local deixou de acolher toda a estrutura da Secretaria da Família e passou a ser utilizado somente pelos funcionários desta Secretaria que atuam diretamente no atendimento dos municípios da Regional Curitiba. Deste modo, grande parte dos prédios ficou desocupada.

⁷⁹ Apesar de as questões de gênero não serem consideradas como categorias analíticas, a partir deste capítulo utilizaremos os substantivos “delegadas”, ou “delegada”, “escrivãs”, ou “escrivã”, com o objetivo de sermos coerentes com os dados da realidade, não havendo motivos para usarmos o substantivo masculino quando os agentes dessas funções são todas mulheres.

gadores em situações complexas que possam surgir no atendimento ao público;

- Doze (12) policiais civis, dos quais oito (8) são investigadores – responsáveis pelo atendimento dos usuários e pelo levantamento de informações sobre os casos atendidos – e quatro (4) são escrivães – que realizam os depoimentos dos envolvidos e cuidam da tramitação de documentos do inquérito policial;
- Uma (1) funcionária pública vinculada à SESP que realiza atividades administrativas e de secretariado;
- Três (3) psicólogos, que compõem a equipe técnica de atendimento da criança e do adolescente

E ainda trabalham na instituição três (3) estagiários de Direito, com atividades variadas, e os funcionários de uma empresa terceirizada que realizam a limpeza⁸⁰.

Os agentes mencionados atuam de acordo com uma divisão funcional, que podemos observar com o auxílio da figura a seguir que destaca o modo como as diferentes atividades são alocadas em setores e estes são organizados no espaço físico.

⁸⁰ Os funcionários da limpeza trabalham em escala definida pela empresa à qual estão vinculados, por isso as mudanças são constantes.

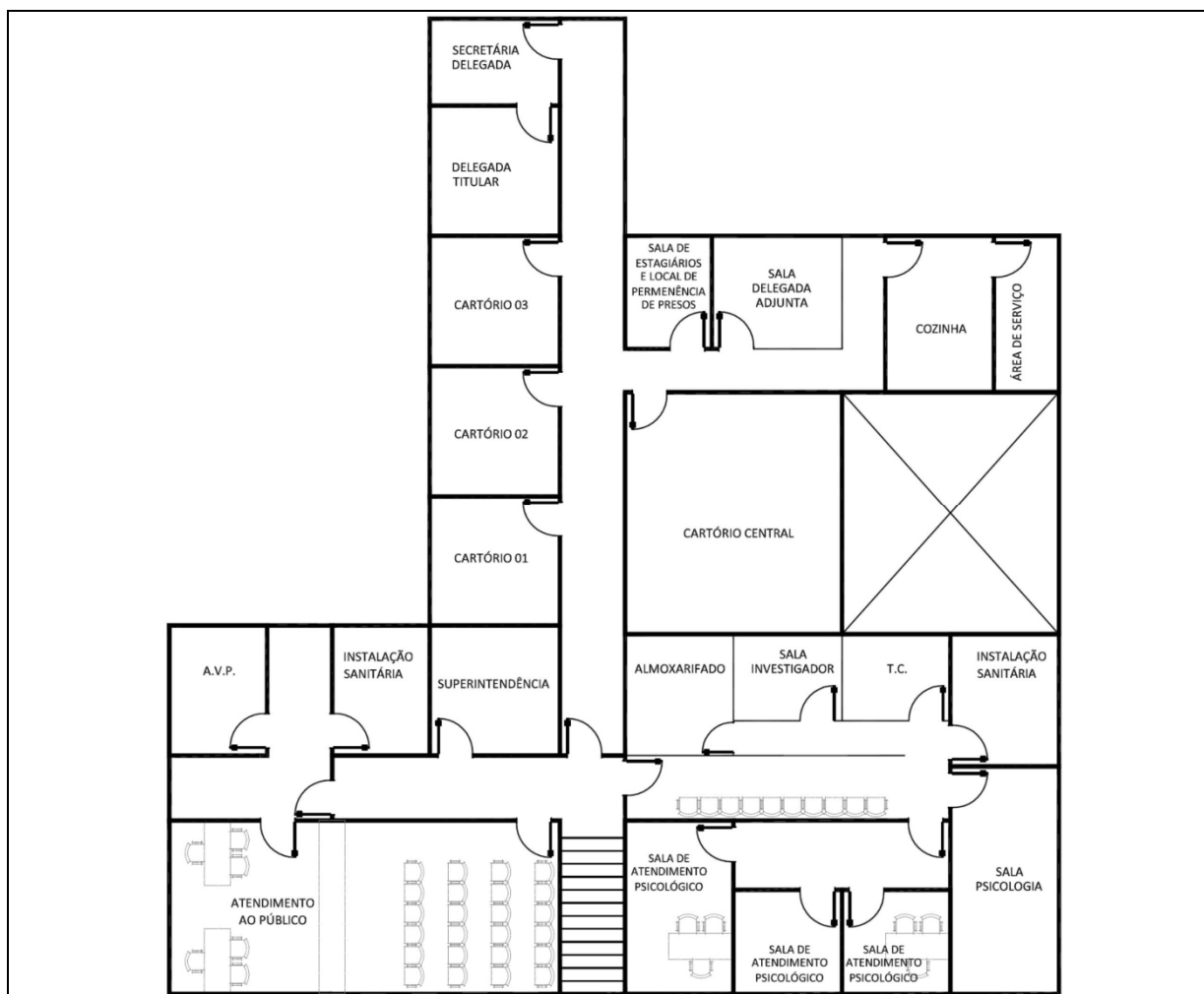


FIGURA 1 - PLANTA BAIXA DO NUCRIA⁸¹

FONTE: Planta desenhada pela arquiteta Amabile Tilpe Losso, CREA/PR 112.696/D, a partir de dados baseados em anotações do Diário de Campo

⁸¹ Subindo as escadas de acesso à Delegacia - no desenho representada por linhas contínuas, na parte inferior - chega-se a uma antessala com entrada para cinco ambientes: a recepção, com uma placa de "Atendimento ao Público"; outra sala de atendimento, interligada com a primeira, que funciona como suporte do atendimento ao público e onde também fica uma seção chamada de AVP - Autos de Verificação de Procedimento - o setor que verifica as denúncias anônimas que chegam à delegacia, sejam estas feitas por telefone diretamente na delegacia, ou por meio dos disque denúncia: 156, municipal; 181, estadual; e 100, federal; a sala da superintendência; e duas portas, uma delas com a placa de "Área Restrita", que se abrem para corredores longos e largos.

Após a placa de "Área Restrita", adentra-se a um corredor que dá acesso às quatro salas destinadas ao cartório - sala 1, 2 e 3 e ainda o chamado Cartório Central, que recebe, distribui e envia os inquéritos para outros órgãos; sala da delegada titular; sala de apoio utilizada por estagiários de direito; sala da delegada adjunta, cozinha e área de serviço anexa. A sala de apoio dos estagiários também funciona como local para a permanência de presos - detidos em situações de flagrante ou mediante o cumprimento de um mandado de prisão - que aguardam o encaminhamento para o Centro de Triagem.

O outro corredor dá acesso à equipe técnica - formada pelos três psicólogos; a duas salas de uso dos policiais civis e ao setor que registra os Termos Circunstanciados de Infração Penal - TC ou TCIP. Os TCIPs são documentos gerados a partir de notícias de infrações cujas penalidades previstas chegam até dois anos, situações em que o inquérito policial não é instaurado. Depois de registrados, agendam-se horários no Juizado Especial, órgão que irá apreciar o caso. As crianças e os adolescentes envolvidos não precisam comparecer a estas sessões e em nenhum outro momento são ouvidas sobre o caso. Os TCIPs tendem a ser resolvidos em um curto intervalo de tempo.

Quando alguém sobe as escadas de acesso ao NUCRIA, identifica aonde deve se direcionar – com as portas fechadas e a indicação das áreas restritas, o único local disponível para acesso é a Sala de atendimento. Entendemos que essa organização do espaço físico sinaliza que as práticas são estabelecidas a partir da determinação do lugar destinado à população. Compreendemos que a forma como o NUCRIA evidencia o lugar por onde o público pode circular é expressão da noção hierárquica que orienta sua prática. Podemos exemplificar citando o modo como o espaço é dividido – com suas áreas restritas – e a forma de atender à população, em um balcão na sala de atendimento.

A organização das salas evidencia quem são as pessoas que devem ter contato direto com o público, a saber, os investigadores que fazem o atendimento e o superintendente, que é chamado para resolver situações diversas com relação ao atendimento. Os demais funcionários ocupam espaços com acesso controlado, onde somente entram os que são chamados para tal.

A sala de “Atendimento ao Público” é um ambiente amplo, dividido por um balcão, separando o espaço dos investigadores e o destinado aos usuários, que ali aguardam para serem atendidos. Os primeiros contatos entre os agentes e o público ocorrem nessa sala, intermediados pela existência física do balcão. Para Iubel (2009)⁸², o balcão expressa a forma como a polícia realiza sua função de atendimento da população. Ele é emblemático de uma “(...) relação hierárquica, ou ao menos distintiva, que se busca estabelecer entre os policiais e os usuários do sistema policial, entre os que estão do “lado de dentro” do balcão e aqueles que estão “do lado de fora” (IUBEL, 2009: 55).

Na relação intermediada pelo balcão, a demanda trazida é avaliada – se cabe ou não à Delegacia receber a situação – e o modo de funcionamento da Delegacia é apresentado. Os agentes da Delegacia falam em tom de voz baixo, utilizando-se de

⁸² O trabalho citado de Iubel (2009) é uma dissertação de mestrado do Programa de Antropologia da UFPR que investiga as mesmas instituições que pesquisamos. Os comentários de Iubel sobre as significações do “balcão” são referentes ao mesmo espaço social de confecção do Boletim de Ocorrência (b.o.) que observamos.

um tratamento formal. Quando há o registro do Boletim de Ocorrência, este é elaborado com o uso de uma linguagem sintética e de forma padronizada.

Todos os ambientes da Delegacia recebem quadros com motivos infantis e possuem paredes pintadas com cores vivas. Na sala de atendimento destacam-se também quatro murais com alertas sobre situações de violência contra a criança, a importância da figura dos pais e da atitude de acreditar na criança, além de indicar sinais que podem ser condizentes com situações de violência sexual⁸³.

No corredor que dá acesso à sala dos psicólogos, a decoração direcionada à criança se acentua. Uma das paredes do corredor é inteiramente decorada com a pintura de um cenário de grama verde, árvores, lago e um sol risonho. Em frente à parede decorada encontram-se cadeiras utilizadas por crianças e seus responsáveis que esperam pelo atendimento psicológico.

Na entrevista com a delegada titular – denominada Delegada 1 – notamos que a aparência da Delegacia é trabalhada para que não assuste a criança:

Quando cheguei aqui resolvi dar uma cara nova ao nosso ambiente, visando ficar mais receptivo⁸⁴. Tirar aquela cara de delegacia. Como trabalhamos com criança e adolescente temos que ter um lugar mais gostoso, um ambiente tranquilo para a criança chegar e olhar e não achar que isso aqui é uma delegacia, não ficar com medo de entrar aqui (Delegada 1).

Essa fala nos permite pensar que a Delegacia não deve se parecer com uma delegacia comum, ou seja, o NUCRIA precisa escapar da imagem social comumente

⁸³ Os murais apresentam os seguintes conteúdos: “Acreditem no que seus filhos dizem. Verbalizar uma situação de abuso já é bastante complicado para um adulto, imagine para uma criança ou jovem. O fato de o agressor ser alguém em quem a família confia torna tudo ainda mais difícil. A vítima passa por cima do medo e da vergonha e merece ser acolhida por isso.” “Os pais têm papel importante na prevenção e na identificação dos casos de abuso e violência. É preciso estar atento a mudanças de comportamento da criança/adolescente: sociais, familiares ou alimentares e não excluir a possibilidade de o filho ter sido vítima de abuso sexual”; “É relevante desenvolver a relação de confiança entre os pais e os filhos, criança um espaço em que os filhos possam expressar-se sem medo de punição. Alguns tipos de abuso não costumam deixar sinais físicos como prova, por isso é preciso acreditar nos relatos e nas queixas dos pequenos”; “Mudança de comportamento. A criança ou jovem que sofreu violência sexual pode passar por alterações bruscas de comportamento. Os pais devem ficar atentos aos seguintes sinais: alterações no sono; queda brusca no rendimento escolar; a criança volta a fazer xixi na cama ou nas calças; medo inexplicável de ficar sozinha na presença de adultos estranhos ou de algum adulto específico; brincadeiras agressivas com brinquedos ou pequenos animais.”

⁸⁴ Em 2007 a Delegacia iniciou uma reforma, com o objetivo de adaptar as instalações para receber a criança. Esse processo foi discutido por Lubel, 2009.

atribuída à delegacia, de um local pouco acolhedor, “*um lugar de tristezas*” (Investigador 2). Para a delegada titular, o atendimento diferenciado de que a criança necessita, e que é demonstrado na apresentação física da Delegacia, nem sempre é compreendido no âmbito policial,

(...) é uma questão de ponto de vista, muitos colegas acham que é “frescura” essa minha forma de ver as coisas e trabalhar aqui no NUCRIA, com quadrinhos infantis nas paredes, pirulito, atendimento diferenciado, psicólogos, etc.(Delegada 1)

E ainda complementa que pode realizar o trabalho porque, além do respaldo de suas chefias, consegue sensibilizar os policiais que vêm para a Delegacia. A sensibilização dos policiais para um atendimento diferenciado – nomeado também pela delegada titular como um “atendimento humanizado” da criança e seus familiares – é essencial. Nas palavras dessa agente:

Eu tenho que ter policiais polidos, educados, que gostem do que fazem, digo a eles que aqui tem que ser quase uma ‘lady’. Os policiais que trabalham no NUCRIA tem que ter um diferencial. (...) peço sempre aos funcionários que recebam quem está chegando como se fosse a si próprio, porque (...) o mínimo que podemos fazer é atender muito bem. (Delegada 1)

De acordo os investigadores, é preciso se habituar às características do NUCRIA, consideradas muito distintas das atividades de outras delegacias. Conforme já apontamos, as práticas comuns a todas as delegacias são estruturadas pelas normativas da Corregedoria Geral da Polícia Civil, pelo Código Penal e pelo Código de Processo Penal. E, no NUCRIA, estas normativas são articuladas com as determinações derivadas da proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes, regulamentadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Tal articulação entre normativas produz o que chamamos de uma **dupla orientação**, que se dá na medida em que a violência contra a criança exige tanto o caráter repressivo da polícia, que se expressa na averiguação da existência de um crime, como a atenção à condição de peculiaridade da criança como sujeito de direitos, priorizada pelo Estado.

Uma forma de ver a prática da Delegacia é como uma ação da polícia judiciária sobre um tema penal específico. Este é um raciocínio mais próximo da

lógica inculcada no procedimento jurídico. Por outro lado, observar a prática da Delegacia operando em uma **dupla orientação** permite enfatizar que as normativas do Direito Penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente, com seus princípios, são ferramentas legais de ordens distintas. No Direito Penal o que está em jogo é a proteção da sociedade através da proibição de condutas sob ameaça de sanção penal. O cerne do Estatuto da Criança e do Adolescente é a regulamentação dos princípios constitucionais de garantia dos direitos desta população.

A criança supostamente vítima de um crime faz com que os princípios que garantem à criança a condição de sujeito de direitos entrem em relação com os dispositivos utilizados na área do Direito Penal – o Código Penal e o Código de Processo Penal. Pensar nas práticas da Delegacia em termos de uma **dupla orientação** significa concentrar a atenção na forma como os diferentes enfoques das normativas incidem um sobre o outro, estabelecendo uma relação peculiar

Assim, a relação jurídica peculiar estabelecida entre as normativas comuns para qualquer delegacia e a condição da criança como sujeito de direitos, orienta as práticas dos agentes no NUCRIA. Nessa condição estrutural, há uma variedade de composições possíveis a partir do modo como os agentes entendem que devem organizar suas práticas e como atribuem significados a suas ações.

2.1.3 Funções/organizações: atividades de rotina

Na sala de atendimento ao público, dois investigadores – em regime de escala que alterna serviços internos e externos – fazem o registro das ocorrências (Boletins de Ocorrências – b.os⁸⁵) que chegam e atendem às demais demandas da população, como, por exemplo, orientações, informações sobre inquéritos, encami

⁸⁵ As ocorrências são registradas nos documentos chamados de Boletins de Ocorrência (b.o.), que são documentos numerados, escritos em uma linguagem sintética e padronizada a partir de um texto escrito de próprio punho pelo noticiante.

nhamento de pessoas com depoimentos ou entrevistas agendadas e recebimento dos flagrantes⁸⁶.

Em todas as situações de registro de ocorrências (b.os) o noticiante é o usuário que traz a chamada notícia-crime, e a quem ele atribui este crime é chamado de noticiado⁸⁷. Durante o registro do b.o., os policiais identificam o tipo da situação envolvida; a natureza da ocorrência, com uma primeira e provisória definição do delito envolvido na situação; quando e onde o fato ocorreu; dados do noticiante, do noticiado, testemunhas e a possível vítima. Diante do relato os investigadores tomam as primeiras providências. Para exemplificar o b.o., inserimos abaixo o conteúdo registrado sobre o fato noticiado.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA OCORRÊNCIA: A Senhora XX informou que sua filha de 08 anos foi até o bar nas proximidades de sua residência para comprar um refrigerante e foi abordada pelo proprietário, o qual agarrou-a e chegou a beijá-la na boca. O cidadão foi encaminhado até o NUCRIA para as medidas cabíveis

Quando a situação é entendida como emergencial, a exemplo do estupro, procura-se realizar com rapidez a coleta de depoimento do noticiante, feita por uma das escrivãs, e o atendimento da criança por parte da equipe de psicólogos – para acolhimento da criança e confecção do laudo.

Toda a violência noticiada que resulta na produção de marcas físicas, exige um exame de perícia médica, feita pelo Instituto Médico Legal – IML. Para situações de abuso sexual com contato físico ocorrido nas últimas 72 horas, a criança é encaminhada a um hospital que realiza tanto o atendimento médico⁸⁸ como o atendimento de um perito do IML. Quando o abuso sexual ocorreu há mais de 72 horas, é feita uma solicitação de exames periciais diretamente ao IML. Em casos

⁸⁶ O flagrante é quando um caso de violência contra a criança é trazido pela polícia militar, que precisou intervir em alguma situação e acompanha a vítima, seu responsável e por vezes também o agressor, para registrar o boletim de ocorrência.

⁸⁷ Essa nomenclatura - notícia, noticiante e noticiado - permanece até a finalização do inquérito.

⁸⁸ O protocolo desse atendimento médico envolve a profilaxia de DST/AIDS e na administração de contracepção de emergência.

não considerados como emergenciais, o procedimento padrão é de agendamento dos depoimentos e da sessão com um dos psicólogos.

Tal configuração da interação e os documentos que dela possam resultar expressam que há um modo formal, bem definido, de se fazer contato com quem procura a Delegacia. Na formalização se verifica o emprego de um controle lógico, disciplinado, normatizado e normatizador. Tipo de procedimento que Bourdieu (2004) atribui às burocracias estatais, em um fazer que coloca em ação uma ordenação simbólica dos fatos. Desde os primeiros contatos a Delegacia passa a mensagem de que o fato trazido receberá um tratamento específico, capaz de ajustá-lo a uma interpretação formalizada e legítima.

Qualquer encaminhamento que seja feito pelos agentes – como a marcação de um horário para depoimento – segue as normativas preestabelecidas pela Delegacia: tem um horário, um dia, um modo correto de dar continuidade à demanda trazida. Na organização que se opera nesses primeiros contatos, a Delegacia é apresentada como um espaço de autoridade. O poder efetivado pela polícia é expressão de sua condição como representante por excelência do monopólio do uso legítimo da violência física e simbólica que o Estado exerce (BOURDIEU, 2010).

Podemos comparar a Delegacia a uma **membrana**, que regula o modo como ocorrerão as trocas com o meio externo. Não há como escolher quem chegará para um atendimento, mas os agentes da Delegacia podem, na forma como incorporam e produzem a estrutura, exercer um poder, um comando e um ordenamento da realidade.

Principalmente no registro do b.o. é que a Delegacia regula o modo como ocorrerão as trocas entre seus agentes e o público atendido. Nos encaminhamentos dados a partir do b.o., a Delegacia também determina a continuidade das atividades, ou seja, o direcionamento das situações noticiadas a outros órgãos públicos, ainda mais especializados em suas atividades. Desse modo, o NUCRIA é a porta de entrada para outros serviços públicos, que são acionados pelos desdobramentos de suas atividades, como Promotorias, Juizados Especiais, Varas, Presídios.

Ao pensarmos no NUCRIA como uma **membrana**, estamos utilizando um recurso que auxilia apreender tal instituição como parte de um conjunto institucional. A Delegacia é a etapa inicial e fundamental da codificação de um fato externo. É um

momento de criação, que exige uma interpretação criativa para a instauração de um dispositivo legítimo que irá desencadear uma ação legítima do Estado, com ampla potencialidade para interferir na realidade social.

Como já afirmamos, após o registro do b.o. as providências são tomadas. Isso ocorre por meio de um parecer conferido por uma das duas delegadas, que, ao receber o b.o., avalia seu conteúdo para a abertura de um inquérito policial por intermédio da instauração de uma Portaria⁸⁹.

Transcrevemos a seguir uma das Portarias analisadas, a título de exemplo:

PORTARIA: Tendo chegado a meu conhecimento através do boletim de ocorrência nº xxx, de que no dia xxx e em outras datas, a menor xxx, de 9 anos de idade, teria sido em tese vítima de abuso sexual pelo senhor xxx. Instauro Inquérito Policial com o fim de melhor esclarecer os fatos e suas circunstâncias e determino à senhor escrivã que após Registre-se e Autue-se esta, adote-se as seguintes providências:

- 1 – Junte-se aos autos o boletim de ocorrência acima mencionado;*
- 2 – Providencie avaliação psicológica da vítima;*
- 3 – Intimem-se as senhoras xxx, para prestarem esclarecimentos a respeito dos fatos e apresentarem testemunhas se houver.*
- 4 – oficie-se ao IML solicitando laudos dos exames realizados na vítima;*
- 5 – Expeça-se ordem de serviço para investigar os fatos, em especial diligenciar a região em que reside e trabalha o noticiado buscando informações sobre a conduta social do mesmo;*
- 6 – Intime-se o senhor xxx com o fim de ser interrogado, qualificado e pregressado na forma da lei;*
- 7 – Após, voltem-me conclusos.*

Na Portaria, as delegadas determinam o cumprimento de ordens de serviço, como a chamada das pessoas envolvidas para depor, a entrevista psicológica com a criança, o encaminhamento para o IML para obter laudos, a inclusão de documentos dos envolvidos e diligências⁹⁰. Também determina que uma das escrivãs abra e

⁸⁹ Portaria é um documento formal da polícia judiciária em que constam dados da delegada, a natureza do possível crime a ser investigado, os dados registrados no b.o. e uma lista de diligências que devem ser cumpridas pela equipe do NUCRIA: documentos, depoimentos, buscas, avaliação da vítima.

⁹⁰ As diligências são as atividades que os investigadores devem cumprir em seu trabalho externo, que incluem a busca de informações na residência, no trabalho ou na comunidade dos envolvidos, procedimento principalmente destinado à busca de informações sobre o noticiado.

registre um ‘caderno’ para a organização dos autos, que é a organização dos documentos referentes ao b.o. que formam o inquérito policial.

Seguindo as determinações da Portaria, as escrivãs⁹¹ realizam os depoimentos do noticiante, das testemunhas e do noticiado em sessões chamadas de oitivas e depois anexados ao inquérito. É no depoimento que os noticiantes podem confirmar os fatos e os noticiados⁹² apresentarem sua versão do ocorrido, como, por exemplo,

A Sra. C.L. vem a esta Delegacia à fim de esclarecer os fatos narrados no b.o. Nº XX. Confirma e acrescenta que há 21 anos mora com F. J. e que possui três filhos com o mesmo, um de 15 anos, um de 10 anos e a menina referida como vítima, de 2 anos. Que em fevereiro de 2008, numa certa noite quando estavam na sala, a vítima se deitou no sofá, abriu as pernas e perguntou para o noticiado “pai, venha aqui um pouco brincar com a minha perereca”, quando então o noticiado brigou com a vítima e esta saiu chorando. Que então a declarante foi atrás dela e fez algumas perguntas para descobrir o que estava realmente acontecendo, foi então que a vítima relatou que “não doía e fazia cócegas”, então a declarante percebeu que o noticiado estava na porta fazendo sinais para a vítima não contar sobre o assunto. Este é o relato⁹³.

As escrivãs podem também realizar as oitivas com crianças e adolescentes, principalmente nas situações de violência física, o que depende da condição da criança para expor a situação que viveu, contudo o mais comum é que as crianças sejam ouvidas pela equipe de psicólogos⁹⁴. Há uma percepção generalizada na Delegacia de que o principal é não expô-la a constrangimentos. Para isso

⁹¹ Além de realizarem as oitivas, as escrivãs são responsáveis por montar e registrar o inquérito, redigir e encaminhar documentos feitos pelas delegadas, enviar os inquéritos ao Cartório Central quando é preciso que este documento seja encaminhado a outros órgãos. O registro do inquérito é feito em livro próprio para este fim, no qual consta o nº do inquérito (número cumulativo de inquéritos do ano de referência), nº dos autos, data, nome do indiciado, nome da vítima, natureza (tipo de crime), delegada responsável, nº b.o., data de recebimento. O Inquérito é também registrado no sistema *on-line* da Polícia Civil.

⁹² O depoimento do noticiado é o último a ser coletado e também é nomeado de “Auto de Qualificação, Vida Pregressa e Interrogatório”.

⁹³ O registro dos depoimentos é nomeado de TERMO DE DECLARAÇÃO, e possui um texto padrão inicial que indica o nome da pessoa ouvida, seus dados pessoais e que declara saber ler e escrever.

⁹⁴ Retomaremos a questão da escuta da criança feita pelas escrivãs mais adiante, quando abordarmos a produção de sentido dos profissionais sobre a criança atendida.

compreende-se que as técnicas utilizadas pelos psicólogos permitem que a criança conte o que aconteceu (...) *sem causar um dano maior, sem revitimizar, sem piorar a situação mais do que já está. (Delegada 1)*

A preocupação com a não revitimização é mais acentuada nas situações de violências sexuais, consideradas como as que causam mais sofrimento. Dessa forma, é praxe que as situações envolvendo suspeitas de violência sexual sejam atendidas pelos psicólogos.

A equipe técnica, composta por três psicólogos⁹⁵, é responsável pelo Relatório, como preferem chamar por conta das normativas do Conselho Regional de Psicologia. No geral, os psicólogos realizam entrevistas com crianças que sofreram abuso sexual enquanto as crianças que supostamente foram alvo de violência física e os adolescentes⁹⁶ são ouvidos pelas escrivãs.

O relatório psicológico é um documento tratado como prova no inquérito policial. Esse documento é feito a partir de uma ou mais entrevistas com a criança, e sua redação envolve um debate em equipe. O trabalho consiste basicamente na entrevistas com crianças que sofreram violência sexual e seus familiares, para as quais utilizam técnicas de escuta, observação comportamental e, se necessário, o emprego de testes psicológicos.

A entrevista psicológica visa fornecer dados gerais sobre as condições emocionais da criança, levantar com a maior riqueza de detalhes possíveis as informações sobre a violência sofrida, e contém um parecer técnico, que informa se o Relatório é “positivo”, indicando que um crime foi cometido, “negativo”, que consiste no parecer de que o crime não ocorreu, e ainda “prejudicado”, quando não é possível determinar se houve ou não o crime investigado.

⁹⁵ Os três psicólogos que atuam na delegacia fazem parte do primeiro grupo desta categoria que pertencem ao quadro geral do Poder Executivo que foram lotados no NUCRIA, o que ocorreu em 2008. Os profissionais anteriores trabalhavam desviados de seu contrato original no estado. Apesar de lotados no NUCRIA, os psicólogos não são policiais civis.

⁹⁶ Porém algumas crianças envolvidas em notícias crimes relativas à violência física e também alguns adolescentes são ouvidos pelos psicólogos quando se considera necessário. Os motivos desta seleção serão retomados na análise dos dados.

Os Relatórios incluem a identificação da criança; os motivos pelos quais se fez a(s) entrevista(s); a explicitação de como e de acordo com quais técnicas foram feitas as análises; a descrição da sessão com a criança, citando trechos de suas falas e uma conclusão que contém a indicação do relatório como ‘positivo’, ‘negativo’ ou ‘prejudicado’.

Segue-se um exemplo da descrição da entrevista com a criança:

RELATÓRIO PSICOLÓGICO: Na primeira entrevista compareceu G., apresentando-se falante e espontânea. Conta que possui dois irmãos, L., menino de 10 anos, e V., menina de 3 anos. Também que mora com a mãe. Diz que o irmão xx mora com a avó e chama a esta de mãe, 'agora se ele contar o negócio ele vai morar com nós, mas se ele não falar nada, ele vai ficar lá. (SIC) Diante da colocação da menina, a profissional indaga qual é o negócio que ela se refere, e a mesma responde: 'O X, o pai do L sabe... quer dizer, ele é marido da minha avó, mas o L. chama ele de pai'. A psicóloga pergunta: Então G, você poderia me contar o que foi que o X fez? 'Ah, é que ele fez besteira.' (sic) Gostaria de saber que tipo de besteira ele fez, diz a psicóloga. 'Assim, uma vez a vó saiu e ele me levou pro quarto dele e mandou tirá a calça e a calcinha. Daí ele deitou eu na cama e deitou em cima de mim e ficou assim de lado e ficou assim lado e mexia assim em cima de mim.' (SIC) (e mostra o corpo com movimentos compatíveis com movimentos masturbatórios).

Depois da entrevista com a menina, os psicólogos também entrevistaram seu irmão L, e no final do relatório apresentam o seguinte texto,

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Conforme os relatos supra, bem como as observações realizadas, depreende-se que as crianças entrevistadas são carentes de afeto, atenção, proteção, necessitando de um lar para seu pleno desenvolvimento. Os irmãos fazem relatos de situações compatíveis com abuso sexual contra a criança xx, irmã do entrevistado, bem como situações de ameaças, maus tratos e negligência contra ambos.

No exemplo citado de Relatório Psicológico não aparece a expressão “Relatório Positivo”, mas entendemos que se enquadra nessa categoria. O relatório psicológico difere dos outros documentos da Delegacia por ser o único que emite um posicionamento, baseado no emprego de uma técnica de coleta de informações, sobre a ocorrência do evento noticiado.

Quando finalizado, o inquérito recebe um texto chamado de Relato, no qual uma das delegadas resume do que se trata o caso e destaca o que foi anexado como prova.

RELATO: O presente inquérito policial foi instaurado sob n xxx, a fim de apurar o fato de que a menor xxx, com 9 anos de idade a época dos fatos, teria sido em tese vítima de Estupro ou Atentado pelo Sr. Xxx. Foram juntados aos autos: Boletim de Ocorrência, Termo de Declaração da genitora, Laudo IML de Conjunção Carnal, Laudo IML de Ato Libidinoso, Laudo de Avaliação Psicológica, Termo de Declaração da Sra. XXX, Auto de Interrogatório, identificação e cópia documentos.

Ultimadas as diligências que instruem o presente caderno investigatório dou o mesmo por encerrado.

É o relato.

O Relato destaca que o inquérito é fruto da reunião de documentos e da execução de procedimentos, como as atividades de investigação e os laudos, isentos de uma apreciação de valor por parte dos agentes da Delegacia.

Depois de concluído, o inquérito é enviado à Corregedoria da Polícia Civil⁹⁷, que o encaminha para a 12ª Vara de Crimes contra a Criança. A Corregedoria Geral da Polícia Civil, como órgão fiscalizador das práticas policiais, também orienta como devem ser elaborados e registrados os inquéritos, estabelecendo um padrão de confecção desse documento⁹⁸.

Todos os atos dos agentes, policiais civis, escrivães, estagiários de direito, psicólogos, delegada, são registrados no inquérito, bem como o tempo destinado a cada atividade, quem as executou, pedidos e pareceres de prorrogação de prazo.

2.1.4 Dados quantitativos gerais das atividades desenvolvidas no NUCRIA

Para informar sobre a demanda atendida no NUCRIA, compilamos informações que são registradas pelo Cartório Central e enviadas para a Corregedoria Geral da Polícia Civil. Quanto aos atendimentos realizados, levantamos dados quantitativos referentes aos meses de janeiro a outubro de 2011.

⁹⁷ Quando retornamos ao campo de pesquisa, em novembro de 2011, a Corregedoria não encaminhava mais os inquéritos, que passaram a ser enviados diretamente pela Delegacia.

⁹⁸ Esse órgão define as normas a serem seguidas para a confecção dos inquéritos, o que deve constar, que termos devem ser utilizados, como se faz a identificação dos profissionais envolvidos na confecção do inquérito, como se numeram as folhas, que tipo de carimbo deve ser usado para esta e aquela finalidade.

DADOS GERAIS REGISTRADOS	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAIO	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	TOTAL
B.O. registrado	111	86	97	106	125	142	77	85	90	133	1052
B.O. recebido de outras unidades policiais	27	27	44	47	39	28	34	42	46	46	380
Nº B.O.s investigados	138	113	141	153	164	170	111	127	136	179	1385
Nº de diligências realizadas	138	113	141	153	164	170	111	127	136	179	1385
Inquérito instaurado por flagrante delito	2	0	0	0	1	0	0	0	0	2	5
Inquérito instaurado por portaria	46	56	42	50	61	39	35	46	48	48	471
Inquéritos relatados	13	36	31	10	30	14	16	8	10	18	186
Inquéritos em cartório	1.039	918	981	771	708	733	910	127*	947	893	7.207
Inquéritos encaminhados pedindo prazo	798	939	580	790	953	953	795	127*	846	819	7.609
TCIP registrados	105	72	56	67	70	92	59	74	90	48	733
Carta precatória recebida	1	1	3	3	3	4	3	3	3	1	25
Carta precatória cumprida	1	1	2	2	2	3	3	2	2	1	19
Carta precatória expedida	2	1	2	1	3	2	2	2	2	1	18
Mandado de prisão recebido	0	3	3	5	0	0	0	1	1	0	13
Mandado de prisão cumprido	0	1	3	4	0	0	0	1	1	0	10
QUADRO 1 - TOTAL DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO NUCRIA, PARANÁ - JANEIRO A OUTUBRO DE 2011 ⁹⁹											
FONTE: Relatórios Mensais do NUCRIA – Cartório Central											
NOTA.: Dados incoerentes, atribuídos pela escrivã a um erro de digitação no relatório. Optamos por não agregá-los ao valor total apresentado.											

Antes de refletirmos sobre os dados, procederemos a alguns esclarecimentos sobre as categorias que os aglutinam. Os b.os investigados são divididos entre os registrados na Delegacia e os recebidos de outras delegacias¹⁰⁰. Esses Boletins são na sua grande maioria casos registrados durante o final de semana ou

⁹⁹ Até finalizarmos a coleta de dados junto ao Cartório do NUCRIA - em novembro/2011 - os relatórios dos meses de novembro e dezembro não estavam disponíveis. Quando retornamos ao NUCRIA, no início de março, para obter esses relatórios, não tivemos mais acesso ao material, por mudanças na equipe da Delegacia - a delegada titular e a escrivã chefe foram transferidas - o que implicaria um novo pedido de acesso aos dados. Consideramos que, para o uso que fazemos dos dados, como referência para um panorama geral da instituição, o intervalo utilizado é suficiente.

¹⁰⁰ A maior parte dos b.os é registrada no NUCRIA, o que aparentemente indica que a população que dele necessita é encaminhada ao serviço. Os b.os registrados em outras delegacias provavelmente se relacionam com o horário de atendimento do NUCRIA, que é de segunda a sexta-feira, das 08h30min às 18h00min. Quando não está aberta, as demandas são recebidas em outras delegacias e depois direcionadas para serem atendidas no NUCRIA.

à noite, quando o NUCRIA está fechado. Em seguida são apresentados quantos b.os foram investigados e mediante quantas diligências.

Os inquéritos são classificados de duas maneiras: de acordo com a forma como foram instalados – se motivado por b.o. ou por uma situação de flagrante¹⁰¹; em relação a sua etapa de elaboração – se foram concluídos (relatados); se estão tramitando na Delegacia, ou seja, estão em Cartório, ou ainda se foram encaminhados no mês de referência para pedido de prazo complementar.

Os Termos Circunstanciados de Infração Penal – TCIP ou TC, que, como já descrito, são as situações encaminhadas ao Juizado Especial, são registrados de acordo com a quantidade encaminhada. Vale destacar que esses termos são gerados a partir dos b.os.

Cartas precatórias são pedidos de tomada de depoimentos. Quando uma delegacia precisa ouvir uma pessoa que se encontra em outra cidade solicita que este depoimento seja feito na delegacia de referência do município. Por último são apresentados no Quadro 1 o número de mandados de prisão que o NUCRIA recebe e a quantidade destes que é cumprida.

As relações entre os dados permitem algumas inferências. Em primeiro lugar, constatamos que não é possível verificar quantos inquéritos estão sob a responsabilidade do NUCRIA, visto que os inquéritos arquivados e os que são devolvidos pelo Ministério Público para complementações não são informados, mas, se tomarmos os dados do último mês – outubro, encontramos um total de **1.712** inquéritos inconclusos.

Destacamos que nem todos os b.os são transformados em inquéritos ou TCIPs no mesmo mês em que são registrados, o que gera, em outros meses, um número de inquéritos e de TCIPs superiores ao número de B.Os recebidos. Neste caso, os referenciais mais adequados a serem usados são os totais do período: a soma de todos os b.os resulta em **1.432** registros de ocorrência; os inquéritos instaurados totalizam **476** e os TCIPs **733**. A soma das duas formas de encaminhamento

¹⁰¹ Os flagrantes são apresentados no Relatório como uma situação rara, tendo ocorrido somente cinco situações deste tipo em 2011.

dos b.os resulta em **1.209**, o que demonstra que **223** registros ficaram sem apreciação e destinação adequadas.

Comparando os números referentes ao b.os, aos inquéritos instaurados e aos inquéritos relatados, podemos observar duas relações que são constantes em todos os meses. A primeira é de que ante a demanda que chega ao NUCRIA, o número de procedimentos relacionados aos inquéritos é pequeno. A segunda indica que, em comparação com os instaurados, os inquéritos relatados são sempre em menor quantidade. Ou seja, há um padrão de acúmulo de inquéritos.

Apesar de a maioria dos b.o.s não gerar inquéritos e de todos os meses somente alguns inquéritos serem relatados, estes se acumulam de modo contínuo. Nas conversas realizadas com os agentes, eles indicam que os inquéritos levam em média dois anos para serem concluídos¹⁰², o que implica em vários pedidos de prorrogação de prazo para o promotor.

Damos continuidade aos dados quantitativos com a apresentação de um quadro referente ao tipo de crimes atendidos no NUCRIA (quadro 2).

As ocorrências são registradas no Relatório Mensal do NUCRIA de acordo com a classificação nessas seis categorias. Destacamos que os crimes aqui abordados estão descritos no já citado Anexo 1.

As “lesões corporais” são divididas em duas categorias, sendo uma destinada a aglutinar os casos de “violência doméstica” – situações que envolvem a agressão por parte de “conviventes”, sejam estes namorados ou maridos de adolescentes, e que são encaminhadas para a 13ª Vara de Crimes Contra a Mulher.

¹⁰² Não temos dados que indiquem a média de tempo de tramitação dos inquéritos, porém, a análise de documentos na 12ª Vara permitiu confirmar a informação de que, em sua grande maioria, os inquéritos chegam após cerca de dois anos de sua instauração.

OCORRÊNCIAS DISTRIBUÍDAS DE ACORDO COM OS CRIMES INVESTIGADOS	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.*	MAIO	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	TOTAL
Lesão corporal	11	11	31	20	15	19	6	12	13	16	154
Lesão corporal (violência doméstica)	21	15	11	14	19	20	9	8	19	18	154
Estupro	28	31	29	31	28	35	17	17	19	32	267
Lei nº 8.069/90 – ECA**	3	6	5	0	7	14	14	3	2	4	58
Outras ilicitudes***	47	50	63	41	95	54	31	44	36	62	523
B.O. sem ilicitude****	0	0	2	0	0	0	0	1	1	1	5
TOTAL de Ocorrências	138	113	141	106	164	170	111	127	136	179	1.385
QUADRO 2 - CLASSIFICAÇÃO DAS OCORRÊNCIAS DE ACORDO COM OS CRIMES INVESTIGADOS NO NUCRIA, PARANÁ - JANEIRO A OUTUBRO DE 2011 FONTE: Relatórios Mensais do NUCRIA – Cartório Central NOTA-*: Observamos que no mês de abril foram somente classificadas as ocorrências referentes aos b.o.s registrados no NUCRIA. Por termos conferido esta informação com a escrivã responsável, foi possível corrigir o dado no Quadro 1, mas na falta da identificação dos crimes envolvidos nos 47 b.os recebidos em abril, estes não podem ser computados no Quadro 2. Por tratar-se de um número pequeno de casos, tal erro não gera uma deturpação para a análise geral dos dados. NOTA-**: Os crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente – tais como a subtração de criança/adolescente de quem lhe tenha a guarda; a entrega do filho a um terceiro mediante recompensa; a produção, reprodução, posse, distribuição ou venda de material pornográfico incluindo criança/adolescente ou o aliciamento de criança/adolescente para atos libidinosos – são identificados na classificação “Lei nº 8.069/90”. NOTA-***: A categoria de “Outras Ilcitudes” agrega todos os demais crimes, dentre os quais os crimes atendidos pelas três instituições pesquisadas que não se encaixam em nenhuma das outras categorias: Abandono de Incapaz, Maus-tratos, Tortura, Assédio Sexual, Corrupção de Menores, Satisfação da Lascívia, Favorecimento de Prostituição. Todos os citados são crimes descritos no Código Penal. NOTA-****: Essa categoria corresponde a casos registrados em outras delegacias e que quando chegam ao NUCRIA verifica-se que não há ilicitude no fato relatado. Como o b.o. é um documento formal, esses casos precisam ser registrados no Relatório e justificados para serem arquivados.											

Outra categoria que leva o título de um crime previsto no Código Penal é a de “Estupro”, dedicada somente aos casos que se enquadram na descrição jurídica correspondente, ou seja, ao crime de Estupro e de Estupro de Vulnerável.

Nas falas dos agentes as situações consideradas comuns são as que envolvem as violências sexuais. Pelas categorias tipificadas, não podemos confirmar com números essas observações. Precisaríamos identificar entre as “outras ilcitudes” quais as ocorrências que envolvem violências sexuais. Contudo, apesar da impossibilidade de especificação de outras situações de violência sexual, os 267 casos envolvendo notícias de estupro já indicam uma expressiva quantidade, sendo a segunda categoria mais frequente nos registros.

Os dados registrados no relatório elaborado pelo Cartório pouco nos auxiliam na compreensão dos crimes cometidos. A começar pelo fato de que o maior

número de crimes está inserido na categoria “outras ilicitudes”. Mesmo na entrevista com a escrivã que confecciona o relatório não conseguimos obter dados sobre que situações são agregadas neste item, que adensa o maior número de casos. Os crimes previstos no Estatuto também ficam sem tipificação.

A reflexão mais relevante sobre o Quadro 2 diz respeito à ausência de informações válidas para a caracterização das violências/crimes envolvidas. Apesar do rigor no registro das ocorrências, no momento da confecção do relatório as informações são coletadas de um modo que impossibilita uma verificação das violências/crimes que chegam ao NUCRIA.

Quanto aos dados quantitativos levantados, não localizamos nenhuma forma de registro sobre a criança atendida – idade, gênero, condição socioeconômica. A ausência de dados sobre o perfil da criança inviabiliza a reflexão entre os significados produzidos pelos agentes e as características das crianças atendidas. Some-se a isso o fato de a descrição das violências/crimes ser genérica, inviabilizando a compreensão precisa do perfil dos casos noticiados.

No entanto, os dados gerais quantitativos podem ser utilizados para compreender o fluxo de b.os e inquéritos. Fica evidente o significativo número de inquéritos que permanecem sem resolução, o que merece alguma reflexão. Uma atitude corriqueira entre os agentes é reforçar o discurso que destaca como a demanda de trabalho é muito superior ao número de funcionários, o que deixa todos assoberbados de atividades. Não entrando do mérito da veracidade ou não das afirmativas¹⁰³, questionamos se tais colocações não agregam a intenção de justificar a existência das demandas represadas.

A grande demanda de trabalho¹⁰⁴ é apontada pelas delegadas como uma das principais dificuldades e como justificativa para o fato de os inquéritos levarem muito tempo para ser concluídos. Segundo a delegada titular:

¹⁰³ No próximo item, algumas observações sobre a produção de sentido dos agentes auxiliam na reflexão a respeito das condições das práticas que contribuem para o acúmulo de Inquéritos.

¹⁰⁴ Além dos dados que surgiram nas entrevistas das delegadas e das escrivãs, durante as observações realizadas, as questões relacionadas ao alto número de inquéritos apareceram constantemente.

Hoje eu precisaria no mínimo dobrar o número de funcionários para poder agilizar os trabalhos e começar a deixar o serviço mais ou menos em ordem. (Delegada 1)

A quantidade de procedimentos a serem realizados, juntamente com outros fatores como a dificuldade em localizar pessoas envolvidas, o não comparecimento das testemunhas e das crianças nos depoimentos e entrevistas, são os elementos mais citados como causa para a demora na conclusão dos Inquéritos. Nas palavras da delegada titular:

Não conseguimos concluir os inquéritos dentro do prazo por falta de estrutura para dar conta do excessivo acúmulo de trabalho, uma carga desumana, e o número ínfimo de funcionários para dar conta. Além das pessoas que não comparecem, autores que não são localizados. (Delegada 1)

Para os agentes, é preciso argumentar em favor das ações desempenhadas na Delegacia, reforçando a competência com que esta executa suas funções específicas. Como vemos na fala da delegada titular:

Eu não tenho a estrutura de que preciso para que o trabalho seja desenvolvido de uma forma melhor, mas fazemos o possível e o impossível dentro do que nós temos de estrutura. (Delegada 1)

Na defesa do que se faz não está em jogo somente a competência individual, mas a afirmação da existência da Delegacia, como espaço social que garante a execução de uma prática singular de competência do Estado. E para proceder a esta garantia, opera-se no rigor da Lei. Ao lado dessa questão, portanto, o atendimento adequado da criança deve ser o melhor possível, isto é, “humanizado”.

2.2 A PRODUÇÃO DE SENTIDO SOBRE A CRIANÇA NO COTIDIANO

Passamos a abordar os significados atribuídos pelos agentes sobre suas práticas cotidianas, de modo a obter elementos sobre a produção de sentido sobre a criança atendida. Agregamos os agentes de acordo com a divisão dos procedi-

mentos realizados, de tal modo que também se destacam as diferentes categorias profissionais. À medida que apresentamos os dados obtidos na observação e nas entrevistas, tecemos algumas reflexões sobre o conjunto de significados que emergem, procurando destacar o que há de específico a respeito da produção de sentido sobre a criança atendida.

2.2.1 O boletim de ocorrência

De acordo com as informações já apresentadas, é o investigador de polícia que redige o b.o., momento em que se opera a primeira distância entre a interpretação comum, não especializada e a especializada. Com uma descrição breve e objetiva dos fatos apresentados, o b.o. produz uma releitura sutil da realidade, porque ao mesmo tempo que se atém às características do fato, descreve-o de uma forma que permite o início de uma construção jurídica.

No registro do b.o. os policiais também organizam os encaminhamentos. Por mais que os encaminhamentos feitos no Plantão sejam corriqueiros para os investigadores, é comum que estes consultem as delegadas para tomar algumas decisões, principalmente quando as situações atendidas podem ser consideradas graves, como casos de suspeita de violência sexual. Os investigadores recorrem também ao superintendente quando surgem conflitos no atendimento, como o desacordo das pessoas que trazem as notícias crimes com os procedimentos tomados pelos investigadores. Tais situações demonstram que ocorrem trocas constantes entre os investigadores e seus superiores, o que é indicativo da presença marcante de relações hierárquicas como definidoras das práticas.

Outra característica atribuída aos investigadores é de que a cultura veiculada na Academia de Polícia e em outras delegacias é incompatível com a “sensibilidade” exigida do investigador no NUCRIA. Para a delegada titular, é preciso sensibilizar os policiais para um atendimento diferenciado:

Os policiais que chegam de outras unidades chegam um tanto embrutecidos, devido ao trabalho com presos, mas aos poucos vão se transformando e vendo a importância de serem mais calmos, tranquilos no atendimento. (Delegada 1)

Nas atividades que cabem aos investigadores, suas interações ocorrem principalmente com pessoas adultas. Ao serem questionados sobre as formas de atividades nas quais eles têm contato com as crianças, respondem que *a criança é com os psicólogos* (Investigador 3) ou ainda *quando é criança vai para os psicólogos, eles têm o método pra criança falar. Criança tem imaginação fértil, as vezes mentem.* (Investigador 2)

Para os investigadores, são os psicólogos que têm a técnica para conversar com a criança. E quando perguntamos a respeito do que pensavam sobre a criança que vem à Delegacia, supostamente vítima de um crime, os investigadores seguiram três linhas de respostas: falavam do perfil geral que uma criança vítima de violência desenvolve, como as características comportamentais e emocionais; enfatizavam a condição de vulnerabilidade da criança, que esta não pode se defender do agressor; afirmavam que a criança é diferente do adulto e por isso seu atendimento tem que ser diferente, mais atencioso ou humanizado.

O que observamos nas respostas dos investigadores é que suas concepções sobre a criança advêm de um conhecimento mais teórico do que prático, já que seu contato com elas é esporádico e pontual. A criança não é uma preocupação dos investigadores e sim, o possível acusado. O enfoque que os investigadores conferem às suas práticas está em contribuir na descoberta de fatos sobre o crime e em prender os culpados. Porém, sua interação com os representantes das vítimas também é constante. Em uma de nossas entrevistas foi possível explorar alguns dos significados relacionados ao contato com os familiares das crianças. O investigador falava que o NUCRIA era diferente por trabalhar com a criança. Ao ser interrogado sobre o que é esta especificidade, afirma:

Aqui é diferente por que nós temos a questão do stress com a vítima, quer dizer não é com a vítima, mas com a família da vítima. Então tem muito stress no balcão, as pessoas chegam aqui alteradas, fazem um boletim agora e acham que nós vamos sair daqui correndo e vamos lá prender o cara. (Investigador 1)

Antes de outras reflexões sobre essa fala do agente, é importante destacar que a pessoa que representa a criança é também referenciada como “vítima”. O que

faz sentido quando percebemos que grande parte das atividades dos investigadores se volta ao contato com os noticiantes, ocorrendo, nesse momento, diversos conflitos. Uma das dificuldades na interação com os representantes das crianças é que estes acreditam que, ao informarem a situação, a intervenção será imediata. O agente continua a falar sobre o assunto:

Eles acham que por que fizeram boletim de ocorrência nós vamos sair daqui correndo e ir lá prender o cara. Aí você explica que nós vivemos em um país democrático, que segundo a Constituição do Brasil só vai preso em delito flagrante ou depois de um mandato de prisão, que para conseguir um mandato de prisão tem que instalar um procedimento, tem que ter prova, tem que ter todo o tramite legal, que cabe ao acusado o direito de ampla defesa, que o cara vai contratar advogado, (...) lá na frente, se tiver provas contundentes, a delegada pede a prisão ou o Ministério Público pede a prisão, o juiz concede ou não a prisão do cidadão. Mas até chegar, conseguir um mandato de prisão, passou um ano, dois anos sei lá quanto tempo. (Investigador 1)

O modo como a Delegacia desenvolve seu trabalho muitas vezes não é bem compreendido pela população, que reclama por uma solução imediata da situação. Existe uma indignação, uma demanda de justiça que envolve a notícia-crime contra a criança e que precisa ser manejada pelos agentes. A demanda por justiça se apresenta para os investigadores como uma solicitação que não é legítima, pois,

(...) nós somos polícia, não somos justiceiros. Não estamos aqui para fazer justiça com as próprias mãos, nós estamos aqui para fazer o que a lei determina o que a legislação manda. Se a legislação é cheia de falhas, o problema não é nosso. Se a Justiça é lenta, o problema não é nosso. Nós fazemos o que tem que ser feito, agora sair daqui ir lá e agir por conta própria daí é outra conversa. (Investigador 1)

O objetivo da polícia judiciária é registrar a notícia de um crime e juntar indícios sobre sua ocorrência. “Agir como um justiceiro” seria o contrário da função legítima de Estado que a Delegacia desempenha, seria romper e negar as regras com as quais o Estado determina e garante seu monopólio da violência física e simbólica.

O “fazer justiça” emergiu nas conversas com os investigadores, mas é uma questão que não se restringe a este grupo de agentes. A preocupação com “fazer

justiça” é um dos significados importantes que circulam na Delegacia e que evoca uma das principais tensões vividas no cotidiano.

No âmbito das práticas em favor dos direitos da criança, “fazer justiça”, tem o sentido de não aceitar a violência contra a criança, protegê-la. Verificamos que há uma interpenetração, um deslizamento de significados entre “fazer justiça”, como lutar pela proteção da criança, e “fazer justiça” como um justiceiro, buscando vingança.

Acreditamos que é por conta do deslizamento de sentido entre duas noções, a princípio diferentes, que a demanda por uma justiça imediata provoca essa tensão entre os agentes. Para os agentes, proteger a criança, interromper a violência, apresenta-se como objetivo de suas práticas. Mas tal objetivo deve ser obtido mediante a aplicação das formas legítimas e legitimadas com as quais a instituição atua e justifica sua existência como um espaço social específico do Estado.

Há uma tensão expressa pelos agentes quando se referem aos limites de sua atuação. De um lado, há uma exigência externa, não somente da população, mas de outros órgãos públicos e dos espaços sociais que operam com a defesa de direitos da criança¹⁰⁵. E, de outro, existe uma exigência interna, entre os agentes, que encontram limites concretos para resolver os casos. Como vemos nesse fragmento de fala: *muitas vezes não depende da gente, porque faltam provas, faltam elementos* (Investigador 5).

E ainda, motivar as ações com base no sentimento de indignação diante dos crimes cometidos contra a criança pode ser nocivo para a efetividade do trabalho e para o agente. Um dos investigadores nos fala que as situações que envolvem a criança são muito complexas, nem sempre é possível saber onde está a verdade:

(...) aqui cada caso é um caso, cada caso é uma maneira, cada maneira é uma (Na delegacia de) homicídio, lá você sabe quem morreu e sabe quem matou (...) estelionatos ou furto também são fáceis, agora contra a criança é extremamente complexo. Se você toma as dores da vítima você fica louco e comete um monte de injustiças. (Investigador 1)

¹⁰⁵ Retomaremos esse aspecto nas considerações feitas a seguir sobre as delegadas, pois essas cobranças externas repercutem com mais intensidade em suas práticas.

Comparada aos objetos de intervenção de outras delegacias, o NUCRIA apresenta uma dificuldade a mais, que faz do trabalho tanto uma atividade mais complexa em seu cotidiano quanto pode prejudicar pessoalmente o agente. Para a delegada titular, os investigadores ficam em contato constante com situações dramáticas, que causam sofrimento emocional:

duas excelentes funcionárias pediram para ir embora, porque não aguentavam mais verem tanta desgraça envolvendo crianças e adolescentes, (...) é pesado o trabalho aqui, principalmente para quem faz a frente.¹⁰⁶
(Delegada 1)

Outro elemento que surge na fala de um dos investigadores é que adotar o ponto de vista de quem traz as notícias crimes é submeter-se a uma demanda inconsistente, que muda de direção com facilidade. Isso porque é comum que os representantes da criança mudem de ideia, queiram retirar as queixas apresentadas. Nas situações em que a lei define a necessidade de representação¹⁰⁷, é possível encerrar o caso, mas requer um procedimento formal, como explica a delegada adjunta:

Quando é caso que há necessidade da representação e que já tem um inquérito policial instaurado, quando a pessoa diz que não deseja mais representar é colhido o termo de declaração, que é a retratação da representação, no termo técnico, quando a pessoa desiste do inquérito. A gente encaminha esse inquérito para o Ministério Público, porque o delegado de polícia não pode encerrar o inquérito (...). Tem situações que o Ministério Público acaba chamando essa pessoa que vai desistir do inquérito, para ratificar essa decisão dela e ele arquiva o inquérito lá. (Delegada 2)

Nas situações em que a notícia crime implica ação penal pública incondicionada¹⁰⁸, definida pelo Código Penal, interromper o inquérito policial não é uma opção para os representantes da criança. A situação nem sempre é compreendida

¹⁰⁶ A “frente” à qual a delegada titular se refere é o atendimento do Plantão.

¹⁰⁷ As situações de crimes contra a criança que o Código Penal prevê como ação penal pública condicionada, ou seja, que exige a representação são os casos como os que envolvem ofensa verbal ou a lesão corporal leve.

¹⁰⁸ A ação penal pública incondicionada, ou seja, a ação que não exige a representação, se aplica à grande maioria dos crimes tratados no conjunto jurídico-administrativo estudado. Todos os crimes descritos no Anexo 1, com exceção do crime de lesão corporal leve, são passíveis de ação penal pública incondicionada.

pelos familiares, resultando em conflitos, os quais os agentes precisam manejar. Normalmente tais situações envolvem os investigadores, mas são resolvidas com o auxílio do superintendente e das delegadas. Estes e outros conflitos havidos na interação com os representantes das crianças emergem nas falas dos investigadores como uma das dificuldades do trabalho.

Outro aspecto conflituoso no atendimento dos familiares está centrado no modo como os investigadores entendem que a população utiliza os serviços da delegacia. Em muitas situações, afirmam que os noticiantes têm a intenção de atingir algum familiar. “*Papagaiada*”, “*bagunça*”, “*picuinha de família*”, são as expressões usadas para qualificar as situações nas quais um dos responsáveis pela criança traz um “*relato falso*”, envolvendo outros familiares.

Um dos investigadores afirma que é possível perceber quando a notícia-crime é falsa, pois as pessoas dão poucos dados, se contradizem. E o problema desses relatos falsos é que entram como demanda de trabalho, fazendo com que os casos que merecem mais atenção – as situações em que se entende que há um crime de fato – fiquem em meio a “*um monte de lixo*” e demorem para serem resolvidos.

A questão do “*mau uso da instituição*” por parte da população também é referenciada pelos investigadores nos casos em que as pessoas noticiam os casos, mas depois desistem de seguir com o procedimento ou não comparecem para depor. O que é entendido pelo investigador como um “*mau uso*” pode ser ‘um uso’. Consideramos que o registro da notícia pode produzir efeitos sobre a realidade das pessoas que já atende a suas necessidades, sem que seja preciso dar continuidade no tratamento jurídico da situação.

Ainda com relação à conduta dos responsáveis pelas crianças, existem significações que circulam entre os agentes que dizem respeito a uma culpabilização moral da família, principalmente da mãe. Algumas práticas familiares são entendidas como o motivo da situação de vulnerabilidade da criança. Vejamos a seguinte citação:

A mesma mulher que vem fazer barraco é a mulher que tem culpa no cartório. Por que ela saiu na noite, arrumou um candango, arrumou um macho, não conhece quem é o cidadão e traz pra dentro da casa dela. Ai ela é uma velhona com seus quarenta, cinqüenta anos, uma menininha novinha de dez, doze anos [referindo-se a filha da suposta mulher] O que o vagabundo vai fazer? Vai em cima da menina. Entendeu, então a culpa é da

família da vítima. E a família aqui é que faz o ferve! Que diabo de mulher é essa que sai na rua arruma um macho e traz pra dentro de casa? Não é verdade?! Então ela quer arrumar um macho, que arrume da porta pra fora, mas dentro da casa dela é local sagrado, onde está a família dela, onde está os filhos dela, não é isso?! [E continua relatando dados de uma situação concreta] Ai ela sai para trabalhar de diarista o dia inteiro na rua e me larga a menininha lá de dez, doze anos com ele e o outro moleque pequeno. O cara estuprava a menina todo o dia e batia no menor todo dia. Então eu te pergunto, não tinha que prender a mãe também? Daí ela vem me dizer que não sabia (...) A criança não é vítima por acaso, são pouquíssimos casos. (Investigador 1)

A situação da “vítima” é compreendida como consequência de uma dinâmica familiar que a deixa à mercê do abuso sexual. Mesmo que a situação concreta apresentada pelo investigador se ancore em um fato da realidade, entendemos que a sua interpretação comporta uma estereotipia da vida familiar da criança que sofre violência.

Ao não cumprirem com seu papel protetor, família, em geral, e a mãe, especificamente, são responsáveis pela violência contra a criança. A ampla produção/reprodução dessa interpretação pode ser observada nas práticas e motiva reações de indignação para com os familiares da criança.

2.2.2 A portaria e o ordenamento das ações

As duas delegadas do NUCRIA atuam no gerenciamento e na produção do inquérito policial, que é iniciado por meio da Portaria e finalizado com o Relato por elas. Destacamos a posição central desempenhado pelas delegadas, enquanto agentes autorizadas a responderem pelas atividades da Delegacia e a determinarem as movimentações dos agentes e suas produções. Como afirma a delegada titular:

Tudo passa pelo Delegado de Polícia (...) o delegado determina quais são as diligências que devem ser realizadas. E qualquer dúvida, se o atendente não sabe o crime que deve registrar, (...) se o escrivão tem dúvidas, se dirige ao Delegado. (Delegada 1)

Conforme já indicado quando apresentamos os dados sobre o acúmulo de inquéritos, uma das dificuldades das delegadas está em lidar com a demanda

represada de casos. É por meio da priorização dos casos considerados graves que possibilita à Delegacia uma forma de lidar com a demanda. A seleção desses casos é explicada pela delegada adjunta:

Todos os boletins de ocorrência que são registrados na delegacia, no dia seguinte passam na mão de um delegado.(...) há uma peneira inicial,(...) de tanto trabalhar com o boletim você consegue ter uma sensibilidade de olhar se o caso é mais sério ou não. (...) se for o caso, tomamos as providências o mais rápido possível. Alguns casos com certeza passam, (...) mas a gente resgata esses casos quando por exemplo chega o laudo do IML ou algum outro documento que comprove a veracidade dos fatos. A gente é ser humano, não consegue enxergar tão bem como gostaríamos, não consegue enxergar tão bem através de um papel, então às vezes alguma coisa passa, mas depois ela volta, porque outra pessoa viu, porque chegou algum outro documento, então manda de volta pra minha mesa e eu analiso. Porque algumas coisas passam, mas o que passa a gente consegue resgatar. (Delegada 2)

A priorização pode ocorrer porque existe uma classificação operacional da gravidade da violência, operacional no sentido de ser não formalizada, nem teorizada, mas que se apresenta com frequência nas falas. De acordo com esta classificação, a violência sexual é a mais grave¹⁰⁹. Por isso deve ser atendida por quem melhor pode oferecer suporte à criança: os psicólogos. Tal encaminhamento é também abordado pela delegada adjunta:

Como nós temos só três psicólogos e nós temos bastante serviço, eles dão prioridade para os casos de abuso sexual de crianças e adolescentes. Porque são mais traumatizados e eles precisam de um amparo de alguém que mais preparado para estes casos. Porque a criança não fala como fala um adulto o que aconteceu, ela fala do jeitinho dela. Então o psicólogo como ele é especializado, é mais fácil pra ele identificar o que de fato ocorreu com essa criança. (Delegada 2)

Outra questão específica do atendimento no NUCRIA que pudemos observar, e que é anunciado pelas delegadas, é ter que lidar com os casos “*inventados*”. Como nesta fala:

¹⁰⁹ Como mencionamos no item 4.2.1, os investigadores e as escrivãs partilham deste entendimento.

Tem que tomar muito cuidado porque aqui tem muitos casos de intriga familiar. A mãe, o pai ou o avô quer a guarda da criança, então eles inventam, aumentam a situação. Você tem que conseguir enxergar através de um papel o que está acontecendo. Os próprios investigadores, quando registram o boletim de ocorrência, eles já percebem na palavra do noticiante ou da vítima qual é a gravidade da situação. (Delegada 2)

Em situações de brigas, separações, a delegada titular explica que o casal

usa os filhos como escudo (...) infelizmente os pais usam os filhos para satisfazer interesses próprios (...) Eles [se referindo aos pais] estão usando o trabalho da polícia para satisfazer interesses próprios, estão denunciando um fato que não aconteceu, (...) na ânsia de pisar na garganta do outro, acabam usando o filho. E chegamos a essa conclusão, na maioria das vezes, somente no final da investigação. (Delegada 1)

Entendemos, com base nas observações feitas, que esses significados evidenciam o que os agentes consideram como sua função: a elucidação de um crime, conforme previsto nas normativas legais. A dinâmica familiar que leva a uma notícia falsa, a condição da criança em meio a esta situação e a possibilidade de que existam outras formas de violência contra a criança – talvez não passíveis de serem consideradas como crimes – não são questões com as quais a Delegacia possa ou deva operar.

As condições gerais da criança em sua dinâmica familiar são questões remetidas a outros equipamentos, como à Rede de Proteção das Crianças e Adolescentes em Situação de Risco para Violência¹¹⁰ do município, ou à Vara da Família quando há processos referentes ao caso. Encaminhar as demandas relacionadas ao contexto geral da proteção dos direitos da criança é entendido como o modo correto de agir, já que a Delegacia deve fixar sua abordagem no possível crime noticiado.

¹¹⁰ A Rede de Proteção do município de Curitiba é formada por um conjunto de representantes de diversos serviços públicos municipais, como das políticas públicas de assistência social, saúde e educação, que organizam o recebimento e o acompanhamento de casos de violência contra a criança e o adolescente. Sobre a organização e histórico desta rede citamos Pfeifer (2011: 479): “Em Curitiba, iniciou-se, no ano de 1998, um trabalho de enfrentamento da violência (...). Formulou-se uma ficha de notificação única e padronizada e instituiu-se um trabalho de capacitação para os profissionais que atuam com crianças e adolescentes para prevenção, diagnóstico, avaliação do nível de gravidade de cada caso, notificação e acompanhamento das situações de risco para violência. Desde 2002, as notificações passaram a ser analisadas e armazenadas em um banco de dados da Secretaria Municipal de Saúde, instituindo-se o Programa Rede de Proteção das Crianças e Adolescentes em Situação de Risco para Violência.”

A proteção da criança é preocupação da Delegacia na medida em que está atrelada ao possível crime. Quando interrogada sobre o que é mais importante para o NUCRIA, a delegada adjunta elege a proteção da criança, afirmando que o mais importante é:

Tirar as crianças da situação de risco. Principalmente os casos de abuso sexual. Se a gente tem conhecimento de que uma criança está sendo abusada sexualmente na própria residência, nós agimos o mais rápido possível, fazemos as coisas imediatamente. Todas as providências que puderem ser tomadas são tomadas de pronto, tudo é feito bem rápido. Mas o problema é o final, que essa criança vai acabar num abrigo (Delegada 2)

Ao mencionar o desfecho da situação da criança, a delegada adjunta oferece elementos para pensarmos a situação da criança para além da definição jurídica sobre a existência ou não um crime:

Ela [a criança] é vítima duas vezes. Ela não tem a proteção da mãe, do pai e o Estado não tem como protegê-la (...) no futuro, se essa ação se seguir, a criança vai acabar num abrigo, (...) vai ser criada dentro de um abrigo. Então qual futuro que essa criança vai ter? (Delegada 2)

Pela fala da delegada entendemos que o modo como o Estado é mencionado se refere a um conjunto de instituições, para além da atuação do NUCRIA. Os problemas da proteção integral da criança recaem sobre um conjunto de instituições públicas que não têm instrumentos para protegê-la.

Também podemos considerar que o modo como a delegada adjunta apresenta as ações específicas da Delegacia fornece indícios de que a centralidade das preocupações dos agentes é o trabalho com o possível crime noticiado. As questões relativas à situação da criança são apontadas pela agente como um motivo de inquietação, mas sua resolução estaria para além das possibilidades de intervenção do NUCRIA.

Mesmo no exercício da competência específica do NUCRIA, os agentes encontram dificuldades, como as observadas na busca de dados que viabilizem o pedido de prisão provisória, que é entendida como um modo de salvaguardar a criança da ameaça que o acusado representa. Nem sempre é possível tomar todas

as medidas julgadas como necessárias. E é preciso justificar que o melhor possível está sendo feito, como podemos demonstrar no depoimento abaixo:

Muitas pessoas chegam à Delegacia achando que após o registro da ocorrência vamos prender o suposto autor dos fatos, prisão perpétua de preferência, mas não é bem assim, temos uma lei a ser seguida (...) quando tentamos explicar que existe uma lei e que não podemos sair prendendo as pessoas sem indícios de autoria e materialidade, muitos nos perguntam: 'então vocês não vão fazer nada?' E respondemos que estamos fazendo o que a lei determina que seja feito. (Delegada 1)

As condições estruturais da Delegacia, incluindo as normativas legais que delimitam o que e como deve ser feito, são apontadas como fatores que delimitam o trabalho. E se algumas situações poderiam ser melhoradas, como o aumento do número de funcionários, outras, como os procedimentos administrativos e jurídicos, expressam a realidade das práticas da Delegacia, e, nesse sentido, é a população que precisa compreender e aceitar a forma da Lei.

No entanto, identificamos entre as delegadas inquietações similares às dos investigadores e relacionamos a uma demanda de “*fazer justiça*”. A ideia de “*fazer justiça*” sintetiza significados trazidos pela população – que solicita uma providência imediata da Delegacia – e significados dos agentes que expressam o desejo de atuar de modo eficiente e de proteger a criança atendida. O **deslizamento de sentidos** entre os dois significados de “*fazer justiça*” pode ser um motivador para a necessidade de as delegadas explicarem a improcedência das críticas feitas pela população.

As possibilidades de proteção da criança encontram muitos limites, diante dos quais o que se pode fazer muitas vezes é “*atender muito bem*” (Delegada 1). Realizar um atendimento de qualidade é um dos sentidos atribuídos ao “*atendimento diferenciado*” do NUCRIA, que deve incluir uma dimensão de sensibilidade perante as condições de vida da criança atendida, como sugere a seguinte citação:

Ao logo do tempo vamos adquirindo experiência e passamos a ver a vida com outros olhos (...) é diferente você ter crianças na sua casa, do teu nível cultural, financeiro, e depois você começa a ver crianças em outros níveis, praticamente passando fome, com um monte de problemas, com pais alcoólatras, drogados, sem emprego. Com essa diferença toda começamos a aprender coisas, a ver a vida por outro ângulo e acaba sensibilizando. (Delegada 1)

E, complementando essa afirmação, a delegada titular afirma que a maioria das crianças atendidas é proveniente de uma,

classe mais baixa economicamente, socialmente, culturalmente (...) são os que mais nos procuram, não que crimes não ocorram na classe alta, mas eles não procuram, tentam resolver nos consultórios (...), só que a classe pobre, na maioria das vezes, o único socorro que elas tem é na polícia. (Delegada 1)

O perfil da criança anunciado nas duas últimas citações sugere que a criança atendida no NUCRIA é percebida como uma criança excluída das relações de proteção material e emocional. A esta criança, no mínimo, deve-se dedicar uma ação humanitária, que expresse alguma forma de afetividade e de auxílio.

A afetividade e o auxílio são elementos que entendemos como presentes na abordagem da criança atendida no NUCRIA, a partir de conteúdos como os apresentados nas citações a seguir:

(...) chegou uma criança aqui que a Dra. X deu um carrinho, ele olhou e perguntou 'é pra mim?'. Ela disse sim e o menino respondeu: 'tia, meu pai nunca me deu um brinquedo.' Coisas assim levamos para o resto de nossas vidas. Você não imagina o milagre que um brinquedo faz na vida de uma criança carente e vítima de um delito. (Delegada 1)

Dei uma boneca para uma menina que foi estuprada e ela abraçou essa boneca com tanta força, como se fosse um refúgio e me disse que não tinha boneca, (...) nessa hora você se pergunta, 'meu Deus, que mundo é esse?' (Delegada 1)

Teve duas meninas que foram estupradas pelo padrasto e a mãe comentou que não ia conseguir levar elas para fazer o exame, e nesse momento você fica sem saber o que fazer. Brinca, tenta falar de uma forma legal (...) promete um brinquedo, um pirulito, tudo na tentativa de amenizar o constrangimento do exame médico. (Delegada 1)

De uma forma geral, um atendimento diferenciado para a criança atendida assume diferentes significados, em um espectro que vai da definição ancorada nos preceitos legais sobre a proteção integral até a ação caritativa com o objetivo de amenizar os sofrimentos da criança.

As limitações concretas na função explícita da Delegacia em encaminhar os culpados para uma condenação e a cisão entre a Delegacia e as práticas de proteção integral da criança – que são entendidas como ações específicas de outros

órgãos – produzem significados que circulam no sistema de relações do NUCRIA. Porém, na fala das delegadas estes se destacam, o que acreditamos que se deve ao lugar de responsabilidade que ocupam.

2.2.3 A fala da criança: depoimento e relatório psicológico

A exemplo do que acontece com os investigadores, os momentos de interação das escrivãs com as crianças atendidas no NUCRIA são reduzidos. Os depoimentos que elas colhem podem ser feitos com crianças, mas em geral isso ocorre em casos de violências consideradas menos traumatizantes para as crianças, como as lesões corporais leves. Uma das escrivãs relata que só colhe o depoimento de maiores de 12 anos. Outra afirma que é preciso um conjunto de fatores para coletar o depoimento:

Quando é caso de lesão corporal, violência doméstica, quando a criança já tem 10, 12 anos, e a gente percebe que ela não em problema para falar, ela fala naturalmente do que aconteceu, pode ser um escrivão para ouvi-la. (Escrivã 2)

Mas, no geral, a coleta de depoimentos das escrivãs ocorre com os representantes das crianças, pois a maior parte das crianças é atendida pela equipe de psicólogos. Dizem as escrivãs:

*Os abusos [referindo-se às violências sexuais] vão sempre para a psicóloga, para não constranger a criança (Escrivã 1)
Não tem como uma criança relatar para mim um estupro, os psicólogos sabem abordar. A criança fica com medo de relatar o fato (...). E a revivência do trauma pode ser perigosa para a criança (Escrivã 1)*

Após essa fala, a entrevistada explica que pode ser perigoso no sentido de trazer prejuízos psicológicos, e conta de uma criança que “ficou louca”. A Escrivã 2 conta que estava habituada a fazer depoimentos em uma delegacia que atendia casos de furto, e as características dos depoimentos no NUCRIA são diferentes:

*Aqui o noticiado é familiar, conhecido. Tem muito conflito familiar, situação de dependência com o noticiado. A situação fica pior quando a mãe não quer se separar, a vítima continua convivendo com o noticiado.*¹¹¹ (Escrivã 2)

A agente ainda afirma que as situações relatadas nos depoimentos lhes causam sofrimento. Diz que ao ouvir os depoimentos fica pensando: *Como podem fazer estas coisas com uma criança, um inocente, um anjinho.* (Escrivã 1)

Os dados coletados com as escrivãs, apesar de restritos, permitem algumas interpretações. Pelo fato de que são os psicólogos os autorizados a tratar com a criança, e para estes seguem as situações em que se acredita que a criança precise de um suporte para falar da violência, as escrivãs têm o foco na coleta do depoimento. Podem até ouvir a criança, mas somente quando esta consegue dar um bom depoimento.

Entre as escrivãs as concepções sobre as crianças são orientadas por noções gerais, como ocorre entre os investigadores. Notamos isso na imagem da criança retratada como um “inocente, um anjinho”, que não agrega elementos concretos da condição da criança, mas uma imagem padronizada, estereotipada.

De acordo com os dados apontados até o momento neste Capítulo, investigadores, escrivãs e delegadas compreendem que os agentes da Delegacia com competência para ouvir a criança são os psicólogos. São os psicólogos que possibilitam à criança que relate as situações que vivencia sem que isto lhe cause constrangimentos. Por estes motivos, a vinda dos psicólogos para o NUCRIA é considerada pela delegada titular como *uma conquista muito importante*.

Podemos nomear o tipo de prática psicológica realizada no NUCRIA como o exercício de uma Psicologia Jurídica, que, segundo França (2004), é uma das nomeações utilizadas para as práticas da Psicologia que se relacionam com o sistema de justiça. Historicamente, a ênfase da Psicologia Jurídica situa-se na verificação da veracidade do relato de pessoas envolvidas em processo judicial, por meio de uma análise dos processos psicológicos percebidos na avaliação (BRITO, 1999).

¹¹¹ Mais adiante, ainda neste Capítulo, abordaremos o fato de que, na percepção dos agentes, a maior parte dos noticiados são homens.

Assim, o conhecimento resultante da perícia psicológica não se refere a uma avaliação integral do indivíduo, pois o enfoque é sobre o episódio que envolve os procedimentos jurídicos-administrativos. Para os agentes, é preciso destacar o caráter pontual e temático da avaliação,

A gente precisa fazer um documento focado, no caso do NUCRIA é feito com a notícia-crime que é feita por meio de um BO. A gente precisa atender a criança para que a gente possa entender (...) o que aconteceu com essa pessoa, dentro do que é possível ela nos dizer, mostrar, revelar (...) e então elaboramos um documento onde vai ser transcrito... um parecer sobre o caso, então o caráter é focado (...) no esclarecimento dos fatos (...) e breve. (Psicóloga 1)

Nesse documento, de acordo com o que é possível e pertinente a cada caso, podemos citar questões da subjetividade da criança (...) mas é sempre ligado na notícia-crime. (Psicóloga 2)

Durante a entrevista com a criança, os psicólogos observam várias questões, tais como:

Desenvolvimento, relações familiares, sociais, exame do estado mental. (Psicóloga 1) mas antes de tudo, ver se a criança está em condições de falar naquele momento. Caso ela não esteja a gente encaminha pra rede de proteção, ou tenta outras entrevistas, a gente respeita o momento. (Psicóloga 2)

O trabalho dos psicólogos na instituição tem a função de, a partir do relatório, indicar se a entrevista confirma ou não a notícia-crime, ou seja, o objetivo da avaliação psicológica é de empreender um exame perito que possa levantar indícios¹¹² sobre o suposto crime de acordo com as normas do processo penal.

Mas, para o grupo de psicólogos, o principal objetivo de seu trabalho é a proteção da criança, o respeito a seus interesses e a partir deste objetivo buscar uma interface entre os conhecimentos psicológicos e os conhecimentos jurídicos. A elaboração desta interface adquire para os psicólogos o significado de uma “arte” na

¹¹² De acordo com o artigo 239 do Código de Processo Penal, “Considera-se indício a circunstância conhecida e provada, que, tendo relação com o fato, autorize, por indução, concluir-se a existência de outra ou outras circunstâncias.” (BRASIL, Decreto-Lei nº 3.689, 1941)

redação de um documento com o objetivo de *falar o que a gente sabe e precisa falar e que possa ser entendido pelos operadores do direito, delegado, promotor, mostrando que a gente observa uma questão mais ampla do que simplesmente aquilo que está sendo noticiado.* (Psicólogo 3)

O que orienta a confecção do relatório é a fala da criança e o que se pode interpretar com base em sua conduta, na interação durante a entrevista.

Eu tenho que demonstrar o material que eu obtive e eu tenho que escrever isso de uma forma entendível, sabendo que eu não estou escrevendo para psicólogos. Se isso vai ser útil juridicamente essa é uma outra questão que aí não vem ao caso, vem ao caso o respeito ao direito da criança. (Psicóloga 2)

O importante para os psicólogos é mostrar o modo como a criança pode abordar a situação, como se expressou e o que se pode interpretar com base em todos os elementos da entrevista, indicando a direção para onde apontam as questões, se para a ocorrência dos fatos ou não. Contudo, *se isso vai ou não ser útil juridicamente isso não é uma decisão minha, mas é o que pode ser produzido naquele momento, respeitando os princípios éticos.* (Psicólogo 3)

A condição de falar é algo que “*vem da criança, do momento dela*”, pode acontecer de a criança não falar. Ao serem interrogados como fica a situação quando a criança não fala, um dos psicólogos faz a seguinte afirmação,

Juridicamente falando eu não posso te responder agora, mas acho que não vai ter um andamento, por não ter o relato da criança, mas psicologicamente falando, esta criança precisa ser respeitada no momento dela (...) (nestes casos) fazemos um parecer, falando do que aconteceu nas entrevistas (Psicólogo 3)

O que os psicólogos salientam é o respeito a vontade da criança de não falar, *porque ela é um ser de direitos, se todo mundo tem o direito de permanecer calado, porque a criança não ia ter?* (Psicólogo 1)

Esses agentes entendem que na interface com o direito, precisam atender à necessidade da produção de provas, mas esta é feita sob o princípio do respeito à criança. Quando a criança não fala, os psicólogos procuram explicitar indícios sobre a ocorrência ou não do crime baseados na interpretação do conjunto da interação com a criança, o que implica interpretar o ato de silêncio da criança.

O silêncio dela fala para nós, à justiça talvez/provavelmente não. Você pode tentar interpretar este silêncio, se ela está com medo, se ela está fragilizada, quais são as consequências da fala dela naquele momento. Para nós isto é válido, mas para justiça o que vale é a prova, o relato dela para esclarecer se aconteceu ou não, qual é o autor. (Psicólogo 3)

O processo penal envolve os princípios necessários para que, de acordo com a dogmática jurídica, alguém possa ser julgado por um delito. Dentre estes princípios, a ampla defesa e o contraditório¹¹³ possuem repercussões diretas sobre o modo como a criança será inserida no processo judicial que se inicia no NUCRIA. Depois da entrevista, a criança será novamente ouvida na audiência de instrução realizada na 12ª Vara. Quanto ao fato de a criança ter de repetir o relato da violência sofrida, os psicólogos fazem as seguintes observações,

Vamos recorrer ao Furnis (autor que trata do depoimento da criança) (...) quanto mais você ouve uma criança mais chance você tem de ter uma distorção do relato, porque ela vai buscar a resposta certa, como se assim existisse. (Psicólogo 3)
É claro que você prejudica a criança, quanto mais você perguntar a ela (...) mais prejudica. (Psicólogo 2)

De acordo com esse argumento, quando a criança repete várias vezes a história, há maior probabilidade de que ela modifique seu relato¹¹⁴, além de isto ser considerado prejudicial, pois a evocação da lembrança permite “reviver” mentalmente a violência.

Por conta do tempo decorrido entre os dois relatos, o grupo de psicólogos afirma que vários fatores podem interferir no conteúdo da fala da criança. Quanto *mais o tempo passa mais ela se confunde ou mais medo ela pode ter* e além de que *mais influências externas do pai e da mãe* podem influenciar o relato (Psicólogo 2). E ainda,

¹¹³ A ampla defesa e o contraditório “são corolários do processo penal e civil”. A ampla defesa assegura ao réu condições para trazer ao processo “todos os elementos tendentes a esclarecer a verdade” (MORAES: 2003, 362). A ampla defesa garante à pessoa submetida a um processo jurídico a possibilidade de se defender, usando de todos os meios lícitos previstos. O contraditório garante a igualdade de oportunidades entre as partes, de modo que “todos os procedimentos efetuados na fase do inquérito policial são repetidos diante do juiz e das partes, com a presença obrigatória de um advogado de defesa (KANT DE LIMA, 2008: 44).

¹¹⁴ A modificação do relato decorrente da repetição será retomada no próximo Capítulo, quando tratarmos do testemunho da criança na audiência de instrução.

E quantas mudanças já houveram desde a denúncia até chegar na hora da audiência, quanto tempo já se passou, quantas mudanças já tiveram na vida familiar dela, na vida social, será que essa criança vai ter condições de falar, de repetir.. (E ainda) Tem a questão de ter um relato harmônico e com coerência, como ela fez anteriormente, então as vezes ela não consegue se expressar. (Psicólogo 3)

Welter (2010), ao abordar a questão da memória da criança e seu depoimento em processos judiciais, afirma que as memórias são transitórias e que a passagem do tempo é um fator fundamental para a perda da qualidade na recordação.

À medida que o tempo transcorre, e novas informações vão sendo processadas, tendemos a esquecer informação sobre eventos passados. A recuperação de um fato na memória tende, com o tempo, a ter como base os aspectos mais gerais da experiência, ou mesmo o conhecimento que temos sobre o episódio vivido e não a recordação do que de fato aconteceu. Tal processo, que envolve a passagem de recordações mais específicas e detalhadas a descrições mais gerais e reconstitutivas da experiência, cria, por sua vez, um solo fértil para ocorrência de outros “erros” e distorções da memória, sendo observado tanto em adultos como em crianças. (WELTER, 2010: 11-12)

As distorções da memória em crianças envolvem ainda o agravante de que o período da infância é de um desenvolvimento cognitivo, emocional e social acelerado, implicando em novas formas de compreensão do mundo, o que também pode influenciar a precisão das recordações (WELTER, 2010)

Os psicólogos também relatam situações em que a criança fala abertamente sobre a violência sofrida no momento da entrevista psicológica, mas depois, quando ela percebe as consequências que envolvem a situação de violência vivenciada, ela tende a negar o que ocorreu. É o que os psicólogos chamam de “*desdizer*”, um comportamento considerado comum, que faz parte do processo vivenciado pela criança e que pode estar associado a um desejo de evitar certos desdobramentos, como o sofrimento próprio e de seus familiares ou ainda o afastamento da convivência familiar, quando a criança é encaminhada para um abrigo.

A questão do encaminhamento para o abrigo é complexa. Mesmo que a permanência no abrigo resulte em uma experiência negativa para a criança, envolvendo a ruptura de laços familiares e de amizade, muitas vezes a colocação

em abrigo é a única alternativa política¹¹⁵ viável para que a criança seja protegida de novas exposições à violência.

Sobre o modo de fazer referência à criança atendida na Delegacia, a equipe técnica relativiza a definição da criança como vítima – forma predominante de nomear a criança no NUCRIA. Para os psicólogos, o termo vítima, no contexto geral, está correto. Inclusive, para uma psicóloga, mesmo que não haja de fato uma violência, a criança é vítima pelo simples fato de estar na Delegacia, pois ela *não tem a opção de decidir claramente se ela quer realmente fazer parte daquilo, como avalia uma pessoa adulta, independente*. No sentido empregado do termo vítima, compreendemos que a psicóloga faz menção à condição de sujeição da criança, que, em geral, não opina sobre fazer ou não o registro da situação de violência.

No entanto, o uso do termo vítima não deixa de ser estigmatizador, pois rotula a criança. *Ela é uma vítima de alguma coisa, mas acima de tudo ela é a criança (...) nos incomodamos (com o uso do termo). Até em nossos agendamentos tinha impresso no formulário 'vítima'. Nós tiramos e deixamos 'nome'.*

A leitura de que a criança deve ser referenciada como pessoa antes de ser “rotulada” se aplica também ao modo como o grupo de psicólogos define as características das crianças atendidas. Afirmam que *cada uma (...) vai ter uma reação por estar aqui (...). Depende também de como os pais chegam, se chegam de uma forma adequada ou se chegam tresloucados, isso influencia bastante. Acho difícil ter uma forma mais genérica de responder. (Psicólogo 1) O modo como a criança reage à agressão e por estar no NUCRIA*

Vai depender de cada criança, de como ela chegou a esta Delegacia, qual o tipo de agressão sofrida, por que... isso é imensurável. (...) Tem crianças que não se tocam que aqui é uma Delegacia, até porque os pais não dizem. Tem criança que sabe ler (...) e descobre que aqui é (um órgão) da polícia.

¹¹⁵ Entendemos que a colocação da criança em instituições de abrigo é uma questão política porque existem outras intervenções, como a colocação da criança em uma família substituta ou mesmo realização de uma intervenção psicossocial efetiva que se viabiliza a permanência da criança com algum familiar que pudesse protegê-la, de acordo com o preconizado pela Lei 12.010/2009, incorporada ao Estatuto. Essas alternativas envolvem o desenvolvimento de políticas públicas adequadas, com recursos financeiros e técnicos suficientes para que o afastamento familiar, quando necessário, possa ocorrer com o menor prejuízo possível para criança. Sobre tema há uma vasta bibliografia, entre as quais citamos RIZZINI, (2007) “Acolhendo crianças e adolescentes” e SILVA, (2004) “O direito a convivência familiar e comunitária”, esta última publicação do IPEA.

São vários tipos de grupos... dá para citar os vários tipos (...) a forma como chegam e as condições familiares interferem, além da singularidade de cada criança, tem criança que se sente protegida, porque conseguiu dizer 'não'; tem criança que se sente culpada, conivente com a situação; tem criança que fica assustada porque aquilo que lhe aconteceu é um segredo e aqui é a polícia, como ela vai contar... Depende de muitos fatores. (Psicólogo 1)

A reflexão sobre quem é a criança atendida se pauta nas contingências da situação de cada uma, não em um perfil geral. Ou seja, a criança tem uma condição produzida nas suas relações concretas. Por outro lado, as especificidades da criança podem ser apresentadas como fatores gerais, como vemos na citação a seguir.

Ela (a criança) não tem maturidade, ela não tem todas as funções necessariamente amadurecidas, as funções psíquicas todas, ela é frágil. Ela é facilmente intimidada, ou ela quer agradar, ou fica agressiva por que não sabe lidar com isto de outra forma. De uma pessoa adulta se espera que pudesse dizer 'vamos lá, tem que fazer, tem que fazer.' No sentido de ser um ser em desenvolvimento ela tem menos recursos pra isso.

Mesmo considerando que seu trabalho é respeitado, os psicólogos concordam que os Relatórios poderiam ser mais utilizados, o que não depende exatamente dos operadores, mas das normativas jurídicas. Entendem que para o Relatório substituir o testemunho da criança em audiência seria necessário outro encaminhamento normativo.

Acreditamos que essas questões remetem a uma reflexão sobre a concentração de capital simbólico das práticas dos psicólogos na Delegacia. Por mais que o Relatório seja peça importante do inquérito policial, sua capacidade de produzir uma representação da realidade válida e validada é relativa, sendo balizado por outras produções, a destacar o depoimento da criança conduzido pelo juiz de direito.

A título de comparação, citamos os laudos emitidos pelo IML referentes às marcas físicas deixadas pela situação de violência. Diante da positividade de um laudo do IML, ou seja, quando este constata uma lesão ou a ruptura de hímem, o indício é indiscutível, pois o que está em jogo é uma prova material inquestionável. Já o relato da criança exige interpretação, pois pode, ou não, expressar a verdade sobre a ocorrência do crime em questão. A citação de Welter a seguir fortalece este argumento:

(...) embora um exame psicológico possa detectar sinais e sintomas compatíveis com situações de abuso sexual, tal instrumento, sem o relato da vítima, não é suficiente para nos informar acerca de uma contingência concreta e específica. A dificuldade de se vincular a sintomatologia observada a um evento estressante torna-se ainda maior em situações em que há múltiplos eventos traumáticos, o que é frequentemente observado em crianças e adolescentes envolvidos em situações judiciais (WELTER, 2010: 10)

Quando o relato da criança fornece um indício positivo da ocorrência de um crime, este precisa ser avaliado em termos de sua conformidade com a lógica jurídica – precisa ser coerente o suficiente para não deixar dúvidas sobre sua autenticidade. É uma interpretação, baseada na aplicação da lógica jurídica, que conferirá ao relato a sua veracidade jurídica, e essa interpretação cabe, em sua forma definitiva, ao juiz de direito.

É fundamental que o inquérito policial inclua a palavra da criança, mas o modo como ela é analisada nem sempre atende a especificidades de como a criança compreende e expressa sua realidade. O testemunho da criança diferencia-se do testemunho do adulto, mas em geral a regra jurídica contempla a condição da fala da criança, pois, como afirma o grupo entrevistado, *nós não temos um Código Penal que contemple as especificidades da criança, tem o ECA, mas ele não está acima do Código Penal. O ECA não trata sobre isso.* (Psicólogo 2)

A capacidade profissional que confere aos psicólogos a condição de produzirem o Relatório é a de saber interpretar a fala da criança em um modo de abordagem que não produza “*constrangimentos*”. Falar da violência, principalmente da violência sexual, é considerado entre os agentes do NUCRIA como um sofrimento para a criança. Essa percepção envolve uma classificação operacional das formas de violência, na qual a violência sexual é a forma mais grave, o que define a priorização destes casos para a entrevista psicológica.

Os psicólogos são os detentores de um saber diferente, único entre os agentes da Delegacia. Eles, por saber ouvir e falar com a criança, são os responsáveis por uma ação que articula as exigências da ordem jurídica com os conhecimentos sobre a criança. Entendemos que esses agentes são considerados, na Delegacia, como ‘intérpretes autorizados’, que, ao mesmo tempo, fazem uma intervenção que não prejudica a criança e traduzem sua palavra para os outros agentes.

A observação da posição ocupada pelos psicólogos na Delegacia suscitou-nos uma indagação: o que credencia os psicólogos como 'intérpretes autorizados' da criança? A resposta a esta questão exige uma reflexão mais detalhada de aspectos tanto das especificidades profissionais quanto das representações produzidas sobre os psicólogos no meio jurídico. Esboçamos o princípio de uma resposta ao enfatizar os saberes psicológicos como capazes de compreender e revelar a subjetividade da criança. Para esclarecer o que entendemos por subjetividade, utilizamos uma definição ampla:

A subjetividade é a síntese singular e individual que cada um de nós vai construindo conforme vamos nos desenvolvendo e vivenciando as experiências da vida social e cultural; é uma síntese que nos identifica, de um lado, por ser única, e nos iguala, de outro lado, na medida em que os elementos que a constituem são experienciados no campo comum da objetividade social. Esta síntese – a subjetividade – é o mundo de ideias, significados e emoções construído internamente pelo sujeito a partir de suas relações sociais, de suas vivências e de sua constituição biológica; é, também, fonte de suas manifestações afetivas e comportamentais (BOCK; FURTADO e TEIXEIRA, 1999:23)

Ao dominar o que é a subjetividade, os psicólogos podem compreender a criança atendida melhor do que qualquer outro agente da Delegacia e a sua abordagem já garante uma intervenção que respeite a condição da criança, ou seja, que não a revitalize, ou ainda, que contemple sua condição de direitos. Esta parece ser uma representação que circula entre os agentes: que a simples presença dos psicólogos garante o respeito aos direitos da criança porque estes podem compreender a criança na sua integralidade. Não questionar o modo como os psicólogos podem garantir a preservação dos direitos da criança é uma forma de evidenciar que o que diz respeito à condição da criança está alocado em uma ação específica dentro da Delegacia, não é a preocupação principal.

Abordando a mesma questão por outro ângulo, constatamos nas observações feitas que o setor de atendimento psicológico opera com certo distanciamento da dinâmica geral da instituição, que atribuímos a três aspectos.

O primeiro se refere à circulação dos profissionais no espaço da Delegacia. Como a elaboração dos laudos exige um trabalho de concentração, a equipe passa bastante tempo em atividades isoladas.

O segundo aspecto, confirmado pelos psicólogos, é de que há um distanciamento conduzido conscientemente pelos psicólogos, que entendem que a elaboração de pareceres precisa ser o mais isento possível, não impregnada pelas formas de compreender tais casos que circulam na Delegacia. Os psicólogos produzem um distanciamento por entender que isto faz parte de seu exercício profissional.

E, para finalizar, há uma diferenciação profissional entre os psicólogos e os demais agentes, já que os psicólogos não são policiais civis. Sua cultura profissional, seus conhecimentos específicos os diferencia dos outros agentes. Percebemos que os diferentes aspectos envolvidos na ideia de um distanciamento entre o setor de psicologia e os demais setores são indicativos de uma forma de divisão do espaço social.

2.3 A PRODUÇÃO SÍNTESE DA DELEGACIA: O INQUÉRITO POLICIAL

Como já afirmamos, no NUCRIA ocorre a primeira de uma série de codificações que operam sobre um evento da realidade para torná-lo possível de ser apreciado em uma prática do Direito Penal. Primeiro, os agentes verificam se o evento é passível de uma intervenção, depois orientam as pessoas externas ao campo sobre como procederem e, por fim, apreendem o evento real de acordo com as formas instituídas no âmbito jurídico.

Na realização de suas práticas os agentes vão executando esses movimentos, que são registrados em documentos oficiais. Todos os documentos oficiais reunidos formam um caderno, um documento que apresenta o resultado do trabalho da Delegacia, nomeado de inquérito policial.

Cada atividade desenvolvida no NUCRIA visa à tessitura de partes do inquérito, que tem sua produção mediada pelas delegadas. São as delegadas que, em maior – no caso dos investigadores e escrivães – ou menor grau – com relação aos psicólogos – fazem a ‘costura’ das partes que irão compor o inquérito e, mediante o desenho que se forma, tomam novas atitudes, fazem outros encaminhamentos.

Desse modo, apesar de ser o inquérito uma produção coletiva, resultado das movimentações dos agentes guiados por normativas explícitas, ele é criado pelas

delegadas; são elas que viabilizam a criação do inquérito e concluem-no, endereçando-o formalmente para a Promotoria.

Uma característica do inquérito é de ser isento de opiniões ou conclusões sobre os fatos. No inquérito, nenhuma afirmativa jurídica é realizada. Dizer que o crime ocorreu, ou dizer que o acusado deve ser condenado/absolvido, são atribuições do promotor e do juiz de direito. O inquérito apresenta a apuração dos fatos, e seu princípio de execução é o da imparcialidade dos agentes.

Como expressão da intenção formal do inquérito, que é o levantamento de fatos para uma busca da verdade (KANT DE LIMA, 2008), observamos entre os agentes do NUCRIA a preocupação em evidenciar que a qualidade principal do inquérito é sua isenção de opinião ante o fato investigado. Tal questão foi observada nas práticas das delegadas, investigadores, escrivães e psicólogos ao relatarem suas atividades. A característica de um fazer baseado expressamente em uma “*fundamentação jurídica*” é requisito para que a Delegacia demonstre e reforce sua existência como uma instituição específica da Polícia Judiciária.

Todos os movimentos feitos pelos agentes – policiais civis, escrivães, estagiários, psicólogos e delegadas – são registrados no inquérito de acordo com uma lógica racionalizada e ritualizada, tanto no modo de apresentar os conteúdos como no detalhamento de tudo que é feito.

Os documentos escritos no campo jurídico são, para Bourdieu (2007), nomeações oficiais dotadas de significados de objetividade, impessoalidade, neutralidade e universalidade, verificados nas descrições objetivas, neutras e padronizadas dos Boletins, Portarias, Termos de Depoimento, Pareceres, Relatórios, despachos.

A função das nomeações oficiais é “(...) fazerem triunfar a sua causa; o efeito jurídico da regra, quer dizer, a sua *significação* real (...)” (BOURDIEU, 2007: 225). De modo que a principal função da nomeação, com sua racionalidade e seus ritos, é a de ratificar a existência e o funcionamento de seu campo de origem. E é com o inquérito que a Delegacia reafirma seu sentido de existência.

As nomeações são produzidas nas lutas do campo, nas disputas entre os agentes para dizer o direito legítimo. Para Bourdieu, nas disputas “(..) pela imposição da visão legítima do mundo social, (...) os agentes detêm um poder à proporção de

seu capital, quer dizer, em proporção ao reconhecimento que recebem de um grupo.” (BOURDIEU, 2007:145) De acordo com as posições e suas tomadas de posições, os agentes lutam por ratificar suas formas de ver e de classificar a realidade. De acordo com a posse de determinados capitais, as produções do NUCRIA se alinham. Esse alinhamento é dado pelas autoridades, ou seja, pelas delegadas. Entendemos que o lugar de destaque conferido à hierarquia nas práticas policiais permite a produção do inquérito de tal forma que as tensões não se materializam nos documentos. Como já afirmamos, o inquérito é uma criação da figura do delegado, é com a orientação do agente nessa posição, sob o exercício de seu capital, que o inquérito se configura.

Quando o inquérito está pronto, a lógica da nomeação oficial está arquitetada, o que permite o seu envio para a próxima instituição. Um inquérito que falha - na sua lógica de construção, ou seja, que não atende às normas pré-fixadas, não produz efeitos em outras instituições. Quando o inquérito não agrega todos os elementos necessários para a geração da denúncia, o promotor pode arquivá-lo ou devolvê-lo à Delegacia para ser reformulado ou complementado. Aqui temos elementos, a serem desenvolvidos adiante, sobre as relações de poder e disputas entre as instituições.

Sendo capaz de gerar uma denúncia, o inquérito passa de um documento completo para parte de outro documento: os autos do processo penal. É o momento em que uma nomeação se soma a outras para formar uma terceira. Como em uma cadeia de conexões, cada nomeação é um elo de uma nomeação mais decisiva, no sentido de gerar efeitos na realidade social.

Será como parte do processo penal que retomaremos o inquérito policial, ao final da apresentação dos dados referentes à Promotoria e à 12ª Vara. Em seguida apresentaremos estas duas instituições, que com a Delegacia, compõem o conjunto jurídico-estatal que atende à criança vítima de crime.

3 ESTRUTURA E PRODUÇÃO DE SENTIDO NA PROMOTORIA DE CRIMES CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE E NA 12ª VARA DE CRIMES CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE

No presente Capítulo optamos por abordar em conjunto a Promotoria de Crimes Contra a Criança e o Adolescente e a 12ª Vara de Crimes Contra a Criança e o Adolescente. Como *locus* da fase propriamente judicial do processo penal (KANT DE LIMA, 2008), Promotoria e 12ª Vara realizam atividades complementares em uma prática jurídica, além de estarem localizadas no mesmo prédio, o que torna as trocas de informações muito mais rápidas e constantes.

Iniciamos esse Capítulo destacando aspectos da criação e estrutura das instituições, de seu histórico e concepção. Depois apresentamos brevemente a organização do espaço físico que, além de permitir uma compreensão sobre o modo como a criança circula nas instalações, auxilia a exploração da descrição e organização das atividades, apresentadas de modo a seguir a sequência de ações encadeadas que culminam na sentença final. Agregamos ainda alguns dados gerais sobre os encaminhamentos dados aos inquéritos e ao tipo de sentença emitida.

Em seguida, tratamos do cotidiano da produção de sentido sobre a criança atendida na Promotoria de Crimes Contra a Criança e o Adolescente e na 12ª Vara de Crimes Contra a Criança e o Adolescente. Destacamos a realização das audiências, divididas entre audiências preliminares e audiências de instrução, as alegações finais e as sentenças. Neste item apresentamos exemplos das audiências e seus aspectos essenciais, a partir dos quais produzimos algumas interpretações associando a observação das práticas com os conteúdos obtidos nas entrevistas dos agentes. Depois abordamos a sentença como o momento das últimas considerações do promotor e da decisão do juiz de direito, refletindo sobre a produção de sentido sobre a criança atendida a partir dos significados que emergem entre os agentes sobre a condição da criança como depoente/vítima no processo penal.

Os profissionais entrevistados foram o promotor, o juiz de direito e uma das psicólogas da equipe técnica. Elegemos esses agentes como portadores privilegiados da produção de sentido sobre a criança porque suas ações se voltam direta-

mente ao contato com a criança e, no caso do promotor e do juiz, realizam os procedimentos que dão direção e continuidade ao processo. Os demais agentes, por não terem contato com as crianças e por sua participação na elaboração de documentos ser secundária às decisões do promotor e do juiz, são apenas citados pontualmente, com base em dados das observações e das entrevistas não formais.

E, por fim, refletimos sobre os autos do processo penal como o documento que registra e integra todas as movimentações e decisões dos agentes.

3.1 PROMOTORIA DE CRIMES CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE E A 12º VARA DE CRIMES CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE – CRIAÇÃO E ESTRUTURA

3.1.1 Concepção e histórico

A Promotoria de Crimes Contra a Criança e o Adolescente, vinculada ao Ministério Público e a 12ª Vara Criminal do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Vara de Crimes contra Criança e Adolescente, vinculada ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, foram criadas pela Resolução nº 01/2007 do Tribunal de Justiça do Paraná, entrando em funcionamento em janeiro de 2007¹¹⁶. Depois, em 2010, a Resolução nº 14 do Tribunal de Justiça do Paraná, detalha todos os crimes abordados pela 12ª Vara¹¹⁷.

Compete “processar e julgar, quando figurem como vítimas crianças e adolescentes, os crimes definidos” (TJ/PR, 2007) no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei de Crimes Contra a Tortura (Lei nº 9.455/97) e no Código Penal (GRECO, 2011), em seus seguintes títulos: “Dos Crimes Contra a Pessoa”; “Dos crimes contra a Dignidade Sexual”, “Dos Crimes contra a Família”. Tais crimes

¹¹⁶ Ainda em 2007, as atribuições da Promotoria e da 12ª Vara são retomadas na Resolução nº 15/2007, que as diferencia das atribuições da 13ª Vara Criminal do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

¹¹⁷ Como já informado, os crimes detalhados na Resolução nº 14/2010 são apresentados no Anexo I.

incluem a venda ou promessa de venda, a subtração da guarda, abandono de incapaz, abandono material, maus tratos, diferentes formas de apresentação da violência física e da violência sexual.

A criação da Promotoria de Crimes Contra a Criança não possui uma resolução específica do Ministério Público, de forma que suas atribuições recaem sobre todos os crimes que competem à 12ª Vara.

Sinteticamente, a sequência dos procedimentos é a seguinte: os inquéritos Policiais advêm, na sua grande maioria, do NUCRIA¹¹⁸. São recebidos no Cartório e depois encaminhados para o Promotor, que pode oferecer a Denúncia, arquivar ou devolver o processo à Delegacia para complementações. O promotor ainda pode intimar as partes para audiências preliminares, de acordo com a necessidade de levantar mais informações sobre os fatos descritos no inquérito policial¹¹⁹. Depois a Denúncia é remetida ao Cartório que a direciona para o juiz de direito. No geral o juiz acata a Denúncia e instala a ação penal, citando o réu e agendando uma audiência de instrução, momento de coleta das provas orais, ou depoimentos¹²⁰, das partes e das testemunhas. Na audiência de instrução, a criança ou o adolescente são chamados a depor, o que ocorre de acordo com um procedimento pré-fixado. Após a audiência, o promotor redige suas alegações finais, o advogado de defesa – ou defensor público – também encaminha suas considerações. De posse de todas as informações do processo, o juiz de direito emite a sentença.

Iubel (2009) entrevistou a desembargadora que coordenou o processo de criação da 12ª Vara e relata que foi durante a implantação da 13ª Vara de Crimes contra a Mulher que um projeto datado de 2001 foi encontrado pela desembargadora e retomado. A aprovação do projeto levou à criação de uma vara específica para

¹¹⁸ Outras Delegacias podem conduzir os inquéritos, mas, em geral, quando as delegacias recebem casos de violências contra crianças e adolescentes esses são remetidos ao NUCRIA, como vimos na origem de b.os registrados em outras delegacias, mas que são direcionados ao NUCRIA. De acordo com os agentes da Promotoria e da 12ª Vara, a quantidade de Inquéritos advinda de outras delegacias é inexpressiva.

¹¹⁹ Nas audiências preliminares crianças e adolescentes podem participar, o que ocorre mais com os adolescentes. A participação das crianças é mais difícil, depende muito da situação, segundo o promotor.

¹²⁰ Em geral nos referimos à fala do réu durante a audiência como um depoimento, porém o termo correto de acordo com o saber jurídico é interrogatório do réu.

crimes contra a criança e o adolescente, com o intuito de agilizar a resposta do Poder Judiciário diante de situações de crime contra a criança/adolescente e oferecer-lhes um ambiente condizente com sua situação peculiar de desenvolvimento.

Sobre as decisões iniciais da organização do trabalho na 12ª Vara, o juiz de direito entrevistado¹²¹, que assumiu a jurisdição quando a Vara tinha somente dois meses de funcionamento, nos fala:

Era uma experiência nova, havia poucas Varas no Brasil e as que existiam não eram Varas de Crimes Contra a Criança, eram Varas da Infância e Juventude que acumulavam competência para julgar os crimes contra as crianças. (Juiz de Direito)

Logo no início da experiência, os agentes observaram que a competência sobre todos os crimes contra a criança e o adolescente inviabilizava a agilidade no julgamento dos processos, devido ao grande volume de casos – nas palavras do juiz, *pelas contas feitas na época nós teríamos mais processos do que uma Vara comum*. Para que a 12ª Vara tivesse uma atuação rápida, respeitando o princípio da prioridade absoluta,

(...) se optou por fazer uma competência pontual, (...) pegar os delitos onde as crianças sofram um constrangimento muito grande e que ela precise ter um tratamento muito mais (...) sensível ao seu problema. Então foram pinçados os crimes sexuais, crimes de tortura, crimes de maus tratos e todos os crimes do Estatuto (...). Ficamos com um número razoável de processos, e podemos dar o atendimento melhor possível para estas crianças. (Juiz de Direito)

Na seleção dos crimes que estariam sob a competência da 12ª Vara, o entendimento dos agentes foi de que as situações de violências físicas e sexuais

¹²¹ O juiz de direito que auxiliou na implementação da 12ª Vara esteve à frente de sua jurisdição por mais de quatro anos. Foi durante sua permanência na Vara que realizamos a coleta de dados da presente pesquisa, até maio de 2011. Em junho, quando realizamos a entrevista com esse agente, ele havia sido recentemente promovido a outro cargo e não mais acompanhava os trabalhos da 12ª Vara. Mesmo tendo realizado consulta de documentos e entrevistas após o período de permanência desse juiz na 12ª Vara, optamos por mantê-lo como único agente de sua categoria profissional na pesquisa porque todas as observações diretas foram feitas durante sua jurisdição.

geram maior sofrimento para a criança¹²², o que exige resposta ágil do Poder Judiciário. A partir da competência estabelecida organizou-se a rotina de atividades, que ainda vigora. Tal rotina implicou também decisões sobre o modo de realizar a oitiva da criança, que, segundo o juiz de direito, estava inicialmente sendo planejada para ocorrer de acordo com a experiência do Rio Grande do Sul.

No Rio Grande do Sul a criança era recebida, informada dos procedimentos e depois ouvida em uma sala de videoconferência por uma profissional da equipe técnica. O promotor e o advogado acompanham por vídeo a entrevista da criança e repassam por um ponto eletrônico as perguntas para a técnica, e esta remetia as questões para a criança.

O mesmo equipamento foi instalado na 12ª Vara para que a escuta da criança realizada de acordo com a experiência do Rio Grande do Sul. No entanto,

o Conselho de Psicologia, o Conselho de Serviço Social estavam fazendo uma movimentação muito grande, de discussões sobre o assunto e já era visível que eles não iriam concordar com essa forma de oitiva. Na época o Código de Processo Penal não permitia vídeo conferência para ouvir testemunha ou vítima. E começou a nossa preocupação, porque uma das formas de garantir a impunidade é você desobedecer ao regramento legal. (Juiz de Direito)

A preocupação apontada pelo juiz de direito era de que o processo pudesse ter sua sentença anulada devido à coleta de depoimento da criança *ser feita sem observância das regras do processo penal*. No mesmo período em que os agentes buscavam uma forma para realizar o depoimento com o mínimo de desconforto para a criança e atendendo às normativas que tornam o processo legítimo, houve uma modificação no Código de Processo Penal, permitindo o depoimento da testemunha por videoconferência, mas com as partes fazendo perguntas diretas para a vítima e não intermediada por uma técnica. Para o juiz, esse modo de realizar o depoimento, mesmo não seguindo o modelo do Rio Grande do Sul, permitia que *a vítima contar a história e sair de lá tranquilizada*, ao mesmo tempo em que cumpria a legislação, evitando que processos fossem anulados por causa da oitiva da criança.

¹²² A nova definição da competência deu origem à Resolução nº 15/2007, que depois foi atualizada pela Resolução nº 14/2010.

Ainda de acordo com o juiz de direito, “o ponto crucial da Vara” é de “como o judiciário vai receber a criança”, o que remete à organização do depoimento da vítima do modo mais “confortável” possível e também uma equipe qualificada. Sendo assim, a equipe de trabalho passou por diversas mudanças até que todos funcionários que tivessem “jeito para tratar com a criança” fossem selecionados.

Todos os funcionários estão envolvidos no melhor trato com a criança (...). Por que o que acontece, muita gente vai trabalhar lá... por uma questão de movimentação da carreira, então a gente recebia o funcionário e se ele não tivesse trato a gente pedia a troca. Da equipe original hoje só tem a assistente social, o resto foram todos sendo trocados, até que as pessoas certas apareceram ali.

A preocupação de que a equipe seja qualificada para lidar com a criança deriva da noção de que a 12ª Vara e a Promotoria são espaços especializados na garantia de direitos da criança e como tal precisam de funcionários com “jeito”, ou seja, com um perfil adequado para tratar com a criança, permitindo que esta se sinta à vontade.

Para o promotor e o juiz de direito, a criação de uma Vara especializada é fundamental para abordar as situações que envolvem a criança e o adolescente. O crime contra a criança exige um aprofundamento das questões jurídicas e do direito da criança, o que pode ser feito quando uma Vara se dedica somente a uma matéria.

A importância da existência da Vara especializada também se justifica no sentido de existir um serviço que se preocupe com a condição da criança como vítima. Para o juiz de direito, o crime se torna ainda mais grave por causa da “maturidade” da criança para “assimilar” a violência que sofreu.

Um exemplo, a lesão corporal, alguém deu um tapa na cara de outra pessoa. Se isso acontece entre dois adultos... é claro, não vai ser uma situação confortável, mas o adulto tem maturidade para trabalhar com isso. Um crime sexual, uma coisa horrível, mas uma mulher já formada ela vai ter mais condições de trabalhar com isso, pelo menos ela sabe o que aconteceu. A criança não, (...) o pai deu um tapa na cara de uma criança, é muito mais grave, porque ela não vai ter maturidade, é uma pessoa da confiança dela, então vai ter muita dificuldade de trabalhar o fato. O abuso sexual muitas vezes acontece e a criança fica tão confusa que ela acha que

ela foi culpada,(...) ela vai ter conseqüências terríveis, ela processa a coisa de forma diversa do adulto pela falta de maturidade. E é aí que a gente tem que dar o tratamento adequado, criança é diferente de adulto.

A imaturidade da criança, sua diferença em face do adulto, é motivo para que a atuação jurídica com a criança seja diferente. De acordo com esses elementos, a 12ª Vara surge como uma alternativa para que o Poder Judiciário se adeque às especificidades da criança que sofre um crime considerado como constrangedor para ela.

Passamos a apresentar como estes agentes estão distribuídos na estrutura física e como, a partir desta inserção, realizam suas ações, principalmente as atividades destinadas à interação com a criança.

3.1.2 Estrutura física e funcional da Promotoria e da 12ª Vara

No bairro Rebouças encontra-se a “Vara de Crimes Contra a Criança e o Adolescente”, nome destacado à entrada de uma construção de dois pavimentos que pertence ao Tribunal de Justiça do Paraná. Além de abrigar a Promotoria de Crimes Contra a Criança e o Adolescente, a Vara também conta com a Defensoria Pública¹²³ destacada para atuação exclusiva de réus julgados na 12ª Vara.

Atualmente a Promotoria conta com três estagiários e um promotor. A Defensoria Pública é formada por uma defensora pública e uma estagiária. O Poder Judiciário possui a maior equipe, da qual fazem parte uma copeira, 10 (dez) funcionários no Cartório – sendo uma escrivã, seis (6) técnicos administrativos e judiciários e três (3) oficiais de justiça; duas psicólogas e uma assistente social na

¹²³ A Defensoria Pública atua quando o acusado manifesta a impossibilidade de contratar um advogado. Para as intenções desta pesquisa, de acordo com o recorte adotado, basta citar a Defensoria Pública na descrição geral dos órgãos que integram a 12ª Vara.

equipe técnica; uma estagiária jurídica e uma assessora jurídica – que trabalham diretamente vinculadas ao juiz de direito.¹²⁴

A distribuição dos agentes no espaço físico, de acordo com as áreas destinadas as suas instituições, nos auxilia a compreender a organização das práticas e o modo como os órgãos estabelecem a interação com a população atendida. Para tanto, iniciamos a apresentação da estrutura física utilizando o recurso de uma planta baixa (figura 2).

Apesar de poderes distintos e autônomos, Promotoria e a 12ª Vara atuam em uma relação de estreita proximidade física e funcional. Quanto à proximidade física, no Brasil quando uma Vara e uma Promotoria atuam sobre a mesma competência, é comum que a Promotoria seja instalada na estrutura física do Poder Judiciário. Nesse modo particular de organização, em que uma instituição autônoma opera nas instalações de outra instituição, se estabelece um modo singular de relação¹²⁵, da qual destacamos a troca cotidiana de informações e percepções entre os agentes.

No que se refere à proximidade funcional, as práticas da Promotoria e da 12ª Vara são entrelaçadas. As ações específicas de cada instituição se intercalam – como ocorre na articulação entre a denúncia e a instalação do processo penal, entre as alegações finais e a sentença – ou se complementam – como o papel desempenhado pelo promotor e o juiz durante a audiência de instrução. Assim, apreciamos a Promotoria e a 12ª Vara como o âmbito propriamente jurídico das ações que analisamos, em contraposição à função da Delegacia em sua prática que associa atividades repressivas¹²⁶, burocráticas e jurídicas.

¹²⁴ Além dos funcionários do quadro próprio, o Tribunal de Justiça mantém três profissionais terceirizados - duas auxiliares de serviços gerais e um guarda.

¹²⁵ Em nossa pesquisa exploratória sobre o campo jurídico levantamos alguns dados que dizem respeito a tensões entre os órgãos a respeito da permanência do Ministério Público nas instalações do Poder Judiciário, que se expressam em dilemas a respeito da autonomia do Ministério, problema com custos e manutenção de estrutura física.

¹²⁶ Repressivos no sentido dado pela Constituição Federal de 1988, que define como repressivas as atividades da Polícia Civil porque esta age mediante a ocorrência de uma infração legal.



FIGURA 2 - PLANTA BAIXA DOS DOIS PAVIMENTOS DESTINADOS À PROMOTORIA E À 12ª VARA DE CRIMES CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE*

FONTE: Planta desenhada pela arquiteta Amabile Tilpe Losso, CREA/PR 112.696/D, a partir de dados baseados em anotações do Diário de Campo.

NOTA:-* No pavimento térreo encontramos duas salas ocupadas pela Promotoria - uma utilizada pelo promotor e outra por suas estagiárias - e uma destinada a Defensoria Pública - onde trabalha a defensora e sua estagiária. O restante do espaço é de uso de funcionários do Poder Judiciário - como o Cartório logo a entrada do prédio, e a edícula onde funciona uma cozinha e local de permanência da copeira - ou espaços destinados a realização das audiências - duas salas de espera e uma sala de audiências (ou sala tradicional de audiências). Aos fundos, a edícula é dividida entre a cozinha e uma sala que possui duas celas, destinadas à permanência de presos que comparecem à audiência de instrução. Em frente à edícula, no canto direito da Figura, observamos o espaço destinado à Linda, a coelha trazida pelo juiz de direito e cuidada pela copeira. As crianças podem ser levadas para ver a coelha, com a intenção de que "alivie um pouco a tensão", segundo o juiz de direito.

No primeiro pavimento ficam as salas dos demais profissionais do Poder Judiciário, a saber, equipe técnica, assessoria jurídica e juiz de direito. E, ainda, a sala de depoimento sem dano (sala de videoconferência), e outra sala com brinquedos e jogos para acolher as crianças e adolescentes. Na escada interna, que leva ao primeiro pavimento, há uma placa indicando que o acesso é restrito a pessoas autorizadas.

A descrição do espaço físico da Promotoria e da 12ª Vara indicam a concentração de poder e capitais entre os agentes do Poder Judiciário – o Cartório como “porta de entrada”, a amplitude do espaço reservado ao Poder Judiciário, a hierarquia demarcada na localização e na restrição do acesso ao espaço destinado ao juiz de direito. Em conformidade com a interpretação sobre o espaço físico, a observação da dinâmica funcional entre Promotoria e 12ª Vara permite a compreensão de que é o Poder Judiciário que regula as comunicações oficiais e o acesso da população.

Os documentos recebidos ou enviados pelas duas instituições são primeiro entregues e registrados no Cartório, que os distribui e arquiva, se for o caso. O Cartório também organiza a entrada de pessoas externas às instituições – as identifica e orienta para onde devem se dirigir – o que ocorre com maior frequência durante a realização das audiências.

A circulação de pessoas é mais restrita no primeiro pavimento, restringindo-se à criança, ao adolescente e seus representantes, pessoas recebidas pela equipe técnica. Como veremos adiante na descrição detalhada do atendimento da criança feito pelas técnicas, durante sua permanência a criança pode circular entre as salas das profissionais, sala de videoconferência e sala de brinquedos.

A circulação da criança no espaço físico é previamente planejada, de modo que ela seja recebida em locais apropriados – salas da equipe técnica – e que não tenha contato com o réu ou com as testemunhas de defesa. Outro fator a se observar é que a presença da Linda, a coelha, denota a intenção de adaptar o espaço à presença da criança, disponibilizando a ela o que é entendido pelos agentes como a possibilidade de distrair-se e com isso amenizar a situação do depoimento. A criança ainda pode participar das audiências na sala tradicional¹²⁷. Vamos detalhar um pouco mais a apresentação da sala de audiência tradicional e a sala de videoconferência (ou, como também chamada pelos agentes, sala especial ou sala de depoimento sem dano).

¹²⁷ No seu relato, o juiz de direito enfatiza que a criança é ouvida na sala de videoconferência. No entanto, a psicóloga entrevistada destaca que a criança pode escolher se presta seu depoimento nessa sala ou na sala tradicional.

A sala de audiência é mobiliada de modo funcional, com uma mesa grande, preparada para acomodar as partes em suas laterais, de modo que fiquem frente a frente durante a audiência, e em sua cabeceira o promotor, o juiz de direito e a escrivã ou estagiária jurídica que registra as sessões. A sala é equipada com computadores, monitores e microfones, à disposição dos agentes e das partes. O único objeto nessa sala que faz referência ao conteúdo dos crimes julgados é uma pintura a óleo, sem moldura, que ocupa quase a totalidade de uma das paredes, ao lado da mesa. Nesse quadro são representadas crianças de diferentes características étnicas, sob o fundo da bandeira do Brasil. Esta pintura demarca a intenção que motiva as atividades jurídicas realizadas nesse ambiente: a representação de todas as crianças sob o manto da proteção no território brasileiro.

A sala de audiências, como lugar destinado às negociações entre os agentes e os envolvidos no processo, é organizada de forma a sinalizar as posições de cada envolvido – quem está de cada lado do processo, quem coordena a ação jurídica como norteador da atividade jurídica realizada no local. Essa sala registra em sua organização física a existência de uma prática de julgamento orientada por uma estruturação fixa das posições a serem ocupadas por cada envolvido. E ainda, o espaço físico é marcado pela alusão à criança como um sujeito de direitos.

A sala de videoconferência é equipada somente com duas poltronas, uma mesinha com microfones e câmera, que permitem que a criança converse com as pessoas autorizadas a se dirigirem a ela durante a audiência – juiz, promotor e advogado – e que sua imagem seja vista pelas telas fixadas na sala de audiência. Não há nenhum artefato decorativo ou brinquedos no espaço, pois se considera que qualquer atrativo lúdico pode desconcentrar a atenção da criança durante o depoimento.

3.1.3 Funções/organizações: atividades de rotina

Os inquéritos policiais¹²⁸ que são dados como concluídos pela Delegacia e

¹²⁸ De acordo com o promotor, a grande maioria dos inquéritos são enviados pelo NUCRIA.

que podem gerar a denúncia¹²⁹ são recebidos no Cartório e encaminhados para as estagiárias da Promotoria. São as estagiárias que ordenam os documentos que chegam e, sob a orientação do promotor, identificam as situações em que são necessárias complementações aos inquéritos – neste caso esses são retornados para a Delegacia, com a anuência do promotor – e as situações em que se deve redigir a denúncia. Todos os dados para fundamentar a denúncia devem estar no inquérito policial.

Caso o inquérito seja validado, ou seja, se ele cumpriu as exigências categóricas do campo, as estagiárias redigem, de acordo com o modelo canonizado na prática diária, o termo de denúncia e passam-no para correção do promotor.

Nas palavras do promotor, a Denúncia, além de identificar com detalhes o réu e a vítima,

Tem que descrever o fato, (...) colocar o máximo de elementos para retratar o fato típico (referindo-se ao fato descrito como crime pelo Código Penal) e o elemento subjetivo, (...) a vontade dele (do réu) de praticar o ato.

Quando o promotor oferece a denúncia, ele transforma os fatos do inquérito em fatos jurídicos, como podemos observar no exemplo de Denúncia citado abaixo.

M.M. Juiz de Direito da 12ª Vara de Crimes Contra a Criança e o Adolescente: Com base no art. 129 da Constituição federal, art. 25, inciso III da Lei nº 8.625/93 e do artigo 24 caput do Código de Processo Penal, com base nos autos de inquérito 2010.000 – 0 do NUCRIA, vem o MINISTÉRIO PÚBLICO oferecer DENÚNCIA em face de XXX, brasileiro, separado, padeiro, filho de XXX, nascido em XXX, residente a XXX. Pela prática do seguinte ato delituoso: que em sua residência, na data de 08/11/2008, ciente de sua lascívia, dolosamente, mediante violência presumida, aproveitou-se do fato de ser vizinho para praticar atos libidinosos com a criança XXX, de 8 anos de idade na época. Consta nos autos que no dia dos fatos, a sobrinha do denunciado chamou a vítima para ver filme na casa do tio, contudo, quando a criança-vítima percebeu tratar-se de filme pornográfico, tentou deixar a residência, mas foi impedida pelo denunciado, o qual se colocou a frente da porta. Rol de Testemunhas e Informantes: XXXX.

¹²⁹ É com a Denúncia que o promotor exerce sua função de titular da ação penal. Esse documento é dirigido ao juiz de direito, baseado no Inquérito policial e que denuncia uma pessoa – que é apresentada com seu nome e dados pessoais – pela prática de um crime. O crime é apresentado sinteticamente, a partir de trechos do Inquérito policial, e descrito de acordo com os elementos que o Código Penal estabelece como centrais para a caracterização do delito em questão.

Depois de redigida, a denúncia é levada pelas estagiárias da Promotoria para o Cartório, que a recebe, registra e a encaminha para a assessora jurídica¹³⁰, profissional que organiza e colabora com as atividades de competência do juiz. Na grande maioria das situações, o juiz acata a denúncia e com isso instala o processo penal¹³¹, fazendo a citação¹³² do réu e marcando a audiência de instrução¹³³.

Ao ser aceita a Denúncia, o noticiante vira representante da vítima, o noticiado vira acusado ou réu. A notícia, ou notícia-crime, passa a ser declarada como um crime. Em seguida a este documento o juiz redige o Mandado de Citação do Réu, para este apresentar sua defesa.

Várias atividades dos agentes ocorrem em torno da instalação do processo penal e dos preparativos para a audiência de instrução – a assessora jurídica agenda as audiências e remete os despachos do juiz ao Cartório, o Cartório envia a citação para o endereço do réu, que é entregue pelo oficial de justiça, bem como encaminha a citação para conhecimento de outros órgãos oficiais.

Na realização da audiência de instrução os principais agentes envolvidos são o juiz de direito e o promotor e a equipe técnica. O juiz e o promotor atuam durante toda a audiência, cada um em sua função, com posições de destaque. A equipe técnica não aparece na audiência, seu papel é de atender à criança antes, durante e depois da audiência.

¹³⁰ A assessora jurídica possui uma relação profissional estreita com o juiz de direito, ela auxilia na elaboração das respostas ao Ministério Público, na citação de réus e nas sentenças.

¹³¹ Segue-se exemplo da manifestação do juiz quando acata a Denúncia: "1 Recebo a denúncia. 2 Cite-se o denunciado para que apresente resposta, por escrito, no prazo de 10 dias. Caso a defesa entenda necessário que as eventuais testemunhas sejam intimadas (...). 3 Cumpra-se a cota do ilustre representante do Ministério Público. 4 Comunique-se o recebimento da denúncia contra o réu ao Distribuidor Criminal (...) 5 Ciência ao Ministério Público 6 O feito deve ser processado em segredo de justiça, a fim de garantir proteção integral da vítima."

¹³² Citação é o ato oficial pelo qual o réu é cientificado da propositura de uma ação contra a sua pessoa. A partir da citação o réu pode apresentar sua defesa. A defesa do réu é encaminhada por seu advogado ao Cartório, ou quando este declara que não tem condições de contratar um advogado a Defensoria Pública assume a defesa.

¹³³ A audiência é presidida pelo juiz de direito e é o espaço de confronto entre as versões dos fatos, momento em que todas as informações do processo são questionadas e que cada um dos envolvidos é chamado a falar sobre suas declarações anteriores, sendo questionado por possíveis diferenças entre o que disse na fase do inquérito e agora em juízo.

Segundo uma das psicólogas, cabe à equipe técnica acolher a criança e seu representante antes da audiência e orientá-la para que fique mais tranquila com o procedimento. Uma das profissionais da equipe técnica conduz uma interação com a criança, para que seja desenvolvido o *rappport*¹³⁴ e depois questiona a criança se ela “sabe o que a traz em juízo” (Psicóloga). Em seguida explica-se à criança como a audiência ocorre e quais são os profissionais envolvidos, leva-se a criança para conhecer as salas usadas durante a audiência e pergunta-se à criança em que local ela ficará mais confortável – na sala de audiência tradicional ou na sala especial. Também é explicado para a criança quais as pessoas que vão participar da audiência – juiz, promotor, advogado, testemunhas, acusado – e qual o papel do juiz e do promotor. Ao final desta abordagem inicial,

o próximo passo é acompanhar a vítima, permanecendo ao seu lado durante a inquirição, sem interferir no procedimento. Por último se faz o acolhimento final da vítima, colhe sua percepção, sentimento em relação ao seu depoimento em audiência, agradecimento ao seu esforço, orientação aos responsáveis e encaminhamento a tratamento se necessário. (Psicóloga)

Nos casos de crianças pequenas, de três ou quatro anos, quando se percebe alguma dificuldade na verbalização ou compreensão da criança, a profissional informa ao juiz sobre essa situação e ele decide se toma ou não o depoimento da criança. Nas situações em que a criança não fala em audiência ou se ficarem dúvidas após o seu depoimento, o juiz pode determinar a elaboração de relatório sobre a fase de acolhimentos da criança ou a realização de avaliação psicológica.

Enquanto ocorrem as ações voltadas ao acolhimento da criança, a audiência é iniciada. Para a participação nas audiências, as pessoas são divididas entre as duas salas de espera de modo que defesa e acusação fiquem em ambientes

¹³⁴ *Rappport* é uma palavra de origem francesa que no português brasileiro podemos definir como o momento em que se estabelece empatia entre as pessoas. Na Psicologia o *rappport* adquire significados distintos de acordo com a abordagem teórica utilizada. De modo geral, pode ser definido como uma estratégia inicial do terapeuta ou entrevistador para conduzir a interação com o paciente ou entrevistado de modo a reforçar um laço de confiança e cooperação.

separados¹³⁵, para evitar o confronto entre qualquer dos personagens do processo, que nestas situações, que são geralmente intrafamiliares, acaba aparecendo certa rivalidade entre as pessoas que vão contar sobre os fatos, de acordo com o juiz de direito.

O procedimento padrão durante a audiência é realizar os depoimentos¹³⁶ de modo a separar acusação e defesa. As testemunhas respondem às perguntas de modo direto, relatando os fatos. Quando um depoente deixa de responder ao que lhe é perguntado, ou começa a dar suas interpretações pessoais, o juiz interrompe dizendo para que somente os fatos sejam relatados, sem a opinião pessoal.

O testemunho da criança, apesar de poder ser tomado na sala de audiências, em geral ocorre por meio de videoconferência e por meio deste recurso todos os presentes na sala de audiência podem ver e ouvir a criança. Com a criança o juiz procede de modo um pouco distinto, demonstra afetividade durante a interação. Ele pergunta como a criança está passando, como vai sua rotina e se ela se recorda do que falou na Delegacia e ainda se aceita falar sobre o que aconteceu.

Quando todas as pessoas foram ouvidas, o juiz pergunta ao advogado e ao promotor se têm outras diligências, e depois estes podem se pronunciar. As audiências são registradas por um dos funcionários do Cartório ou pela estagiária jurídica, que registra o comparecimento das pessoas, seus dados e a ordem dos depoimentos. O conteúdo dos depoimentos não é transcrito, pois são gravados em um disco de dados que é anexado ao Processo penal.

Depois da audiência de instrução, o promotor e o advogado do réu encaminham ao juiz suas alegações finais. Desse modo, o processo penal é considerado

¹³⁵ Quando a audiência é feita com réu preso, este chega acompanhado de um policial militar e os funcionários do Cartório o encaminham para a uma das celas da edícula, onde permanece até o momento de seu interrogatório.

¹³⁶ Em cada depoimento o juiz procede à “qualificação”, que consiste em perguntar o nome da pessoa, anunciar sua condição no processo, relatar a situação a que se refere o processo e depois fazer as perguntas. Com as testemunhas, o juiz fala do compromisso de dizer a verdade; com o acusado reafirma seu direito de não produzir prova contra si mesmo, mas destaca que uma confissão reduz a pena.

completo para ser analisado pelo juiz que tomará uma decisão e emitirá a sentença¹³⁷. Em seguida, um exemplo de alegações finais.

ALEGAÇÕES FINAIS: (relata a audiência e a base da Denúncia) Em Juízo, a vítima declarou que nada aconteceu e somente brincava com a amiga. A testemunha declarou em Juízo que não conversou com a vítima, porém, a Diretora da época conversou com a vítima e que foi relatado que assistiu filmes pornográficos com o réu e houve o abuso sexual. Diante destes elementos, tem-se que em Juízo não houve a confirmação dos fatos, uma vez que a vítima se retratou. Referida retratação, aliada à ausência de qualquer prova material e do olhar de testemunhas impede um decreto condenatório, pois como sabemos, em crimes desta natureza, praticados longe dos olhares de testemunhas, é muito importante as declarações da vítima. Porém, para que elas sejam suficientes para embasar um decreto condenatório, existe necessidade que as palavras sejam coerentes, harmônicas e verossímeis, características estas ausentes neste processo. Assim, considerando a ausência de testemunhas presenciais, ausência de laudos periciais, e, considerando as declarações da vítima em Juízo sobre os fatos, entendo que não existe a segurança necessária para a prolação de um decreto condenatório, devendo assim, ser aplicado o princípio “in dubio pro reo” e conseqüentemente ser o réu absolvido das acusações. Registre-se que não estamos afirmando que os fatos não ocorreram, mas sim, que os fatos podem realmente ter ocorrido, porém não existem provas suficientes para embasar um decreto condenatório (...) Pede deferimento.

Tanto as alegações finais quanto a sentença evocam todos os fatos citados no Processo penal, de modo que as decisões sejam embasadas de forma coerente e consistente. Quando as informações são contraditórias, é preciso que sejam refutadas, pois em caso de dúvidas essas não podem ser usadas como provas.

A última peça a ser acrescentada ao processo é a sentença, que consiste em um longo documento composto de “Relatório” – em que são apresentados os fatos e os documentos agregados, “Fundamentação” – que consiste na apresentação dos aspectos legais nos quais o juiz está apoiado, inclusive com citações de outras decisões similares e que servem de base para um posicionamento do juiz – e, por último, o “Dispositivo” – conclusão do documento, que pode ser de absolvição ou de condenação. Quando ocorre a condenação todos os aspectos da decisão são

¹³⁷ A sentença é uma decisão monocrática, ou seja, de uma única pessoa, que é da incumbência de um juiz de primeiro grau. Esta decisão pode ser submetida a outros graus de jurisdição posteriormente.

apontados, tal como a definição do crime, sua penalidade, agravantes, atenuantes e tipo de regime para cumprimento de pena, como no exemplo a seguir.

Expedição de Sentença: (apresenta a denúncia; depois a ordem como foram ouvidas as testemunhas, a vítima e o réu, por fim quais foram as alegações finais o Ministério Público e da defesa). Consta nos autos que a vítima sofreu chacotas como consequência do delito, sendo chamada no bairro de 'estupradinha'. A conduta da vítima em juízo não é de ser considerada, pois quiçá influenciada pelos familiares e ante a circunstância do réu preso, negou a ocorrência dos fatos, contradizendo-se e afirmando que ele somente pediu para ela praticar sexo oral, com o qual não concordou. A versão da vítima não pode ser aceita, pois as testemunhas presentes afirmaram em juízo a prática de sexo oral a qual a criança foi submetida (...) Dispositivo: Do exposto JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva formulada na denúncia para a CONDENAÇÃO do réu denunciado (...) Fixação da Pena: (...) Tipo de Regime: (...) Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Ao longo do processo penal, duas versões de um fato – de acordo com os argumentos da acusação e da defesa – são contrastadas e, de acordo com as normas do exercício do direito penal, um parecer legítimo sobre a situação é emitido pelo juiz – como representante do Poder Judiciário – implicando consequências para os envolvidos.

A sentença é o momento em que todos os elementos são analisados à luz das normativas que asseguram ao âmbito jurídico produzir uma versão oficial dos fatos. Ancorada em uma legitimação que se opera a partir de um saber jurídico construído e consolidado na história das instituições, a sentença tem o poder de interferir na realidade dos envolvidos no processo.

Após a sentença há a possibilidade de o réu recorrer, fato que faz com que o processo penal continue ativo. Não havendo questionamento formal da sentença, seu resultado é divulgado, gerando um mandado de prisão quando este for o caso, e o processo é encerrado.

Adotando o mesmo modelo que utilizamos para compreender a função e a organização do NUCRIA, pensamos a Promotoria e a 12ª Vara também como a execução de práticas operando em uma **dupla orientação**. A organização do espaço e o fluxo criado denotam que a prática jurídica exercida aglutina os direitos da criança. Contudo, ao estabelecer esta comparação com o NUCRIA, identificamos

que não há na 12ª Vara e na Promotoria a mesma tensão que se apresenta na Delegacia em relação a uma prática que se especializa a partir da adaptação de uma lógica institucional a uma lógica que se desdobra dos direitos humanos de criança.

Do ponto de vista dos procedimentos jurídicos adotados, a Promotoria e a 12ª Vara realizam ações ancoradas nas normativas do Código de Processo Penal, mas versam esta aplicação da norma aos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente. A diretriz conferida pelo Estatuto, ao afirmar a criança como um sujeito de direitos em situação peculiar de desenvolvimento, traz à tona uma concepção jurídica da criança mesclada por considerações de ordem social e psíquicas – como as relações entre a criança e o adulto, a cognição e a subjetividade da criança. Assim, ao especificar ações institucionais na abordagem da criança como sujeito de direitos, a instituição reconhece saberes diferentes do jurídico para configurar sua dinâmica funcional. Nesse aspecto, entendemos que a Promotoria e a 12ª Vara vivenciam de uma forma distinta o fenômeno que chamamos de **dupla orientação** – articulação das normativas penais com a regulamentação dos direitos da criança.

Cogitamos que a inter-relação entre a missão institucional de julgar e punir autores de crimes e a missão institucional de acolher a especificidade dos direitos da criança se alinham na Promotoria e na 12ª Vara de um modo que não geram conflitos tão evidentes como os observados na Delegacia, pois a defesa dos direitos da criança e suas especificidades é assimilada na condição da criança como vítima do processo penal. Como relata o juiz de direito, houve um processo de negociações e de adaptação das funções e do modo de acolher a criança vítima.

Em síntese, as práticas das duas instituições propriamente jurídicas, que tratam de crimes cometidos contra a criança, evidenciam em primeiro plano uma série de procedimentos ritualizados, que ratificam o lugar e a potência do campo judiciário. O modo de proceder segue o ritual necessário para que as ações sejam legítimas e, possam reafirmar as instituições como expressão do Estado de Direito. Para tanto, é preciso que o rito jurídico incorpore os princípios da criança como sujeito de direitos com necessidades específicas. Dessa forma, a **dupla orientação** é acomodada com o enfoque da não revitimização da criança como elemento fundamental. Organiza-se o modo como a criança é recebida e o espaço físico para

suas necessidades – sala de videoconferência, quadros com o tema da infância, a presença da Linda. Mas percebemos que o alinhamento entre o que chamados de uma **dupla orientação** não ocorre entre duas forças de mesma intensidade. A lógica do campo jurídico não é posta em questionamento, que é o que aconteceu quando o depoimento da criança foi adaptado de modo a não questionar os princípios legais.

No entanto, ressaltamos que as tensões, por mais que menos evidentes no cotidiano, não deixam de existir. Um exemplo das dificuldades em adaptar a prática de julgar crimes a situação de uma criança vítima pode ser observado nos questionamentos do promotor sobre a realização do chamado “depoimento sem dano”. Na citação a seguir, o juiz de direito explica esse procedimento e evidencia como ele é fator de proteção para a criança.

Depois de várias discussões, a gente resolveu fazer da seguinte maneira: as técnicas receberiam a criança (...) que era levada a uma sala separada, própria para que a técnica pudesse explicar a participação dela no processo judicial. E nós começávamos a ouvir os adultos. Quando chegava o momento de ouvir a vítima, a gente solicitava que a psicóloga entrasse com ela na sala de vídeo conferência, a psicóloga colocaria o ponto no ouvido da criança e ficaria ao seu lado. Da sala de audiência tradicional nós faríamos as perguntas diretamente para a criança. Então nós criamos um conforto para a criança com o rapport porque ela estaria junto com a técnica (Juiz de Direito)

Para o promotor, é questionável o modo como o depoimento da criança é feito atualmente e ele está convencido de que este pode ser melhorado. Tal afirmativa contrasta com a opinião do juiz de direito, que enfatiza o modo atual de tomada de depoimento como o único possível para que o regramento legal não seja infringido.

Após participar de um evento nacional sobre Depoimento Sem Dano, o promotor passou a questionar a forma de coleta do depoimento da criança na 12ª Vara, conforme expresso em seu relato.

Porque nós estamos fazendo da seguinte forma, a gente coloca uma criança numa sala, coloca um fone de ouvido na criança e fica na sala de audiência o promotor, o juiz e o advogado, perguntando diretamente à criança. Acho que isso causa um prejuízo muito grande à criança. Vamos imaginar uma criança de cinco anos, com um fone de ouvido, uma pessoa fazendo perguntas e ela nem vê quem está perguntando (...) e não tem como você controlar as perguntas que são feitas, é lógico, a gente tenta

fazer uma pergunta que não está agredindo a criança, que não está revitimizando, induzindo, mas também tem o advogado que está fazendo estas perguntas (...) Eu sei que tem uma Portaria, ou uma Resolução, do Conselho Federal de Psicologia que diz que o psicólogo não pode ser inquiridor de testemunha, mas eu entendo que, a exemplo do que está sendo feito em outros estados, a figura do psicólogo nesta audiência seria de, na sala onde está tudo sendo filmado, primeiro pedir um relato aberto para criança do que aconteceu e depois ele poderia fazer algumas perguntas. Depois, por um fone de ouvido o promotor, o juiz, o advogado, fazerem a ele (ao psicólogo) perguntas que repassa para a criança. Acho que assim a gente não estaria revitimizando a vítima, tentaria diminuir o dano. (Promotor)

O promotor acredita ainda que a criança ficaria mais à vontade com uma pessoa que ela pode ver, com quem interagiu e formou um vínculo, o que levaria a

respostas mais fidedignas à realidade, do que falando a uma pessoa que está longe, com quem não tem nenhum contato. O que eu espero é que a gente consiga mudar esta forma de depoimento sem dano, ver se a gente consegue melhorar a participação da criança e evitar a revitimização da forma como as perguntas são feitas diretamente a ela. (Promotor)

A psicóloga não expressa uma consideração pessoal sobre o modo como o depoimento da criança é tomado. Compreendemos que sua posição a respeito desta questão é tencionada pela forma como o Conselho Regional e o Conselho Federal de Psicologia têm conduzido os debates sobre a participação do psicólogo nos chamados Depoimentos sem Dano. Para esses órgãos de classe, o psicólogo não possui atribuição na produção de provas em um procedimento judicial. E, ainda, o órgão de classe da psicóloga questiona a participação da criança na produção da prova criminal, pois considera que esta situação é prejudicial para a criança, principalmente quando o acusado é um familiar (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2009).

3.1.4 Dados quantitativos gerais

Consultamos duas formas de relatórios mensais que o Cartório confecciona de acordo com as solicitações do Tribunal de Justiça. Um diz respeito à movi-

mentação do Cartório e o outro contém informações sobre os atos do juiz titular e dos substitutos¹³⁸.

DADOS REGISTRADOS	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAIO	JUN.	JUL.
Ações Novas	*					6	6
Processos em Andamento							
Processo Suspenso							
Processo Arquivado							
Inquéritos Novos	37	41	63	21	20	58	79
Inquéritos em Andamento	1.387	1.406	1.426	1.468	1.413	1.409	1.400
Inquérito Suspenso ou aguardando	0	0	0	0	0	0	0
Inquérito Arquivado com Baixa	21	18	21	21	24	32	70

DADOS REGISTRADOS	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	TOTAIS
Ações Novas	28	8	13	7	6	74
Processos em Andamento				136	124	260
Processo Suspenso				76	82	158
Processo Arquivado				26	8	34
Inquéritos Novos	38	21	67	58	17	520
Inquéritos em Andamento	1.447	1.400	1.420	1.426	1.411	17.013
Inquérito Suspenso ou aguardando	0	0	0	0	0	0
Inquérito Arquivado com Baixa	95	68	137	52	32	591

QUADRO 3 - TOTAL DE ATIVIDADES DO CARTÓRIO DA 12ª VARA DE CRIMES CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE, PARANÁ - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

FONTE: Relatórios mensais da 12ª Vara de Crimes Contra a Criança e do Adolescente – Cartório.

NOTA:-* Todos os quadros em branco indicam que os dados estavam ausentes. Somente preenchemos com 0 (zero) quando o documento pesquisado trazia este registro.

Sobre o relatório de movimentação do Cartório encontramos algumas dificuldades, como no registro dos “Inquéritos em Andamento”, que quantifica todos os inquéritos que entram e saem do Cartório, tais como inquéritos com pedidos de prorrogação de prazos, inquéritos analisados e arquivados/extintos; inquéritos geradores de denúncias, ou ainda inquéritos que o Cartório retirou dos arquivos para consulta.

Tal apresentação dos dados nos levou a calcular uma média mensal para termos a noção de um número aproximado de inquéritos que circulam no Cartório. Com base nos dados de janeiro a dezembro de 2011, a média mensal é de 1417¹³⁹

¹³⁸ Os juízes substitutos são destacados para cobrir a ausência do juiz titular. De acordo com os relatórios suas atuações são voltadas a encaminhamentos de documentos referentes ao processo penal e em poucas situações conduzem audiências e elaboram sentenças, portanto não abordamos estes agentes ao longo da pesquisa, somente consideramos seus despachos na totalidade dos dados gerais.

¹³⁹ Calculada sobre o valor total, apresentado no Quadro 3, de 17.013 “Inquéritos em Andamento”.

inquéritos. Relacionando este dado ao número de “Inquéritos Novos”, que corresponde a 520 inquéritos no período de 2011, verificamos que a maior parte dos Inquéritos que circulam foi retirada dos arquivos para consulta ou são inquéritos que retornam várias vezes do NUCRIA com o pedido de prorrogação de prazo.

Os dados que nos ajudam a perceber a movimentação dos processos penais é o número de “Ações Novas”, do relatório de movimentação do Cartório, e o número de “Sentenças Emitidas”, do relatório de atos do juiz de direito. Assim, passamos a apresentar os dados referentes a este segundo relatório.

DADOS REGISTRADOS	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAIO	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	TOTAL
Sentença Condenatória	1	3	9	7	3	2	5	3	5	4	2	5	49
Sentença Absolutória	1	0	1	1	2	2	2	4	1	2	3	4	23
Extinção da Punibilidade por Renúncia da Representação	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	4
Extinção da Punibilidade por Prescrição*	1	2	2	11	9	11	5	18	6	8	8	2	83
Extinção da Punibilidade por Outros Motivos	8	6	1	0	0	7	0	3	1	5	2	1	34
Arquivo de Inquéritos	2	8	1	3	20	27	28	35	19	17	18	17	195

QUADRO 4 - RELATÓRIO DE ATOS DOS JUÍZES DE DIREITO DA 12ª VARA DE CRIMES CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE, PARANÁ - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

FONTE: Relatório Mensal de atos dos juízes de direito da 12ª Vara de Crimes contra a Criança e o Adolescente - Cartório

NOTA:-* No relatório elaborado pelo Cartório a prescrição é registrada como Extinção da Punibilidade por prescrição ou como Sentença de Prescrição. Ao interrogarmos a responsável pelo cartório, obtivemos a informação de que os dois registros se referem ao mesmo tipo de situação, só foram classificados de modo diferente. Devido a esta informação, subtraímos o dado de Sentença de Prescrição - pois este tipo de classificação é incompatível com o conceito de sentença - e agregamos os números ao item Extinção da Punibilidade por prescrição.

Relacionando o dado das 74 ações penais¹⁴⁰ geradas em 2011 com o número de sentenças emitidas no período, que é de 72 sentenças, percebemos que não há demanda represada de Processos Penais, somente de inquéritos.

¹⁴⁰ Lembrando que a ação penal se instala quando a Denúncia gerada pelo Ministério Público – que é o titular da ação penal – é acatada pelo juiz. Ou seja, gerar uma ação penal significa transformar o inquérito em um processo penal.

Sobre o teor das 72 sentenças emitidas em 2011, 49 foram de condenação e 23 de absolvição. O que nos leva à predominância da condenação entre as sentenças emitidas.

Quanto aos inquéritos policiais, em 2011 foram arquivados no total 316¹⁴¹, sendo que destes, 195 não encerravam material pertinente ao oferecimento da denúncia e os demais tiveram sua punibilidade extinta. O motivo mais recorrente entre as 121 extinções dos inquéritos que possuíam material para uma denúncia é a prescrição da punibilidade, levando ao encerramento de 83 inquéritos em 2011¹⁴².

Constatamos, com base nos dados, que a maior parte dos inquéritos enviados à Promotoria e a 12ª Vara não resulta em um processo penal. Outro aspecto relevante dos dados é que, entre os inquéritos que não podem adentrar à fase judicial, estão 83 casos que configuram situações de crime, mas que precisam ser encerrados porque o prazo legal para sua tramitação já se esgotou. Ou seja, o que cerceou a aplicação dos procedimentos propriamente jurídicos não foi o conteúdo das notícias ou condições referentes aos envolvidos, mas sim as próprias instituições que, na demora da realização das atividades, inviabilizaram a tramitação adequada dos inquéritos¹⁴³.

No que diz respeito aos dados obtidos dos relatórios da 12ª Vara, esses confirmam o que fora observado no NUCRIA sobre a demanda represada de inquéritos policiais, pois a maioria dos inquéritos vem com o pedido de prorrogação de prazo. Quando os inquéritos são finalizados, estes chegam ao Cartório da 12ª Vara cerca de dois anos depois de feito o boletim de ocorrência. Tal situação gera, entre

¹⁴¹ Vale destacar que este dado foi obtido a partir de uma interpretação dos registros disponíveis no Cartório, pois o encerramento dos Inquéritos é classificado nos relatórios de acordo com uma categorização que não é relevante para esta pesquisa.

¹⁴² Dos inquéritos extintos por outros motivos, quatro foram por renúncia da representação e 34 por motivos diversos, que inclui a maioridade da vítima e a sua decisão de encerrar o processo, a morte do acusado, entre outras situações variadas, segundo o relato de uma funcionária do Cartório.

¹⁴³ A questão da prescrição de inquéritos é a principal preocupação do promotor e do juiz. Esses agentes relatam que é a demora dos procedimentos da Delegacia que gera a grande quantidade de casos prescritos. Embora não seja o objetivo de nossa pesquisa avaliar a efetividade do conjunto formado pelas instituições, entendemos que essa situação é reveladora de um modo de operar do campo que resulta em uma limitação significativa da apreciação judicial dos crimes cometidos contra a criança e o adolescente.

os agentes da Promotoria e da 12ª Vara, uma crítica aos procedimentos do NUCRIA. Na citação abaixo o assunto é abordado pelo promotor.

Se o fato aconteceu em 2008 e a gente vai ouvir a criança dois anos depois aqui. A criança já esqueceu (...) e acaba prejudicando nosso serviço, por isto temos de ser muito rápidos, aconteceu o fato tem que ser ouvida esta criança, tem que ser concluído o inquérito policial, oferecer a denúncia e terminar a instrução para ouvir novamente a criança. Quanto mais rápido a gente consegue fazer isto a gente não vai estar revitimizando a vítima e vai ter um retrato mais fidedigno do que realmente aconteceu. (Promotor)

No que tange ao modo de operar da Delegacia, o juiz de direito afirma:

Há uma falta de estrutura, isso não dá para negar, (...)além disso o procedimento é muito formalizado, demora muito. Contudo, há um modo de funcionar das delegacias brasileiras... E exemplifica: entra em um dia na Delegacia cinco Boletins de Ocorrência, e eles conseguem concluir um inquérito. A cada dia eles vão ter quatro a mais, de repente eles têm com mil, com dois mil. (Juiz de Direito)

Diante disso, o juiz de direito acredita que o acúmulo de inquéritos gera um “ciclo vicioso”, no qual se consolida uma prática de pedidos de prorrogação de prazo e uma cultura de que a Delegacia não pode ser cobrada porque trabalha com uma demanda impossível de ser atendida com brevidade. Para o juiz de direito, a maioria dos crimes contra a criança não justifica um Inquérito demorado, já que frequentemente os noticiados são pessoas identificadas. O que ocorre, segundo este agente, é uma dinâmica de funcionamento que gera uma demora excessiva na conclusão das ações.

Além de repercutir sobre dificuldades no depoimento da criança em audiência, tal demora ressoa sobre as práticas da 12ª Vara, resultando no arquivamento de inquéritos por conta da prescrição. A prescrição é um motivo de preocupação para o promotor e o juiz. Para tentar intervir nessas situações, o promotor participa de reuniões mensais com a equipe do NUCRIA, procurando soluções para o problema das prescrições. Como fruto das reuniões mensais uma nova prática de audiências preliminares foi implantada em 2011, nas quais os casos de lesão

corporal leve contra a criança e o adolescente no âmbito familiar¹⁴⁴ são enviados para o promotor sem que a Delegacia tenha feito as oitivas.

Uma das ações que a gente está pegando agora é com relação ao crime de lesão corporal, a gente marca a audiência preliminar (...) com o inquérito não concluído (...) para conversar com as partes e verificar se tem intenção de seguir com o processo, se houveram novas lesões, se o caso foi isolado. Com isto a gente pretende tirar uma grande parte de inquéritos da Delegacia de Polícia, tirando estes Inquéritos de lá, vai sobrar mais tempo para eles analisarem outros Inquéritos. (Promotor)

Para o promotor, essa é uma ação necessária para que outros casos, como as violências sexuais, recebam um tratamento investigativo mais ágil. Para as estagiárias da Promotoria, a iniciativa sobrecarregou a agenda, implicando assumir atividades que deveriam ser desenvolvidas na Delegacia, reforçando o sentimento de que a Delegacia não consegue ser resolutiva e que a Promotoria acaba por assumir uma carga maior de trabalho para suprir tais dificuldades.

E, ainda, a situação gerada pela demora na finalização dos inquéritos contribui para uma imagem de ineficiência que recai sobre a Promotoria e a 12ª Vara.

(...) quando eu falo para uma pessoa, 'a Vara faz em três meses', a pessoa me olha como se eu estivesse mentindo. Mas não, na Vara foram três meses, mas ficou dois anos na Delegacia, isso é uma coisa muito comum. (Juiz de Direito)

Essa aparente ineficiência é fator de preocupação para o promotor e para o juiz, porque na observação das rotinas e nas falas dos agentes compreendemos que é importante para esses concluir os casos com rapidez e condenar os culpados – sob a orientação do regramento legal, de modo que seja ressaltada a competência do âmbito Judiciário em garantir o direito da criança.

Outro fator a ser destacado com base nos dados que o Cartório sistematiza é de que, do mesmo modo como ocorre no NUCRIA, a 12ª Vara não possui registro sobre o perfil das crianças, adolescentes, familiares e acusados. De modo que não

¹⁴⁴ Quando a lesão corporal leve é cometida por terceiros, não configurando violência doméstica, as notícias crime geram Termos Circunstanciados e são encaminhadas pelo NUCRIA ao Juizado Especial.

sabemos quantas crianças vítimas de violência estiveram na 12ª Vara em 2011, qual a proporção destas em relação ao número de adolescentes, qual sua idade, sexo, cor, condição socioeconômica. A ausência de dados sobre as crianças atendidas indica a despreocupação em compreender o perfil das vítimas.

Para avançarmos na reflexão, passamos a abordar a produção de sentido dos agentes sobre a criança de acordo com o fluxo das atividades.

3.2 A PRODUÇÃO DE SENTIDO SOBRE A CRIANÇA NAS AUDIÊNCIAS

Elegemos as audiências como espaços privilegiados para destacar a produção de sentido sobre a criança. É na audiência que ocorrem os encontros entre os agentes e as pessoas envolvidas no processo penal, o que permite a observação das interações e o estabelecimento de relações entre essas e os significados que os agentes atribuem a suas práticas. Da realização das audiências desdobram-se os encaminhamentos decisivos para a finalização do processo penal, a sentença.

Como já mencionamos, são duas as formas de audiências que ocorrem no espaço descrito da sala de audiências: as preliminares, convocadas pelo promotor com o objetivo de orientar a denúncia, e as de instrução, convocadas pelo juiz como procedimento obrigatório do processo penal. Antes de abordar as audiências de instrução, vamos tratar de alguns conteúdos que puderam ser abordados a partir das audiências preliminares. Apesar de não termos acompanhado nenhuma audiência preliminar com a participação da criança, as interações do promotor com os familiares das crianças nos permitem algumas considerações relevantes ao propósito de pesquisa.

3.2.1 Audiências preliminares

A Promotoria pode convocar os representantes da criança e o acusado para uma audiência com o objetivo de obter outros dados sobre o fato noticiado e analisar

o oferecimento da Denúncia¹⁴⁵. Nessas audiências o promotor esclarece questões que considera como pendentes, verifica a necessidade da inclusão de outros documentos, como pareceres do Conselho Tutelar, relatórios de acompanhamento da criança, exames. Passamos a resumir uma das audiências preliminares observadas com a intenção de apontar aspectos relevantes da interação do promotor com as pessoas envolvidas no processo.

Trata-se de um caso de violência física contra uma menina de 8 anos, cuja autoria é atribuída à madrasta. O promotor primeiro chama a conselheira tutelar responsável pelo caso e questiona por que seus relatórios de acompanhamento não estão anexados ao Processo. A conselheira se defende, afirma que não tem condições de relatar todos os seus acompanhamentos devido a sua sobrecarga de trabalho, mas que sabe da situação da criança, que

a menina conta que apanha da madrasta, que não pode contar para o pai porque apanha mais ainda. A avó paterna foi quem fez a denúncia e é uma pessoa que cuida bem da menina, mas tem suas visitas restringidas pela madrasta. A criança não está indo às consultas psicológicas e por este motivo a psicóloga não pode encaminhar o laudo, outro documento pedido pelo promotor. Ao encerrar a fala, a conselheira afirma que não pode fazer visitas constantes à família, já que tem uma grande demanda para atender e que, além do mais, esta não é sua obrigação. O promotor, em um tom de voz enérgico e visivelmente aborrecido, reitera que o Conselho Tutelar tem a obrigação de emitir os relatórios de acompanhamento, inclusive o Estatuto afirma esta obrigação, e que não há muito que fazer se os órgãos implicados não fazem sua parte. (DIÁRIO DE CAMPO, 27/04/2011)

Esse diálogo entre promotor e conselheira tutelar travou-se com certa tensão até o momento em que a conselheira deixou de argumentar, o que parece ter motivado o promotor a encerrar o assunto. Em seguida o promotor pediu a entrada do pai e da madrasta da menina.

Somente o pai da criança entra e justifica que a esposa não foi convocada, a intimação veio com o nome da mãe da criança, já falecida, e entenderam

¹⁴⁵ Em algumas das audiências preliminares que acompanhamos havia a presença de adolescentes, em outras somente a presença dos representantes das crianças ou adolescentes. De acordo com o promotor, as crianças podem participar, mas depende de uma avaliação de cada caso, se acreditam que a criança pode contribuir e se sentirá confortável, o que não ocorre com frequência.

que somente ele deveria comparecer. O promotor questiona por que a criança não está indo na psicóloga e o pai afirma que tem levado a menina ao tratamento, que houve somente uma troca de horários da clínica e por isto uma sessão não foi realizada. O promotor ressalta que há uma contradição nas falas e que a falta de atenção com o tratamento da criança levará a um agravamento da situação do processo, que o que está em questão é se a menina sofre maus tratos, e que se ele e a esposa não levarem a sério os cuidados com a criança e se for comprovado os maus tratos, haverá um encaminhamento penal e uma possível mudança na guarda da criança.

O promotor pergunta ao pai da criança se ele ou a esposa agridem fisicamente a esta. Ele nega, dizendo que nunca bateram na menina. A conselheira tutelar interfere neste momento e afirma novamente o relato da menina – que apanha da madrasta, mas que é segredo porque o pai não pode saber. O promotor retoma os questionamentos ao pai da menina, querendo saber como ele explica esses relatos. O homem afirma que a criança é influenciada pela avó materna, pois essa acredita que ele não cuida bem da filha, já que vive com outra mulher, mas que quer ficar com a menina e que esta é bem tratada. (DIÁRIO DE CAMPO, 27/04/2011)

Depois o promotor faz uma intervenção resumindo a situação do processo, ressaltando as obrigações legais do pai e as penalidades que podem ocorrer a ele e sua esposa se a situação de maus tratos contra a menina for verificada. Acrescenta que registra o pedido de relatórios à conselheira tutelar, que deve providenciá-los.

Identificamos que as audiências preliminares não são somente um espaço que fornece subsídios para a denúncia, mas são em si uma intervenção junto aos familiares, profissionais envolvidos no caso e noticiados como agressores. Tal aspecto poderá ser abordado mais adiante com maior propriedade, depois de acrescentarmos mais alguns exemplos de audiências preliminares.

Das oito audiências acompanhadas, quatro se referiam a casos de lesões corporais leves nas quais a atuação do promotor visava dar continuidade ao inquérito, ou seja, casos em que somente o boletim de ocorrência fora redigido e ainda as partes não foram ouvidas. De acordo com o promotor, sua intenção nessas audiências é de incentivar um acordo entre as partes, uma conciliação, pois observa que a maioria dos casos envolve situações pontuais. Segue-se o registro de uma destas audiências.

Situação de lesão corporal contra uma criança de 6 anos cometida pela mãe e denunciada pelo pai. Presentes o promotor, a mãe e o pai da menina. A

mãe confirma ter agredido a menina, hoje com sete anos. Diz que andava muito nervosa, tinha perdido um filho. Mas que aprendeu a tratar a filha sem bater, fez atendimento psicoterápico e teve orientação sobre isso na Unidade de Saúde. Promotor acentuou que a situação foi grave, que a menina já ficou acolhida por seis meses e que o casal pode perder a guarda (hoje a criança está novamente morando com a mãe). A mãe afirmou que a creche é testemunha de que a criança era bem cuidada, nunca com marcas de agressão e que o fato ocorreu só uma vez. O pai da menina fala que a esposa aprendeu a dar castigos e não bater, que na época ficou chocado com a situação mas depois viu que nada mais aconteceu. O promotor afirma que entende que a agressão foi um fato isolado mas que se a situação se repetir haverá consequências legais e a mãe deve continuar o atendimento. (DIÁRIO DE CAMPO, 12/04/2011)

Esse caso foi arquivado. O próximo relato apresenta algumas características semelhantes com o anterior, no que se refere ao perfil da violência abordada, mas se diferencia em termos do padrão de relação estabelecido entre os pais.

Caso de agressão física cometida pelo pai contra um menino de 8 anos. Situação de divórcio entre os pais. Pai alega que tentou corrigir porque a criança o agrediu e promotor responde que eles devem se ater aos fatos e que nada justifica a agressão física. Mãe retira a acusação de lesão corporal e pede que o pai se comprometa a ir às visitas, que são quinzenais. O pai fica alterado com esta última observação, diz que tem que trabalhar pra pagar a pensão e quando puder irá comparecer. A mãe chora. Promotor comenta que 'os ânimos estão exaltados' e que isto é muito ruim, pois 'as briga não levam' e eles podem estar se separando, mas os filhos continuam como uma responsabilidade dos dois. Comenta sobre as consequências da violência para a criança e de como esta deve estar em primeiro lugar. Depois da audiência o promotor comenta sobre sua irritação com o pai do menino e a estagiária jurídica que relata a audiência fala que o pai deve estar com raiva por causa da pensão. (DIÁRIO DE CAMPO, 31/05/2011)

No que diz respeito ao modo de relacionamento observado entre os pais da criança, entendemos que a situação de agressão física ocorreu em meio a um processo de conflito conjugal, que é percebido e comentado pelo promotor e pela estagiária jurídica no final da sessão.

Com base nas audiências preliminares acompanhadas percebemos algumas regularidades com relação à postura dos representantes das crianças e dos noticiados. Nas falas dos noticiados: há situações em que os familiares negam a agressão. Em outras tentam justificar a agressão: que a criança fez algo que

consideram intolerável como roubar, agredir outra criança, ser cruel com alguém, faltar à escola escondido e mentir sobre o fato. Ou evocam situações geradoras de estresse e conflitos, como brigas familiares e separações, e, que, infelizmente, acabaram descontando na criança.

Notamos, a exemplo da última audiência preliminar citada, situações de conflito familiares, disputas e ataques entre os representantes das crianças e os noticiados como agressores. São situações desta ordem que nos fizeram questionar se, em alguns casos, a violência contra a criança não faz parte de um contexto de violência familiar, e que acaba vindo à tona devido à motivação dos representantes em acirrar os conflitos, e não com o objetivo de proteger a criança de uma violência.

Sobre a postura adotada pelo promotor, em geral ele exerce sua autoridade para tentar interferir na situação familiar, com recomendações aos pais e solicitações a outros profissionais para a realização de acompanhamentos e relatórios. Nas orientações feitas aos pais, a postura do promotor é algumas vezes mais enérgica, em uma atitude visivelmente de repreensão à conduta de um dos pais ou de ambos. Em outros momentos o promotor procura orientar os familiares no sentido de preservarem a criança de seus conflitos e de compreenderem que a educação deve ser feita sem o emprego da violência.

O promotor tem a autoridade para repreender e orientar os familiares porque é investido de um poder legítimo do Estado, ao personificar o campo jurídico, e pode “impor uma representação da normalidade em relação à qual todas as práticas diferentes tendem a aparecer como desviantes, anômicas, e até mesmo anormais, patológicas (...).” (BOURDIEU, 2007: 247)

O tema da criança na família é conduzido em termos das normativas legais e morais e a fala do promotor é impregnada de recomendações sobre como a família deve conviver e educar seus filhos. A necessidade de orientar as famílias é importante para o promotor porque entende que muitas das agressões físicas advêm de situações relacionadas à dinâmica familiar.

Infelizmente as famílias acabam tendo vários fatores externos que atrapalha a dinâmica familiar. Desemprego, drogas, bebida, tudo isso afeta diretamente a família e como esta família está em desarmonia acaba surgindo agressão. No nosso caso, a gente verifica que em grande parte das agressões o relato

é assim 'o agressor chegou em casa embriagado, se irritou e bateu na criança', ou 'se irritou porque a criança estava assistindo televisão alta'. Isso demonstra que tem o problema da bebida alcoólica ali no seio familiar. Muitas vezes é a própria mãe, com depressão ou porque o marido não trabalha, a mãe acaba perdendo a paciência com a criança, se exalta, acaba agredindo a criança. (Promotor)

O promotor expressa sua visão de mundo sobre as relações familiares ao realizar as prescrições de conduta para os familiares das vítimas. Na orientação dada aos familiares o promotor compõe seu discurso com elementos jurídicos a respeito da garantia de direitos da criança e noções éticas e morais sobre os relacionamentos familiares. Ao mesmo tempo em que o promotor afirma uma visão de mundo legitimada pelo ordenamento jurídico, transpassa esta leitura com seus valores e crenças. As palavras do promotor direcionadas aos familiares da criança são, ao mesmo tempo, expressão de sua condição social, de sua visão de mundo – quando afirma, por exemplo, que as brigas não levam a nada – e princípios legais de direitos humanos que orientam a vida profissional – quando explicita, por exemplo, que a agressão física não é meio de correção e sim um crime tipificado pelo Código Penal.

As orientações do promotor não agregam somente concepções pessoais sobre como os pais das crianças deveriam relacionar-se, mas também enunciam perspectivas jurídicas das responsabilidades entre pais e filhos. O resultado dessa combinação é um discurso prescritivo, ancorado em uma combinação aceitável pelo campo jurídico entre a lei e valores morais. Enfim, as orientações do promotor podem ser entendidas como geradoras de uma regulação das práticas familiares. O agente acredita que sua intervenção deve vir no sentido de orientar os familiares da criança para não confundirem violência com correção da conduta, apresentando os princípios de como os filhos devem ser educados e que lugar devem ocupar nas relações familiares.

Em junho de 2011 na primeira entrevista em profundidade que realizamos com o promotor, ele fala sobre a importância de abolir o uso da agressão na educação das crianças.

Ontem foi engraçado, o pai... Essa é uma família até estruturada mas... Ontem eu perguntei a esse pai, 'o senhor agrediu a criança?' 'não eu não agredi, eu corriji, eu disciplinei a criança'. Então alguns pais acabam

entendendo que agressão física, como dar umas cintadas é só correção, é disciplina, ele não vê que isso é uma lesão corporal e que ele está respondendo a um crime. Então assim (citando a fala o pai que agrediu a criança) 'mas mudou? Porque antes não era assim, eu apanhava' (e citando sua resposta ao pai) 'não mudou, a forma é essa desde sempre, porém as práticas poderiam ser diferentes, mas a partir do momento que o senhor agrediu a criança o senhor está cometendo esse crime e o senhor não venha com a desculpa de que o senhor está corrigindo porque o que está acontecendo para a lei é que o senhor está agredindo o seu filho'. E tem casos, da mãe que deu uma cintada no filho, pega o cinto no olho da criança e a criança quase perde a visão. Então são coisas que você tem que demonstrar aos pais, se os pais deles tiveram essa prática, essa prática tem que ser abolida. (Promotor)

A agressão física com motivos de correção não se justifica para o promotor, mas ao mesmo tempo ele precisa evocar situações-limite para argumentar que a prática da violência física como fator educativo deve ser abolida. O promotor mostra o contraste entre a concepção do pai, de que bater é corrigir, e da lei – como concepção legítima – de que bater na criança, sob qualquer alegação, é crime.

No entanto, as relações e os esquemas de percepção não são estáticos, e seis meses depois da primeira entrevista com o promotor, em um segundo momento de conversa, pudemos observar mudanças em seu discurso. Ao mesmo tempo em que o promotor executa práticas prescritivas sobre o modo como as famílias devem agir com seus filhos, este agente questiona suas atitudes e as consequências da interferência do âmbito jurídico na vida das pessoas.

Na segunda entrevista, o promotor expõe as dificuldades que os casos de lesão corporal leve trazem. O agente diz ter dúvidas sobre a aplicação da penalidade aos pais, no sentido de que essa seja a melhor forma de proteger a criança.

O crime de lesão corporal é uma grande preocupação porque muitas vezes o fato pode até configurar o crime, mas a gente tem que fazer uma análise de todo o contexto familiar e verificar até que ponto que o Poder Judiciário pode interferir na educação do filho. Por certo, a gente explica que não pode ter uma agressão física, mas a gente tem que analisar o caso concreto, como, por exemplo, o caso dos pais separados em que o pai registrou um Boletim de Ocorrência, que depois virou processo, imputando à mãe o fato de um puxão de orelha. E a mãe vem aqui e admite que deu um puxão de orelha na criança, que a criança estava sendo mal educada (situação a qual o promotor se refere é de uma criança que estava reclamando da atual escola para o pai ao telefone e começou a xingar a mãe, esta retira o telefone

da criança e puxa sua orelha). Você fica pensando até que ponto... o puxão de orelha configurou um crime de vias de fato? Se for olhar puramente o ocorrido, pode considerar que sim, mas será que é certo a gente interferir nesta relação? Dizer para a mãe que ela não pode dar o puxão de orelha e aplicar uma pena a ela? (Promotor)

O agente se questiona sobre a interferência do Poder Judiciário na relação entre pais e filhos, e se esta interferência não pode mais prejudicar a família do que auxiliá-la a proteger a criança, ou também abrir um espaço para que a necessária relação de autoridade dos pais não seja abalada.

Para o promotor, o dilema está na avaliação do episódio de violência que ocorreu devido a uma perda de controle dos pais em sua tarefa educacional. E se pergunta: será que a aplicação da lei penal é a melhor opção? Não seria o caso de ajudar os familiares a encontrarem outras formas de corrigir o comportamento dos filhos? Não seria melhor para a proteção da criança que o Poder Judiciário auxiliasse a família ao invés de punir o fato? E, ainda, como diferenciar as situações em que se deve ou não insistir no oferecimento da denúncia?

Esses questionamentos, considerados fundamentais pelo promotor, motivaram sua reflexão detalhada de caso a caso, bem como o acompanhamento das situações por um período de tempo¹⁴⁶; até que uma nova audiência preliminar seja feita. Nessa audiência, o promotor verifica se a situação de violência foi resolvida e o inquérito pode ser arquivado, ou se a violência continua a existir, o que leva ao oferecimento da Denúncia.

Na análise do caso concreto a gente tem que verificar o contexto, se foi um fato isolado, se a mãe é uma boa mãe, se por problemas de educação ela não conseguiu fazer com que o filho tivesse uma conduta diferente. Então, a gente tem que fazer uma análise de caso a caso e é muito difícil tentar dar educação para estas vítimas, para estas mães, sobre o que pode e o que não pode. (Promotor)

¹⁴⁶ Em geral, o promotor acompanha os casos por seis meses, mediante relatórios – solicitados formalmente – do Conselho Tutelar e de profissionais que atendem à criança, como assistentes sociais e psicólogos.

Observamos também na citação acima que o promotor acredita que sua intervenção pode ser educativa, como que descolada da sua condição de autoridade no âmbito jurídico.

Em síntese, as audiências preliminares constituem um momento importante de interferência do agente que representa o Ministério Público sobre o contexto familiar da criança, e ainda indicam que o entendimento dos agentes é de a criança estar à mercê das relações familiares. E mais, há um dilema para o promotor sobre a aplicação da pena em certos casos.

Como nossa intenção era de utilizar as audiências preliminares para adentrar à temática das relações entre os agentes e os familiares da criança, desenvolveremos a questão das percepções do promotor sobre a criança nos itens seguintes deste Capítulo.

3.2.2 Audiências de instrução

3.2.2.1 O acolhimento da criança antes da audiência de instrução

De acordo com uma das psicólogas¹⁴⁷ da 12ª Vara, na audiência de instrução, *a família e a criança chegam, em geral, ansiosas, sem saber o que vai acontecer, e é preciso tranquilizá-las e escutá-las.*

A psicóloga assinala as diferentes reações das crianças ao chegarem para depor.

Há diferentes posturas apresentadas pela criança: tem as que chegam contando sobre os fatos, as que não querem falar nada sobre o ocorrido, as de que estar ali é chato, porque já falou várias vezes do assunto e ainda não foi feito nada, as que expressam sentimentos de nervosismo, medo, vergonha, raiva, culpa, as que acham que será difícil (referindo-se ao depoimento), as que esperam justiça para o que aconteceu, as que se sentem incomodadas por estar em um contexto diferente, com pessoas estranhas. (Psicóloga)

¹⁴⁷ A pedido da entrevistada, a entrevista em profundidade com a psicóloga não foi gravada.

Para a psicóloga, diante de uma situação atípica, criança procura modos que julgue apropriados para se comportar, até mesmo no modo de falar. A psicóloga destaca que percebe, com frequência, a repetição de determinadas palavras, frases, que parecem *falas prontas, talvez intermediadas pela mídia, que se repetem entre as crianças e os familiares*. E também

Às vezes a criança usa termos que não são típicos para sua idade, formação, com o intuito de ser entendida pelo adulto, porque ela usa o que ouviu, mas a fala é dela; todavia a intenção de se fazer compreender pode acabar sendo interpretada como o uso de “frases prontas”, incutidas por um outro à criança; como, por exemplo: ‘fulano fez sexo comigo’; ‘ele me estuprou’; ‘ele abusou sexualmente de mim’. (Psicóloga)

O apontamento da psicóloga remete a uma questão relevante para a repercussão do depoimento da criança entre os agentes. Há preocupação do juiz e do promotor em verificar se o relato da criança está sob a influência de algum adulto,

Muitas vezes o adulto consegue colocar uma frase na cabeça da criança ela fala esta frase e aí você tem que ver se tem um fundo de verdade nesta frase. (Promotor)

Tanto para o promotor quanto para o juiz, quando a criança está sob a influência de um adulto e reproduz “*frases prontas*”, essas são facilmente identificadas e dão indícios de que o relato da criança pode estar sendo induzido por um terceiro.

Outros agentes do campo também ressaltam a observação do padrão linguístico para dar crédito às palavras da criança, como é o caso da assessora jurídica, profissional que auxilia o juiz na elaboração das sentenças. Para a assessora, é preciso observar os termos usados pela criança para verificar se há ou não uma interferência do adulto – por exemplo, prestar atenção se a criança emprega os termos considerados típicos para a idade, como “*pipi*”, “*gosma branca*”, ou se usa expressão que não são de seu vocabulário corriqueiro, como “*vagina*”, “*pênis*”, “*anal*”.

O uso de termos gramaticais corretos para definir os órgãos sexuais ou a situação sexual é compreendido como uma influência do adulto sobre a criança, já que, em geral, a criança usa termos como ‘pipi’, ‘pipinha’, ‘bumbum’, palavras refe-

renciadas em nossa cultura como expressões típicas da infância¹⁴⁸; e ainda considera-se que a criança não possui uma educação sexual que a habilite a compreender e nomear os contatos sexuais do mesmo modo como o adulto o faz.

De acordo com a fala da psicóloga, é possível que o relato da criança não esteja influenciado por um adulto, mas, na ânsia de se fazer entender, a criança procura empregar expressões utilizadas pelo adulto. De outro ângulo, talvez não seja a influência de um adulto sobre a fala da criança, mas uma influência do mundo adulto sobre a criança. Podemos considerar, ainda, que a vivência de uma violência sexual levou a criança a aprender termos e compreender processos da sexualidade adulta, por seu interesse, por ouvir os comentários de adultos sobre o que lhe aconteceu, por explicações que a ela foram dadas depois do fato.

Quando a criança utiliza um vocabulário “adulto” para se referir às questões sexuais, ela pode estar repedindo um discurso a pedido de alguém, mas pode também estar ordenando seus conhecimentos de uma forma que ela considera que poderá ser compreendida. O que nos parece que fica ausente no debate entre os agentes¹⁴⁹ é que a criança vive em contato com os referenciais do mundo adulto e que a situação de violência sofrida pode ser um motivador para que ela busque conhecimentos e expressões que a ajude a verbalizar o que lhe ocorreu.

O que entendemos é que diante das afirmativas da criança que parecem “frases prontas”, os operadores jurídicos percebem-na como informações que destoam do discurso usual da criança e tendem a não reconhecê-las como um relato genuíno da criança.

Outro fator apontado pela psicóloga diz respeito às situações em que ocorrem discrepâncias entre o relato que a criança fez no NUCRIA e o depoimento na audiência. A agente considera que algumas discrepâncias podem aparecer

¹⁴⁸ Como um exemplo simplificado do entendimento comum de que a criança utiliza palavras típicas para se referir aos órgãos sexuais, vale citar o Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa, que define a palavra “pipi” como “pênis ou vagina na linguagem das crianças.” (FONTE: Dicionário Aurélio, Disponível em: //74.86.137.64-static.reverse.softlayer.com)

¹⁴⁹ Identificamos o discernimento da psicóloga sobre as nuances da compreensão das questões da sexualidade na fala da criança, porém esta discussão não repercute entre os demais agentes e a psicóloga não emite sua opinião sobre a oitiva da criança.

porque a criança dá menos informações durante o depoimento ou, ao contrário, insere outros fatos.

A criança pode deixar de abordar a questão com detalhes e mesmo afirmar que não se lembra dos fatos. Isso, segundo a psicóloga, por uma necessidade de se distanciar dos eventos que motivaram o processo. Ou o depoimento em audiência pode ser mais completo do que o primeiro, como quando a criança agrega informações sobre fatos que ainda não havia relatado, e portanto estão ausentes do processo penal. As informações novas podem ser confundidas com uma nova versão dos fatos.

Essa percepção da psicóloga aponta para o fato de que a criança não se atém à repetição do seu depoimento anterior. Por sua condição de desenvolvimento, pelo tempo decorrente entre um relato e outro, a criança fará um novo relato da mesma situação de violência, mas não um relato igual, que pode ter mais ou menos elementos.

A psicóloga externa sua preocupação com o fato de que a criança possa se sentir punida pela situação, como, por exemplo, diante das soluções encontradas para resguardar a criança da violência doméstica,

Quem sai primeiro de casa normalmente é a vítima, perdendo suas referências, casa, escola, convivência familiar; o sentimento que fica para a criança é de que ela errou, foi culpada do que lhe aconteceu. (Psicóloga)

Mesmo quando o Estado interfere no sentido de garantir a proteção da criança, ela pode vivenciar experiências desagradáveis, com repercussões definitivas para sua vida, como é o caso da perda dos referenciais familiares e comunitários. Desse modo, a condição da criança é trágica, no sentido de que sua vida foi afetada de um modo negativo pelo episódio violento, e que os modos institucionalizados de protegê-la podem também gerar sofrimento.

Contudo, a psicóloga acredita que mesmo que a criança, diante do processo penal, ocupe uma posição muitas vezes de objeto – outra pessoa faz a denúncia em seu nome, outros falam e decidem por ela, ela pode vir a ser um agente ativo na medida em que encontra um modo de dizer 'não', de reagir à violência, como quando ela se encoraja e traz a revelação dos fatos. Para a psicóloga, quando a criança

conta os fatos, movida pelo desejo de não mais sofrer a violência, ela se posiciona como pessoa, e isso pode repercutir positivamente em sua vida. Este modo de conduta da criança é observado pela profissional na prática, mas é somente uma das possibilidades e depende da condição subjetiva da criança perante a situação.

Em sua fala, a psicóloga enaltece as particularidades das crianças, pelas diferentes formas de se posicionar ante a violência que motivou o processo penal, pelas outras reações diante da situação do depoimento, com novas formas de organizar seu discurso no momento do depoimento, ou seja, diferentes posições da criança em relação aos interesses de seus representantes.

Compreendemos que a criança que chega para depor tem um lugar institucional reservado a ela e é acolhida da melhor forma possível, mas nem sempre consegue se fazer entender e nem sempre o depoimento significa um momento de expressar a verdade. A criança pode estar mais interessada em esquecer o que ocorreu, ou em atender às expectativas de seus representantes.

Outro questionamento interessante que emerge em nossa reflexão sobre as noções da psicóloga a respeito das crianças com as quais interage na 12ª Vara, diz respeito à ausência da circulação das percepções da psicóloga entre outros agentes da Vara.

Após abordarmos as atividades da equipe técnica, tematizando o depoimento da criança do ponto de vista do profissional psicólogo, agora passamos a refletir sobre a organização da audiência de instrução, inserindo o depoimento da criança como parte desse procedimento fundamental para a conclusão do Processo penal.

3.2.2.2 O depoimento da criança na audiência de instrução

O momento do depoimento é o encontro da criança com os agentes do campo que tomarão as decisões finais sobre o processo. A palavra da vítima durante a audiência de instrução é essencial, porque o processo penal precisa obedecer a alguns princípios gerais, entre os quais está o princípio do contraditório.

(...) precisamos respeitar que a pessoa que está sendo acusada tem o direito de se defender e participar da produção das provas. Tem algumas pessoas que defendem que a criança não precisaria mais ser ouvida aqui, poderiam ser ouvidos outros profissionais que atenderam a criança antes, mas toda a jurisprudência entende que se não for ouvida aqui em juízo, essa prova não vai servir, aquela prova da delegacia não vai servir em juízo. (Promotor)

De acordo com essa argumentação do promotor, percebemos que o agente reconhece a existência de críticas sobre a presença da criança na audiência, mas justifica a permanência do depoimento da criança como sendo necessária, pois sem ela o relato da criança não pode ser considerado, de acordo com a normativa jurídica.

Para apresentar maior riqueza de detalhes sobre a audiência, dando ênfase à movimentação dos agentes e aos efeitos de suas produções, vamos relatar uma das audiências observadas e registradas no Diário de Campo.

A situação a ser julgada se refere a uma acusação de abuso sexual cometida pelo padrasto a sua enteada de 6 anos. Os primeiros depoimentos foram das testemunhas de acusação – a médica plantonista que atendeu a criança na unidade de saúde 24 horas e auxiliar de enfermagem acompanhou este atendimento. A médica conta que a criança estava machucada na região da vagina, que não é ginecologista e por isto não poderia afirmar sobre uma ruptura de hímem. Relata que a menina contou que o padrasto tinha colocado o pipi nela e que a mãe está muito nervosa. Auxiliar de enfermagem faz um relato similar, contando ainda os procedimentos adotados com a criança.

Depois é ouvida a mãe da menina e conta que a criança falou, dias depois do ocorrido, que quando ficou sozinha com o padrasto ele mexeu nela e tentou pôr o pipi. A criança ainda falou para a mãe que o padrasto disse para ela não contar, porque iria preso. A mãe afirma que logo que soube levou a menina no pronto socorro.

O juiz interroga a mãe da criança sobre a quem pertence a casa que ela mora. A mulher responde que o terreno é de sua família, que sua antiga casa estava caindo e então comprou material para fazer uma casa nova e que ele, o acusado, é pedreiro e fez a casa.

O promotor, após algumas questões sobre a confirmação da data do ocorrido e do relato da criança, questiona se a mãe da criança sabe se houvera outras investidas do padrasto e ela diz que acha que foi só esta, pois a menina nunca mais ficou sozinha com ele. Pergunta também se a criança mudou seu comportamento depois do ocorrido, ao que a mãe da menina responde afirmativamente, que ela ficou mais agressiva.

O juiz passa a palavra ao advogado de defesa, que antes não quis fazer perguntas às testemunhas de acusação. Desta vez o advogado aceita o uso

da palavra e questiona se a menina tem um irmão, se ele poderia ter feito algo com a menina. A mãe responde que nunca, que o menino tem 10 anos e que adora a irmã, jamais faria isto com ela. O advogado ainda pergunta se a criança tem “uma bicicletinha” e a mãe diz que não.

Em seguida o equipamento eletrônico é conferido para o início do depoimento da criança, que se encontra na sala de videoconferência. O juiz inicia o contato com a criança questionando se ela está lhe ouvindo e depois pergunta: “Tudo bem com você?” e a menina responde “Tô, e você?” (Diante da resposta o juiz e o promotor sorriem), ele responde que está bem e pergunta sobre a escola e como vão as coisas em casa, a criança responde que vai tudo bem. Então o juiz diz para a menina que estão ali porque aconteceu uma coisa com ela, e interroga se lembrava do que contou para a psicóloga da delegacia.

A criança fala que o padrasto colou o dedo na vagina dela, depois diz que também tentou pôr o pipi, mas que ele não conseguiu colocar direito porque tinha bebido (nesta parte o relato da criança é acelerado e confuso, ela tenta falar sobre um movimento de corpo que o acusado teria feito, o que foi possível entender é que o padrasto tinha caído). Atendendo a perguntas do juiz e depois do promotor a criança repete a explicação, diz que não contou antes porque ele falou que iria preso se ela contasse. Diz ainda que isto ocorreu só uma vez. O juiz e o promotor se despedem da criança, agradecem a ela por ter falado (sorriem quando ela se despede).

Depois o juiz chama uma testemunha de defesa, que fala que conhece o réu há muitos anos e que nada desabona sua conduta. No interrogatório do réu, este nega que tenha abusado da criança, afirma que sempre a quis bem. Quando o juiz pergunta o que ele acha que está acontecendo, o réu diz que acha que a ex-esposa está fazendo isto para ficar com a casa que ele construiu.

Encerrados os depoimentos o juiz e o promotor saem da sala juntos e seguem para o gabinete do juiz. (DIÁRIO DE CAMPO, 26/04/2011)

A partir desse relato podemos observar vários elementos da interação entre os agentes e as partes, como a forma de conduzir as questões por parte do juiz e do promotor, a organização da fala da mãe da menina e do réu de modo a defender seus pontos de vista e dar elementos para a decisão judicial, a tentativa de o advogado gerar dúvidas sobre o que pode ter gerado a lesão na região genital da criança. Dentre essas interações, destacamos o modo como o juiz e o promotor interagem com a menina. A conduta do juiz e do promotor – a escolha das palavras, os sorrisos diante da forma de se expressar da criança – indicam um acolhimento do jeito de ser da criança, parecem até demonstrar um enaltecimento das características infantis.

Após a audiência, em conversa com o promotor, este fala que o caso não permite condenação. Porque a criança e a mãe tiveram depoimentos contraditórios entre a fase de inquérito e a audiência, no inquérito, ambas relataram que o acusado tinha colocado o pênis na vagina da menina. E na audiência passou a ser o dedo ou a tentativa de colocar o pênis na vagina. O uso que a criança faz do termo vagina, palavra pouco usada por crianças, também pode indicar que a menina foi orientada em seu depoimento.

Outro fator que complica a possibilidade da condenação, segundo o promotor, é de que o primeiro relato da médica era de que havia rompimento de hímem, diferente do relato da audiência, quando a profissional diz que não possui conhecimentos para avaliar a ruptura ou não do hímem. No laudo do IML foi indicado somente uma lesão na região genital. O promotor considera que *“alguma coisa aconteceu”*, mas diante das contradições é inviável identificar o quê, e isso impossibilita uma condenação.

Considerando o relato da audiência e a argumentação do promotor, podemos inferir que a palavra da criança é um elemento importante para a tomada de decisão e sua participação na audiência é valorizada pelos agentes, porém o depoimento da criança é um elemento dentre outros a serem considerados para a sentença. O resultado da audiência diz respeito a um cálculo baseado nas regras do âmbito jurídico, no qual todas as provas precisam ser cotejadas. Ou seja, empreender procedimentos jurídicos para a garantia de direitos da criança e adequar as ações para que esta seja acolhida e respeitada, são aspectos implicados nas práticas dos agentes, mas as normativas jurídicas e o raciocínio empregado nas ações e decisões pouco têm relação com a condição da criança.

Fazemos esta observação a partir da contradição que o promotor aponta na fala da criança, que antes afirmava que o padrasto colocou o pênis em sua vagina e que depois se modificou para colocar o dedo e a tentativa de pôr o pênis. O que se destaca para os agentes é que nesta mudança de relato há uma contradição, e não que a criança pode não ter compreendido, a princípio, a diferença entre ‘um pênis encostar em sua vagina’ e ‘um pênis entrar em sua vagina’. A contradição não é analisada sob a visão da criança e sim sob o registro de que toda contradição substancial implica uma inviabilidade de usar a prova.

Ademais, o uso que a menina faz do termo vagina indica para o promotor que ela foi orientada. Retomando a explicação da psicóloga, o uso de termos que não são empregados comumente pela criança pode ser indicativo de uma tentativa de se fazer entender. A apreciação do promotor recai sobre uma ideia genérica, à qual já nos referimos, de que certos termos não são usados por crianças.

Apesar das técnicas de interrogatório adaptadas à condição da criança – sala especial, acompanhamento da psicóloga, adequação da linguagem do juiz e do promotor ao indagar a criança, o refencial adotado para fazer a leitura do depoimento da criança remete ao modo de pensar e agir do adulto. As classificações disponíveis no campo jurídico são as mesmas para interpretar os fatos ditos pelo adulto e ditos pela criança. O que é posto em ação no ritual jurídico da 12ª Vara é uma prática que lida com o fenômeno da infância, mas sem abrir mão dos modos canonizados de percepção e classificação.

A contradição da criança tomada na mesma medida da contradição do adulto indica que a forma de categorizar, interpretar o falar da criança não se diferencia. Parece que o campo jurídico estudado agrega aspectos específicos da garantia de direitos de crianças, mas referenda tais especificidades a um modelo de compreensão e classificação do mundo social que é comum ao campo jurídico em geral.

Após a audiência relatada, presenciamos a saída da criança e do acusado. Esse momento nos leva a outras considerações sobre a relação entre a criança e os agentes.

A menina sai do prédio e encontra o acusado no corredor externo, ele está a uns 6 metros de distância dela, conversa com a testemunha de defesa enquanto caminha em sua direção. Parece que ele não vê a criança. A mãe da menina está mais a frente dela, na porta do Cartório e não percebe o que está acontecendo. Ao ver o acusado, a criança volta correndo para dentro do prédio. (DIÁRIO DE CAMPO, 26/04/2011)

Tal situação nos fez refletir sobre o significado das instituições para a criança. Na cena descrita, a menina, aparentemente evitando o contato com o réu, retorna para o local onde prestou o depoimento. Sua mãe estava logo em frente, mas a menina volta-se para a instituição. Interrogamo-nos sobre a imagem que as instituições podem ter de protetoras para a criança.

Relacionamos essa cena com outro momento em que pudemos ver a interação entre um pai e seus filhos após a audiência.

Dois irmãos, um menino de 10 e um adolescente de 15, pai acusado de agressão física, sob o cuidado dos avós maternos. Mãe falecida. dois meninos, vivendo com os avós que pediram guarda definitiva. Após a audiência, enquanto os avós e seu advogado ainda não saíram do prédio, o pai encontra os garotos na saída da Vara. O homem conversa com os garotos, chora. Tenta abraçar o mais velho que recua. Abraça e é abraçado pelo mais novo. (Diário de Campo, 17/05/2011)

Ao presenciarmos essa situação fomos levadas a refletir sobre os laços emocionais e relacionais que ligam os envolvidos. Os garotos e seu pai – vítima e réu no Processo penal – possuem uma história comum, um vínculo emocional e relacional que transcende a situação processual.

Os dois acontecimentos evocam uma reflexão sobre a situação de tensão que envolve a vida das pessoas no Processo penal. O que é averiguado, depois processado e julgado, faz parte de uma trama muito mais complexa do que a que pode ser abordada pelo contexto jurídico. As consequências dos atos que são apreciados no Processo penal possuem implicações que passam ao largo do âmbito jurídico.

Essa questão nos remete a outra discussão, que não desenvolvemos, mas apontamos como significativa: há uma tensão entre o que é da ordem do indivíduo, do campo da subjetividade e das emoções, e o que é passível de ser apreciado pela racionalidade das instituições. Ou seja, o processo penal terá consequências sobre a vida da criança e há toda uma vida ao largo do processo penal.

Voltando à reflexão sobre o acontecimento da audiência de instrução, somos levados a considerar que os conflitos entre os envolvidos no processo são transformados pelos especialistas do campo jurídico em um fato coerente à luz de uma doutrina validada e vista como livre de parcialidades. É nesse sentido que Bourdieu entende que

(...) a representação nativa que descreve o tribunal como um espaço separado e delimitado em que o conflito se converte em diálogo de peritos e o processo, como um progresso ordenado com vistas à verdade, é uma boa evocação de uma das dimensões simbólicas do ato jurídico como aplicação prática, livre e racional de uma norma universal e cientificamente fundamentada (BOURDIEU, 2007: 228)

O poder judicial manifesta uma perspectiva que transcende as noções particulares, pois é expressão da “visão soberana do Estado, detentor do monopólio da violência simbólica legítima”. Representa a forma da palavra autorizada, pública, “enunciada em nome de todos e perante todos” (BOURDIEU, 2007: 236) Tal operação nos leva da audiência de instrução para a elaboração das conclusões dos agentes.

3.3 ALEGAÇÕES FINAIS DA PROMOTORIA E A SENTENÇA JUDICIAL

De acordo com os agentes, é comum que os pareceres finais do promotor – alegações finais – e do juiz – sentença – sejam convergentes. Os dois agentes discutem o caso e há um alinhamento em suas práticas, o que é entendido como uma afinidade que contribui para que o trabalho seja desenvolvido com qualidade e agilidade.

Verificamos a existência de uma relação formal entre promotor e juiz de direito – que implica papéis específicos a serem cumpridos, modos de interação que são próprios do âmbito jurídico e reafirmados no campo. No entanto, na relação particular entre os dois agentes existe proximidade e colaboração, de modo que promotor e juiz discutem o fluxo de trabalho, procuram alternativas para solucionar as demandas, debatem sobre as conclusões dos processos¹⁵⁰.

Há concordância entre os agentes de que a relação de proximidade entre juiz e promotor é essencial para a celeridade das decisões, característica importante da defesa de crianças e adolescentes, pois são casos de prioridade absoluta, garantida por lei.

Considerando o alinhamento entre as conclusões do promotor e do juiz de direito, compreendemos que podemos agrupar as alegações finais e a sentença

¹⁵⁰ A assessora jurídica comenta que o típico é uma relação de oposição entre promotor e juiz, sendo que o primeiro quer a condenação a qualquer custo e o juiz procura não ceder a esta tendência, somente com provas efetivas. Mas que ali, talvez pela natureza dos problemas, que exigem muito cuidado de todos, já que se trata de crianças, os dois trabalham “muito juntos”. Por vezes o promotor pede a absolvição, por vezes é o juiz que incentiva a condenação; e os dois procuram sempre um consenso.

como duas produções referentes à análise do processo e tomada de decisão. Deste modo, analisamos neste item as percepções do promotor e do juiz sobre as condições do depoimento da criança e o modo como são construídos significados sobre a criança que balizam a elaboração das alegações finais e das sentenças.

O aspecto que nos interessa na fase conclusiva do processo penal é como os elementos a respeito da condição da criança e do conteúdo de seu depoimento são analisados para a emissão da sentença. Assim, podemos identificar a produção de sentido sobre a criança que emerge no momento em que as decisões sobre o crime são tomadas.

Para o promotor, a maior dificuldade na apreciação de crimes contra a criança é o depoimento da vítima, já que a criança pode dizer de fato a verdade ou ser induzida.

É uma matéria bem complicada por que a gente tem que tentar verificar se ela (referindo-se à criança) está falando a verdade, se está mentindo, se está sendo induzida. Muitas vezes realmente a vítima fala porque aquilo ocorreu realmente e dependendo você tem que ouvir o discurso dela pra ver se é um discurso coerente, apesar de ser uma criança. Você tem um problema quando a vítima é criança (Promotor)

Depois o promotor compara a fala da criança com a do adolescente e considera que perceber a veracidade na fala do adolescente é mais fácil. A percepção da verdade na fala da criança parece ser mais complicada para o promotor porque a criança pode assumir como se fosse seu o discurso de um terceiro e porque, mesmo sendo verdade, a fala da criança pode não ser “coerente”.

Entendemos que a noção de coerência à qual o promotor se refere é estabelecida de acordo com a ideia que se espera de um relato adulto, e este padrão precisa ser adaptado para a condição da criança. Para o promotor, a escuta da criança se diferencia da escuta do adulto em diversos aspectos:

Tem que ficar muito atento para ver se este relato da criança é verossímil, é harmônico. A gente tem que levar em conta as deficiências que a criança tem, porque dependendo da idade da criança o que ela está sofrendo é uma coisa normal, ela não dá muita importância. Também a criança não tem muita noção de que horas e quando acontece o fato. Nossa dificuldade é tentar fechar este quebra-cabeça. (Promotor)

As características do pensamento infantil são definidas pelo promotor como deficiências. O sentido do termo deficiência para o promotor não foi investigado, mas podemos inferir que o agente, ao afirmar que a criança possui deficiências em relação a sua noção de tempo, espaço e seus esquecimentos, realiza uma comparação entre o modo de pensar do adulto e da criança, pela qual a criança é uma pessoa temporalmente despreparada para se portar como adulto. As implicações desse fato para a prática jurídica é de que a criança não se adapta ao modo de funcionamento exigido para um depoimento considerado de qualidade. Ao ouvir a criança é preciso considerar essa inadequação, mas ao mesmo tempo existe um limite para que a criança possa ser interpretada sem que a regra jurídica seja quebrada.

O modo como a criança opera com a realidade difere do adulto, o que exige uma interpretação mais cuidadosa da fala da criança em termos de sua “coerência”, “harmonia” e “veracidade”, fatores essenciais para que o testemunho seja considerado como prova capaz de levar, como afirma o promotor, “à aplicação justa da lei”.

O perfil dos crimes sexuais agrega dificuldades, de acordo com o promotor, pelo fato de que *“a maioria dos processos são casos da relação familiar, sem testemunha”*. E o depoimento da criança pode ser a única fonte de informações sobre a ocorrência do crime.

(...) muitas vezes os atos praticados consistem em passar a mão, manipulação do corpo, fazer manipulação da genitália, sexo oral, coisas neste sentido que não deixam muito vestígio (...) A gente tem que pensar que às vezes a criança mente, a gente tem que verificar o que realmente ocorreu. A nossa grande dificuldade é essa da prova, porque esses crimes são cometidos na maioria das vezes na clandestinidade, sem a presença de testemunhas. Por isto a gente tem que valorar bem esta prova da palavra, vestígios nem sempre são deixados, quando tem vestígios é um suporte para mostrar que a criança realmente está falando a verdade. (Promotor)

As marcas no corpo da criança – como as lesões genitais, ruptura de hímen, presença de sêmen – garantem o que o promotor chama de *“a materialidade delitiva”*. São essas as situações que podem ser resolvidas com mais facilidade, já que a prova material tem o caráter de indicar uma verdade incontestável. A existência dos “vestígios” para o promotor resolve a questão, pois agrega um valor de verdade à fala da criança.

Na ausência de indícios físicos, o relato da criança é examinado com mais atenção, uma vez que é baseado nele que o réu pode ser condenado ou absolvido. E esses são os acasos em que aparecem as dificuldades, porque a fala da criança precisa possuir os elementos necessários e ainda alinhar-se ao restante dos relatos para que sirva como prova do crime ocorrido.

Uma dificuldade apontada pelo juiz para o estabelecimento da sentença diz respeito ao perfil dos crimes sexuais contra a criança.

Geralmente do fato em si só participaram a criança e o agressor (...) ninguém faz isso na rua, então a palavra da criança é muito importante. Às vezes acontecia da criança contar alguns fatos no inquérito e em juízo falar que aconteceu, mas acabar tendo discrepância importantes entre um relato e outros. (Juiz de Direito)

O juiz complementa sua fala fornecendo um exemplo sobre o que entende como “discrepâncias”.

Digamos que ela falou (na fase do inquérito policial) 'ele pegou e esfregou o pênis nas minhas pernas, e em juízo ela fala 'ele não esfregou, ele me fez fazer sexo oral'. Daí.. poxa! Claro que vai ter sempre uma discrepância, a criança fala uma coisa e um ano depois muda, mas quando é em situações essenciais isso causa uma grande dificuldade. A gente vai tentar ver se nos outros elementos de prova tenha algum elemento que permita dar valor a essa palavra da criança, se trouxerem tudo bem mas se não trouxerem daí caminha pra absolvição. (Juiz de Direito)

Nas situações de absolvição,

Difícilmente a gente fala que não aconteceu, a gente fala 'olha, a criança fez uma modificação importante no seu depoimento e nós não encontramos motivação para que isto tenha acontecido, pode ter pressão de família, do acusado, mas a gente não detecta nada, pode ter acontecido o fato, mas agora nós ficamos sem segurança para fazer a condenação. (Juiz de Direito)

A condenação para o juiz é uma “condenação seriíssima”, não pode ser feita sem uma base de provas muito convincentes, e até mesmo consideradas inquestionáveis na lógica jurídica.

A partir das considerações dos agentes e da leitura dos processos penais, ressaltamos algumas regularidades na relação entre o relato da criança e as provas materiais. Na ausência da prova material, para que o relato da criança sustente uma condenação precisa ser ancorado em um conjunto de argumentos. Acreditamos que isso se deve primeiramente ao modo de proceder do âmbito jurídico, que, como afirma o juiz de direito, precisa sustentar seu parecer em um conjunto de provas que demonstrem uma coerência incontestável, pois a sentença condenatória não pode ser o resultado de uma única afirmação.

No entanto, compreendemos que há especificidades no relato da criança que entram como elementos determinantes na reflexão sobre o conjunto lógico dos argumentos apresentados pela defesa e pela acusação. Como afirma o promotor, o relato da criança pode estar influenciado pelo adulto, pode não conter informações organizadas em relação ao tempo e a sequência dos acontecimentos. E ainda, como observa o juiz de direito, o relato da criança em audiência pode conter “*discrepâncias*”, ou seja, ser contraditório com relação ao seu depoimento durante o inquérito.

Já na presença da prova material, a verdade sobre o fato é ratificada. A prova material tanto pode sustentar o relato da criança como pode desaboná-lo como verdade. É a prova material que oferece a credibilidade que o âmbito jurídico precisa para tomar uma decisão, quer de condenação, quer de absolvição.

Cabe citarmos um exemplo sobre a primazia da prova material. Em um dos processos penais estudados, a criança afirmava que sofreu uma queimadura de cigarro acidental, quando passava ao lado do pai que estava fumando. Este fato era confirmado por todos os familiares presentes durante a situação, o pai, a irmã e a mãe da criança¹⁵¹. No entanto, o laudo da perícia indicava que as lesões eram causadas por várias queimaduras de cigarro, e este documento embasou a condenação do pai da criança.

¹⁵¹ Nesse caso, a criança foi levada ao hospital por uma vizinha - a pedido da mãe que não podia acompanhá-la - porque estava com várias lesões no rosto, que foram identificadas no laudo médico como marcas de várias queimaduras de cigarro. No relato de todos os envolvidos, a criança e seus familiares, o que aconteceu foi que a criança sofreu uma queimadura de cigarro acidental e que esta infeccionou e se espalhou pelo rosto porque a menina havia comido tomate, o que gerou uma reação alérgica.

Existe um entendimento entre os agentes de que quando o réu é um familiar, o que ocorre na grande maioria dos casos, as relações familiares e afetivas são um fator de influência sobre o relato da criança. O promotor afirma que em alguns casos é perceptível que ocorreu a violência, porém, *vem a vítima e mente para beneficiar o réu*. Quando há uma prova material que embase a condenação, o relato da criança é considerado como influenciado pelos familiares, mas do contrário o réu *acaba sendo absolvido, e você vê que a vítima está mentindo porque continua morando com ele, porque é pai, por influência da família e a gente fica de mãos atadas para fazer qualquer coisa (Promotor)*. A prova material permite aos agentes não ficarem à mercê das versões sobre o crime.

De modo geral, aparecem duas dificuldades para a apreciação adequada dos crimes. Uma diz respeito à particularidade da criança como depoente. Por compreender e expressar-se de modo diferente do empregado pelo adulto e também porque pode ser influenciada pela família, a fala da criança exige uma reflexão cuidadosa que nem sempre permite aos agentes terem certeza do que ocorreu. E a outra dificuldade está na demora para a conclusão dos inquéritos. Além de gerar um número grande de arquivamentos por prescrição, a passagem de um período longo de tempo entre a fase de inquérito e a fase de julgamento contribui para que a criança altere seu relato.

Entendemos que as reflexões da psicóloga sobre o modo como a criança se expressa durante o depoimento não são partilhadas pelo juiz e pelo promotor. Relatos entendidos como discrepantes poderiam ser analisados de outro modo caso o juiz considerasse a característica infantil de não abordar especificamente o mesmo conteúdo informado anteriormente, agregando ou subtraindo informações. E ainda, nas situações em que a criança usa termos que sugerem ao promotor e ao juiz uma influência dos adultos, a compreensão de que a criança pode agregar tais termos para querer se fazer entender, também redimensionaria algumas avaliações. Contudo, a permeabilidade entre saberes distintos dos agentes não parece ser uma possibilidade na atual organização das relações.

Perguntamos ao juiz de direito sobre o conteúdo que analisamos em alguns processos, em que as argumentações da defesa citavam livros de juristas da década

de 1980, bem como decisões de outros tribunais brasileiros, para afirmar que a *criança é maleável, imatura, com tendência a fabulação e a mentira*, ou ainda que é *extremamente duvidoso o valor probante do depoimento infantil*¹⁵². A resposta do agente indica uma mudança de perspectiva na história recente das práticas jurídicas,

Totalmente ultrapassado. Hoje se considera que dificilmente a criança está mentindo (...), pode haver um induzimento, mas é facilmente detectado (...) via de regra é aquela história, a gente tem uma vítima honesta que pode nos contar o que aconteceu. (Juiz de Direito)

Ponderamos que o modo de considerar a criança como depoente mudou no sentido de valorizar sua expressão, de reconhecer a veracidade de suas palavras, que nos parece efeito da condição de sujeito de direitos garantidos pela legislação do final da década de 1980 e início de 1990.

Porém, precisamos refletir sobre a extensão de tal mudança. Ao cotejar as informações que o campo nos propiciou, entendemos que a criança passou a ser valorizada como pessoa autorizada a falar, mas os procedimentos processuais não são analisados de acordo com as condições da fala da criança.

As dificuldades com o depoimento da criança leva-nos a considerar que a **dupla orientação** – como articulação entre as normativas penais e o Estatuto – problematiza as decisões da Promotoria e da 12ª Vara.

No que se refere à noção sobre a criança, algumas considerações do promotor nos permitiram explorar seu modo de pensar. A maneira como ocorreu a interação com o promotor durante a entrevista é indicativa de diferentes imagens que se vinculam à noção de criança. Passamos a apresentar um trecho da entrevista.

Entrevistadora: Como o senhor entende a condição humana de ser criança?

Promotor: A criança em geral ou a criança vítima?

Entrevistadora: “Tem diferença?”

(breve silêncio)

Promotor: Criança é um ser humano em processo de formação, é um ente puro, um ser humano puro, que depende de vários fatores para ela ser educada, formar o caráter, ter um grau de entendimento e agir de acordo

¹⁵² Trechos retirados de um documento elaborado pela defesa, no qual o advogado cita manuais jurídicos de processo penal e de medicina legal, além de uma sentença emitida pelo TJSP.

com esse. Eu vejo dessa forma, que existe uma grande interferência do meio social que ela vive, dos pais, para que ela se conduza até a vida adulta.

Entrevistadora –O senhor fez uma diferenciação entre a criança geral e a criança vítima, então...

Promotor – A criança vítima ela teve seus direitos violados pelas pessoas que em tese deveriam protegê-la, então eu vejo sempre como uma criança fragilizada, uma criança que acaba muitas vezes, por causa de disputas entre os pais, não sabendo o que é certo e o que é errado. Elas tentam agir da forma que ela acha que deve fazer para beneficiar alguém. Ela está totalmente fragilizada, sem ter um rumo, sem ter um norte do que é o certo. (Entrevistadora e Promotor)

Entendemos que, em sua fala, o promotor realiza duas operações: diferencia a criança em geral da criança vítima e qualifica cada uma. O tema da criança como um “*inocente*”, termo utilizado por uma das escrivãs da Delegacia, reaparece na definição dada pelo promotor ao ser interrogado sobre qual a condição de ser criança. A criança emerge como um ser humano puro, que podemos aproximar da definição romântica de criança – uma criatura ainda não corrompida pela sociedade, próxima de uma imagem angelical – e que deve ser protegida e educada para que seja preservada sua essência de bondade.

Em contraste com essa imagem de criança como um “ente puro”, está a criança vítima, que por ser dependente de adultos que não a respeitam, sofre uma situação dramática. A criança sem a proteção do adulto fica “fragilizada” porque não conta com o direcionamento que caberia ao adulto fornecer. Sem saber o que pensar sobre a situação que vivencia, a criança vítima está sem parâmetros. Desrespeitada na sua integridade de pessoa em desenvolvimento, a criança vítima é objeto dos familiares e age em função dos interesses deles.

3.4 O DOCUMENTO SÍNTESE DAS TRÊS INSTITUIÇÕES: OS AUTOS DO PROCESSO PENAL

Retomamos a definição de Processo penal, que apresentamos no Capítulo anterior como o conjunto dos procedimentos adotados para que uma situação da

realidade que envolve um crime seja apreciada pelo Poder Judiciário. A apresentação material do Processo penal se dá pela organização de um caderno formado por todas as peças – documentos – que dizem respeito ao caso. Esse caderno é chamado de autos do processo.

Nos autos do processo também são registrados todos os movimentos dos agentes – o que foi solicitado, quem cumpriu a solicitação, os pedidos de prorrogação de prazo e o seu deferimento. A característica da prática jurídica faz do Processo penal uma criação de duas faces: procedimentos – ações ritualizadas dos agentes – e autos – registro dos procedimentos.

Quando o inquérito policial chega à Promotoria, e o promotor oferece a denúncia, o inquérito policial deixa de existir como documento isolado e passa a fazer parte dos autos do processo. Os autos são organizados de modo que a denúncia seja apresentada como primeiro documento, pois é ela que instaura a ação penal. Depois da Denúncia se agrega todo o inquérito policial. A partir daí entram os registros dos procedimentos do Poder Judiciário, acatando a Denúncia, citando o réu e intimando as pessoas para a audiência de instrução. Em seguida constam resumos referentes à audiência, indicando seus participantes e como ocorreram os depoimentos e o interrogatório. Por fim são inseridos os pareceres finais, as Alegações Finais do promotor e a Sentença emitida pelo juiz. A ordem de apresentação dos documentos nos autos organiza os procedimentos de modo que as instituições aparecem nesta sequência: Ministério Público – Polícia Civil – Poder Judiciário – Ministério Público – Poder Judiciário.

Nesse ponto, ao abordarmos os autos do Processo penal, o inquérito, que na análise da Delegacia era uma peça com começo, meio e fim, passa a ser parte de um documento mais amplo. Quando estudamos a Promotoria e a 12ª Vara, analisamos outras instituições, diferente do NUCRIA, mas que recebem a sua produção para dar continuidade. A partir desse momento, a Promotoria e a 12ª Vara assimilam a produção do NUCRIA, transformando-a em outro instrumento jurídico.

Ao refletirmos sobre os autos do processo, observamos uma complexidade na relação entre as instituições, pois o encadeamento de suas ações resulta em uma

produção legítima única. Na qual o específico de cada instituição forma uma parte do processo penal, e, esse, escapa ao controle das instituições¹⁵³.

Do ponto de vista dos documentos produzidos pelo promotor e pelo juiz, os autos evidenciam as posições de poder dos agentes, que são capazes de gerar movimentos e de emitir pareceres legítimos. Entre todos os agentes, considerando também a Delegacia, os únicos que podem emitir pareceres legítimos sobre o evento da realidade são o promotor e o juiz. O promotor, com a denúncia, diz que o fato da realidade é um crime, e seu poder de nomeação gera movimentos no âmbito jurídico. Por sua vez, o juiz de direito, ao atribuir credibilidade à palavra do promotor, ratifica sua decisão e realiza movimentos que culminam em emitir a palavra final sobre o assunto. Ou seja, o juiz figura como o agente com maior concentração de poder no campo.

Detentor de maior grau de autonomia no campo, a decisão do juiz é monocrática, quer dizer, somente lhe compete. No entanto, esta potência do juiz é um exercício de poder autorizado, legitimado no campo jurídico ao longo da história. Existe também uma negociação entre os agentes que garante o poder do juiz, pois sua produção não é arbitrária, visto que toma decisões de acordo com as ações e os pareceres dos outros agentes. É este procedimento que garante a legitimidade do poder do juiz.

Compreende-se tal poder referenciando-o à lógica de funcionamento das práticas jurídicas, nas quais todas as posições e os diferentes interesses em jogo não deixam de dar sustentação a um campo de produção de conhecimento e da própria realidade social. Como afirma Bourdieu:

O antagonismo entre os detentores de espécies diferentes de capital jurídico, que investem interesses e visões do mundo muito diferentes no seu trabalho específico de interpretação, não exclui a complementaridade das funções e serve, de fato, de base a uma forma subtil de divisão do trabalho de dominação simbólica na qual os adversários, objetivamente cúmplices, se servem uns aos outros (BOURDIEU, 2007: 219)

¹⁵³ Controle no sentido de que as decisões de cada instituição dependem de encaminhamentos dados pelas outras. Todavia, precisamos assinalar que entre as três instituições, o Poder Judiciário é a que exerce maior poder, detendo a última palavra sobre o processo penal.

Há uma complementaridade funcional no campo. As divergências entre os agentes, interesses opostos e significados contraditórios, organizam-se em um movimento que tem como força motriz a afirmação do campo, sua existência e competência. Nesse jogo, a função do juiz é agregadora, pois dá sustentação a um conjunto de práticas.

Essa integração das atividades de cada agente, até mesmo na disputa de visões distintas entre defesa e acusação, pode ser observada nos autos. Ao final do processo penal, os autos contam uma história coerente, elaborada por uma série de ritos que afirmam a validade da produção jurídica e sua capacidade de gerar uma interpretação legítima da realidade, que, por ser legítima, vincula as pessoas externas ao campo a acatarem suas decisões.

Buscando seguir o procedimento adotado na análise do inquérito policial, ressaltamos algumas características que a denúncia e a sentença apresentam, para que possam figurar como nomeações legítimas, ou seja, como palavras autorizadas a gerarem consequências.

O poder de nomeação da Denúncia segue as mesmas formulações anunciadas por Bourdieu (2007), e que já foram apresentadas quando da explanação sobre o inquérito no que diz respeito à utilização de padrões de ordenação simbólica que consolida o fato da realidade como objeto do pensar e do fazer jurídico.

O que ocorre com a denúncia é que se opera uma nova gradação da construção jurídica. Amparada no Inquérito, a denúncia cria a matéria capaz de ser apresentada ao Poder Judiciário. A posição do promotor, como titular da ação penal pública, é expressão da estrutura do campo, com suas relações objetivas impostas aos agentes (BOURDIEU, 2007) Esse agente pode, baseado no inquérito, afirmar se há, ou não, dados suficientes para dizer que um crime ocorreu.

Um poder de nomeação ainda mais expressivo está na Sentença, que, outorgada pelo juiz, é a nomeação legítima final e gera efeitos concretos na realidade social e na vida das pessoas. A sentença agrega todos os elementos que compõem o processo, afirmando-os ou contestando-os, embora não possa produzir nada que não esteja referenciado a estes.

A sentença judicial é um exemplo potente da magia de nomear, da função de fazer existir pela nomeação. Com ela, o réu é qualificado como culpado ou inocente, e a história que a criança viveu lhe é devolvida com um parecer, uma interpretação oficial – história legítima. Ou seja, independente de seu resultado, a sentença produz uma interpretação legitimada que possui o poder de fazer a realidade. O que aconteceu perde força diante do que resultou o processo e opera resultados profundos na vida dos envolvidos.

Não obstante, é preciso considerar que não é somente em função dos princípios lógicos, universais e neutros com que o saber jurídico opera, que fica garantida sua legitimidade. Existe uma forma correta de produzir os documentos, termos a serem utilizados, padrão de escrita, organização gráfica do documento, modo de numerar e carimbar as páginas, seleção das informações que vão para a capa. Para Bourdieu, existe “uma eficácia intrinsecamente simbólica na forma. A violência simbólica, cuja realização por excelência certamente é o direito, é uma violência que se exerce, se assim podemos dizer, segundo as formas.” (BOURDIEU, 2004: 106)

Entendemos que o ritual jurídico está também na maneira de elaborar os documentos, o que os torna únicos. Ao observar os autos de um processo estamos diante de um estilo de documento ímpar, criado para servir a propósitos determinados. E é de acordo com esta forma que os documentos oficiais que compõem os autos permitem reconstruir o percurso da construção jurídica sobre a violência que a criança foi submetida, evidenciando aspectos de como é feita a interpretação da normativa jurídica em relação ao crime cometido contra a criança.

Os autos do processo precisam conter uma série de elementos: apresentar a situação que envolve a ocorrência do crime e quem é a vítima; o autor a ser julgado; demais envolvidos que podem contar os fatos; formas de ver e interesses de cada uma das partes; natureza do ato do ponto de vista do Código Penal; aplicação dos princípios do Direito Penal para averiguar e julgar o acontecimento; todas as medidas tomadas pelos agentes para o cumprimento da normativa jurídica e, por fim, apresentar uma conclusão lógica, embasada nos acontecimentos e na doutrina, que leva a uma decisão judicial.

Na leitura dos autos dos processos o que se destaca é o cumprimento do ritual que legitima o âmbito jurídico. A **condição da criança** como sujeito de direito em situação peculiar de desenvolvimento não é defendida nem reafirmada. Podemos localizá-la como um **pressuposto**, a partir dos modos como o Código Penal descreve os crimes e lhes atribui penalidades: a separação entre crimes de estupro e crimes de estupro de vulnerável, ou o acréscimo de tempo na penalidade de acordo com a idade da pessoa ou a condição de parentesco entre vítima e réu, por exemplo.

No mais, a criança é um sujeito de direitos como qualquer outra pessoa. O enfoque dado à vítima no processo penal é de que ela é o sujeito passivo do crime. E como tal, o processo visa proteger seus direitos mediante a condenação de quem os violou. Ou seja, existe a demarcação nos autos de que a vítima é uma criança, mas antes de tudo ela é uma vítima. A preocupação com as especificidades da criança vítima aparecem com mais nitidez nos procedimentos e na forma como os agentes organizam e compreendem tais procedimentos do que nos registros feitos nos autos.

Em síntese, vale lembrar que sem a análise documental realizada até este ponto da pesquisa, não poderíamos apreender, entre os agentes, a produção de sentido sobre a criança. Assim, a leitura dos autos permitiu uma visão geral sobre sua apresentação e conteúdo, reforçando a necessidade desses registros para referenciar o que era observado no cotidiano e nos discursos. Agora é possível a verificação de como todos os elementos observados nos sinalizam quanto à produção de sentido sobre a criança.

4 A PRODUÇÃO DE SENTIDO SOBRE A CRIANÇA ATENDIDA NAS TRÊS INSTITUIÇÕES

O objetivo deste capítulo é sistematizar, de acordo com os referenciais teóricos adotados, a produção de sentido sobre a criança entre os agentes, de modo que responda a nossa questão de pesquisa¹⁵⁴. Para tal, desenvolvemos um exercício interpretativo sobre o sentido que explica ou motiva as ações dos agentes, tendo clareza de que realizamos uma interpretação possível, não única, e delimitada por diversos fatores – como o material empírico obtido, o enquadramento dado ao estudo, as escolhas e os valores de quem analisa. Ademais, “nenhuma interpretação de sentido, por mais evidente que seja, pode pretender (...) ser também a interpretação causal válida.” (WEBER, [1921], 2001:404)

Encadeamos a reflexão de acordo com dois movimentos complementares de análise, que nomeamos de **horizontal** e **vertical**. Por horizontal designamos uma interpretação dos significados a partir da trajetória institucional que é “percorrida” pela criança atendida – primeiro o NUCRIA, depois a Promotoria e por último a 12ª Vara. Assim, evidenciamos as condições concretas nas quais o sentido sobre a criança é produzido. Ao mesmo tempo, compreendemos as noções predominantes sobre a criança atendida em cada instituição, suas semelhanças e diferenças.

O movimento vertical significa a reunião dos agentes das três instituições de acordo com suas atribuições e formação profissional – operadores do direito¹⁵⁵ (delegadas, promotor e juiz de direito); policiais civis (investigadores e escrivães) e psicólogos. Em cada grupo de agentes discutimos sobre a produção de sentido imbricada em suas ações.

¹⁵⁴ Reiteramos a questão de pesquisa, conforme apresentada na Introdução: Qual a produção de sentido sobre a criança atendida, entre os agentes de garantia de direitos que atuam nas instituições que estão legalmente autorizadas, na cidade de Curitiba, a investigar, a denunciar e a julgar crimes contra a criança, a saber, Delegacia Especializada em Crimes contra a Criança e o Adolescente, Promotoria de Crimes Contra a Criança e 12ª Vara de Crimes contra a Criança e o Adolescente?

¹⁵⁵ Além de incluirmos em uma mesma categoria delegadas, promotor e juiz de direito porque estes ocupam posições de comando quanto às decisões jurídicas das instituições, consideramos também sua formação comum em direito.

Entendemos que esses dois caminhos de análise são necessários para explorar a produção de sentido sobre a criança, pois, se, por um lado, encontramos indícios de que a produção de sentido é estabelecida pela função e a formação profissional de cada agente, por outro, ela também diz respeito às determinações institucionais e seus objetivos específicos na trajetória desenhada pelo conjunto jurídico-estatal. E, dessa forma, respondermos tanto a nossa pergunta inicial – necessária como primeira problematização na construção do objeto –, sobre as condições em que os agentes garantem direitos da criança, como nossa questão central de pesquisa a respeito da produção de sentido sobre a criança.

4.1 A ESTRUTURA DAS INSTITUIÇÕES E A PRODUÇÃO DE SENTIDO SOBRE A CRIANÇA ATENDIDA

Como já apontamos neste trabalho, o NUCRIA foi concebido como estrutura policial e jurídica voltada ao atendimento para garantia de direitos da criança e do adolescente nos casos de adoção e situações de violência. Na sua implantação, o NUCRIA não contemplou a proposta original, sendo constituído como uma Delegacia Especializada, o que tornou necessária a adaptação das práticas da Polícia Civil ao atendimento da criança vítima de violências. Desse modo, o NUCRIA, descontextualizado de um conjunto de princípios que ordenavam sua função, foi implantado a partir de uma concepção pouco consolidada de como organizar a prática da Polícia Civil para atender à demanda da criança em situações de violência. Essa fragilidade na organização da Delegacia pode ser observada no tempo que levou para que seu espaço físico fosse adaptado de modo a receber e atender à criança (a reforma realizada em 2007), na constante necessidade de ajustar a conduta dos policiais civis ao atendimento “*humanizado, diferenciado*”. Também, na tensão expressa pelos policiais civis em relação às atividades executadas nem sempre são identificadas como de sua competência – como o citado atendimento no balcão e a elaboração de relatórios.

Outra vertente de conflitos, para os agentes, é o contato cotidiano com a especificidade da violência contra a criança; o perfil dos crimes, a necessidade de

filtrar as denúncias verdadeiras das falsas e o risco de se envolverem em problemas de relacionamento familiar dos adultos que trazem as denúncias.

Por ser tema e tratamento novos para os agentes, na prática o NUCRIA acabou por concentrar o atendimento da criança entre os psicólogos, como alternativa para dar conta da especificidade da demanda. Isso significa que não é somente a escuta da criança que fica a cargo dos psicólogos, mas se estabelece uma nova divisão do trabalho: lidar com criminoso e com o crime, isto é, registrar, colher depoimentos, elaborar documentos é tarefa de todos; ter contato com a criança é com a equipe técnica de psicólogos. A criança pode interagir com os demais agentes, mas quem é capaz de entender e acolhê-la com eficiência, são somente os psicólogos.

A percepção corrente sobre a função da equipe técnica do NUCRIA está próxima de uma leitura da Psicologia como detentora de um saber monolítico e padronizador sobre a criança. Bernardi (2005) faz uma síntese da Psicologia do Desenvolvimento e aponta as críticas que se generalizam – como a concepção da infância como fato da natureza, desconsiderando que, apesar de podermos alocar a questão maturacional da criança a um fator biológico, o modo de compreender e interagir com as características da criança é um fator cultural. A Psicologia do Desenvolvimento estabeleceu pressupostos sobre o que é o desenvolvimento saudável da criança – relacionado com as idades “normais” de aquisição de competências – e o que é um “bom relacionamento entre pais (mães, principalmente) e filhos” (BERNARDI, 2005). A Psicologia do Desenvolvimento é um dos possíveis discursos interpretativo da sociedade, mas se consolidou como portadora da verdade sobre a criança (BURMAN, 1999 *in* BERNARDI, 2005).

Não somente a Psicologia do Desenvolvimento, mas a Psicologia, de um modo geral, acabou por exercer um papel histórico de interpretação da criança de uma forma descontextualizada¹⁵⁶, ao mesmo tempo em que monopolizou a temática da criança (SARMENTO, 2005; COPIT e PATTO, 1979 *in* BERNARDI, 2005).

¹⁵⁶ Descontextualizada no sentido de que, em nome de uma pretensa neutralidade científica, foram produzidos inúmeros estudos que abordavam a criança como um ser a-histórico, com habilidades, percepções e emoções que transcendem o espaço e o tempo em que vivem. Para mais detalhes, consultar COPIT e PATTO, 1979.

Entendemos que o modo como os agentes se referem ao trabalho dos psicólogos no NUCRIA é compatível com a ideia de que a Psicologia dispõe de um saber único, que pode ser utilizado para compreender e classificar a criança. E, ainda, que o saber psicológico permite desvelar a verdade na fala da criança.

Resumindo, há uma dificuldade na Delegacia em integrar todos seus agentes em uma perspectiva de concepções e práticas alinhadas para compreender e atender à criança. Em decorrência dessa questão, a criança é destinada a um espaço predeterminado, que deve contemplá-la, atendendo a suas especificidades e ao mesmo tempo garantir a função institucional de coletar o depoimento da criança.

Existe uma separação entre NUCRIA, de um lado, e Promotoria e 12ª Vara, de outro. Ponderamos que essa separação não está somente ligada ao fato de que as práticas se distinguem em termos de suas funções e condicionantes dos Poderes aos quais se vinculam, mas também porque a Promotoria e a 12ª Vara imputam ao NUCRIA a lentidão dos processos. Em outras palavras, o processo de conclusão dos inquéritos (averiguações, depoimentos, dentre outras atividades) é objeto de crítica com responsabilização ao Executivo, pela morosidade.

Na Promotoria, consolida-se o advogar em nome da criança, uma vez que na Delegacia o objetivo é juntar as provas sem tomar uma posição, e assim a defesa dos direitos da criança adquire o sentido de “acolhê-la” e conduzir a montagem do inquérito policial. Na Promotoria, ao contrário, emerge outra face da defesa da criança – a propriamente jurídica – que é expressa na afirmação pública de que alguém vitimou a criança, e que este alguém tem de ser julgado.

Diferentemente do que pudemos apontar na análise da Delegacia, que é um trabalho colegiado e que envolve a perspectiva de diversos profissionais, na Promotoria a figura do promotor é central. Ele decide sozinho, contando somente com a interlocução dos estagiários, que estão hierarquicamente sem condições de debate de posições, apenas como aprendizes do ofício.

É ainda na Promotoria que significados sobre a criança e seu lugar na família são reverberados. Nos contatos com a família o promotor realiza o que entende como uma tarefa educativa, produzindo interpretações sobre a relação entre pais e filhos. Na interação entre o promotor e os familiares da criança, observamos a

produção de sentido sobre o contexto da violência intrafamiliar que, ao mesmo tempo em que orienta a ação do promotor, se consolida como um sentido instituído, destinado aos familiares para que tomem esse sentido como norma.

As audiências preliminares são espaços onde os familiares da criança, reiteradas vezes pré-concebidos como pessoas omissas diante da violência que a criança sofreu ou como perpetradores da violência, são chamados pelo Estado, na figura do promotor, para “conhecerem” a conduta correta, do ponto de vista de uma normativa social inquestionável, por ser a regra social.

Nessas audiências, vimos como a produção de sentido veiculada pelo promotor se torna uma verdade, que não se apresenta somente como valor moral de um grupo, muito menos como o valor moral de uma pessoa, mas como a expressão de uma regra racional, ou seja, coerente e necessária às relações interpessoais (BOURDIEU, 2007)

A Promotoria pode também ser referida como a primeira face de um espaço social delimitado pela 12ª Vara – já que se localiza nas instalações da Vara e suas ações possuem uma interdependência. A perspectiva que ordena as ações que ocorrem na continuidade do trabalho do NUCRIA é conferida pela 12ª Vara. Em comparação com o NUCRIA, a 12ª Vara operou o desenvolvimento de uma rotina de trabalho com mais efetividade simbólica, no sentido de que não há uma percepção de incompatibilidade entre a estrutura geral de uma Vara e a sua adaptação para atender à criança.

No que se refere aos ajustes da Vara às especificidades da criança, em sua fala, o juiz de direito dá elementos para observarmos que esse processo foi organizado e definido primeiro em termos de princípios e possibilidades de ação e depois em organização do espaço e do fluxo, deflagrando um ajuste entre a concepção do serviço e a implantação dos fluxos. Apesar de os agentes terem passado pela frustração de não conseguir implantar o modelo de atendimento desejado – a exemplo do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul – conseguiram colocar em prática uma proposta de trabalho que se consolidou sem a emergência de grandes conflitos entre os agentes.

Quanto aos conflitos sobre as adaptações necessárias ao atendimento da criança na 12ª Vara, esses existem, mas são menos evidentes. Podem ser percebidos nas dificuldades encontradas em compatibilizar os procedimentos jurídicos com as especificidades da criança.¹⁵⁷ A tensão presente no NUCRIA, que pode também ser interpretada como uma estranheza dos policiais sobre a especificidade desta Delegacia, é fato não observado entre os agentes da 12ª Vara. Questões relacionadas aos perfis dos Poderes Executivo e Judiciário, à relação hierárquica entre o juiz de direitos e os funcionários sob sua jurisdição, ao histórico de cada instituição e suas implantações, são aspectos que podem adensar o entendimento deste fenômeno.

Na 12ª Vara, verificamos a predominância de um entendimento de que a criança é um ser que sofre muito com a violência, e que o primordial é a instituição agir com eficiência na abordagem da criança – sem que ela se sinta constrangida em falar da violência – e com o máximo de precisão possível. Preparar a criança para falar cabe à equipe técnica, indicando que é na ação dos técnicos que se estabelecem os elos entre as três dimensões institucionais de atendimento da criança.

O juiz e o promotor se julgam competentes para ouvir e entender a criança durante a audiência. Inclusive é o juiz quem faz a interpretação decisiva do depoimento da criança, ao analisar o conjunto das provas para emitir a sentença. Mas há uma cisão nas perspectivas entre os psicólogos e os agentes cuja formação está ancorada diretamente na produção jurídica – como o promotor e o juiz de direito, pois, a compreensão sobre o discurso verbal e não verbal da criança é apreendido pelos agentes a partir de objetivos distintos.

Uma questão interessante é relativa às percepções de cada instituição sobre a adequação de suas práticas e fluxos. Na Delegacia surge corriqueiramente o questionamento sobre o modo como a violência contra a criança se torna assunto do Estado: há críticas e explicitações dos dilemas enfrentados em relação a como operar com as normativas. Na Promotoria e na 12ª Vara não há a mesma emergência da temática, o que deve ser feito é evidente e não causa polêmicas, pois as

¹⁵⁷ Retomaremos essa questão mais a diante, ao analisarmos a produção de sentido entre os agentes.

atividades se dão sobre um fato jurídico que tem um caminho fixado para ser analisado. Na Promotoria ainda há questionamentos sobre o chamado “Depoimento Sem Dano” realizado, bem como tentativas de reorganização do fluxo dos processos. Mas na 12ª Vara o fluxo não é alvo de questionamento, está muito bem definido e admitido.

Resumindo, na articulação entre os três níveis, constrói-se um modelo piramidal em que na base – NUCRIA – ocorrem todas as tensões entre: visão de mundo *versus* ação profissional; estrutura física e de recursos humanos *versus* demanda. No meio da pirâmide – na Promotoria – o filtro do NUCRIA já foi realizado, diminuindo as tensões e, por fim, no topo da pirâmide há o julgamento. Só os poucos casos que ali chegam tem o parecer oficial do Poder Judiciário – a sentença – que encerra o processo penal.

Refletindo sobre os atributos das instituições a partir de sua condição de instituições especializadas em crimes contra a criança, ponderamos sobre a **dupla orientação** normativa, envolvendo a legislação do Direito Penal, com a norma geral penal e a norma geral do processo penal – Código Penal e Código de Processo Penal – e a legislação especial – o Estatuto da Criança e do Adolescente. No Direito Penal o que está em jogo é a proteção da sociedade mediante a proibição de condutas sob ameaça de sanção penal; já o cerne do Estatuto da Criança e do Adolescente é a regulamentação dos princípios constitucionais de garantia dos direitos desta população.

A criança supostamente vítima de um crime faz com que os princípios que garantem sua condição de sujeito de direitos tenham de ser tomados em articulação com os dispositivos utilizados na área do Direito Penal – o Código Penal e o Código de Processo Penal. Pensar nas práticas em termos de uma **dupla orientação** significa concentrar a atenção na forma como os diferentes enfoques das normativas incidem uns sobre os outros, estabelecendo uma relação peculiar.

O conjunto formado pelas três instituições recebe notícias de crimes contra a criança, procede à investigação, à denúncia – que podemos entender como uma qualificação de um fato da realidade como crime previsto em lei – e ao julgamento de tais crimes. A existência desse conjunto de instituições, legítimo para atuar nos

casos de crimes contra a criança, ratifica a existência do fenômeno da violência contra a criança, ao mesmo tempo em que o transforma em um assunto de Estado. Ou seja, materializa-se como um crime que deve receber a devida penalidade. **Esta é a primeira produção de sentido derivada da existência das instituições: crianças são vítimas de crimes.** Nas falas dos agentes e nos documentos que elaboram, o adjetivo mais usado com relação à criança é a palavra “vítima”.

O entendimento da criança como vítima, em instituições que têm por função principal averiguar os crimes cometidos, é aquele que justifica a ausência de dados sobre quem é a criança atendida. A impossibilidade ou o desinteresse de se saber sobre quem são as crianças atendidas – idade, condição socioeconômica, cor e sexo – não suscita problemas nas práticas institucionais, pois não interferem na dinâmica cotidiana. Sendo o enfoque o suposto crime cometido, a criança figura de modo secundário, bastando sua qualificação como vítima.

Vale uma ressalva, tomamos a noção da criança como vítima porque é a noção predominante, contudo ela não é homogênea. Aparece nas falas dos psicólogos, tanto do NUCRIA quanto da 12ª Vara, uma concepção de criança antes de tudo como pessoa com especificidades, de modo que ser vítima de um possível crime é uma situação vivida, não a percepção que orienta a relação com a criança.

A condição da criança como sujeito de direitos, instituída nos marcos legais, é posta em funcionamento, nas três instituições, como uma preocupação em não reproduzir ou gerar nova violência. Assim, surgem certos cuidados, que vão desde garantir situações de conforto, de acordo com o que se entende que é do interesse da criança – dar brinquedos e doces, ter um animal à disposição para entretê-la – até a criação de um fluxo para sua participação no inquérito e no processo penal. Como já apontamos anteriormente, este fluxo impõe a elaboração de laudos ao invés de tomada de seu depoimento na Delegacia e a organização do sistema de vídeo-conferência para que ela dê seu depoimento na 12ª Vara.

A questão que move os agentes é a de como tomar uma decisão sobre o processo penal, em que a criança figura como vítima, pautada em uma noção do que é adequado à defesa de direitos da criança e que ao mesmo tempo garanta a legitimidade do processo. Dessa questão emerge a preocupação central com a não

revitimização da criança. A não revitimização – noção envolvida na ideia de “não constranger a criança”- significa que as instituições não podem reproduzir a violência contra a criança.

Para não revitimizar, as instituições adéquam a organização física e funcional, anunciando-se como locais adaptados para garantir o direito da criança. A adequação está no ambiente, como vemos nas paredes coloridas e nos “quadrinhos” do NUCRIA; nas pinturas retratando crianças, na presença da coelha e na montagem da sala de videoconferência da 12ª Vara; no uso de recursos financeiros do NUCRIA para comprar alimentos, pirulitos, brinquedos e jogos; no fluxo de atendimento da criança, incluindo a presença das equipes técnicas, tanto no NUCRIA quanto na 12ª Vara. Dessa forma, as adaptações são apresentadas pelos agentes como forma de atender a criança respeitando seus direitos. O que notamos, é que a resposta institucional à condição da criança como sujeito de direitos, destaca os direitos de proteção.

Dito de outro modo, quando os agentes justificam os procedimentos, fluxos e até a organização física dos espaços, mencionam a criança como sujeito de direitos com particularidades a serem consideradas para que seus direitos sejam garantidos. O que isso significa, na prática, é o cuidado em receber e atender a criança de modo a garantir sua proteção.

Outra ideia, associada à criança atendida, é da “inocência” – observada, por exemplo, no uso das expressões “inocente” “anjinho” e “um ente puro”. Tais termos, que aparecem nas falas de uma das escritãs e do promotor, mas que percebemos como significados generalizáveis entre os agentes, remetem a uma noção romântica¹⁵⁸ da criança.

O que entendemos por noção romântica da criança é a ideia de um ser livre de vícios e maldades – que surge no final do século XVIII e início do século XIX, e

¹⁵⁸ O termo "romântico" nasceu em ambientes literários e com significados diversos. A gênese do Romantismo está na cultura europeia do século XVIII, e com principal influência sobre os âmbitos artísticos e político. Entre suas influências está a redescoberta de Shakespeare e de certos escritos de Rousseau (HEYWOOD, 2004; CESA in BOBBIO et al., [1987], 1998) O Romantismo foi um movimento que enfatizou a subjetividade moderna, permitindo a emergência de um paradigma individualista e uma concepção moderna de democracia no século XIX (SANTOS, 2004) Os autores aqui citados oferecem um panorama geral e uma vasta bibliografia sobre o assunto.

modifica a “noção rousseauniana de inocência” ¹⁵⁹ na infância (HEYWOOD, 2004) A concepção da criança como um inocente modifica a visão religiosa de que a criança era dotada de uma maldade inata¹⁶⁰.(RIZZINI, 2008)

Quando os agentes se referem a uma criança “inocente”, ou a um “ente puro” que precisa do adulto para ser guiada, ou, ainda, a uma pessoa que não compreende, nem usa termos referentes à sexualidade adulta, entendemos que estamos diante de referências dessa noção romântica de infância.

Como afirma Airès,

Uma das leis não escritas de nossa moral contemporânea (...) exige que diante das crianças os adultos se abstenham de qualquer alusão, sobretudo jocosa, a assuntos sexuais. Esse sentimento era totalmente estranho à antiga sociedade. (ARIÈS, [1960], 2006: 75)

No século XVII se inicia uma mudança nos costumes, presente na arte, na literatura e nas orientações pedagógicas, que consolidam a noção da inocência infantil. Em diversas evocações religiosas, a criança passa a ser comparada com um anjo e a pureza é o motivo pelo qual Deus favorece a criança. Multiplicam-se também as histórias sobre as crianças santas ou as que demonstravam qualidades morais elevadas. No mesmo período surgem considerações sobre a fragilidade da criança, que a conduz a uma necessidade de orientação e proteção, formando uma concepção moral da criança que “associava sua fraqueza à sua inocência, verdadeiro reflexo da pureza divina, e que colocava a educação na primeira fileira das obrigações humanas.” ¹⁶¹ (ARIÈS, 2006: 87)

¹⁵⁹ Em Rousseau a criança é valorizada por sua inocência original que corre o risco de ser desvirtuada mediante os processos educativos. No Romantismo a concepção de Rousseau forneceu uma base para que a criança fosse considerada como dotada de grandes virtudes e sabedoria moral (HEYWOOD, 2004)

¹⁶⁰ O modo como apreendemos a noção da inocência atribuída aos românticos está de acordo com vários estudos sobre a infância, como em Rizzini ([1997], 2008), CUNNINGHAM (1991), HEYWOOD (2004); no entanto, é preciso lembrar que “o “original” dos românticos não é necessariamente a inocência (antes, com o passar do tempo, o senso do pecado e do mal se tornam um elemento constitutivo da mentalidade romântica), mas é o vital que traz em si, junto com a possibilidade da culpa e da degeneração, a possibilidade da redenção e do renascimento.” (CESA in BOBBIO et al, [1987], 1998)

¹⁶¹ Ariès, referindo-se a um manual de regras para a educação de crianças, escrito por Coustel em 1687, observa que a criança era enaltecida como a morada de Jesus Cristo, devido a sua inocência batismal, e que os educadores deveriam ver além de suas imperfeições e fraquezas para, inspirados pela fé, amá-las e orientá-las.

E mais, essa “criança inocente”, que necessita de proteção, aparece na maneira como os agentes apreendem e veiculam os princípios da política de atendimento da criança. Isso nos permite uma comparação com a “visão ambivalente em relação à criança” – que ao mesmo tempo é vista como em perigo ou perigosa -, apresentada por Rizzini (2008) como existente no Brasil do final do século XIX e que embasou a elaboração do primeiro Código de Menores de 1927. Entendemos que a longa permanência histórica da noção da “criança inocente a ser protegida” tem implicações na percepção da titularidade de direito da criança.

Nos dois últimos aspectos apresentados, a ênfase nas adaptações físicas e funcionais para proteger a criança e a presença da concepção de criança como um inocente a ser protegido, indicam a pertinência de nosso tema de pesquisa, pois denota a predominância da **compreensão da criança como detentora de direitos de proteção, não como titular de direitos de proteção e de liberdade**.

Apesar das falas dos agentes anunciarem o contrário, verificamos que a criança como sujeito de direitos é um subtema na prática das instituições, não a primeira preocupação. A proteção da criança está, principalmente, presente na ênfase da não revitimização da criança e na condenação dos culpados. Os direitos de liberdade da criança não estão necessariamente em questão, como podemos observar em duas situações simples: se a criança não quer depor, não importa; se a criança não quer ser representada, não importa. A legislação não sustenta a criança com direitos de liberdade, ou seja, por mais contraditório que pareça, o fato é que os direitos de liberdade da criança são tomados em uma dimensão ética, não jurídica.

A criança como ser livre, dotada de direitos de liberdade não emerge como uma produção de sentido expressiva do campo – apesar de podermos evocar este significado em alguns momentos e alguns discursos –, pois a questão é a criança a ser protegida e, como tal, ela é muito mais objeto do Direito do que sujeito de direitos.

Nas condições dadas pelo conjunto jurídico-estatal, a criança encontra um lugar para falar, momento em que pode demonstrar seus interesses e os coloca em ação ao organizar seu discurso. Isso ocorre na entrevista feita pelos psicólogos da Delegacia e no depoimento em audiência. Mas as intenções e demandas da criança não incidem sobre as práticas de averiguação, denúncia e julgamento. O campo não

considera a possibilidade de a criança decidir sobre sua participação no processo, além do fato de que, a palavra da criança é um elemento frágil para a tomada de decisão sobre o caso julgado¹⁶². Enfim, há uma impossibilidade estrutural do campo em contemplar a criança em sua liberdade no sentido de dar lugar social a seu discurso como elemento decisório.

Mesmo que esses significados apontados estejam difundidos nas três instituições, é preciso uma análise mais detalhada de cada manifestação entre os agentes, porque algumas ações que inicialmente observamos como semelhantes podem repousar sobre conexões de sentido diferentes (WEBER, [1921], 2001). Tal preocupação nos leva a refletir sobre como cada grupo de agentes apreende e produz elementos significativos sobre a criança atendida.

4.2 OS AGENTES E A PRODUÇÃO DE SENTIDO SOBRE A CRIANÇA ATENDIDA

Primeiro apresentamos a produção de sentido dos agentes agrupados por sua formação profissional e atribuição funcional. Depois destacamos as principais motivações dos agentes para evidenciar que algumas produções de sentido não se alinham com o agrupamento dos agentes por formação e atribuição, alguns sentidos deslizam entre os agentes, assumindo significados diferenciados para cada um.

4.2.1 A produção de sentido de acordo com grupos de agentes

a) Policiais Civis

Entre os policiais civis a criança atendida é percebida como uma vítima que possui algumas singularidades. No entanto, tais singularidades são abordadas de modo geral, muitas vezes adquirindo contornos de um discurso teórico.

¹⁶² Retomaremos a questão da palavra da criança como prova mais adiante.

As falas dos investigadores sobre a criança apresentam elementos compatíveis com conteúdos de manuais que descrevem a criança vítima de violência como um ser assustado, inseguro ou agressivo; e que é frágil para se proteger da violência perpetrada pelo adulto. Ao fazer tais menções, a ênfase dos investigadores é a de reforçar que precisam atender bem à criança e que esta é indefesa diante de seus agressores.

Os investigadores têm suas ações voltadas ao registro da notícia crime, a investigação e a prisão dos supostos criminosos. A relação desses agentes com a criança é indireta, na medida em que suas ações se voltam à outra face da situação de violência. As ações sociais dos investigadores são motivadas, de acordo com seu perfil profissional, pela ideia de punir os culpados. Para os investigadores, a criança é uma vítima e a sua condição de fragilidade provoca indignação, reforçando a motivação de *“fazer justiça”*. Lembramos ainda que a vontade de *“fazer justiça”* contribui para a emergência de críticas ao perfil das famílias das crianças, que foram abordadas suficientemente no Capítulo 2 e que se somam à noção da criança atendida como vulnerável, à mercê da violência dos seus familiares.

Embora encontremos entre as escritas o mesmo modo genérico de falar sobre o tema, estas profissionais algumas vezes tomam o depoimento da criança, o que lhes permite um contato maior com a criança se comparada ao contato que têm os investigadores. Contudo, as escritas tomam depoimentos das crianças somente em situações em que, pelo protocolo de trabalho, isso não crie constrangimentos, como, por exemplo, em casos de violência física, que são compreendidas na Delegacia como situações em que a criança tem melhores condições de falar sobre o fato, se comparado aos casos de violência sexual. Desse modo, percebemos que não é o trabalho da escrita que se adapta à criança, mas é esta que se adapta ao trabalho da escrita. Ou seja, a atuação profissional da escrita não é permeada pela preocupação em compreender as especificidades da criança, e isso é o que merece ser destacado, porque, mesmo tendo contato com a criança, as noções veiculadas pelas escritas são tão genéricas quanto às dos investigadores.

Entre as escritas não notamos a preocupação em compreender o discurso da criança, pois, de antemão, a criança ouvida por elas é uma criança que fala do

mesmo “lugar” que um adulto, quando em depoimento. O que evidencia que mesmo compreendendo que a criança é diferente do adulto, o tratamento dado a ela pode ser igual ao do adulto.

Os elementos obtidos nos levam a considerar que entre as escritãs a criança é também identificada a uma vítima indefesa, contra quem o crime causa indignação – *como pode fazer estas coisas com uma criança, um inocente, um anjinho*. E ainda, nessa última ponderação, afirmamos que na produção de sentido entre as escritãs está presente a imagem romântica da criança que apresentamos no item anterior.

Devemos referenciar as observações sobre os policiais civis ao fato de que estes não atendem (investigadores), ou atendem pontualmente (escritãs), à criança. Os agentes que possuem, por condição profissional, contatos com a criança atendida são as delegadas, os promotores, o juiz e os psicólogos.

b) Operadores do Direito

Promotor, juiz de direito e as delegadas abordam a questão do sofrimento da criança de um modo mais específico dos que os policiais civis. Abordam as fragilidades da criança ante a violência e as detalham – citam casos, demonstram ter uma reflexão sobre a situação que sintetiza questões teóricas e o contato com casos concretos. Também justificam, com argumentos lógicos, quais são as especificidades da criança, denotando uma compreensão mais ampliada sobre os processos comuns à etapa da infância – como, por exemplo, a explicação do juiz sobre a imaturidade da criança para compreender a violência sofrida.

Entre as delegadas observamos uma produção de sentido que orienta ações visando acolher afetivamente a criança¹⁶³. Quando muito pouco pode ser feito para intervir na realidade da criança atendida, haja vista as limitações da atuação da

¹⁶³ Destacamos que as noções que analisamos foram obtidas a partir da fala das duas delegadas, contudo, somente uma delas, a delegada titular, participou de uma entrevista em profundidade, semi-estruturada, o que nos permitiu a maior parte das informações. Optamos por realizar com a delegada adjunta uma entrevista breve e baseada em um número reduzido de questões, pelo fato de que essa agente participava diretamente das tomadas de decisões na Delegacia.

Delegacia, apontadas pelas delegadas no Capítulo 2, a proteção da criança pode se expressar em oferecer a ela um “*refúgio*”, mesmo que temporário.

No entendimento de uma das delegadas, a criança que vem ao NUCRIA é, em geral, uma criança pobre¹⁶⁴, vitimada pela miséria e a exclusão social e, como tal, inspira uma ação caritativa, que se destaca na importância conferida pela delegada à oferta de alimentos e à entrega de brinquedos para a criança.

A noção de criança que aparece entre as delegadas é de uma criança que, ao ser excluída das relações de cuidado e proteção, foi também excluída da própria infância. Ao dar brinquedos para as crianças, notamos entre as delegadas a intenção de reforçar o que, culturalmente, se entende como apropriado, que é a relação do período da infância com a vivência do que é lúdico.

Inferimos que a criança atendida é, de acordo com a delegada, uma criança que se assemelha à criança “desvalida”, que Rizzini ([1997], 2008) descreve como alvo da filantropia¹⁶⁵ no século XIX e como pessoa a ser salva pelas políticas e pela boa sociedade do início do século XX.¹⁶⁶ Porém, não é possível afirmar se a atitude filantrópica possui a intenção de modificar ou “salvar” a criança atendida. O que percebemos é que a intenção da ação filantrópica está na ação humanitária para com a criança, como expressão do reconhecimento de seu sofrimento e também pela noção dos limites do trabalho do NUCRIA diante deste sofrimento – já que o máximo que a instituição poderá fazer é agir sobre o agressor, sem outras possibilidades de atuação na situação de vida da criança.

Destaca-se, em relação às delegadas, a motivação de suas ações a partir de uma produção de sentido sobre a criança como uma vítima que adquire a dimensão

¹⁶⁴ Na ausência de dados sobre o perfil das crianças que chegam ao NUCRIA, entendemos a afirmativa da delegada como um fato de sua interpretação.

¹⁶⁵ A filantropia surge a partir de uma laicização, ao longo do século XVIII, da noção de caridade. Assume a “conotação de uma virtude de cunho humanitário, associada a um *“sentimento de fraternidade, de interesse mais direto pelo infortúnio alheio”* (...)” e “pode ser entendida como “um traço das sociedades modernas, resultante de uma percepção da desigualdade social, o que faria brotar a compaixão diante da miséria humana.” (SOARES, 1952, *in* RIZZINI, 2008: 92)

¹⁶⁶ Salvar a criança “abandonada material e moralmente”, fazendo com que ela deixasse de ser um perigo para vir a se tornar o adulto que pode bem atender a exigências de uma nação civilizada e economicamente produtiva, era uma das fortes influências políticas no Brasil da década de 1920 (RIZZINI, 2008)

do dramático – no sentido de um acontecimento comovente, que implica uma situação grave e com consequências infelizes para o sujeito que o vivencia.

Essa mesma perspectiva assume um sentido um pouco distinto, quando constatamos que, entre as delegadas, a criança emerge também como vítima do Estado. Na mesma linha do que emerge na fala da psicóloga da 12ª Vara – e que retomaremos adiante – entre as delegadas, a situação dramática da criança diz respeito, inclusive, a uma ineficiência do Estado em executar políticas públicas de garantia de direitos da criança. O exemplo citado por uma das delegadas refere-se ao fato de que, depois de ocorrida a violência intrafamiliar, a criança é retirada da família e colocada em uma instituição de acolhimento, que está longe de ser um local com condições adequadas¹⁶⁷ para sua permanência.

As considerações sobre a ausência de políticas públicas que garantam os direitos da criança quando esta vivencia situações complexas, como a violência nas relações familiares, comprova que as delegadas compreendem que suas ações profissionais, ainda que executadas a contento, não são suficientes para resolver o problema. Em síntese, o que observamos entre as delegadas é a produção de sentido sobre a criança como um ser desvalido, na perspectiva de destituído de relações de proteção material e afetiva, exposta a uma situação dramática de vida.

Já o promotor, encarna a figura do defensor da criança em um processo que entendemos como uma identificação (fusão) entre função profissional e identidade pessoal. Ao entender que a criança que chega até seu serviço é uma criança “*fragilizada*”, porque ou foi vítima de uma violência ou não teve, entre seus cuidadores, quem pudesse evitar o fato, o promotor assume a sua defesa. Ele se indigna com a violência que a criança sofre, investe em tentativas de melhorar seu trabalho, interferindo inclusive nas atividades do NUCRIA, critica a família e outros profissionais, como os conselheiros tutelares. Suas atitudes são motivadas pela crença na sua missão profissional de defesa da criança que está à mercê dos adultos.

¹⁶⁷ As instituições de acolhimento são identificadas pelos agentes como locais inadequados para as crianças por diversos motivos, que inclui o afastamento de todas as referências pessoais da criança, que incluem a escola, os vizinhos, os amigos; a criança também pode ficar vários anos nas instituições, deixando de vivenciar as experiências afetivas que a convivência familiar pode propiciar.

A noção de criança indefesa do promotor é embasada em uma assimilação da dimensão dos direitos da criança. É a partir da garantia do direito que para o promotor a criança é indefesa e está à mercê dos adultos. Essa motivação está envolvida na preocupação do promotor em organizar, dinamizar e aperfeiçoar as ações das três instituições, o que envolve orientar os agentes do NUCRIA, triar e acompanhar os casos para fazer a Denúncia, discutir e buscar mudanças no modo de realizar o depoimento da criança.

Sobre o depoimento da criança, o promotor questiona, diferentemente do juiz, a técnica utilizada. Ao apresentar seus argumentos sobre por que acredita que o modo atual do depoimento é prejudicial para a criança, o promotor aproxima-se da discussão feita pelo Conselho Federal de Psicologia, que, em síntese, é contra o fato de a criança ter de depor. Não foi possível acompanhar o desenrolar das reflexões do promotor e quais as decisões que tomou. Mas podemos observar em seus questionamentos que suas ações se orientam pelo interesse na defesa dos direitos da criança. E o que significa defender os direitos da criança é uma construção contínua para o agente, sendo capaz de assimilar novos elementos em sua prática para rever seus posicionamentos.¹⁶⁸

A partir da questão do depoimento da criança, podemos destilar aspectos fundamentais da produção de sentido sobre a criança entre o promotor e o juiz. De um modo geral, o depoimento da criança é valorizado por dois motivos: porque a oitiva da testemunha é importante peça na análise do processo penal¹⁶⁹; e também

¹⁶⁸ Como observamos ao longo do processo de pesquisa, de acordo com as situações que vivenciava o promotor se colocava novas questões, como os dilemas referentes ao depoimento da criança ou a validade da interferência do Judiciário nos casos de situações pontuais de lesões corporais leves.

¹⁶⁹ O testemunho da vítima é referenciado pelos agentes como uma peça importante do inquérito, já que é um dos principais elementos do processo penal. A esse respeito, considera-se que "(...) a vítima do crime é, em geral, quem conhece e pode esclarecer de que forma o mesmo ocorreu, pois foi ela quem sofreu a ação delituosa e, por isso, está apta a prestar os necessários detalhamentos sobre o fato (...) No que concerne à natureza da infração, existem certos delitos ocorridos na clandestinidade, como os crimes sexuais (...), na qual, conforme opinião majoritária da jurisprudência e doutrina, o depoimento do ofendido merece maior força probatória (STEFANELLO, 2010: 04 -07)

porque a criança, como sujeito de direitos, é empossada da posição legítima de ter sua palavra validada.¹⁷⁰

No entanto, ao aprofundar o tema do depoimento da criança nas entrevistas com o promotor e o juiz de direito, emergiram as tensões sobre como cotejar as falas das crianças com as normativas do Código de Processo Penal e do Código Penal. Só a palavra da criança, sem provas materiais, é um complicador, porque é comum a criança modificar o relato – ela “*esquece*”, “*é influenciada*”, “*muda o relato*”. O modo como a criança realiza o depoimento é diferente do adulto, mas as regras do processo penal definem o mesmo modo para considerar as informações, independente se o depoente é criança, adolescente ou adulto.

Um significado predominante para o promotor e para o juiz de direito – apesar de ter sido expresso literalmente somente pelo promotor – é de que a competência da criança para falar não é igual à do adulto. Apesar do discurso corrente de valorização da palavra da criança, as dificuldades para lidar com o depoimento infantil expressam que esta diferença é vista como uma “*deficiência*”, no sentido de uma falta.

Quando o promotor apresenta as dificuldades no manejo dos depoimentos da criança, inicia sua fala ressaltando as diferenças entre o depoimento de crianças, adolescentes e adultos no aspecto de verificar se as falas expressam a verdade ou não. Para o promotor, a “mentira” é mais fácil de ser verificada nos adolescentes e nos adultos. A criança pode acreditar na mentira, por estar incutida com uma visão dos adultos que a cercam. E há ainda outras questões, o desejo da criança em proteger o acusado, por seu vínculo afetivo, ou mesmo ter esquecido dos fatos, já que se passou um tempo considerável. O que é apontado como especificidade da criança como depoente expressa uma desqualificação, pois **a criança surge como incapaz de ser empossada de um discurso válido como o do adulto**. Esse aspecto justifica a grande preocupação que permeia o campo com a influência dos adultos sobre o depoimento da criança: devido a sua dependência e imaturidade, ela pode

¹⁷⁰ Como nos afirmou o juiz de direito, a criança é uma vítima confiável, no sentido de dizer a verdade. Esta posição é contrária à perspectivas anteriores que tomavam a criança como um mau informante, por que poderia fantasiar, inventar, não compreender.(BERNARDI, 2005)

afirmar coisas irreais, e se os agentes acatam estas inverdades, tomando-as como motivos para condenações, colocam em risco a eficiência e validade de suas práticas.

A contradição do depoimento da criança também pode aparecer no uso de termos que especifiquem conteúdos da sexualidade genital – termos que em geral os adultos usam para nomear os genitais ou os contatos sexuais são compreendidos como um entendimento do sexo que é incondizente com a condição da infância, por isso a criança deve ter recebido orientação de um adulto para falar. A noção que circula entre os agentes sobre o modo de expressar-se da criança, que deve desconhecer termos da sexualidade adulta, parece evocar sentidos de uma criança inocente, livre de vícios e maldade de acordo com ideias sobre a inocência infantil.¹⁷¹

Para o juiz de direito, o modo de expressar-se da criança é compreendido na medida em que pode ser compatibilizado com as regras das práticas jurídicas. O que implica considerar as “discrepâncias” do discurso da criança do mesmo modo como se analisa o depoimento do adulto. Compreendemos que, para o juiz, a criança é um sujeito de direitos e como tal deve ser atendido, mas no momento da decisão judicial o que é posto em prática é o crivo dos procedimentos e princípios penais. Esses exigem uma racionalidade, vinculada aos princípios da neutralidade e universalidade que expressam o funcionamento do campo jurídico (Bourdieu, 2007).

O que se evidencia na fala do juiz é a primazia de uma operação racional e universal do pensamento jurídico, que não cabe ser posto em questão. Se há uma dúvida, gerada por alguma “*discrepância*” no relato da criança e nenhuma prova material considerada como irrefutável, o ordenamento jurídico é claro em indicar que a incerteza beneficia o réu – o *in dubio pro réu*. A perspectiva indiscutível do Direito é de que as decisões são embasadas em fatos, não em interpretações subjetivas dos fatos, portanto, interpretar a fala da criança de acordo com a compreensão de como ela se expressa não tem validade jurídica.

O juiz considera como fator fundamental das “*discrepâncias*” no depoimento da criança o tempo que transcorre entre esse e a entrevista na Delegacia, o que

¹⁷¹ Cabe lembrar que tais ideias se consolidaram na literatura e nos manuais educativos e se expressam em diversas obras de artistas vinculados ao movimento Romântico.

muitas vezes inviabiliza as condenações. As mudanças no relato da criança não são abordadas pelo juiz como fatores relacionados à suas particularidades de compreensão e expressão.

A fala da criança é destacada pelo juiz como de suma importância porque significa a expressão de sua condição de sujeito de direitos. Como também é fundamental dar credibilidade ao que a criança diz. Mas **o limite da interferência da fala da criança na decisão do processo penal é dada pela racionalidade jurídica, que é empregada igualmente a todos, independente das condições concretas dos sujeitos envolvidos – como no caso, da peculiar condição de desenvolvimento da criança.** Ou seja, há um limite na possibilidade de contemplação da fala da criança porque esta não possui a mesma racionalidade utilizada pelo adulto, nem seus conhecimentos prévios.

Refletimos sobre esta última afirmação a partir da audiência de instrução relatada no Capítulo 3. Em nossa interpretação da situação, entendemos que a menina procurou descrever em seu depoimento o episódio – a investida sexual que sofreu do padrasto – com detalhes¹⁷², e afirmou que ele a tocou com o dedo, mas não conseguiu colocar o pênis. Tanto para o juiz quanto para o promotor, o ponto fundamental da discrepância no discurso da criança estava no fato de ela ter afirmado na fase de inquérito que o padrasto colocou o pênis em sua vagina e no depoimento disse que ocorreu a tentativa de colocar o pênis.

Os agentes não consideraram o ponto de vista da criança e seus conhecimentos da sexualidade adulta para analisar a questão. Em nosso entendimento, essa mudança no relato da criança não poderia ser compreendida como uma alteração de conteúdo significativa, pois a menina poderia não saber a diferença entre ‘um pênis encostar em sua vagina e um pênis entrar em sua vagina’. O discernimento, ou a consciência de possuir uma cavidade vaginal, pode ter vindo depois da situação de violência, quando a criança precisou compreender o que havia ocorrido.

¹⁷² A menina tenta contar sobre como aconteceu o contato, acelera o ritmo da fala para descrever como foi a situação em que o padrasto caiu ao tentar colocar o pênis em sua vagina.

Entendemos que, ao deixar de lado este tipo de questão, que condiciona uma interpretação da fala da criança, o juiz de direito é motivado pelo princípio da racionalidade jurídica, uma vez que, debater sobre as motivações e as percepções da fala da criança escapa à proposta do campo jurídico, voltado para a obtenção da verdade, por meio de formas objetivas e racionais.

No entanto, o juiz de direito organiza um modo de falar com a criança que denota a preocupação em adaptar a linguagem, expressos na organização do diálogo e nos termos empregados. Fica evidente que o juiz reconhece que há diferenças entre adultos e crianças em relação ao modo de compreender e expressar-se, o que nos leva a considerar que, para o juiz, a criança possui várias especificidades, e estas estão alinhadas com a ideia da criança como um “sujeito de direitos em situação peculiar de desenvolvimento”, conforme previsto no Estatuto (BRASIL, 1990). Porém, na elaboração da sentença, a condição da fala da criança não é contemplada pelo crivo das decisões jurídicas.

c) Psicólogos

Há significativa diferença de produção de sentido entre os psicólogos do NUCRIA e da 12ª Vara em comparação com os demais profissionais. Entre esses agentes há uma interpretação da criança mais voltada às suas características pessoais e às diversas formas como se apresentam, falam e interagem. Os psicólogos se recusam a dar definições generalizantes sobre a criança atendida, acreditam que o modo como cada criança reage diante da violência e ao fato de participar de um processo penal depende de inúmeros fatores, que se combinam caso a caso.

Do conjunto de personagens abordadas, constata-se a presença de grande variedade de posições tomadas pelas crianças perante as situações de violência que sofreram e o fato de participarem de um processo penal e tudo que ele implica – exames, avaliações, depoimentos. Assim, a criança surge como produtora de uma interpretação particular sobre a violência e pessoa que toma uma posição no momento de falar dessa situação – seja na entrevista no NUCRIA, seja na hora de prestar depoimento na 12ª Vara.

Para os psicólogos do NUCRIA e para a psicóloga entrevistada da 12ª Vara, o discurso da criança é compreensível e analisado de acordo com as condições do momento da fala – a situação de entrevista ou depoimento. A preocupação dos psicólogos ao ouvir a criança no NUCRIA é a de verificar o aparecimento dos indícios sobre o possível crime. Mas se esses indícios não aparecem na fala da criança, a posição dos agentes é a de respeitar o direito de ela não falar.

O bem-estar da criança, nomeado pelos psicólogos como a dimensão ética de seu trabalho, é o primeiro fator a ser considerado na entrevista, de modo que a criança não pode ser obrigada a falar. Quando não obtêm o relato, os agentes procuram atender a sua obrigação institucional de obtenção de indícios sobre o possível crime, analisando se a conduta da criança indica a vivência de situação de violência ou não. No entanto, essa interpretação dos psicólogos não tem validade para o “mundo jurídico” onde eles se inserem, pois não pode ser tomada como um fato da realidade.

Psicólogos do NUCRIA têm também a preocupação em 'descolar' a imagem da criança do que eles entendem como o “*rótulo de vítima*”, pois a qualificação de vítima estigmatiza-a. Um exemplo de como essa posição é demarcada na organização das atividades da Delegacia, é a alteração dos formulários de atendimento da equipe técnica, que substituíram a palavra “vítima” pela palavra “criança”. Ao promover uma dissociação entre a noção de vítima e a da criança, a equipe de psicólogos do NUCRIA produz um significado mais abrangente sobre a criança, extrapolando a definição restrita da criança como vítima, o que consideramos como um indício da criança significada como um sujeito de direitos.

Na 12ª Vara é a psicóloga que fica com a criança quando esta responde às indagações do juiz e do promotor, por meio do ponto de videoconferência, esta profissional é a única que pode observar as reações da criança, e com isso compreende as nuances na comunicação entre a criança, o juiz e o promotor. Mesmo que alheia às intervenções do juiz e do promotor, pois quando fica com a criança somente esta tem o ponto da videoconferência, a psicóloga observa modos de expressão da criança que não são identificados pelos outros agentes. Suas percepções poderiam ser úteis no modo de interpretar as audiências de instrução. No entanto, salvo situa-

ções pontuais em que o juiz solicita um relatório sobre a fase de acolhimento da criança, suas percepções não reverberam na instituição, ou seja, não há um fluxo de comunicação consolidado institucionalmente para que haja uma circulação de saberes específicos.

De tal modo, a produção de sentido entre os psicólogos destaca a singularidade de cada criança atendida, sua vontade ou não de participar do processo e as sutilezas das informações que ela veicula. E esta produção de sentido, distinta das demais – por agregar fatores da condição concreta da criança e considerar a sua vontade e opinião – coexiste com os significados idealizados e genéricos de criança, sem que haja um conflito entre estas visões.

Contudo, no papel que se auto-atribuem, os psicólogos entendem que atuam na garantia de direitos da criança e que suas abordagens devem partir da especificidade de cada criança. O foco é produzir o relatório que contribua para elucidar a violência investigada, mas tal objetivo só é atingido se for compatível com o que for essencial para garantir o bem-estar da criança.

A fala da criança por mais que se apresente verdadeira, gera dificuldades de interpretação entre promotor e juiz. Para os psicólogos, a dificuldade de interpretação da fala da criança não é uma preocupação. Ou porque identificam o modo como a criança se expressa, compreendem aspectos de sua subjetividade, ou porque não precisam tomar uma decisão jurídica com base no relato da criança, ou seja, os psicólogos constatarem uma realidade, não precisam defender, a luz dos procedimentos jurídicos, que ela é verdadeira.

Observamos também entre os psicólogos a percepção de que as demandas da criança, como sujeito de direitos, não são atendidas pelo Estado satisfatoriamente, seja porque a solução dada é o simples afastamento familiar, seja pela ausência de suporte – garantia do acesso e a permanência em serviços, acompanhamento efetivo para além das decisões judiciais¹⁷³ – para que ela supere a situação vivenciada.

¹⁷³ Tais medidas são identificadas como aspectos que estão além de suas atuações e das competências das instituições em que trabalham.

Encontramos outra vertente sobre o que é ser sujeito de direitos na fala da psicóloga da 12ª Vara. Esta considera que a criança ocupa de fato uma posição de sujeito de direitos quando ela compreende e se posiciona ante a violência sofrida. Ou seja, ser sujeito de direitos é percebido como resultado de um processo subjetivo no qual a pessoa se apropria da própria história.

A compreensão dos psicólogos está ancorada em uma percepção do sujeito com quem interagem, o que lhes dá a possibilidade de considerar a criança como titular de direitos. Identificam que sua forma de entender a criança não é contemplada nas instituições e consideram que isso se coloca pela diferença entre os saberes psicológicos e jurídicos. Sendo assim, e por estarem em um campo predominantemente jurídico, mesmo discutindo sobre os procedimentos e tomando algumas medidas para demarcar suas posições na organização e execução das atividades – como no perfil do relatório que elaboram e nos debates que travam com os operadores jurídicos nas reuniões entre NUCRIA e Promotoria -, acabam por ajustar suas ações para atender às designações formais de seu trabalho. Produzem relatórios de indícios sobre o possível crime e acompanham a criança durante a audiência.

4.2.2 Os Agentes de Acordo com diferentes Produções de Sentido

Para ressaltar a multiplicidade de motivações entre os agentes, listamos os aspectos centrais da produção de sentido observada de acordo com as principais perspectivas apreendidas.

Quanto ao perfil da criança atendida:

- Entre os agentes psicólogos: cada criança é única em sua singularidade como pessoa, por isto não existe um perfil da criança vítima;
- Entre todos os demais agentes: há um perfil de criança vítima.

Podemos considerar que o significado da criança atendida como uma pessoa indefesa repercute nas ações de todos os agentes, mas cada um reage de um modo distinto:

- Entre delegadas, promotor e juiz de direito: atitudes dos agentes que visavam expressar alguma forma de carinho e conforto para com a criança;
- Entre policiais civis, delegadas, promotor e psicólogos da delegacia: preocupação com os limites das ações que podem executar, compreendendo que nem sempre são suficientes para a proteção da criança;
- Entre promotor e policiais civis: culpabilização dos familiares da criança;
- Entre delegadas, policiais civis, promotor e juiz de direito: culpabilização de outros serviços que atuam junto a essa. No caso do juiz e promotor, criticam o modo de operar da Delegacia, principalmente na demanda represada de inquéritos. Já o promotor, os policiais civis e as delegadas, apontam as falhas do trabalho precário ou da falta de compromisso dos conselheiros tutelares;
- Entre promotor e juiz de direito: atender à criança vítima é gratificante quando conseguem “proteger a criança”, que significa condenar a quem se tem de condenar.

Identificamos que a criança é referenciada nos discursos como detentora de direitos plenos, mas, na ação, os agentes demonstram uma variedade de produção de sentido sobre a criança como sujeito de direitos.

- Entre as delegadas e os psicólogos, a criança, como sujeito de direitos, não é atendida a contento pelo Estado;
- Entre os policiais civis, delegada, promotor e juiz de direito, atender a condição de direitos da criança é acolhê-la de modo humanizado e não revitimizá-la em suas práticas;
- Entre os psicólogos a criança atendida é tratada como sujeito de direitos quando respeitada na sua possibilidade de falar ou não sobre a violência sofrida;
- Entre os psicólogos a criança como sujeito de direitos emerge em uma dimensão subjetiva, pois se considera que ela pode ser um sujeito ativo no processo penal se tomar uma decisão e assumir a posição de reagir contra a violência que sofreu;
- Entre promotor, juiz de direito e psicólogos: a criança expressa o que viveu e é confiável para isso;

- Entre promotor e juiz de direito: por mais que se seja uma testemunha confiável, a palavra da criança, por suas características infantis, nem sempre pode ser considerada para a tomada das decisões jurídicas.

Em face da organização dos resultados principais do material analisado, fazemos uma síntese que possibilita algumas respostas.

4.3 SÍNTESE SOBRE A PRODUÇÃO DE SENTIDO SOBRE A CRIANÇA ATENDIDA ENTRE OS AGENTES

A partir da análise realizada, consideramos que nossas duas hipóteses de pesquisas foram confirmadas. A segunda hipótese que apresentamos na Introdução foi a primeira a ser respondida neste Capítulo, pois implica condições intrínsecas das instituições. Assim, afirmamos que **as possibilidades de produções de sentido sobre a criança são codelimitadas por alguns aspectos, como a lógica operacional de cada instituição, a formação e atribuições dos agentes, a interação entre as três instituições, as tensões entre as legislações que regulam as práticas – Estatuto da Criança e do Adolescente, Código Penal e Código de Processo Penal.**

A função predominante do conjunto formado pelas três instituições envolve ações voltadas a quem vitimou, o que significa que as instituições devem prioritariamente cumprir sua parte na garantia de direitos da criança com a investigação e o devido emprego da lei quando um crime contra ela é cometido. No entanto, o que chamamos de **dupla orientação** – resultante do fato de que as instituições, cuja missão é investigar, denunciar e julgar crimes, são criadas como parte de uma política de atendimento que visa garantir o direito da criança e do adolescente – adensa os objetivos institucionais com os cuidados destinados ao acolhimento da criança, gerando uma complexidade nas ações com as quais as instituições precisam lidar.

A criança é antes de tudo uma vítima a ser acolhida em serviços que procuram se adequar a suas características. Mas a dupla determinação não faz emergir dois objetivos institucionais com a mesma intensidade, resolver os possíveis crimes é a tarefa primeira, garantir os direitos da criança ocorre de acordo com o que

é possível adaptar ao objetivo principal. Nessa concepção, não aparece como uma necessidade identificar a criança atendida – cor, sexo, gênero, situação econômica. O que se registra no NUCRIA e na 12ª Vara são as produções mensais dos órgãos, que servem para informar suas instâncias superiores e fiscalizadoras.

A hipótese central da pesquisa, conforme delineada na Introdução, foi verificada com a análise das motivações dos agentes em suas ações sociais e nos leva a afirmar que a **proposição teórica da situação paradoxal da criança como sujeito de direitos entre os agentes, suscita tensões nas práticas realizadas, resultando em diversas e antagônicas produções de sentido sobre a criança.**

Porém, a confirmação da presença da situação paradoxal da criança precisa ser detalhada, pois faz parte de uma configuração específica com a qual os agentes agem, e que não significa a contemplação efetiva da criança como titular de direitos.

No que pudemos observar, lembrando das limitações do estudo e do próprio método empregado, os agentes entendem a condição de ser criança de diferentes maneiras. A maioria faz o uso de definições gerais ou teóricas sobre a criança atendida, sem abordar suas condições concretas: ressalta a inocência infantil, sua dependência e vulnerabilidade perante o adulto e a sua imaturidade para compreender e agir no mundo. Apesar dos discursos oficiais que indicam o contrário, a especificidade das instituições não incorpora, em seu bojo, criança como sujeito de direitos, mas sim a criança como detentora de direitos de proteção com base em sua “fragilidade” nas relações sociais.

A criança como sujeito de direitos, ou seja, empossada de direitos de proteção e liberdade, é motivadora de ações sociais nas instituições, mas como um sentido periférico, que convive com a perspectiva dominante. Acreditamos que a possibilidade da convivência entre os diferentes sentidos não se expressa em um conflito aberto, mas gera várias tensões que ficam implícitas nas relações entre os agentes e nas várias dificuldades em realizar as atividades – que podemos observar com maior nitidez nos dilemas enfrentados pelo promotor e o juiz ao tomar o depoimento da criança em audiência e analisar este depoimento à luz dos princípios jurídicos.

O *locus* institucional da produção de sentido da criança como titular de direitos está no exercício das funções que envolvem os agentes psicólogos. Estes

agentes, ao orientarem suas ações de modo a contemplar a subjetividade da criança, evidenciam e consideram suas particulares formas de expressão como característica de um sujeito de direitos. O que não significa que a motivação de suas ações sociais desencadeie efeitos entre os outros agentes.

Além da expressividade da titularidade de direitos da criança observada entre os agentes psicólogos, emerge também, entre outros agentes, uma miscelânea de concepções, de modo que o mesmo agente que ora entende a criança como um “desvalido”, também entende que o Estado deveria atender suas necessidades integrais como sujeito – a exemplo do que ressaltamos entre as delegadas. Ou o mesmo agente – e aqui nos referimos ao promotor – que incorpora a defesa da titularidade de direitos da criança, questiona a intervenção moralizante da Justiça nas relações familiares, problematiza o depoimento da criança, também atua como um reprodutor da moralização da família, desqualifica a condição da criança em se expressar e age motivado por uma idealização da criança, na forma de um ente puro.

Tais reflexões nos permitem afirmar que o campo estudado afirma a ideia da criança como sujeito de direitos, mas em suas ações veicula predominantemente uma concepção de criança a ser protegida. O paradoxo emerge principalmente nas tensões entre a ideia da criança sujeito de direitos e as limitações ao pleno exercício destes direitos. Ao definirmos a condição da criança como paradoxal diante de sua titularidade de direitos, evidenciamos as dificuldades que emergem na abordagem jurídica dessa titularidade, como os dilemas em relação à sua participação nos processos judiciais, seja na entrevista, seja no depoimento, bem como na consideração da fala da criança na emissão da sentença.

Enfim, compreendemos que a produção de sentido entre os agentes expressa o paradoxo da situação da criança na modernidade como sujeito de direitos. É possível afirmar que no sistema de relações no qual os agentes investigados estão envolvidos há uma noção ambígua, na qual a criança é titular de direitos, mas não toma decisões, tem a possibilidade de falar, mas depara-se com a impossibilidade de ser ouvida. Precisamos agora refletir essa constatação para compreender seus desdobramentos.

A percepção social da criança como diferente do adulto, que emerge na modernidade – a chamada “descoberta da infância” identificada em Ariès (2006) –, trouxe a percepção da dependência física, psíquica e moral da criança, o que Qvortrup (2011) e Soares (2002) consideram como uma vulnerabilidade inerente à condição geracional. Contudo, essa vulnerabilidade não impede que a criança seja inserida na dinâmica democrática.

Estar em um período da vida que exige aprendizados e socialização para o desenvolvimento integral e não ter plena capacidade jurídica não exclui a criança da dimensão democrática. Pois ser igual não é ser igual em absoluto, é partilhar da condição ontológica de igualdade (MANNHEIM, 2001)

Compreendemos que o paradoxo da criança na modernidade apontado por Renaut (2002) é menção à condição específica das pessoas que vivenciam a condição geracional da infância, mas faz parte de uma situação conflituosa da própria cultura democrática – entendendo por cultura democrática a perspectiva de Mannheim (2001).

O fato é que, ao ser contemplada com direitos de igualdade e liberdade, a criança é inserida na dinâmica da modernidade. E a democracia, adotando o referencial teórico de Mannheim, implica a condição ontológica de igualdade, que não exclui a diversidade humana, bem como na condição de liberdade. Esta liberdade democrática é contraditória em si.

De um lado, a democracia alimenta a liberdade e desenvolvimento da personalidade individual; estimula a autonomia individual concedendo a cada pessoa uma parcela de responsabilidade política. De outro lado, entretanto, a democracia também desenvolve poderosos mecanismos sociais para induzir o indivíduo a renunciar à sua autonomia (MANNHEIM, [1933], 2001)

O que entendemos como fonte de uma tensão específica em relação à criança sujeito de direitos, é que não há um amadurecimento social de como abordar a criança no referencial democrático. Isso emerge no NUCRIA, na Promotoria especializada em crimes e na 12ª Vara: os agentes se empenham em contemplar a criança sob a visão democrática, mas não conseguem superar a trama de contradições que os envolve e absorve.

Outra questão importante a ser destacada é que, mesmo na perspectiva da proteção, as instituições possuem suas ações restritas, pois a ênfase recai no julgamento e na prisão dos culpados. O que, devemos acrescentar, ocorre na minoria dos casos, pois, como vimos no Capítulo 3, a maior parte das notícias crime não chega a concluir o percurso que leva à denúncia e ao julgamento. O que constatamos pode ser entendido de acordo com o tema destacado por Cesca:

Na maior parte dos casos, o trabalho do Estado encerra-se na constatação da violência sofrida e na busca da preservação da criança de outros abusos. O acompanhamento tanto do abusado como do abusador não são contemplados pelo sistema (...) Diante desse fato, constata-se no exercício da “Lei” a forte presença da punição e a pouca importância que se dá à reabilitação ou, ainda mais longe, à atenção primária, à qualidade de vida das pessoas (CESCA, 2004: 43)

As implicações do processo judicial na vida da criança é uma questão secundária, pois não é responsabilidade oficial das instituições cuidar dos efeitos gerados pela violência. Existe sim a preocupação com o acompanhamento posterior da criança, que é feito mediante um encaminhamento para os equipamentos de saúde pública ou para a Rede de Proteção do município. No entanto, nossas observações nos levaram a questionar o quanto as instituições podem ser referenciadas como atendendo aos princípios da Política de Proteção Integral da Criança e do Adolescente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta dissertação foi compreender a produção de sentido sobre a criança atendida entre os agentes de instituições que investigam, denunciam e julgam crimes contra a criança no município de Curitiba. Tal conjectura nos levou a estudar os agentes de três instituições: da Delegacia Especializada em Crimes contra a Criança e o Adolescente – NUCRIA, da Promotoria de Crimes Contra a Criança e da 12ª Vara de Crimes contra a Criança e o Adolescente.

Partimos de duas hipóteses: 1) a produção de sentido sobre a criança atendida é codelimitada pela estrutura e funcionalidade das instituições, que direciona a cada agente uma atribuição de acordo com sua formação profissional; 2) a produção de sentido sobre a criança atendida expressa a perspectiva teórica da situação paradoxal da criança em sua condição de sujeito de direitos – titular de direitos de proteção e liberdade, evidenciando distintas e conflituosas formas de compreender a criança.

O percurso de pesquisa implicou, inicialmente, situar as mudanças históricas sobre o fenômeno social da infância e sobre as noções referentes à criança, destacando como estas repercutiram em legislações que pautaram a criança como titular de direitos, vindo a configurar no Brasil, por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente, uma Política de Atendimento, baseada na Doutrina da Proteção Integral, que também contempla a apreciação jurídica das situações de violência contra a criança.

Ao delinear a perspectiva jurídica da violência contra a criança, e apresentarmos o ordenamento conferido pelo Estatuto, abordamos as instituições estudadas da perspectiva de um conjunto jurídico-estatal especializado no atendimento de crimes contra a criança.

Desse modo, apresentamos as instituições de acordo com suas estruturas e funcionamentos – destacando como ocorre o percurso do atendimento da criança, o que faz cada agente e quais os documentos que são produzidos – e quais são os significados que os agentes, de acordo com as ações que executam, tecem sobre a criança. Em seguida, contemplamos a produção de sentido sobre a criança atendida

entre os agentes das três instituições. Evidenciamos os significados que emergem ao longo da apreciação dos casos de violência contra a criança, ou seja, em cada instituição, e também agrupamos as diferentes perspectivas que os agentes veiculam de acordo com suas formações profissionais e atribuições.

Verificamos a veracidade de nossas duas hipóteses de pesquisa. Melhor dizendo, a estrutura e a funcionalidade das instituições estabelecem contornos à produção de sentido dos agentes, que atuam de acordo com as atribuições que lhes cabem, conforme suas formações profissionais.

E também, a produção de sentido sobre a criança expressa a situação paradoxal da criança como sujeito de direitos, pois, apesar de observamos a predominância da noção da criança como alvo apenas da proteção, a criança como titular de plenos direitos também emerge no campo e fica evidente nas práticas as tensões decorrentes da situação paradoxal da criança como sujeito de direitos.

A criança como sujeito de direitos não é o significado perpetrado pelos agentes, já que as ações que contemplam essa noção são periféricas e pontuais – como na intervenção dos psicólogos, de modo que não repercutem na tomada de decisão final do campo, ou seja, na sentença do processo penal. O que ocorre entre os agentes é a emergência de uma série de matizes que levam a diferentes combinações entre a noção da criança como alvo da proteção e a criança como titular de direitos – como encontramos nas motivações de acolher a criança, não revitimizá-la, apontar as falhas de outros profissionais, culpabilizar as famílias, tentar produzir mudanças no atendimento realizado, dar valor à palavra da criança, buscar fazer justiça, tentar acomodar as especificidades da criança às práticas institucionais.

Dois elementos a serem destacados como balizadores da produção de sentido sobre a criança atendida são a **noção da criança vítima** e a **primazia dos princípios essenciais ao campo jurídico**. As instituições ocupam-se, em primeiro lugar, de atender as normativas do Direito Penal. O lugar conferido à criança nas instituições é subordinado ao cumprimento das especificidades jurídicas, o que leva ao fato de que a condição de sujeito de direitos não é decisória para as práticas institucionais.

O percurso da pesquisa nos levou a algumas indagações e esclarecimentos. Uma consideração que nos foi de grande importância diz respeito à compreensão de que a condição paradoxal da criança como sujeito de direitos retrata a especificidade da criança na dinâmica democrática; e que **o que é expresso nas tensões entre os direitos de proteção e liberdade é a dificuldade em compreender a pessoa criança sob os referenciais democráticos**. Tal dificuldade permite a emergência de inúmeras confusões sobre a coexistência de proteção e liberdade, ou sobre os limites da liberdade da criança.

Entendemos que as dificuldades de discernimento se relacionam com o fato de que é recente a inserção da criança na cultura democrática, pois só podemos considerar que isso ocorre quando a criança é apresentada como titular de direitos, ou seja, a partir da década de 1980, com a elaboração e promulgação da Convenção sobre os Direitos da Criança (1989). Somente os direitos de proteção, que eram considerados antes da Convenção, não garantiam a condição humana de igualdade e liberdade.

Concluimos que, ao ser tematizada como igual e livre, a criança passa, ao menos conceitualmente, a apresentar uma face particular da democracia e, talvez, tão paradoxal quanto a condição de todos os seres humanos dotados de igualdade e liberdade. Isso porque, como afirma Mannheim (2001), a igualdade não é sinônimo de ausência de diferenças, é uma condição ontológica. E a liberdade é, em si, um princípio contraditório, podendo ser mais ou menos cerceada, de acordo com as forças em jogo.

O que se aplica à condição da criança é uma particularidade: **a igualdade e a liberdade da criança não são as mesmas igualdade e liberdade do adulto; são a igualdade e a liberdade da condição humana durante o período da infância. E tomar a criança somente como ser que precisa de proteção é anular a criança como sujeito de direitos**. A compreensão da criança como produtora de modos de pensar e interagir distintos do adulto, mas valorados socialmente, permite a percepção da coexistência de diferentes modos de existência humana, do ponto de vista das categorias geracionais.

Antes de iniciarmos a pesquisa nos chamava atenção o fato de que, mesmo com o suporte de uma legislação que regulamenta os direitos da criança e contando com a existência de instituições e serviços criados para garantir seus direitos, a abordagem da criança como titular de direitos era ambígua. Acreditávamos que padrões culturais de percepção da criança, juntamente com a ausência da formulação e gestão de políticas públicas efetivas a ela direcionadas eram os principais motivos para as incongruências entre os princípios e as propostas e as ações de fato executadas.

Na trajetória de pesquisa compreendemos que nossa crença anterior considerava aspectos pertinentes, mas não trazia os elementos essenciais para a discussão. Agora podemos adensar a reflexão com a compreensão de que, mesmo em instituições especializadas para garantir o direito da criança, e ainda, mesmo quando a garantia de direitos envolve questões essenciais à integridade física e psíquica da criança, não consolidamos em nossas ações a perspectiva da criança como parte da cultura democrática.

Em um processo de transição entre a criança como posse dos adultos e a criança como uma pessoa igual e livre, lidamos com a variedade de perspectivas sobre a criança, mas sem – ou talvez ainda sem – firmar uma prática que se oriente pela noção da criança como sujeito de direitos.

Há também que se considerar o limite do tratamento jurídico das questões relativas à situação de violência vivida pela criança. A garantia de direitos da criança que sofre uma violência implica aspectos complexos, que não podem ser contempladas somente pelo escopo jurídico. Principalmente quando o agressor é uma pessoa próxima da criança, existem mais laços, afetos e desafios na relação entre eles do que a legislação e as intervenções oficiais do Estado (que os agentes portam) permitem contemplar.

As diferentes dimensões da relação entre crianças e adultos não são englobadas pela legislação, pois existem questões morais e vínculos afetivos entre as pessoas que, além de complexos, não são passíveis de sanções jurídicas. Como a descrição que fizemos no Capítulo 3 do encontro entre pai-réu e filhos-vítimas, após uma audiência, que evidencia que o Estado se coloca como intermediador de uma trama de relações que inclui muito mais nexos do que a capacidade de

resolução de uma interpretação jurídica. De tal modo, as decisões derivadas do posicionamento do Poder Judiciário na sentença – absolvição ou condenação do réu – são produções sociais respaldadas pela versão oficial, legítima do ocorrido, mas seus resultados sobre a vida da criança escapam a qualquer cálculo racional.

Gostaríamos ainda de mencionar certos aspectos que não pudemos abordar, por condições de exequibilidade da pesquisa. Enfatizamos três tópicos que entendemos como relevantes para uma apreciação futura: explorar como os agentes psicólogos elaboram os significados que apresentam sobre a criança como titular de direitos, pois com frequência associam a questão da titularidade de direitos a uma dimensão subjetiva, enfatizando a questão da ética profissional e a tomada de posição da criança como sujeito, o que pode nos remeter a outras questões; abordar as trajetórias de vida dos agentes e como estas influenciam na produção de sentido sobre a criança atendida; desenvolver uma pesquisa quantitativa, identificando quem são as crianças atendidas nas instituições – idade, sexo, cor, perfil socioeconômico.

E, ainda, percebemos que algumas ausências teóricas limitaram as análises realizadas, como, por exemplo, a abordagem das instituições e dos agentes na perspectiva da racionalidade burocrática.

Este trabalho também nos suscitou duas questões que se impuseram por serem assuntos completamente ausentes nas instituições estudadas. A primeira diz respeito à indagação sobre quais são e como atuam as instituições que desenvolvem ações que visam auxiliar a criança a lidar com seus sentimentos e a reconstruir laços familiares e sociais capazes de superar a situação de violência vivida. E a segunda, nos levaria a outra “ponta do novelo”, pois seria perguntar pelo modo como as crianças atendidas compreendem as intervenções das instituições que as recebem, quando sofrem alguma forma de violência.

Por fim, precisamos mencionar que, apesar da dedicação em compreender o campo de pesquisa e em avançar no sentido de responder à problemática proposta, entendemos que o tema não se esgota, que poderíamos continuar com os exercícios reflexivos, buscar outras conexões de sentido e perseguir “pistas” descartadas ao longo do caminho. Desde o começo do mestrado, ouvíamos de colegas e professores

que pesquisar é fazer escolhas. Além de constatar a veracidade desta máxima, podemos complementá-la, afirmando que o mais angustiante e ao mesmo tempo fantástico da pesquisa é que, ao escolher, tanto fechamos quando abrimos inúmeras portas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, F. A. S. Delegados de polícia – operadores do direito ou profissionais da segurança pública? **Revista Sociologia Jurídica**, n. 07, jul-dez. 2008. Disponível em: <www.sociologiajuridica.net.br>. Acesso em: 18 set. 2011.
- ARANTES, R. B. Direito e política: o Ministério Público e a defesa dos direitos coletivos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 39, p. 83-102, fev. 1999. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 20 ago. 2011.
- ARANTES, R. B. Judiciário: entre a Justiça e a Política. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio O (orgs). **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. 2 ed. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Unesp, 2007.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- BAZÍLIO, L. C. **Infância, educação e direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2003.
- BERGER, P. L.; BERGER, B. O que é uma instituição social? In: FORACHI, M. M. e MARTINS, J. S (orgs) **Sociologia e Sociedade: leituras de introdução à sociologia**. 22ª ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2002.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. 33ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BERNARDI, D. C. F. **Concepções de infância em relatórios psicológicos judiciais**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N. e PASQUINO, G. **Dicionário de Política I**. 11ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BOBBIO, N. **A era dos direitos**. 10ª tiragem. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia**. São Paulo: Saraiva, 1999.
- BOUDON, R.; BOURRICAUD, F. **Dicionário crítico de Sociologia**. São Paulo: Ática, 1993.
- BOURDIEU, P. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.; PASSERON, J. Primeira Parte: A ruptura. In: **Ofício de sociólogo**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010a. [1968].
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. Segunda parte – A construção do objeto. In: **Ofício de sociólogo**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010b [1968].
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007 [1989].
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 10 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2010c [1994].

BRASIL. Constituição Federal de 1988 (atualizada). **Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília-DF.** Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03>. Acesso em 12 ago. 2011.

_____. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Paraná, Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, Curitiba, 2010.

_____. Lei Ordinária 12.015 de 07 de agosto de 2009. **Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília-DF.** Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03>. Acesso em: 26 nov. 2010.

_____. Resolução nº 113 de 19 de abril de 2006. **Presidência da República. Casa Civil. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Brasília-DF.** Disponível em: <www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/arquivos>. Acesso em: 14 mai 2010.

_____. Código Processo Penal - **Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941.** Disponível em: <www.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 14 mai 2011.

BRITO, L. M. T (Org.) **Temas de Psicologia Jurídica.** Rio de Janeiro: Dumara, 1999.

CARVALHO, Denis B. **O trabalho docente em Psicologia e o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes.** Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2007. Disponível em: <[ftp://ftp.ufrn.br/pub/biblioteca](http://ftp.ufrn.br/pub/biblioteca)>. Acesso em: 04 jan. 2012.

CEATS/FIA. **Pesquisa Conhecendo a Realidade.** Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor. Fundação Instituto de Administração, 2006. Disponível em: <www.promenino.org.br>. Acesso em: 18 abr. 2010.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et all. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 295 – 317, 2010 [1997].

CESCA, T. B. O papel do psicólogo jurídico na violência intrafamiliar: possíveis articulações. **Psicologia & Sociedade**, vol. 16, n. 3, p. 41-46, set/dez. 2004. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 15 nov. 2011.

COHN, G. **Crítica e resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber.** São Paulo, T. A. Queiroz, 1979.

COMPARATO, F. K. **A afirmação histórica dos direitos humanos.** 4 ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Falando sério sobre a escuta de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência e a rede de proteção – Propostas do Conselho Federal de Psicologia.** Brasília, Conselho Federal de Psicologia, 2009.

CORSARO, W.A. **Sociologia da Infância.** Porto Alegre: Artmed, 2011.

CUNNINGHAM, H. **The children of the poor: representations of childhood since the seventeenth century.** Blackwell: Oxford, 1991.

CURY, M (coord). **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado: comentários jurídicos e sociais.** 7 ed. rev. at. São Paulo: Malheiros, 2005.

- DEL PRIORE, M (org). **História das crianças no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- DIAS, R. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Pearson Pretice Hall, 2005.
- DONZELOT, J. **A Polícia das Famílias**. Rio de Janeiro, 2003. Graal, 1980.
- ELIAS, N. La civilización de los padres. In: ELIAS, N. **La Civilización de los Padres y Otros Ensayos**. Bogotá: Grupo Editorial Norma, EUN-Editorial Universidad Nacional, 1998.
- ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994 [1987].
- ELIAS, N. **O Processo Civilizador. Volume 2**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993 [1939].
- FAJARDO, S. **Retórica e Realidade dos Direitos da Criança no Brasil**. Tese (Doutorado em Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais) - Universidade de Zaragoza, Zaragoza, 1999 (mimeo)
- FERREIRA, M.; SARMENTO, M. J. Subjetividade e bem-estar das crianças: (in)visibilidade e voz. **Revista Eletrônica de Educação**. São Carlos (SP), Universidade Federal de São Carlos, v. 2, n. 2, 2008. Disponível em: <www.reveduc.ufscar.br>. Acesso em: 18 jun. 2009.
- FISCHER, R. M. et al. **Retratos dos direitos da criança e do adolescente no Brasil : pesquisa de narrativas sobre a aplicação do ECA**. São Paulo: Ceats/FIA, 2010. Disponível em: <www.alana.org.br>. Acesso em: 05 fev 2012.
- FRANÇA, F. Reflexões sobre Psicologia Jurídica e seu panorama no Brasil. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, vol. 6, n.1, p. 73-80, 2004. Disponível em: <www3.mackenzie.br/editora>. Acesso: 22 de dez. 2011.
- GONÇALVES, C. M. C. **Políticas dos Direitos Fundamentais Sociais na Constituição Federal de 1988: releitura de uma constituição dirigente**. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão. São Luis, 2005.
- GRECO, R. **Código Penal: comentado**. 5 ed. Niterói, RJ: Impetus, 2011.
- GUERRA, V.N.A. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- HEYWOOD, C. **Uma história da infância: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- IUBEL, A. **Sensibilidades e documentos: o movimento de pessoas, fatos e palavras em um direito**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba: 2009.
- JASPERS, K. Método e visão do mundo em Weber. In: COHN, Gabriel (org.). **Para ler os clássicos**. 2º ed. Rio de Janeiro: Azougue, 2009.
- JACCOUD, M.; MAYER, R. A observação direta e a pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 2 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010 [1997].
- KANT DE LIMA, R. **Ensaio de Antropologia e de Direito: Acesso à Justiça e Processos Institucionais de Administração de Conflitos e Produção da Verdade Jurídica em uma Perspectiva Comparada**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

LANDINI, T. S. **Horror, Honra e Direitos: violência sexual contra crianças e adolescentes no século XX**. Tese (Doutorado em Sociologia) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br>. Acesso em: 27 de mar 2010.

LEWOWICKI, T.; SINGER, H.; MURAHOVSKI, J. *Janusz Korczak*. São Paulo: Edusp, 1998. Disponível em: <[//academiareumatol.com.br](http://academiareumatol.com.br)>. Acesso em: 05 ago. 2011.

MACHADO, A. V.; MACHADO M. C. V. Escola que protege: histórico jurídico de proteção da criança e do adolescente. In: SILVA, P.V. et al. **Por uma escola que protege: a educação e o enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes**. Ponta Grossa, Editora UEPG; Curitiba, Cátedra UNESCO de Cultura da Paz UFPR, 2008.

MANNHEIM, K. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, Marialice (org), **Karl Mannheim: Sociologia**, São Paulo, Ática, p 67-95, 1982 [1928]

_____. A democratização da cultura. In **Sociologia da Cultura**, 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001, [1933].

MARCHI, R. C. **Os Sentidos (paradoxais) da Infância nas Ciências Sociais: um estudo de Sociologia da Infância crítica sobre a “não-criança” no Brasil**. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

_____. **A radicalização do processo histórico de individualização da criança e a “crise social” da infância**. Ciclo de Conferências em Sociologia da Infância. CEDIC, Universidade do Minho, Portugal, 2009. Disponível em: <[//cedic.iec.uminho.pt](http://cedic.iec.uminho.pt)>. Acesso em 12 ago. 2010.

MARIANO, C. L. **Direitos da criança e do adolescente: marcos legais e mídia**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo: 2010.

MARTINS, J. H. S. **A interpretação da ampla defesa no processo penal conforme a Constituição**. Arquivo Acadêmico do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, sem data. Disponível em: <[//tjsc25.tj.sc.gov.br](http://tjsc25.tj.sc.gov.br)>. Acesso: 02 jan 2012.

MAUCH, C. Considerações sobre a história da polícia. **Revista MÉTIS: História e Cultura**, Caxias do Sul, v. 6, n.11, jan-jun, p. 107-119, 2007.

MICHAUD, Y. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989.

MINAYO, M. C. de S (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTANDON, C. Sociologia da Infância: balanço dos trabalhos em língua inglesa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 112, p. 33-60, mar/ 2001. Disponível em <www.scielo.br>. Acesso em: 12 mar. 2010.

MONTEIRO, F. O. Plantão social: espaço privilegiado para identificação/notificação de violência contra crianças e adolescentes. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 103, jul/set, 2010. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 02 out 2011.

MOLLO-BOUVIER, S. Transformação dos modos de socialização das crianças: uma abordagem sociológica. **Educação & Sociologia**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 391-403, Maio/Ago, 2005. Disponível em: <www.cedes.unicamp.br> Acesso: 10 jun. 2009.

MORAES, A. **Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MOURA, A. C. M. et al. **Reconstrução de Vidas: como prevenir e enfrentar a violência doméstica, o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes**. São Paulo: SMADS. SEDES Sapientae, 2008.

NEYRAND G. Émergence de l'enfant sujet et paradoxe de la médiatisation. **Geneviève Bergonnier-Dupuy L'Enfant, acteur et/ou sujet au sein de la famille éers « Petite enfance et parentalité**, p.13-22, 2005.

OLIVEIRA, R. B. A. de. **Percepções sobre juventude entre membros do Ministério Público de Curitiba – PR**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

ORTIZ, R. A porosidade das fronteiras nas Ciências Sociais. In: ORTIZ, Renato (org.) **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'água, p. 07 – 29, 2003.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social. Fundação de Ação Social do Paraná. **Breve histórico da Fundação de Ação Social do Paraná**. Curitiba, 1990.

_____. Secretaria de Segurança Pública. Resolução Nº 120 de 18 de maio de 2004.

_____. Casa Civil. Lei nº 15.348 de 22 de dezembro de 2006. Disponível em: <www2.mp.pr.gov.br>. Acesso em: 10 mai 2011.

_____. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Resolução 14/2010.

PEREIRA, R. F. S. **Movimentos de defesa dos direitos da criança e do adolescente: do alternativo ao alternativo**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998 (mimeo)

PFEIFFER, L.; ROSÁRIO, N. A.; NUNES, M. Violência contra crianças e adolescentes – proposta de classificação dos níveis de gravidade. **Revista Paulista de Pediatria**, São Paulo, n. 29, p. 477-82, 2011. Disponível: <www.scielo.br>. Acesso em: 02 ago 2011.

PILOTTI, F.; RIZZINI, I (orgs). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Editora, 1995.

PINHEIRO, L. A. **A civilização do Brasil através da infância: propostas e ações voltadas à criança pobre nos anos finais do Império (1879-1889)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, 2003. Disponível em: <www.historia.uff.br>. Acesso: 20 jul 2011.

PIOVESAN, F. **Direitos Humanos e Justiça Internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeus, interamericano e africano**. São Paulo: Saraiva, 2006.

PIRES, A. L. D.; MIYAZAKI, M. C. Maus-tratos contra crianças e adolescentes: revisão da literatura para profissionais da saúde. **Revista Arquivo Ciência e Saúde**, São Paulo, v.12, n. 01, p.42-49, jan/mar, 2005. Disponível em: <www.cienciasdasaude.famerp.br>. Acesso em: 14 set 2011.

POUPART, J. **A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas**. In: POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 215 – 253, 2010 [1997].

QVORTRUP, J. Nove teses sobre a “infância como um fenômeno social”. **Pro-Posições**, Campinas, v. 22, n. 1 (64), p. 199-211, jan./abr. 2011 [1993].

RENAUT, A. **A libertação das crianças: a era da criança cidadão**. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

RIZZINI, I. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil**. 2ª ed. rev. São Paulo: Cortez, 2008 [1997]

ROSEMBERG, F. **Crianças e adolescentes na sociedade brasileira e a Constituição de 1988**. Trabalho apresentado na Reunião Anual da ANPOCS. Caxambu, 2008 (mimeo)

ROSEMBERG, F.; MARIANO, C. L. S. A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança: Debates e Tensões. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.40, n.141, p. 693 – 728, set./dez. 2010.

SANTOS, R. F. Individualismo Romântico e Modernidade Democrática: uma configuração mútua. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 23, p.89-101, nov. 2004.

SARMENTO, M J. **As Culturas da Infância nas Encruzilhadas da Segunda Modernidade**. Lisboa, 2002. CEDIC, Universidade do Minho, Portugal, 2009. Disponível em: <http://cedic.iec.uminho.pt/Textos_de_Trabalho>. Acesso em: 12 ago. 2010.

_____. Geração e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. **Educação & Sociologia**, Campinas, vol. 26, n. 91, p. 361-378, Maio/Ago. 2005. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 20 abr. 2009.

_____; FERNANDES, N.; TOMÁS, C. Políticas Públicas e Participação Infantil. **Educação, Sociedade & Culturas**, Lisboa, n. 25, 2007. Disponível em: <http://www.fpce.up.pt/ciie>. Acesso em: 03 abr 2009.

_____. **Estudos da Infância: educação e práticas sociais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

SCHUCH, P. **Práticas de Justiça: uma Etnografia do “Campo de Atenção ao Adolescente Infrator” no Rio Grande do Sul depois do Estatuto da Criança e do Adolescente**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005 (mimeo).

_____. O mundo infanto-juvenil e as relações de gênero: olhares ampliados. ST. 8 **Anais VII Seminário Fazendo Gênero**, 2006. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br>. Acesso em: 20 mai 2010.

SIROTA, R. Emergência de uma Sociologia da Infância: evolução do objeto e do olhar. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n 112, p. 7-31, março/ 2001.

SOARES, N. F. Os Direitos das crianças nas encruzilhadas da proteção e da participação. **Encontro Nacional Sobre Maus Tratos, Negligência e Risco, na Infância e na Adolescência**, Maia, n. 1, p. 14-16, nov. 2002. Disponível em: <http://cedic.iec.uminho.pt/Textos_de_Trabalho/textos>. Acesso em: 28 ago. 2011.

STEFANELLO, S. **Variáveis de influência no depoimento de crianças vítimas de violência sexual**. Monografia (Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais) - Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs>. Acesso em: 18 nov. 2011.

TIBYRIÇÁ, R. **Direitos da Criança e do Adolescente**. Defensora Pública do Estado de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <www.esmpu.gov.br>. Acesso em: 20 jan 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Biblioteca Central. **Normas para apresentação de trabalhos científicos**. Curitiba: Ed UFPR, 2007.

WEBER, M. **Metodologia das Ciências Sociais**. Parte 2. 3º ed. São Paulo: Cortez, Unicamp, 2001. [1913] [1921]

WEBER, M. Política como vocação. In: **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1968.

WELTER, C. et al. Considerações sobre o depoimento da criança vítima de violência sexual. **Revista Digital Multidisciplinar do Ministério Público** – RS, Centro de Apoio Operacional da Infância e da Adolescência – Dados eletrônicos, Porto Alegre, v. 1, n. 1, jul./set. 2010.

YOUF D. Construire un droit de l'enfance. **Le Débat**, 2002, v. 4, n 121, p. 158-166. DOI : 10.3917/deba.121.0158. Acesso em: 10 set. 2010.

**ANEXOS - CRIMES CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE DE
COMPETÊNCIA DAS TRÊS INSTITUIÇÕES – NUCRIA,
PROMOTORIA DE CRIMES CONTRA A CRIANÇA E O
ADOLESCENTE E 12ª VARA DE CRIMES CONTRA A
CRIANÇA E O ADOLESCENTE**

CRIMES PREVISTOS NO CÓDIGO PENAL E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 14/2010 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Código Penal		
Artigos	Conteúdo dos Artigos	Tipo de Ação Penal
129	<p>Lesão Corporal^(*) Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem: Pena - de 3 meses a um ano.</p> <p>§ 9º Se a lesão por praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas de coabitação ou de hospitalidade: Pena – Detenção, de 3 (três) meses a 3 (três) anos.</p> <p>§ 10 Nos casos previstos nos §§ 1º a 3º deste artigo, se a circunstâncias são as indicadas no § 9º deste artigo, aumenta-se a pena em 1/3 (um terço).</p> <p>§ 11 Na hipótese do §9º deste artigo, a pena será aumentada de 1/3 (um terço) se o crime for cometido contra pessoa portadora de deficiência.</p> <p>(*) O caput indica a lesão corporal leve, o § 1º a lesão corporal grave e o § 2º indica a lesão corporal gravíssima. No caso de múltiplas lesões praticadas contra criança, não se fala em lesão corporal grave, mas em crime de tortura.</p>	<p>Na lesão corporal leve: Ação Penal Pública Condicionada.</p> <p>Para lesão corporal grave ou gravíssima: a Ação Penal é de iniciativa Pública Incondicionada.</p>
130	<p>Perigo de contágio venéreo Expor alguém, por meio de relações sexuais ou qualquer ato libidinoso, a contágio de moléstias venérea, de que sabe ou deve saber que está contaminado: Pena - detenção de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa. § 1º Se é intenção do agente transmitir a moléstia: Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.</p>	Ação Penal Pública Condicionada.
131	<p>Perigo de contágio de moléstia grave Praticar, com o fim de transmitir a outrem moléstia grave de que está contaminado, ato capaz de produzir o contágio: Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa.</p>	Ação Penal Pública Incondicionada
136	<p>Maus-tratos Expor a perigo a vida ou a saúde de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado, quer abusando de meios de correção ou disciplina: Pena – detenção de 2 (dois) meses a 1 (um) ano ou multa.</p> <p>§ 1º Se do fato resulta lesão corporal de natureza grave: Pena – reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos.</p> <p>§ 2º Se resulta a morte: reclusão de 4 (quatro) a 12 (doze) anos.</p> <p>§ 3º Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 anos.</p>	Ação Penal Pública Incondicionada

Código Penal		
Artigos	Conteúdo dos Artigos	Tipo de Ação Penal
148	<p>Seqüestro e cárcere privado Privar alguém de sua liberdade, mediante seqüestro ou cárcere privado: Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos.</p> <p>§ 1º A pena é de reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos: I – Se a vítima é ascendente, descendente, cônjuge ou companheiro do agente ou maior de sessenta anos; II – Se o crime é praticado mediante internação da vítima em casa de saúde ou hospital; III – Se a privação da liberdade durar mais que 15 dias. IV – Se o crime é praticado contra menor de 18 anos; V – Se o crime é praticado com fins libidinosos.</p> <p>§ 2º se resulta à vítima, em razão de maus-tratos, ou da natureza da detenção, grave sofrimento físico ou moral: Pena – reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos.</p>	Ação Penal Pública Incondicionada
215	<p>Violação sexual mediante fraude Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com alguém, mediante fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação de vontade da vítima: Pena – Reclusão de 2 (dois) a 6 (seis) anos.</p> <p>Parágrafo Único: Se o crime for cometido a fim de obter também vantagem econômica aplica-se também multa.</p>	Ação Penal Pública Incondicionada
216 A	<p>Assédio Sexual Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favores sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função: Pena – detenção de 1(um) a 2 (dois) anos.</p> <p>§ 2º A pena é aumentada até um terço se a vítima é menor de 18 anos.</p>	Para menor de 18 anos a Ação Penal é Pública Incondicionada
217 ^a	<p>Estupro de vulnerável Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 anos. Pena – reclusão de 8 (oito) a 15 (quinze) anos</p> <p>§ 1º Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas no <i>caput</i> com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência.</p> <p>§ 3º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave: Pena – reclusão de 10 (dez) a 20 (vinte) anos</p> <p>§ 4º Se da conduta resulta morte: Pena – reclusão de 12 (doze) a 30 (trinta) anos.</p>	Ação Penal Pública Incondicionada

Código Penal		
Artigos	Conteúdo dos Artigos	Tipo de Ação Penal
218	Corrupção de menores Induzir alguém menor de 14 (catorze) anos a satisfazer a lascívia de outrem: Pena – reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.	Ação Penal Pública Incondicionada
218 A	Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente Praticar na presença de alguém menor de 14 (catorze) anos, ou induzi-lo a presenciar, conjunção carnal ou outro ato libidinoso, a fim de satisfazer lascívia própria ou de outrem. Pena – reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.	Ação Penal Pública Incondicionada
218 B	Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável Submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 (dezoito) anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone: Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos. § 1º Se o crime é praticado com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa. § 2º Incorre nas mesmas penas: I - Quem pratica conjunção carnal ou outro ato libidinoso com alguém menor de 18 (dezoito) e maior de 14 (catorze) anos na situação descrita no caput deste artigo; II - O proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifiquem as práticas referidas no caput deste artigo. § 3º Na hipótese do inciso II do § 2º, constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento.	Ação Penal Pública Incondicionada
227	Mediação para servir a lascívia de outrem Induzir alguém a satisfazer a lascívia de outrem: Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos. § 1º Se a vítima é maior de 14 (catorze) e menor de 18 (dezoito) anos, ou se o agente é seu ascendente, descendente, cônjuge ou companheiro, irmão, tutor ou curador ou pessoa a quem esteja confiada para fins de educação, de tratamento ou de guarda: Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos. § 2º Se o crime é cometido com emprego de violência, grave ameaça ou fraude: Pena – reclusão, de 2 (dois) anos a 8 (oito) anos, além da pena correspondente à violência. § 3º Se o crime é cometido com o fim de lucro, aplica-se também multa.	Ação Penal Pública Incondicionada

Código Penal		
Artigos	Conteúdo dos Artigos	Tipo de Ação Penal
228	<p>Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual Induzir ou atrair alguém à prostituição ou outra forma de exploração sexual, facilitá-la, impedir ou dificultar que alguém a abandone: Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos. E multa.</p> <p>§ 1º Se o agente é ascendente, padrasto, madrastra, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância: Pena – reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos.</p> <p>§ 2º Se o crime é cometido com emprego de violência, grave ameaça ou fraude: Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, além da pena correspondente à violência.</p>	Ação Penal Pública Incondicionada
230	<p>Rufianismo Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça: Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.</p> <p>§ 1º Se a vítima é menor de 18 (dezoito) e maior de 14 (catorze) anos ou se o crime é cometido por ascendente, padrasto, madrastra, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou por quem assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância: Pena – reclusão de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.</p> <p>§ 2º Se o crime é cometido mediante violência, grave ameaça, fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação da vontade da vítima: Pena: reclusão de 2 (dois) a 8 (oito) anos, sem prejuízo da pena correspondente à violência.</p>	Ação Penal Pública Incondicionada
231 A	<p>Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de alguém dentro do território nacional para o exercício da prostituição ou outra forma de exploração sexual: Pena – reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos.</p> <p>§ 1º Incorre na mesma pena aquele que agenciar, aliciar, vender ou comprar a pessoa traficada, assim como, tendo conhecimento dessa condição, transportá-la, transferi-la ou alojá-la.</p> <p>§ 2º A pena é aumentada da metade se: I – a vítima é menor de 18 (dezoito) anos; II – a vítima, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato; III – se o agente é ascendente, padrasto, madrastra, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; IV – há emprego de violência, grave ameaça ou fraude.</p> <p>§ 3º Se o crime é cometido com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa.</p>	Ação Penal Pública Incondicionada

Código Penal		
Artigos	Conteúdo dos Artigos	Tipo de Ação Penal
242	Parto suposto. Supressão ou alteração de direito inerente ao estado civil de recém-nascido Dar parto alheio como próprio; registrar como seu o filho de outrem; ocultar recém-nascido ou substituí-lo, suprimido ou alterando direito inerente ao estado civil: Pena – reclusão de 2 (dois) a 6 (seis) anos.	Ação Penal Pública Incondicionada
243	Sonegação de estado de filiação Deixar em asilo de expostos ou outra instituição de assistência filho próprio ou alheio, ocultando-lhe a filiação ou atribuindo-lhe outra, com o fim de prejudicar direito inerente ao estado civil: Pena – reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa.	Ação Penal Pública Incondicionada

FONTE: Resolução 14/2010 e descrição dos artigos, observações e tipo penal de acordo com o Código Penal Comentado – Greco, 2011.

CRIMES PREVISTOS NA LEI Nº 9.455/1997 E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 14/2010 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Lei 9.455/1997 Crimes de Tortura		
Artigo	Conteúdo dos Artigos	Tipo de Ação Penal
1º	<p>Constitui crime de tortura:</p> <p>I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental:</p> <p>a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa;</p> <p>b) para provocar ação ou omissão de natureza criminosa;</p> <p>c) em razão de discriminação racial ou religiosa;</p> <p>II - submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.</p> <p>Pena - reclusão, de dois a oito anos.</p> <p>§ 1º Na mesma pena incorre quem submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.</p> <p>§ 2º Aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de um a quatro anos.</p> <p>§ 3º Se resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena é de reclusão de quatro a dez anos; se resulta morte, a reclusão é de oito a dezesesseis anos.</p>	Ação Penal Pública Incondicionada

FONTE: Resolução 14/2010 e Lei 9.455/1997 - Crimes de Tortura.

CRIMES PREVISTOS NA LEI Nº 8.069/1990 E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 14/2010 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ.

Lei nº 8.069/1990 Estatuto da Criança e do Adolescente		
Artigos	Conteúdo dos Artigos	Tipo de Ação Penal
241	Vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.	Ação Penal Pública Incondicionada
241 A	Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa. § 1º Nas mesmas penas incorre quem: I – assegura os meios ou serviços para o armazenamento das fotografias, cenas ou imagens de que trata o caput deste artigo; II – assegura, por qualquer meio, o acesso por rede de computadores às fotografias, cenas ou imagens de que trata o caput deste artigo. § 2º As condutas tipificadas nos incisos I e II do § 1º deste artigo são puníveis quando o responsável legal pela prestação do serviço, oficialmente notificado, deixa de desabilitar o acesso ao conteúdo ilícito de que trata o caput deste artigo.	Ação Penal Pública Incondicionada
241 B	Adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa. § 1º A pena é diminuída de 1 (um) a 2/3 (dois terços) se de pequena quantidade o material a que se refere o caput deste artigo. § 2º Não há crime se a posse ou o armazenamento tem a finalidade de comunicar às autoridades competentes a ocorrência das condutas descritas nos arts. 240, 241, 241-A e 241-C desta Lei, quando a comunicação for feita por: I – agente público no exercício de suas funções; II – membro de entidade, legalmente constituída, que inclua, entre suas finalidades institucionais, o recebimento, o processamento e o encaminhamento de notícia dos crimes referidos neste parágrafo; III – representante legal e funcionários responsáveis de provedor de acesso ou serviço prestado por meio de rede de computadores, até o recebimento do material relativo à notícia feita à autoridade policial, ao Ministério Público ou ao Poder Judiciário. § 3º As pessoas referidas no § 2º deste artigo deverão manter sob sigilo o material ilícito referido.	Ação Penal Pública Incondicionada

Lei nº 8.069/1990 Estatuto da Criança e do Adolescente		
Artigos	Conteúdo dos Artigos	Tipo de Ação Penal
241 C	<p>Simular a participação de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica por meio de adulteração, montagem ou modificação de fotografia, vídeo ou qualquer outra forma de representação visual: Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.</p> <p>Parágrafo único -Incorre nas mesmas penas quem vende, expõe à venda, disponibiliza, distribui, publica ou divulga por qualquer meio, adquire, possui ou armazena o material produzido na forma do caput deste artigo.</p>	Ação Penal Pública Incondicionada
241 D	<p>Aliciar, assediar, instigar ou constranger, por qualquer meio de comunicação, criança, com o fim de com ela praticar ato libidinoso: Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.</p> <p>Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem: I – facilita ou induz o acesso à criança de material contendo cena de sexo explícito ou pornográfica com o fim de com ela praticar ato libidinoso; II – pratica as condutas descritas no caput deste artigo com o fim de induzir criança a se exhibir de forma pornográfica ou sexualmente explícita.</p>	Ação Penal Pública Incondicionada
244 B	<p>Corromper ou facilitar a corrupção de menor de 18 (dezoito) anos, com ele praticando infração penal ou induzindo-o a praticá-la: Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.</p> <p>§ 1º Incorre nas penas previstas no caput deste artigo quem pratica as condutas ali tipificadas utilizando-se de quaisquer meios eletrônicos, inclusive salas de bate-papo da internet.</p> <p>§ 2º As penas previstas no caput deste artigo são aumentadas de um terço no caso de a infração cometida ou induzida estar incluída no rol do art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990.</p>	Ação Penal Pública Incondicionada